

ZÉU PALMEIRA SOBRINHO

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TERCEIRIZAÇÃO:
o caso dos trabalhadores das empresas contratadas pela Petrobras no RN.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação, em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Ciências Sociais. Área de Concentração: Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Valdemar S. Pedreira Filho.

NATAL
2006

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Palmeira Sobrinho, Zéu.

Reestruturação produtiva e terceirização : o caso dos trabalhadores das
empresas contratadas pela Petrobrás no RN / Zéu Palmeira Sobrinho. –
Natal, RN, 2006.
259 f.

Orientador: Prof. Dr. Valdemar Santos Pedreira Filho.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do
Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.

1. Terceirização – Tese. 2. Relações de trabalho – Tese. 3.
Reestruturação produtiva – Tese. 4. Sociologia do trabalho – Tese. 5.
Contrato de trabalho – Tese. 6. Direito do trabalho – Tese. 7. Sociologia do
trabalho – Tese. 8. Petrobras – Tese. 9. Rio Grande do Norte. I. Pedreira
Filho, Valdemar Santos.
II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 331.106(043.2)

ZÉU PALMEIRA SOBRINHO

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TERCEIRIZAÇÃO:
o caso dos trabalhadores das empresas contratadas pela Petrobras no RN.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação, em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Ciências Sociais. Área de Concentração: Sociologia do Trabalho.

Apresentada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Valdemar Santos Pedreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Orientador

Prof. Dr. João Emanuel Evangelista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Membro

Prof^a. Dr^a. Maria Arlete Duarte de Araújo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Membro

Prof. Dr. Ivan Targino Moreira
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Membro

Prof. Dr. Jason Tadeu Borba
Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)
Membro

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho, longe de ser mero fruto do meu esforço, é o resultado de uma articulação de mentes e corações aos quais agradeço com carinho:

Ao Prof. Dr. Valdemar Pedreira, pelo senso de profissionalismo com o qual tratou a orientação do presente trabalho. Pelo estímulo que me deu nos momentos mais difíceis da minha caminhada, pela segurança que me passou ao debater modelos teóricos e conceitos, pela forma compreensiva como se dispôs a ouvir, sugerir leituras, refletir sobre a pesquisa, tirar dúvidas e a assumir a responsabilidade de contribuir não apenas para a realização de um trabalho científico, mas sobretudo para a minha formação acadêmica. Enfim, pela alegria de uma frutífera orientação que evolui desde os tempos de mestrado e pela sua amizade.

À Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e aos meus colegas de departamento que me deram o incentivo para a realização de mais uma etapa acadêmica.

À minha esposa Arianne, pela compreensão e incentivo. Aos meus filhos Victor e João, focos da minha empolgação. À minha mãe: minha eterna amiga e conselheira.

Aos professores Carmélia Buonfiglio, João Emanuel e Sérgio Lessa pelas dicas sobre os temas que perpassam o meu trabalho.

Ao Grupo de Estudos do Trabalho – GET (UFRN) como espaço seminal das idéias e discussões entre aqueles que se debruçam sobre o mundo do trabalho.

Aos colegas que debatem a interseção entre o trabalho e a vida: Ailton Siqueira, Ana Patrícia Dias, Francisco das Chagas, Francisco Lima, Francisca Tavares, Henrique André Wellen, Marconi Gomes, Ricardo Espíndola, Ricélia Marinho e Rizoneide Amorim.

Aos amigos Lázaro Amorim e Heloíse Araújo pela colaboração na coleta dos dados judiciais.

Aos alunos da graduação de Sociologia da UERN e da UFRN pela contribuição na aplicação dos questionários.

Ao meu estimado irmão de fé e amigo Janduhi, pela revisão do texto.

Aos técnicos da Sub-Delegacia Regional do Trabalho em Mossoró, pela atenção e importância que deram à minha pesquisa.

Aos engenheiros e geólogos da AEPET que colocaram à minha disposição as informações e os arquivos da entidade.

Aos entrevistados e todos que de algum modo contribuíram para a materialização deste trabalho.

Às bibliotecárias Angelike Katherine e Valéria Maria pelas dicas em relação à normalização do presente trabalho.

ZÉU PALMEIRA SOBRINHO

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TERCEIRIZAÇÃO:
o caso dos trabalhadores das empresas contratadas pela Petrobras no RN.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação, em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Ciências Sociais. Área de Concentração: Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Valdemar S. Pedreira Filho.

NATAL
2006

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Palmeira Sobrinho, Zéu.

Reestruturação produtiva e terceirização : o caso dos trabalhadores das
empresas contratadas pela Petrobrás no RN / Zéu Palmeira Sobrinho. –
Natal, RN, 2006.
259 f.

Orientador: Prof. Dr. Valdemar Santos Pedreira Filho.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do
Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.

1. Terceirização – Tese. 2. Relações de trabalho – Tese. 3.
Reestruturação produtiva – Tese. 4. Sociologia do trabalho – Tese. 5.
Contrato de trabalho – Tese. 6. Direito do trabalho – Tese. 7. Sociologia do
trabalho – Tese. 8. Petrobras – Tese. 9. Rio Grande do Norte. I. Pedreira
Filho, Valdemar Santos.
II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 331.106(043.2)

ZÉU PALMEIRA SOBRINHO

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TERCEIRIZAÇÃO:
o caso dos trabalhadores das empresas contratadas pela Petrobras no RN.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação, em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Ciências Sociais. Área de Concentração: Sociologia do Trabalho.

Apresentada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Valdemar Santos Pedreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Orientador

Prof. Dr. João Emanuel Evangelista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Membro

Prof^ª. Dr^ª. Maria Arlete Duarte de Araújo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Membro

Prof. Dr. Ivan Targino Moreira
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Membro

Prof. Dr. Jason Tadeu Borba
Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)
Membro

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho, longe de ser mero fruto do meu esforço, é o resultado de uma articulação de mentes e corações aos quais agradeço com carinho:

Ao Prof. Dr. Valdemar Pedreira, pelo senso de profissionalismo com o qual tratou a orientação do presente trabalho. Pelo estímulo que me deu nos momentos mais difíceis da minha caminhada, pela segurança que me passou ao debater modelos teóricos e conceitos, pela forma compreensiva como se dispôs a ouvir, sugerir leituras, refletir sobre a pesquisa, tirar dúvidas e a assumir a responsabilidade de contribuir não apenas para a realização de um trabalho científico, mas sobretudo para a minha formação acadêmica. Enfim, pela alegria de uma frutífera orientação que evolui desde os tempos de mestrado e pela sua amizade.

À Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e aos meus colegas de departamento que me deram o incentivo para a realização de mais uma etapa acadêmica.

À minha esposa Arianne, pela compreensão e incentivo. Aos meus filhos Victor e João, focos da minha empolgação. À minha mãe: minha eterna amiga e conselheira.

Aos professores Carmélia Buonfiglio, João Emanuel e Sérgio Lessa pelas dicas sobre os temas que perpassam o meu trabalho.

Ao Grupo de Estudos do Trabalho – GET (UFRN) como espaço seminal das idéias e discussões entre aqueles que se debruçam sobre o mundo do trabalho.

Aos colegas que debatem a interseção entre o trabalho e a vida: Ailton Siqueira, Ana Patrícia Dias, Francisco das Chagas, Francisco Lima, Francisca Tavares, Henrique André Wellen, Marconi Gomes, Ricardo Espíndola, Ricélia Marinho e Rizoneide Amorim.

Aos amigos Lázaro Amorim e Heloíse Araújo pela colaboração na coleta dos dados judiciais.

Aos alunos da graduação de Sociologia da UERN e da UFRN pela contribuição na aplicação dos questionários.

Ao meu estimado irmão de fé e amigo Janduhi, pela revisão do texto.

Aos técnicos da Sub-Delegacia Regional do Trabalho em Mossoró, pela atenção e importância que deram à minha pesquisa.

Aos engenheiros e geólogos da AEPET que colocaram à minha disposição as informações e os arquivos da entidade.

Aos entrevistados e todos que de algum modo contribuíram para a materialização deste trabalho.

Às bibliotecárias Angelike Katherine e Valéria Maria pelas dicas em relação à normalização do presente trabalho.

RESUMO

A presente tese se insere na discussão da reestruturação produtiva e os seus reflexos sobre o mundo do trabalho, no atual estágio da crise do modo de produção capitalista. O estudo trata dos impactos da terceirização em relação aos trabalhadores das empresas subcontratadas pela Petrobras, no Estado do Rio Grande do Norte, a partir da década de 1990. Demonstra-se que a terceirização no setor de petróleo, utilizada principalmente como meio de redução dos custos da produção, contribuiu para a crescente precarização das condições e das relações de trabalho. As transformações no modo de organização da produção, intensificadas com a terceirização, representaram para as empresas um maior ganho de produtividade e um maior controle sobre os trabalhadores. Essas mudanças, que reconfiguraram o perfil da força de trabalho dos petroleiros, possibilitaram, entre outras coisas, a redução do número de trabalhadores do quadro de pessoal efetivo da Petrobras, o crescimento de relações de trabalho instáveis, o aumento do número de trabalhadores jovens, com pouca ou sem nenhuma qualificação, a redução do padrão salarial da categoria profissional, a sonegação de direitos trabalhistas e o aumento dos riscos para a saúde e a segurança dos trabalhadores.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Terceirização. Relações de trabalho.

RESUMO

A presente tese se insere na discussão da reestruturação produtiva e os seus reflexos sobre o mundo do trabalho, no atual estágio da crise do modo de produção capitalista. O estudo trata dos impactos da terceirização em relação aos trabalhadores das empresas subcontratadas pela Petrobras, no Estado do Rio Grande do Norte, a partir da década de 1990. Demonstra-se que a terceirização no setor de petróleo, utilizada principalmente como meio de redução dos custos da produção, contribuiu para a crescente precarização das condições e das relações de trabalho. As transformações no modo de organização da produção, intensificadas com a terceirização, representaram para as empresas um maior ganho de produtividade e um maior controle sobre os trabalhadores. Essas mudanças, que reconfiguraram o perfil da força de trabalho dos petroleiros, possibilitaram, entre outras coisas, a redução do número de trabalhadores do quadro de pessoal efetivo da Petrobras, o crescimento de relações de trabalho instáveis, o aumento do número de trabalhadores jovens, com pouca ou sem nenhuma qualificação, a redução do padrão salarial da categoria profissional, a sonegação de direitos trabalhistas e o aumento dos riscos para a saúde e a segurança dos trabalhadores.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Terceirização. Relações de trabalho.

ABSTRACT

This thesis is inserted on the discussion about the productive reframing and its reflexes concerning the world of work, in the current crisis stage in the capitalist way of production. This study deals with the impacts of outsourcing in relation to workers of companies subhired by Petrobras, in the State of Rio Grande do Norte, since decade of 1990. It is demonstrated that outsourcing in the oil sector, used mainly as a way to reduce costs of production, contributed to the raising of precarious conditions and relations of work. The transformation to the way of organization in the production, has intensified with the outsourcing, represented to the companies a bigger gain in productivity and a better control over the workers. These changings, that reconfigure the profile of the oil work force, allowed, among other things, reduction in numbers of the effective workers in the table of employees of Petrobras, the raising of relation concerning instable works, the raising in numbers of young workers, with a little or none qualification, reduction in the salary pattern of the professional class, illegal withholdment of labourite rights and the raising of risks to the health and security of the workers.

Key-words: Productive reframing. Outsourcing. Relations of work.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Empresas campeãs de reclamações trabalhistas.	27
Quadro 2 Terceirização (visão do TST – quadro elaborado pelo autor cf. Súmula 331).	110
Quadro 3 Mudanças nas embarcações – setor salineiro	164
Quadro 4 Classificação das empresas contratadas segundo o modo de atuação ..	181
Quadro 5 Contratadas pela Petrobras. Mossoró. Principais infrações (1998-2004).	201
Quadro 6 Norma Regulamentadora (NR) por número e respectivo assunto.....	204
Quadro 7 Contratadas pela Petrobras. Mossoró. Infrações por NR (1998-2004). ..	205

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Brasil. Participação do Trabalho e do Capital no conjunto da renda (1960-1988).	80
Tabela 2 PEA do RN (pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade).	165
Tabela 3 PIB (RN, NE e BR).	166
Tabela 4 PEA do RN - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupos de anos de estudo.	167
Tabela 5 Estoque de trabalhadores da indústria têxtil (Período: 1985-2000).	169
Tabela 6 RN. Indústria têxtil. Perfil das empresas por número de trabalhadores (1985-2000).	170
Tabela 7 Número de efetivos no setor bancário (médias anuais – 1989-1997).	171
Tabela 8 Remuneração. Efetivos e terceirizados	227

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Remuneração média em salários mínimos (Brasil, NE e RN).	167
Gráfico 2	Rendimento – PEA do RN, em 2004, com base no salário mínimo.....	168
Gráfico 3	Evolução do quadro efetivo da Petrobras no RN (Período de 1989 a 2002).	175
Gráfico 4	RN. Petróleo e gás natural – quantidade produzida (1976 – 1997).	176
Gráfico 5	Evolução – efetivo Petrobras de dez.1989 a jun.2006.....	177
Gráfico 6	Comparativo: efetivos x terceirizados (Petrobras 2003-2005)	179
Gráfico 7	Ações ajuizadas contra as empresas contratadas (1998-2002).	192
Gráfico 8	Ações ajuizadas contra a Petrobras (1998-2002).	193
Gráfico 9	Ações judiciais. Terceirizados. Direitos violados.....	195
Gráfico 10	Contratadas. Infrações mais recorrentes.	203
Gráfico 11	Percentual de empresas por descumprimento de NR.	207
Gráfico 12	Perfil médio dos petroleiros das empresas de terceirização.....	211
Gráfico 13	Jornada normal – petroleiros das empresas de terceirização	212
Gráfico 14	Programas ocupacionais mantidos pelas empresas de terceirização..	215
Gráfico 15	Idade – efetivos x terceirizados.	219
Gráfico 16	Comparação. Escolaridade dos petroleiros.	220
Gráfico 17	Petroleiros Efetivos. Curso profissionalizante. Instituição.....	222
Gráfico 18	Petroleiros Não Efetivos. Curso profissionalizante. Instituição	223
Gráfico 19	Petroleiros Não Efetivos. Tempo de serviço.	225
Gráfico 20	Petroleiros Efetivos. Tempo de serviço.....	226

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDIB – Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base

AEPET – Associação dos Engenheiros da Petrobras

ALERJ – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ANP – Agência Nacional de Petróleo

ASSEME – Assessoria de Modernização Empresarial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BP – British Petroleum

BPD – Barris por dia

CCQ – Círculo de Controle de Qualidade

CCT – Convenção Coletiva de Trabalho

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CEP – Controle estatístico de processos

CFP – Compagnie Française des Pétroles

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CISEE – Comitê Interministerial de Salários das Empresas Estatais

CLP – Controlador Lógico Programável

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNAE – Cadastro Nacional de Atividades Econômicas

CNP – Conselho Nacional do Petróleo

COMIN – Comissão de Articulação com a Indústria Nacional

COSERN – Companhia Energética do Rio Grande do Norte

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

DORT – Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A

EPI – Equipamento de Proteção Individual

EUA – Estados Unidos da América
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIERN – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUP – Federação Única dos Petroleiros
GDP – Gerenciamento de Desempenho Pessoal
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social
MFCN - Máquina Ferramenta Comando Numérico
NR - Norma Regulamentadora
NUM – National Union of Mine Workers
NUTEC - Núcleo de Tecnologia Industrial
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos
OLT – Organização por Local de Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OLT – Organização por Local de Trabalho
PBQP – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
PCI – Partido Comunista Italiano
PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PCS – Plano de Cargos e Salários
PEA – População Economicamente Ativa
PETROQUISA – Petróleo Química S / A
PFL – Partido da Frente Liberal
PGQT – Programa de Gestão da Qualidade Total
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND – Plano Nacional de Desestatização
PROADI – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial

PPRA – Programa de Prevenções de Risco Ambientais
PRC – Programa de Racionalização e Competitividade
PROGEFE – Programa de Gestão de Fornecedores
PSD – Partido Social Democrático
RAIS – Relação Anual de Informações Salariais
RLAM – Refinaria Landulpho Alves (Mataripe, Bahia)
RECAP – Refinaria de Capuava (Mauá, São Paulo).
REDUC – Refinaria Duque de Caxias (Campos Elíseos, Rio de Janeiro)
REFAP – Refinaria Alberto Pasqualini (Canoas, Rio Grande do Sul).
REGAP – Refinaria Gabriel Passos (Betim, Minas Gerais).
REMAN – Refinaria de Manaus (Manaus, Amazonas)
REPAP – Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Araucária, Paraná)
RPBC – Refinaria Presidente Bernardes (Cubatão, São Paulo)
REPLAN – Refinaria de Paulínia (Paulínia, São Paulo).
REVAP – Refinaria Henrique Lage (São José dos Campos, São Paulo).
RN – Rio Grande do Norte
SALTE – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
SGMB – Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil
SESMUT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho
SINDPETRO-RN – Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Norte
SPSS – Statistical Package for the Social Sciences
SINE – Sistema Nacional de Emprego
SMS – Segurança, Meio Ambiente e Saúde
SPE – Setor Produtivo Estatal
STF – Supremo Tribunal Federal
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TPC – Turkish Petroleum Company
TR – Teoria da Regulação

TST – Tribunal Superior do Trabalho

TUC – Trades Union Congress

UDN – União Democrática Nacional

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UN - RNCE – Unidade de Negócios do Rio Grande do Norte e Ceará

URP – Unidade de Referência Padrão

UTR – Unidade de Transmissão Remota

YPF – Yacimientos Petrolíferos Fiscales

YPGB – Yacimientos Petrolíferos y Gasíferos Bolivianos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 PRECARIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO: o contexto da crise	
teórica sobre a centralidade do trabalho	43
1.1 A centralidade do trabalho e o seu insuperável caráter ontológico	47
1.2 A teleologia: uma categoria ontológica objetiva	52
1.3 Da teleologia à objetivação: a mediação do trabalho.....	53
1.4 Habermas e a ação comunicativa: uma tentativa de contraponto à centralidade ontológica.....	55
1.5 Negri e o trabalho imaterial: uma negação da centralidade ontológica?.....	60
1.5.1. <i>O início de Negri no debate: a autonomia da classe operária na Itália.....</i>	<i>61</i>
1.5.2 <i>Um novo operário?.....</i>	<i>62</i>
1.5.3. <i>A “Terceira Itália” como laboratório.....</i>	<i>63</i>
1.5.4. <i>Por um novo modo de produção?</i>	<i>66</i>
1.6 As conseqüências práticas e teóricas da noção do trabalho imaterial.....	67
CAPÍTULO 2 CAPITALISMO, CRISE E PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE	
TRABALHO	73
2.1 A Teoria da Regulação: uma tentativa de consenso	75
2.2 A “miséria” do capitalismo	78
2.3 O Estado Amplo: um potencializador das desigualdades sociais.....	84
2.4 O neoliberalismo: a contenção das demandas sociais e a dificuldade de valorização do capital	89
CAPÍTULO 3 A TERCEIRIZAÇÃO: UMA VIA PARA A VALORIZAÇÃO	
DO CAPITAL.....	96
3.1 A terceirização e o <i>putting-out-system</i> : os antecedentes históricos	96
3.2 De volta para o futuro: a década de 1970 e a terceirização	99
3.3 A terceirização: uma categoria analítica em mutação	102
3.4 Aspectos jurídicos: a terceirização no Brasil.....	107
3.5 Terceirização e informalidade: uma via para a valorização do capital	112

**CAPÍTULO 4 O SETOR DE PETRÓLEO E A PETROBRAS: AS
COMPLEXIDADES HISTÓRICAS E OS ANTECEDENTES DA
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA 118**

4.1 A indústria do petróleo: um histórico de influências e de crises	118
4.2 A dinâmica das crises de superprodução e o petróleo.....	125
4.3 A criação da Petrobras: o monopólio e os interesses capitalistas.....	132
4.4 Petrobras: o espectro da liberalização dos primeiros anos.....	136
4.5 O Acordo de Roboré: a interpenetração dos interesses privados e públicos	139
4.6 Os contratos de riscos e o aprofundamento da relação da Petrobras com o capital privado internacional	148
4.7. Construindo as bases da reestruturação produtiva: a fragilização da resistência dos petroleiros e a quebra do monopólio	152

**CAPÍTULO 5 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O SETOR DE
PETRÓLEO NO RN 159**

5.1. O contexto brasileiro	159
5.2. Reestruturação produtiva no RN.....	163
5.3 A reestruturação produtiva no setor de petróleo	173
5.4 As empresas contratadas e o processo de trabalho na Petrobras	180

**CAPÍTULO 6 TERCEIRIZAÇÃO E SETOR DO PETRÓLEO NO RN:
O REAL MEDIADO PELO COMPLEXO DO TRABALHO 189**

6.1 A pesquisa de campo.	189
6.2. As demandas judiciais: uma face do processo de compra e venda da força de trabalho	191
6.3 O cálculo capitalista e a pertinência da lei do valor: a fiscalização da DRT em Mossoró-RN e a precarização das condições de trabalho.....	199
6.4 Os petroleiros e a realidade do trabalho	209
6.5 A força de trabalho dos petroleiros da Petrobras	210
6.6 Efetivos e terceirizados: uma comparação necessária	218
6.7 A “vantagem” do sistema de contratantes	227
CONSIDERAÇÕES FINAIS	231

REFERÊNCIAS.....	238
-------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Vocês, que vão emergir das ondas
em que nós perecemos, pensem,
quando falarem das nossas fraquezas,
nos tempos sombrios
de que vocês tiveram a sorte de escapar. [...] Mas vocês, quando chegar o tempo
em que o homem seja amigo do homem,
pensem em nós
com um pouco de compreensão.

(Bertolt Brecht, 1898-1956)

Como a reestruturação produtiva interfere nas condições de trabalho existentes no âmbito das empresas contratadas? A pergunta de partida dá a dimensão do problema que se quer enfrentar com a pesquisa intitulada “REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TERCEIRIZAÇÃO”.

O objeto da pesquisa demandou uma análise cujo desdobramento foi o de se perceber que a terceirização e a precarização das condições de trabalho gravitam no contexto de uma crise que é sistêmica e se evidencia por meio da reestruturação produtiva. Dessa constatação construiu-se a hipótese básica da presente tese que consiste em demonstrar que a terceirização verificada no setor da indústria de petróleo, a partir da década de 1990, contribuiu para intensificar a precarização das condições de trabalho, principalmente em relação aos trabalhadores das empresas contratadas¹, também chamados de “terceirizados”.² A dimensão espaço-temporal da pesquisa empírica está circunscrita à análise das condições de trabalho nas empresas contratadas pela Petrobras no RN, no período compreendido entre 1998 e 2006. O corte temporal tomou como base três aspectos: primeiro o de que somente a partir de 1994 houve o cancelamento da Súmula 256³, do TST, que restringia a intermediação de mão-de-obra. A extinção desse precedente jurisprudencial permitiu um alargamento das hipóteses de terceirização; segundo, foi a partir de 1994 que se

¹ As empresas envolvidas na terceirização da força de trabalho são conhecidas por vários nomes, de modo que somente alguns serão destacados aqui. A empresa tomadora pode vir a ser denominada de empresa principal, empresa contratante ou empresa cliente. A empresa cedente, por outro lado, pode vir a ser chamada de empresa contratada, de terceirização (ou terceira) e prestadora de serviços, admitindo-se, ainda, em algumas situações, os nomes de subcontratada e subempreiteira.

² O termo “trabalhador terceirizado” está consagrado entre os próprios petroleiros e serve para designar o trabalhador que mantém formalmente o seu vínculo de trabalho com uma empresa de terceirização.

³ Súmula TST Nº 256: “Salvo os casos de trabalho temporário e de serviço de vigilância, previstos nas Leis nºs 6.019, de 3.1.74 e 7.102, de 20.6.83, é ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços”.

observou em Mossoró-RN um aumento de ações judiciais promovidas por trabalhadores das empresas de terceirização do setor de petróleo; por último, os dados iniciais da pesquisa referem-se a processos judiciais que foram julgados em definitivo. Disso resulta que os reflexos da terceirização só poderiam ser avaliados na esfera judicial se fosse levado em consideração o tempo médio de 26 meses que os processos dos trabalhadores levam para serem considerados julgados em definitivo, notadamente quando se observa que a política da Petrobras é recorrer contra todas as sentenças trabalhistas que lhe são desfavoráveis.⁴

A hipótese básica, além de demandar a compreensão de algumas categorias analíticas (crise do modo de produção capitalista, reestruturação produtiva, condições de trabalho, terceirização e precarização) e confirmar a importância central da categoria trabalho, está relacionada ao contexto das hipóteses secundárias, externadas nos capítulos do presente texto, por meio das quais são destacadas as relações assimétricas existentes entre o mundo do trabalho e o estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

O trabalho está estruturado com uma introdução, seis capítulos, sendo três na primeira parte e três na segunda, as considerações finais e, por fim, a identificação das referências. Cada capítulo servirá de reforço a uma hipótese secundária. A parte I trata da centralidade do trabalho, dos fatores capitalistas que moldam as “crises das relações de trabalho” e, por último, da categoria analítica da terceirização. Na parte II serão abordados os desdobramentos históricos do setor de petróleo e a sua relação com a Petrobras, os antecedentes históricos do processo de reestruturação produtiva nesta empresa, o modo como esse processo foi implementado e, finalmente, a pesquisa de campo.

O primeiro capítulo parte da afirmação de que as formas históricas concretas de exploração capitalista, entre as quais está situado o processo de terceirização, não sinalizam por si para o fim da centralidade do trabalho. Sob esse aspecto será desenvolvido um excursus teórico sobre a caracterização das categorias centralidade e trabalho, dando-se especial enfoque ao insuperável caráter ontológico do trabalho e as suas categorias internas (teleologia, objetivação, exteriorização e causalidade). Serão adotados - como referências teóricas - os estudos de Marx, em sua obra *O*

⁴ Segundo a pesquisa de campo, esse tempo médio é de 26 meses se o recurso judicial interposto restringir-se ao TRT. Quando há também recurso para o TST, essa média é elevada para 43 meses.

Capital, as reflexões de Lukács (1987, 2004), em sua “Ontologia do ser social”, e as contribuições de Lessa (1997, 2002, 2005, 2006) e Infranca (2003) em relação à obra do aludido pensador húngaro. A análise da temática aponta em duas frentes: primeiro, para explicitar como o intercâmbio entre homem e natureza serve de mediação para a transformação do ser social; segundo, como essa mediação é negligenciada nas obras daqueles que ou negam o caráter fundante do trabalho ou apegam-se ao construto do trabalho imaterial para supor a superação do modo de produção capitalista, a exemplo do que sustentam respectivamente Habermas (2003a, 2003b), Negri e Lazzarato (2001).

No segundo capítulo, desenvolve-se a hipótese que aponta para a precarização⁵ das relações de trabalho como estágio do desdobramento de um processo cíclico da crise de valorização do capital. Tal processo, ao intensificar a desigualdade social como uma das pilastras da dinâmica capitalista, reproduz a essência do modo de produção vigente. Isso explica a impossibilidade de superação dessa dinâmica por intermédio da atuação de instituições capitalistas, tais como o Estado e a relação salarial.

A compreensão da crise está atrelada à historicidade da mundialização. Situar essa trajetória histórica e assimétrica da “globalização” é uma das condições para se perceber as atuais estratégias políticas da expansão capitalista. Com efeito, a mundialização econômica está hegemonicamente plasmada por uma política de interesses corporativos que explicitam crescentemente a relação entre o Estado capitalista e os antagonismos com os quais ele se depara. As dimensões sócio-econômicas e políticas da crise refletem o perfil do estágio capitalista: o de financeirização. O crescimento da finança mundial resulta na centralização do capital, permitindo-se o desencadeamento de um processo de controle, encampação e fusões empresariais, aprofundando a vinculação do capital financeiro mundial em relação ao setor industrial. Essa ligação requer do gestor industrial, além da qualidade de mandatário dos interesses dos acionistas, a atuação voltada para a valorização dos haveres financeiros e para o “humor do mercado de ações”. Entre os critérios de gestão empresarial que fomentam a valorização das ações destacam-

⁵ A precarização aqui significa a flexibilidade contratual que resulta no rebaixamento ou vulnerabilização das relações e condições de trabalho instáveis (SALERNO, 1995; BUONFIGLIO, 2000).

se aqueles que resultam num controle sobre a força de trabalho. Tais controles enfeixam-se num complexo de medidas que vão desde a liberalização do comércio internacional, passando pela flexibilização das relações de trabalho, pela deslocalização das empresas, pela terceirização (inclusive no plano mundial) e, por fim, pelo controle sobre a oferta do mercado de trabalho e sobre os salários.

A importância do trabalho comprova-se, ainda, pela especulação sobre o “mercado de futuros”. Recorrentemente crises financeiras irrompem-se com reflexos sobre a natureza e sobre o setor produtivo. No dizer de Chesnais (2005, p. 63), elas refletem um precipitado comportamento voltado para “valorizar a diferença entre as possibilidades da economia e as expectativas dos mercados [...]” gerando o que se chama de “crises gêmeas”, de sorte que o resfriado do setor produtivo torna-se uma pneumonia no mercado financeiro. Permeando essas crises há, de um lado, a pressão dos capitalistas pela expansão de suas atividades por meio da mercantilização dos bens sociais e, de outro lado, há a amplificação simultânea das demandas sociais que – a pretexto de serem apresentadas como mecanismos das democracias formais – são precariamente atendidas ou negligenciadas. É dentro desse contexto que deve ser analisada a relação entre os antagonismos da economia e da política. Isso implica debruçar-se sobre os pressupostos da política neoliberal e o sentido que vem sendo atribuído à “globalização”, levando em conta a sua complexificação e as resistências que lhe dizem respeito.

A terceirização enquanto categoria analítica será explorada no capítulo terceiro. Neste será avaliada a hipótese de que a terceirização, além de ser uma categoria em mutação, contribui para a precariedade e a informalidade das relações de trabalho, além de vislumbrar-se como estratégia para a valorização do capital.

No quarto capítulo analisa-se como o setor produtivo do petróleo constituiu-se num hábil instrumental para a valorização do capital, no século XX, e como a presença do Estado significou – como tendência – uma intromissão em defesa do capital privado. Nesse ponto será examinado, inicialmente, o desenvolvimento da indústria de petróleo no cenário internacional, em articulação com a história da Petrobras. Em seguida, será contemplado o estudo sobre o modo contraditório como esta empresa, ao apresentar-se como símbolo da “soberania nacional” e do “interesse supraclassista”, consolidou o seu controle sobre o setor produtivo do petróleo, no Brasil, e transformou-se em agente da defesa do capital privado. Serão

analisados, ainda, o processo de “desmonte” do monopólio da Petrobras, na década de 1990, a reação dos trabalhadores e os seus desdobramentos contraditórios, tendo como “marco simbólico” o acidente da P-36.

O processo de reestruturação produtiva será analisado de modo específico a partir do quinto capítulo. Esse processo, que coincidiu com a precarização das relações de trabalho no setor de petróleo, no Brasil, será examinado em dois planos articulados. No plano nacional, o processo ocorreu ao mesmo tempo em que houve a ação de desmonte do monopólio estatal e a reação dos trabalhadores efetivos em relação às novas condições de trabalho. No plano local, embora estivessem presentes os impactos das mudanças projetadas no cenário nacional, esse processo foi “facilitado” pelo reduzido custo da força de trabalho potiguar e pela presença do Estado como mediador das mudanças produtivas. Desse modo, será demonstrado que a reestruturação produtiva, no setor de petróleo do RN, consistiu em modificações nas técnicas de gestão da produção e da força de trabalho, possibilitando a introdução de novas tecnologias, a redução do pessoal do quadro efetivo, o aumento do número de trabalhadores terceirizados e a precarização das condições de trabalho.

A pesquisa de campo será aprofundada no sexto capítulo, no qual se analisará como a terceirização contribui para a precarização das relações de trabalho, mirando-se no caso dos trabalhadores das empresas contratadas pela Petrobras, no Rio Grande do Norte.

A prática da terceirização, enquanto forma de organização da produção compatível com a redução dos custos e dos riscos produtivos, está associada aos efeitos sobre as condições de trabalho do setor de petróleo. É sob essa ótica que a hipótese central permite perceber que a terceirização contribui para a precarização das condições de trabalho. Porém, a redução dos custos, longe de constituir-se num fim, é um meio que contribui para viabilizar a maior extração de mais-valia. Essa hipótese será explorada tomando como referência empírica o caso dos trabalhadores de empresas contratadas pela Petrobras, no Rio Grande do Norte, no período de 1998 a 2006. É nesse ponto de chegada que será possível ao leitor observar que toda a obra está atravessada pela idéia de que a crise sistêmica mundial - que assola o capitalismo - está diretamente vinculada às inovações na

gestão da produção e da força de trabalho, entre as quais se destaca a terceirização.

Aqui o modelo teórico do sistema mundial capitalista, desenvolvido por Wallerstein, é adotado como forma de capturar a explicação da realidade desentranhada no campo empírico, levando em conta as suas assimetrias estruturais e as consequências práticas do modo de teorizar a realidade. Afasta-se, portanto, o modelo de sistema fechado, unitário, invariável, que além de não possibilitar a criação de novas relações tende a caracterizar a disfuncionalidade como conjuntural e a estabilidade como estrutural.⁶ A concepção de sistema-mundo⁷ não se reporta a um sistema isoladamente, mas a um complexo de sistemas que se desenvolvem e se influenciam segundo leis históricas, conservando e transformando os seus elementos até a sua superação.

As formas elementares do capital (Dinheiro e Mercadoria) nas mãos do capitalista são imprescindíveis, mas não são suficientes para se transformarem em capital. Este se erige quando atendidas certas condições ou premissas que permitem a valorização do dinheiro adiantado, o que ocorre quando se produz a mercadoria com valor de troca e, principalmente, quando há nesse processo a

⁶ Para Pablo González Casanova, a confluência de disciplinas potencializou a divisão do trabalho intelectual, contribuindo para a emergência de incessantes mudanças nos paradigmas da pesquisa científica. Disso resultou que novos conceitos de sistema foram criados. Na teoria do conhecimento, o sistema foi comumente caracterizado pela interação entre os seus elementos. Porém, o modo como se desenvolve essa interação tem sido objeto de inúmeras variantes (sistemas adaptativo, aleatório, autopoietico, aberto, fechado, dialético etc). “A nova definição dos sistemas introduziu possibilidades de manejo metodológico e técnico que permitem passar do ‘todo’ para as ‘partes’ e das ‘partes’ para o ‘todo’ mediante procedimentos de tipo qualitativo e quantitativo, com elementos de reflexão teórica, experimental e empírica que mudam de níveis de abstração nos processos de pesquisa, análise, reflexão e ação. Representa, assim, uma novidade diante do tipo de sistema da filosofia tradicional, que se maneja geralmente num mesmo plano de abstração e sem controle rigoroso e constante das mudanças de níveis ou de escalas de generalizações. (CASANOVA, 2006, p. 36).” Segundo o professor mexicano, a teoria sistêmica adotada por Wallerstein compatibiliza-se com a historicidade. O “sistema histórico é aquele que inclui os sistemas que ‘produzem a existência’, que são auto-regulados, adaptativos e criadores e que ‘entram em relações determinadas, necessárias, independentemente de sua vontade’ [Marx]. Combina a auto-organização e a co-evolução dos sistemas complexos desde seu surgimento até sua extinção.” (op. cit, p. 334).

⁷ São características epistemológicas da perspectiva de sistema-mundo: a “globalidade” ou “totalismo” que, diferentemente da “globalização” caracterizada pelo “mercado reificado”, designa as assimetrias dos sistemas-mundo como partes de um complexo chamado mundo; a historicidade, haja vista que a totalidade deve ser apreciada dentro de uma realidade espaço-temporal; a unidisciplinaridade, tendo em conta que a realidade espaço-temporal demanda uma abordagem integrada, tornando-se, portanto, impertinente separar-se a economia em relação à política e à cultura, posto que estas partes subsistem somente na totalidade; e o holismo que é pensar sem as fronteiras das divisões clássicas das ciências sociais, construídas desde o século XIX, mas sem deixar de perceber as consequências práticas do pensar (WALLERSTEIN, 2002).

apropriação do trabalho não pago, conservação do valor adiantado e, como finalidade precípua, quando há a extração de mais-valia.

Uma das condições ou premissas do processo imediato de produção, segundo Marx (1994, p. 189), é a de que as pessoas na sociedade capitalista se defrontem “livremente” enquanto possuidores de mercadorias:

Para transformar dinheiro em capital, tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender.

A redução de custos, enquanto tática predominante do capitalista que utiliza a terceirização, torna-se possível quando se altera a parte variável da composição orgânica do capital. Essa modificação decrescente dos custos afeta diretamente as condições de trabalho e, em conseqüência, as condições de produção. Aqui, quando se fala em condições de trabalho, há o propósito de reportar-se às condições sob as quais a força de trabalho é comprada e vendida. São as condições de troca, ou seja, o conteúdo das situações experimentadas pelos trabalhadores na compra e venda da exploração do trabalho.

No caso da Petrobras, as condições de trabalho e de produção estão deteriorando, mesmo porque os trabalhadores das contratadas, além de prestarem serviços nas instalações dessa empresa, executam tarefas que antes eram realizadas por trabalhadores efetivos. Estes ainda deparam-se ante as condições de trabalho consideravelmente melhores do que os empregados das empresas contratadas. Porém, essas vigentes e deterioradas condições de trabalho estão mascaradas pelo véu diáfano da tecnologia propagada pela Petrobras. Isso se dá porque a inovação tecnológica passou a servir como um biombo para se esconder a intensificação do processo de precarização das condições de trabalho e de declínio das condições de produção.

O objetivo geral da pesquisa é identificar como o processo de terceirização, no contexto da reestruturação produtiva, articula-se com as novas condições de trabalho. São objetivos específicos, do presente trabalho: conhecer os caracteres da terceirização e das condições de trabalho no âmbito das empresas contratadas pela Petrobras, no Rio Grande do Norte; analisar, com o auxílio dos dados coletados, a

importância do processo de terceirização, no contexto da precarização das condições de trabalho existentes no âmbito das empresas contratadas; e, por fim, propor um estudo teórico-empírico capaz de suscitar a problematização de alternativas diante dos efeitos negativos de tais condições sobre os trabalhadores.

A pesquisa se justifica em face das modificações ocorridas no mundo do trabalho, a partir do final do século XX, com reflexos diretos sobre as relações sociais. A importância teórica consiste em perceber o modelo explicativo da crise num panorama que é cada vez mais mundializado e marcado por transformações na gestão da produção, do processo e da força de trabalho. Esse aporte teórico contribuirá ainda para se explicar a terceirização, no contexto da reestruturação produtiva, e os postulados do modelo que se instalou desde a chamada crise do fordismo.

Até aqui interessa destacar-se a afirmação de que há uma conexão entre as metamorfoses mundiais na ordem econômica e a mudança na gestão da produção e da força de trabalho. Tal relação afeta os setores produtivos e, em especial, a indústria de petróleo que é considerada estratégica para a economia mundial e para a organização da força de trabalho, haja vista que a alteração da matriz energética influencia o regime capitalista de acumulação.

As crises da década de 1970 evidenciaram a importância do petróleo para a economia mundial. O Brasil detém hoje uma das 15 maiores reservas provadas de petróleo do planeta e é o país, entre os não-orientais, que vem obtendo o maior ritmo de elevação constante das reservas, garantindo assim sua autonomia para atender o mercado interno por 34.3 anos, média esta superada, no ocidente, apenas pela Venezuela (69.7 anos) e pelo México (46.2 anos) (PETRÓLEO..., 2003).

O ápice do desenvolvimento da indústria de petróleo no Brasil se deu em 2006 com a auto-suficiência em petróleo. Esse destaque foi obtido mediante a atuação da Petrobras, maior empresa latino-americana, que é também a maior detentora e exportadora da tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas, décima-quarta⁸ maior empresa petrolífera do mundo com lucros que

⁸ Ranking das maiores petroleiras: 1ª. Saudi Aramco (Arábia); 2ª. Exxon Mobil (EUA); 3ª. PDVSA (Venezuela); 4ª. Nioc (Irã); 5ª. BP (Reino Unido); 6ª. Shell (Reino Unido/Holanda); 7ª. Total (França); 8ª. Chevron (EUA); 9ª. Pemex (México); 10ª. PetroChina (China); 11ª. ConocoPhillips (EUA); 12ª. Sonatash (Argélia); 13ª. KPC (Kuwait); 14ª. Petrobras (Brasil); 15ª. Pertamina (Indonésia) (SOARES, 2006).

evoluíram de 640 milhões de dólares em 1996 para 2,3 bilhões de dólares em 2002. Entre as gigantes mundiais de petróleo, a Petrobras é a que mais cresceu nos últimos cinco anos, obtendo lucros líquidos de 6,1 e 6,7 bilhões de dólares, em 2003 e 2004, respectivamente, sendo que, em 2005, a aludida margem aumentou aproximadamente 40%, ultrapassando os 10 bilhões de dólares (PETROBRAS, 2006b, 2006e).

Esse desempenho da Petrobras conta com a importante participação do petróleo explorado no Rio Grande do Norte⁹, segundo maior pólo produtor de petróleo do país e o primeiro da produção em terra. A exploração na bacia potiguar compreende quinze municípios.¹⁰

Atualmente, a Unidade de Negócios que compreende o RN e o CE (UN-RNCE) é responsável por 71 concessões, 62 campos terrestres e 6 marítimos que produzem 103 mil barris de petróleo e 4 milhões de metros cúbicos de gás diariamente. Somente o Ativo de Produção da região de Mossoró, que compreende oito municípios do Rio Grande do Norte (Areia Branca, Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Mossoró, Serra do Mel e Upanema) e dois no Ceará (Aracati e Icapuí), conta atualmente com 669 trabalhadores efetivos e 3.856 prestadores de serviços (PETROBRAS, 2006a, 2006b, 2006c).

O setor do petróleo, além de implicar em trabalho perigoso, complexo, interdependente, contínuo e coletivo¹¹, favorece a degradação das condições de trabalho¹² e a reprodução de modos tayloristas aos terceirizados, tais como extensas jornadas, falta de treinamento¹³ e vulnerabilidade aos acidentes¹⁴. Para ilustrar tal afirmação, vale ressaltar que dos 133 acidentes fatais ocorridos na Petrobras, entre 1998 e julho de 2003, 102 dos mortos eram prestadores de serviços

⁹ Entre 1998 e 2001, a Petrobras tornou-se maior no RN, visto que nesse período as suas instalações de equipamentos e dutos automatizados cresceram em torno de 60%; a empresa aumentou em 247,8% o seu recolhimento de ICMS (R\$ 129,4 milhões em 2001) e em 181% e 454,4% os valores pagos em royalties ao poder público e aos proprietários, respectivamente. Em 2003, a empresa pagou no RN 237 milhões de reais de ICMS e 230 milhões de *royalties* (VARELA, 2002). No período de 1976 a 2004, segundo informe da Petrobras, os investimentos no RN somaram 13,7 bilhões de dólares (PETROBRAS, 2006b).

¹⁰ Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra, Upanema, Governador Dix-Sept Rosado, Areia Branca, Mossoró, Serra do Mel, Carnaubais, Alto do Rodrigues, Açú, Porto do Mangue, Macau, Pendências e Guamaré.

¹¹ (FERREIRA; IGUTI, 1994).

¹² (GIL, 2000; DIEESE, 1994).

¹³ O termo treinamento aqui é utilizado no sentido de contemplar o desenvolvimento das habilidades individuais (DUBAR, 1998).

¹⁴ (GIL, 2000; DRUCK, 1999)

(TERCEIRIZADOS..., 2003), o que reflete - principalmente durante a última década - a intensa opção adotada pela empresa rumo à terceirização e a redução paulatina do número de trabalhadores efetivos.

Um fato emblemático que fez irromper as atenções para a questão da terceirização no âmbito da Petrobras foi o acidente em alto-mar, na bacia de Campos-RJ, ocorrido com a plataforma 36 (P-36), em 15 de março de 2001. O fato serviu também para que se realçasse o caráter peculiar das relações de produção no setor de petróleo. Imediatamente após o ocorrido, a FUP denunciou que, de 1998 a 2001, já eram 76 o número de petroleiros terceirizados mortos em acidentes de trabalho (ACIDENTES..., 2001, p. B-5).¹⁵ Em resposta à denúncia, o então presidente da empresa, Henri Philippe Reichstul (2001), afirmou:

Há um número excessivo de empresas trabalhando para nós. E com contratos de curta duração. Isso pode inibir o investimento dessas empresas em formação e treinamento de pessoal, porque elas não têm a certeza de que vão renovar o contrato.

Porém, foi somente após o episódio da P-36, sobretudo com o advento do governo Lula, que a empresa procurou impedir a contínua redução do número de efetivos na empresa, inclusive realizando concursos públicos a partir de 2002, a ponto de as novas contratações representarem - no período de 2001 a 2006 - um aumento de 34,84% no número de efetivos.

A Petrobras, no período de 1989 a 2001, encolheu aproximadamente em 43% o seu quadro de efetivos, embora em igual período tenha duplicado a sua produção. Em 2003, após o impacto do acidente da P-36, o TST apresentou ao jornal Folha de São Paulo um *ranking* das empresas com o maior número de demandas trabalhistas, entre as quais se destacou a Petrobras, conforme quadro a seguir:

¹⁵ De 1998 a março de 2001, 92 trabalhadores morreram em acidentes ocorridos no âmbito da Petrobras. Esse aumento do número de acidentes, segundo as entidades sindicais ligadas aos petroleiros, é consequência da inversão de prioridades da Petrobras que, no período compreendido entre 1996-2001, resolveu incrementar o processo de terceirização e, em consequência, promoveu a demissão de 22 mil trabalhadores do seu quadro efetivo.

EMPRESAS CAMPEÃS DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA		
Ranking	2002	2003
1º	Banco do Brasil	Banco do Brasil
2º	Fiat	Caixa Econômica Federal
3º	Caixa Econômica Federal	Fiat
4º	Bradesco	Petrobras
5º	Petrobras	Cia. Estadual de Energia Elétrica
6º	União Federal	Banespa
7º	Banerj	Unibanco
8º	Unibanco	INSS
9º	Rede Ferroviária Federal	Bradesco
10º	Banespa	Rede Ferroviária Federal

Quadro 1 – Empresas campeãs de reclamações trabalhistas.

Fonte: Dados do TST divulgados pela imprensa (QUEM..., 2003, p. B-4).

As informações mencionadas reforçam a importância da pesquisa. Sob o aspecto prático, a pesquisa analisa as condições de trabalho em relação aos trabalhadores das contratadas pela Petrobras, na UN-RNCE. Essa tarefa torna-se mais relevante na medida em que a Petrobras é a maior empresa em operação no Estado do RN, de sorte a gravitar em torno de sua atividade um considerável contingente de trabalhadores terceirizados. O resultado prático-teórico da pesquisa servirá para retratar a singularidade e a importância da terceirização no setor de petróleo potiguar.

Mapeadas as hipóteses mencionadas, apresentados o objetivo traçado e a justificativa da pesquisa, passa-se agora ao complemento das referências teórico-metodológicas adotadas.

No tocante à metodologia, a pesquisa foi executada em três etapas. A primeira etapa, além de ensejar a intensificação da pesquisa bibliográfica, teve uma finalidade exploratória e contribuiu para caracterizar o setor investigado, identificar o perfil dos trabalhadores envolvidos, das empresas contratadas e das suas respectivas atividades. Ainda nessa etapa verificou-se que aproximadamente 80% dos conflitos judiciais trabalhistas, envolvendo trabalhadores de 51 empresas contratadas pela Petrobras, concentravam-se na região de Mossoró.

De posse desses dados, partiu-se para o levantamento de todos os casos em que houve condenação judicial, o que resultou na análise de 460 processos

trabalhistas, referentes ao período de 1998 a 2002. As 51 corporações contratadas pela Petrobras – no período aludido - são, em regra, de porte médio a pequeno e basicamente atuam nos setores de construção, montagens, transportes, manutenção, hotelaria, alimentação, vigilância e limpeza.

A atuação dessas empresas foi também analisada a partir das consultas aos 704 autos de fiscalização realizados pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT-RN) com o objetivo de se identificar quais as violações que as mesmas cometeram em relação à observância das normas trabalhistas, inclusive às relacionadas à higiene, segurança e medicina do trabalho.

A exemplo da metodologia empregada por Carvalho Neto (2001), a pesquisa foi executada a partir da coleta de documentos e da aplicação de questionários que foram elaborados levando-se em consideração os seguintes blocos temáticos: remuneração; benefícios; duração do trabalho; segurança e saúde; relação sindicato/empresa; representação dos trabalhadores; gestão das inovações tecnológicas e organizacionais; e contrato de trabalho.

O trabalho de campo, que constituiu a terceira etapa, contou com a aplicação de 98 (noventa e oito) questionários¹⁶ aos trabalhadores subcontratados e 103 (cento e três) aplicados aos efetivos. A aplicação dos questionários aos terceirizados foi viabilizada da seguinte forma: 47 (quarenta e sete) foram aplicados no campo, na região de Mossoró, entre os meses de março e abril de 2004; 38 (trinta e oito) foram por ocasião do Congresso Regional dos Petroleiros, realizado em Natal, em 20 de maio de 2004; 13 (treze) por ocasião do Encontro Estadual dos Trabalhadores das Subcontratadas da Petrobras, realizado em Mossoró, em 26 de junho de 2004. Setenta e nove, entre os terceirizados entrevistados, eram lotados em Mossoró e correspondiam a aproximadamente 2,8% dos não efetivos lotados no Ativo de Mossoró.¹⁷

Em relação aos efetivos, os 103 questionários foram aplicados durante o mês de maio de 2006 em três campos de produção, localizados na região de Mossoró, a saber: Canto do Amaro; Riacho da Forquilha; e Fazenda Belém. Foi distribuído a cada trabalhador um questionário, contendo 10 perguntas abertas e 22 fechadas, com a finalidade de levantar informações sobre as condições de trabalho dos

¹⁶ Os questionários aludidos, aplicados aos terceirizados, tinham 40 questões, sendo 20 abertas.

¹⁷ Márcio Dias, atual Secretário Geral do SINDIPETRO-RN, em entrevista concedida ao autor no mês de setembro de 2006, afirmou que em 2004 existiam 2788 terceirizados, lotados no Ativo Mossoró.

petroleiros pertencentes ao quadro de pessoal da Petrobras. A amostra contemplou 12,6% dos 815 empregados efetivos lotados no Ativo de Mossoró.¹⁸

A pesquisa de campo¹⁹ – principalmente na parte dos questionários – demonstra como relevantes os diversos níveis de precarização a que estão submetidos os petroleiros. Em relação à análise do discurso, o trabalho tangenciará a questão da subjetividade a partir da experiência, ou seja, a partir do binômio - já identificado por Thompson (1987a, 1987b) – que gravita entre a estrutura e a condicionalidade. Tal excursão será o reflexo das implicações contempladas pelas questões abertas, contidas nos questionários. Conquanto estes denotem aspectos da subjetividade, capazes de remeter o leitor a abundantes pontos de discussão, tais particularidades não figuram entre as preocupações centrais da pesquisa, por isso mesmo não será ofertada – nesse particular aspecto - uma expectativa em relação à abordagem de fundo, o que não implicará dizer que a questão passará despercebida no texto. A pesquisa também não tem por objetivo central avaliar o comportamento do movimento sindical frente à terceirização, embora a reflexão sobre esta prática em alguns momentos do trabalho resulte na análise das práticas e tendências do movimento sindical.

Os elementos teóricos da presente tese contribuem para demonstrar que a precarização do trabalho é parte de uma crise maior, isto é, de uma crise de reprodução, de natureza sistêmica, que se desenvolve com as contradições²⁰ históricas do modo de produção capitalista. Perceber a dinâmica dessa crise demanda explorar a sua historicidade valendo-se da agudeza da crítica sob uma perspectiva revolucionária.

Refletir sobre a historiografia é colocar-se diante de uma cruzada epistemológica e metodológica. Assumindo aqui esse desafio, o presente trabalho

¹⁸ O número de efetivos lotados no Ativo de Mossoró foi informado pela Petrobras (2006d) e é referente ao mês no qual ocorreu o levantamento, ou seja, abril de 2006.

¹⁹ As duas etapas iniciais da pesquisa foram custeadas com recursos próprios do autor. A terceira etapa, referente à pesquisa de campo, coordenada pelo Professor Valdemar S. Pedreira Filho, contou com a colaboração de estudantes auxiliares da base de pesquisa *Cultura, Política e Educação*, ressaltando-se, todavia, que, em relação à aplicação dos questionários, contou-se com a colaboração da Pró-Reitoria de Extensão da UFRN, na gestão do Prof. Willington Germano, e do SINDIPETRO que arcaram parcialmente com os gastos pecuniários referentes ao auxílio pesquisa.

²⁰ “Entende-se por contradições as incongruências, as incoerências, as inseqüências, as posições, as lutas, os efeitos não desejados ao resolver um problema ou alcançar uma meta. E mais: as conquistas e metas alcançadas geram novos problemas que fazem vítimas não só entre os contrários [...]. Entende-se por dialética as tentativas de dar sentido às contradições.” (CASANOVA, 2006, p. 150).

parte da premissa de que o debruçar-se sobre a história implica não apenas buscar a história que descobre a realidade, mas a história que se descobre na realidade, de modo a contemplar a relação entre os homens permeada pelas suas condicionalidades materiais.

Foi a partir da constatação da história-como-relação que Marx delimitou o que vem a ser o método histórico. Trata-se de uma reflexão sobre o fazer-a-história enquanto relação. Isso permitiu a Marx encontrar a base sob a qual são tecidas as condicionalidades das relações sociais.

Nenhuma condicionalidade é fruto absoluto da ação da natureza, mas da ação sobre a natureza. Depois da técnica, o poder da natureza é tanto menor quanto mais se encontra reconhecido e quase-dominado pelo homem, único ser que consegue imaginar-se separado da (sua) natureza.

Com os avanços tecnológicos, o homem passou a ter maiores condições de investigar as “instituições naturais” e, dentro do possível, atenuar e ou precaver-se em relação aos seus efeitos. O homem procurou ter poder como algo que lhe desse previsibilidade. Esse poder do homem não significa outra coisa senão a expressão de uma força que se volta para estabelecer um domínio sobre a natureza. Nesse sentido é de se concordar com Pierre Vilar quando este afirma que a natureza não impõe, “dentro de certos limites, a precisar, ‘*pro-põe*’ ou ‘*o-põe*’” (VILAR, 1983, p. 91). Saber como o homem, enquanto parte da natureza, propõe ou opõe, implica sobretudo constatar que o homem só propõe ou opõe numa dada relação de alteridade. Não é comum que o homem se oponha declaradamente a si mesmo. Por igual premissa, deduz-se que o fato de alguém propor a si alguma coisa não é suficiente para se atingir o seu objetivo, visto que a necessidade do homem só é possivelmente atendida no âmbito da coexistência humana. Portanto, é na relação entre os homens que se manifesta a luta pelo poder de dominar a natureza. É no âmbito dessas relações que - historicamente - são construídas as condicionalidades da relação em si.

A superação dessas condicionalidades demanda ir de encontro às relações reais. Na obra *A Ideologia Alemã*, escrita em parceria com Engels, Marx reconhece que “todos os homens devem ter condições de viver para poder ‘fazer a história’” (MARX; ENGELS, 1989, p. 21). Nesse sentido, o homem tem a capacidade de

escrever a sua história, à medida que consegue superar as relações históricas que se articulam com as suas próprias condicionalidades materiais.

Marx destaca que não existe uma história autônoma ou independente em relação aos homens. Ele chega a afirmar que a religião, a moral, a metafísica ou qualquer outra forma de expressão da idéia, não têm história. Elas representam antes a história dos homens construída pelos homens. Por isso, não será exagero dizer que a história – desde os primórdios – é a história das atividades humanas. Para Marx e Engels, o homem inicia sua história de forma penosa e competitiva, haja vista que a sua necessidade é produzir os seus meios de subsistência. É nessa relação com o seu semelhante que os homens passam a subjugar alguns ou serem subjugados por outros. São essas percepções que definem uma história das relações materiais como uma teoria da história:

A história não é senão a sucessão das diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais, as forças produtivas que lhe são transmitidas pelas gerações precedentes; assim sendo, cada geração, por um lado, continua o modo de atividade que lhe é transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas, e, por outro lado, ele modifica as antigas circunstâncias entregando-se a uma atividade radicalmente diferente; chega-se a desnaturar esses fatos pela especulação, fazendo-se da história recente a finalidade da história anterior. (MARX; ENGELS, 1989, p. 46).

Um detalhe que perpassa essa percepção da história é a própria reprodução dos ciclos de exploração a influenciar o mundo sensível. Trata-se de um legado das forças produtivas, isto é, algo visto como missão histórica das gerações que oscilam entre a concentração de energia na esfera produtiva e a radicalização na esfera financeira. Nesse redemoinho está entremeada a ciência (“a incessante criação material dos homens”), um dos fatores que contribuem para radicalizar as transformações no fazer da exploração, e a divisão do trabalho, considerada “uma das principais formas de exploração da história”, representada principalmente na estratégica separação entre a atividade intelectual e a atividade manual, ou seja, entre quem pensa e quem executa o trabalho.

Qualquer tentativa de superação da relação de exploração (que pressupõe uma relação entre quem compra e quem vende a força de trabalho) – segundo Marx – suscitaria a revolução contra a classe que controla as desigualdades materiais. A revolução é o meio para se pôr a descoberto o falseamento da realidade que

alimenta a exploração entre os homens. Isso implicaria desmascarar a falsa noção de que o Estado é neutro e, portanto, é o defensor dos interesses comuns em contraposição aos interesses de classes. A superação pressupõe um processo de substituições que implique nas “descortinações” do ilusório, do político, dos discursos e das formas. Não por acaso Pierre Vilar (1983, p. 109) adverte: “[...] sob o ilusório, deve buscar o real; sob o político, o social; sob o interesse geral, o interesse de classe; sob as formas do Estado, as estruturas da sociedade civil.”

O alerta é conclusivo para a pretensão deste trabalho. Descortinar a realidade dos homens implica saber o que lhes confere a existência humana. Tanto Marx quanto Lukács demonstraram que o trabalho é uma eterna necessidade dos homens. Esta premissa teórica da centralidade ontológica do trabalho é parte estruturante do debate sobre o mundo do trabalho. É somente depois de esclarecido esse pressuposto teórico, cuja abordagem será desenvolvida no primeiro capítulo, que se partirá para a discussão sobre a terceirização.

Tomando como base o referencial ora adotado, a terceirização é vista como uma intensificação das contradições verificadas no processo histórico que integra o complexo reprodutivo do modo de produção capitalista. Partindo da necessidade de compreender como essas contradições e crises se articulam na constituição do capitalismo, e agem sobre a gestão da força de trabalho, o presente texto tem o propósito de demonstrar que a crise, que caracteriza a realidade do mundo do trabalho, não é casualidade ou acidente externo, é sobretudo decorrência de uma lógica inerente ao próprio processo vital de reprodução do capitalismo.

A compreensão dessa crise, longe de apontar para o fim da centralidade do trabalho (cf. capítulo 1), será estabelecida no presente texto com o auxílio do paradigma de Marx, tarefa esta que se complementa nas reflexões de Arrighi (1996a), Wallerstein (1998a, 1998b, 2002a, 2003b) e Mandel (1985, 1990). É a partir de tais autores que será explorado o esboço teórico do trabalho no sentido de apontar que a crise: é de reprodução do capitalismo; é histórica; e, por fim, é sistêmica. Esse tríptico aspecto (endógeno, histórico e sistêmico) constitui o suporte teórico fundamental que perpassa o presente texto e que será mais bem explicitado a partir de agora.

A crise do modo de produção capitalista é discutida por Marx no debate sobre a reprodução, simples e em escala ampliada, e baseia-se na tese de que a

concorrência imprime uma tensão, uma instabilidade permanente ao capitalismo, levando-o a um desenvolvimento irregular. A reprodução simples e a ampliada correspondem ao consumo e a acumulação, respectivamente. Produzir e consumir são dois fluxos indispensáveis para a reprodução do modo de produção capitalista. É nesse sentido que se diz que as condições de produção são também as condições de reprodução do capital: “A produção capitalista, encarada em seu conjunto, ou como processo de reprodução, produz não só mercadoria; não só mais-valia; produz e reproduz a relação capitalista: de um lado, o capitalista; e do outro, o assalariado.” (MARX, 1994, p. 673).

Marx, ao estudar as leis de movimento capitalista, a exemplo daquelas referentes à tendência decrescente da taxa de lucro e à tendência à produção de mais-valia relativa, evitou fincar-se em abstrações determinantes. O ponto de partida do seu método de análise tomou como referência a realidade das relações sociais e as reflexões que contribuíram para a elaboração de leis abstratas. Depois desse trajeto, do concreto para o abstrato, Marx introduziu-se novamente no concreto, porém, com a peculiaridade de que agora este teria a densidade de ser referenciado como um “concreto pensado”, estágio capaz de viabilizar a ação sobre a realidade. Essa dialética de Marx implicava a análise mediada pela relação histórica definidora da realidade, ou seja, ele tinha a percepção de que ninguém apreende o conhecimento sem antes ter mergulhado na realidade histórica que lhe diz respeito.

Ao partir da realidade, Marx procurou identificar as condições materiais de existência do homem. Foi desse modo que ele verificou que a mercadoria era a forma social mais elementar que o produto do trabalho assume quando a produção envolve as relações de troca, em função daquilo que se convencionou chamar de teoria do valor. Uma consequência específica do processo de produção capitalista é a mais-valia, obtida a partir do sobretrabalho, ou seja, do excedente do tempo de trabalho socialmente necessário para pagar o salário do operário. Todavia, é por meio do processo de trabalho que ocorre a valorização do capital, haja vista que somente em tal etapa é que entra o componente vivo do trabalho que concorre para a autovalorização do trabalho objetivado.

É possível que se diga, e não sem razão, que o paradigma marxista não contempla as explicações para dar conta de todos os fenômenos que se sucederam ao capitalismo. Porém, conquanto não seja o único, o referencial marxista, por

representar o modelo de análise que explorou mais profundamente a essência do capitalismo, tornou-se imprescindível ao estudo da dinâmica do modo de produção vigente. Não por acaso, Marx, a partir do seu método dialético, demonstrou o processo constitutivo das chamadas leis de movimento capitalista e esboçou o modo como se dá a sua reprodução, ou seja, por meio de rupturas.

Segundo Mandel (1985), a expansão do capitalismo é antecedita por uma fase na qual o capital se vê acumulado e ocioso. O que leva o capitalista a investir na produção é a obtenção do superlucro, ou seja, de atingir uma margem de lucro superior a sua taxa média, a qual não se obtém sem uma considerável redução dos custos de produção. Os meios para se obter os superlucros são: a inovação tecnológica; a melhor produtividade; a força de trabalho a baixo preço; e a aquisição de matérias primas a preços reduzidos. Todavia, não é possível a obtenção de superlucros sem a crescente dominação de umas empresas sobre outras, de um setor em relação aos outros e de uma região em relação às outras.

As fontes de superlucros, no dizer de Mandel, estão correlacionadas ao aperfeiçoamento da dominação e da exploração exercidas pelo capitalista sobre um determinado setor (p. ex.: Agricultura), sobre regiões (colônias e semicolônias) e sobre ramos industriais (segmento industrial menos desenvolvido). Essa relação de dominação pode ser bem ilustrada com o processo de terceirização, algo que foi destacado por Mandel (1985, p. 58):

[...] Marx anteviu, o que se apresentou em sua forma plenamente desenvolvida apenas no capitalismo tardio da atualidade, que as diferenças no nível de lucro despontam a partir da concorrência entre capitais e da condenação inexorável de todas as firmas, ramos industriais e áreas que se deixam ultrapassar nessa corrida e que, por isso, são forçadas a ceder uma parte de sua 'própria' mais-valia aos que a lideram. O que é esse processo, senão a produção permanente de firmas, ramos industriais, áreas e regiões subdesenvolvidas?

Cada ciclo capitalista contempla uma expansão e uma contração no processo de realização, sendo que este último movimento denota um declínio da taxa de mais-valia e de acumulação. É a partir desse declínio que se caracteriza a crise de superprodução, a qual deve ser explicada como uma decorrência das leis que governam o modo de produção capitalista e que estão a influenciar a trajetória do ciclo completo da curva da taxa de lucros.

A taxa e a massa de lucro aumentam no período de expansão e declinam na depressão, marcando assim o processo de cada ciclo, isto é, como um processo de aceleração-desaceleração. Isso se dá porque não é possível ao modo de produção capitalista assegurar a valorização indeterminada do capital. Há um termo que divisa esses períodos, porém, o termômetro que sinaliza essa mudança de rota é informado pela taxa de lucros.

Vindo a crise, o capital é em parte depreciado em movimentos cíclicos que, segundo Mandel, se sucedem a cada 5, 7 ou 10 anos, tempo em que a reprodução ampliada se completa e que a máquina utilizada “se paga”, promovendo a chamada liberação do capital fixo. Determinar precisamente um lapso temporal no qual se manifestam tais oscilações, a exemplo do que fez Mandel, torna-se cada vez mais difícil, haja vista que os tempos de maturação dos ciclos capitalistas variam conforme as particularidades históricas das formações sociais nas quais se encontram operando o capital. Na atualidade esse tempo se reduz à medida que se torna cada vez mais acentuada a “taxa decrescente do valor de uso”, conforme o termo destacado por Mészáros (2002).²¹

O ciclo econômico, na visão de Marx, corresponde temporalmente ao processo completo de renovação do capital fixo, ou seja, equivale ao período de tempo demandado para se completar a reprodução ampliada. Mandel (1985, p. 77) parte dessa percepção de Marx para colocar a inovação técnica (a introdução da maquinaria) como elemento importante para cada novo ciclo de reprodução ampliada:

O elemento característico do modo de produção capitalista, entretanto, é o fato de que cada novo ciclo de reprodução ampliada começa com máquinas diferentes das do ciclo anterior. No capitalismo, sob o látigo da concorrência e da busca permanente de superlucros, são feitos esforços contínuos para diminuir os custos de produção e baratear o valor das mercadorias mediante inovações técnicas.

O leitor pode concluir, à primeira vista, que Mandel coloca a tecnologia como “o elemento fundamental” da inovação. Porém, o citado autor, ao discorrer sobre a desigualdade como um fator de reprodução do capitalismo, permite a dedução de que o capitalismo contempla simultaneamente a inovação do padrão tecnológico e a

²¹ “De fato, essa tendência de reduzir a taxa de utilização real tem sido precisamente um dos principais meios pelos quais o capital conseguiu atingir seu crescimento verdadeiramente incomensurável no curso do desenvolvimento histórico.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 661).

manutenção do padrão atrasado, além da conjugação dos setores primário, secundário e terciário. Essa desigualdade entre os capitais influencia o processo de acumulação, bem como se reproduz numa velocidade e numa extensão contínua. “A própria acumulação do capital produz desenvolvimento e subdesenvolvimento como momentos mutuamente determinantes do movimento desigual e combinado do capital.” (MANDEL, 1985, p. 78).

A combinação moderno-atrasado auxilia a compreender-se a heterogeneidade interna do proletariado. O trabalhador rural, por exemplo, não consegue obter um mesmo *status* em relação ao urbano, seja em relação aos direitos previdenciários ou trabalhistas. O campo figura, portanto, como “palco virtuoso” que reproduz ao mesmo tempo a força de trabalho e o alimento barato, contribuindo sob dois aspectos: para o baixo custo da reprodução interna (rural) e externa (urbana) da força de trabalho e para a acumulação capitalista. Essa combinação continua a existir no Brasil. Sob o capitalismo, o moderno e o atrasado não se rivalizam, como sugeriu Celso Furtado, antes se associam.

Nesse sentido, Francisco Oliveira (2003c, p. 46), diferentemente de Furtado (2000), refuta a dualidade ao não admitir o urbano e o rural como pólos antagônicos da economia, mas como instâncias que se complementam, principalmente sob o aspecto dos fatores de produção:

Entre 1944 e 1965, os preços de atacado dos gêneros alimentícios em geral sobem do índice 22 ao índice 3.198, enquanto os preços correspondentes dos produtos industriais sobem do índice 52 ao índice 5.163, do que se depreende o argumento utilizado acima, rejeitando-se o argumento contrário, muito da tese cepalina, de que os custos da produção agrícola obstaculizavam a formação do mercado industrial.

Essa necessidade de o capitalismo rebaixar o custo da reprodução da força de trabalho se expande nas cidades com o setor de serviços. Uma conjectura do que ora se afirma pode se dar em uma cidade na qual os filhos dos trabalhadores utilizam-se de creches coordenadas por organizações não-governamentais. Outro exemplo se verifica quando o trabalhador constrói sua própria casa em regime de mutirão. Todos aqueles vizinhos que dedicaram horas “gratuitas” de trabalho para aquela construção estão de certo modo contribuindo para reproduzir o baixo custo da força de trabalho.

Em suma, o processo de renovação – na reprodução ampliada – é necessariamente uma decorrência do emprego de uma tecnologia superior. Mas a inovação, por não se reduzir à mera renovação do maquinário, verifica-se também com o emprego de conhecimentos e de técnicas que potencializam as mudanças na forma de organização da produção, a exemplo do que ocorre com a terceirização. Isso consiste em afirmar-se que o sentido lato de inovação tecnológica, por dirigir-se a problemas relacionados com a produção, está atrelado a um processo amplo de reestruturação produtiva.

A reestruturação produtiva é um desdobramento das crises sistêmicas do capitalismo. Compreendê-la demanda, portanto, a idéia de ciclo, isto é, a percepção das formas contínuas e descontínuas sob as quais são cimentadas as normas constituídas na realidade da longa duração. Essa compreensão crítica da realidade permite dissecar o tripé crise-reestruturação-reorganização que potencializa a mobilidade espacial do capital. Tal capacidade de reestruturação e de adaptação do capitalismo é uma característica da sua reprodução que se dá com uma flexibilidade ampla, conforme lembra Arrighi (1996b).

Arrighi (1996b) confirma em sua obra a pertinência e atualidade da fórmula do capital elaborada por Marx (D-M-D'). A equação marxiana - ao principiar com o "Capital-Dinheiro" - pressupõe uma fase de expansão material na qual M (Capital-Mercadoria) significará aplicações em infra-estrutura e uma maior rigidez capaz de assegurar o retorno dos investimentos. Ato contínuo, vem a fase de expansão financeira marcada pela necessidade de liquidez (M-D'), flexibilidade e liberdade de escolha.

A fase de expansão financeira (D) é uma decorrência das possibilidades de escolhas limitadas pela política econômica. Se ao capitalista, em um dado momento, não compensar transformar o dinheiro em mercadoria, resta-lhe o próprio dinheiro como "mercadoria", ou seja, sobeja-lhe a "liberdade" de optar por meios que possibilitem maior liquidez aos seus ativos, o que na maioria das vezes coincide com a monetarização dos seus recursos de modo a permitir maior flexibilidade.

Comparando os ciclos sistêmicos²² de acumulação adotados por Braudel²³ e trabalhados na obra de Arrighi, observa-se quanto recorrentemente o capitalismo se divide entre o objetivo de flexibilidade na fase de expansão financeira e de certa rigidez na fase de expansão material. É que nesta há uma ação mais proativa por parte do Estado que parece adquirir uma relevância desproporcional à medida que exerce o poder de polícia, tributa as operações econômicas e coordena vultosas somas para o investimento em insumos, produtos e atividades lucrativas. Essa concretude da fase de expansão material suscita mudanças contínuas e um aparente estreitamento de opções para o capitalista, na medida em que este necessita da maior disponibilidade de matérias-primas e de força de trabalho.

Tanto Marx (1994) quanto Arrighi (1996b) denotam a importância do estudo sobre a acumulação sistêmica como um imperativo lógico do capitalismo que perpassa o comércio e o setor industrial. Arrighi, ao contemplar a grande amplitude espaço-temporal do seu objeto de análise, identifica as referências históricas que estruturam os ciclos de ascensão e decadência de hegemonias capitalistas. O conceito de hegemonia utilizado por Arrighi é caracterizado pelo fato de uma nação ou um bloco dominante - durante a chamada fase de expansão material - acumular poder suficiente para controlar as relações interestatais. Esse acúmulo de poder, por exemplo, pode decorrer do endividamento a que uma nação é submetida perante outra.²⁴

Não se pode reduzir a trajetória de um ciclo sistêmico de acumulação ao fato de existir uma nação com superpoderes, mas ao fato de que uma nação ou um bloco de poder adquire tal relevância que potencializa a expansão capitalista.

²² Compreender o ciclo de reprodução do capitalismo a partir da fórmula do capital permite que se explicite como e em que bases históricas o capitalismo se procria. Os ciclos sistêmicos são baseados na idéia de longa duração, diferentemente do ciclo de Kondratieff que toma como parâmetro parcelas intra-seculares que se caracterizam em poucas dezenas de anos, restringindo-se a uma observação mais voltada para a oscilação dos preços das mercadorias, o que termina por limitar a importância teórica de tais estudos. Para Kondratieff, o ciclo típico ou de longa duração compreende o período de quarenta a sessenta anos e apresenta as seguintes fases: (A) expansão, (B) recessão, (C) depressão e (D) recuperação (SANDRONI, 1996).

²³ Na ótica de Arrighi, a fórmula descrita por Marx foi observada nos períodos classificados por Braudel em relação pelo menos a quatro grandes ciclos de acumulação: o genovês (séc. XV-XVII); o holandês (séc. XVI-XVIII); o britânico (séc. XVIII-XX); e o norte-americano (séc. XX).

²⁴ “A dívida pública converte-se numa das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Como uma varinha de condão, ela dota o dinheiro de capacidade criadora, transformando-o assim em capital, sem ser necessário que seu dono se exponha aos aborrecimentos e riscos inseparáveis das aplicações industriais e mesmo usurárias. [...] Com a dívida pública nasceu um sistema internacional de crédito, que freqüentemente dissimulava uma das fontes da acumulação primitiva neste ou naquele país.” (MARX, 1994, p. 873-874).

A noção de crise sistêmica ora adotada complementa-se com a compreensão das contradições históricas que apontam para os limites do modo de produção vigente. Nesse sentido, fazer-se uma análise sobre o capitalismo significa envolver-se no debate dos limites temporais das estruturas da modernidade. Enredar-se nessa reflexão, além de ser uma responsabilidade intelectual que transita entre os terrenos da moral e da política, demanda necessariamente a compreensão das contradições históricas do capitalismo expostas na perspectiva do tempo de longa duração, conforme sugere a teoria do sistema mundial proposta por Wallerstein²⁵, sob a inspiração da categoria analítica desenvolvida por Braudel.

A teoria do sistema mundial parte do pressuposto de que o processo histórico do capitalismo ocorre em três etapas: etapas dos minissistemas (predomínio da economia agrícola), dos impérios mundiais (predomínio da economia industrial) e do sistema mundial (predomínio da financeirização). Desta forma, o capitalismo tem uma acepção geral (riqueza acumulada) e uma acepção específica que é a “busca da auto-expansão”. Este traço denota a complexidade do sistema, cujo eixo operacional está nas relações “mediadas” pelo processo de acumulação do capital. Os elementos ou atos desse processo são a propriedade dos meios de produção, o trabalho alienado (como forma de controle dos meios de subsistência), a realização da produção de bens e o comércio de mercadorias. A comercialização, além de consolidar os lucros que se configuram em riqueza acumulada possível de ser reinvestida, permite recolocar em operação o circuito do capital. Wallerstein demonstra que esses atos encadeados são possíveis, em grande parte, devido às relações que tornam viáveis: o “trabalho alienado”; o “estoque de dinheiro acumulado”; o comércio em rede; e o consumo. Isso significa que o capitalismo envolveu não apenas os estoques de mercadorias ou de dinheiro, mas implicou sobretudo na mercantilização dos processos sociais. “Como o capitalismo é centrado em si mesmo, nenhuma relação social permaneceu intrinsecamente isenta de uma possível inclusão. O desenvolvimento histórico do capitalismo envolveu o impulso de mercantilizar tudo”. (WALLERSTEIN, 2001, p. 15).

²⁵ Wallerstein organiza a sua principal obra (1998a, 1998b, 2003b) tomando como referência quatro épocas: a primeira é a que trata da fase primitiva do sistema mundial europeu (1450-1640); a segunda vai cuidar da consolidação desse sistema primitivo na Europa (1640-1815); a terceira coincide com a eclosão do industrialismo moderno (1815-1917); e a quarta e última é marcada pela consolidação da chamada *economia-mundo* capitalista, fato que se dá simbolicamente a partir de 1917.

Esse processo de mercantilização influencia na determinação da taxa de acumulação obtida pelos agentes econômicos envolvidos. Essa possibilidade de ganhos individuais e diferenciados coloca sob tensão a competição entre os próprios capitalistas e dá origem à primeira contradição do modo de produção vigente, conforme a explanação de Wallerstein (2001, p. 16):

[...] A taxa de acumulação para todos os 'capitalistas', vistos em conjunto, dependia do tamanho da margem que podia ser criada, margem que podia flutuar consideravelmente. Porém, a taxa de acumulação obtida individualmente por cada capitalista dependia de um processo de 'competição', com recompensas maiores para aqueles que possuíam mais perspicácia, maior habilidade no controle de sua força de trabalho e maior acesso às decisões políticas que regulamentavam operações mercantis específicas [conhecidas em geral como 'monopólios'].

A segunda contradição do sistema consiste na assertiva de que o capital acumulado só se conserva e multiplica quando adquire o trabalho. Tal intercâmbio permite o aumento do conteúdo da riqueza material. A produção de mais mercadorias impele o capitalista a expandir o setor consumidor. Essa expansão é obtida com a diminuição de custos que, ato contínuo, implica decréscimo da massa salarial e redução do poder de compra dos trabalhadores e dos consumidores. Essa contradição, a exemplo da anterior, suscita a conflituosidade operacional do capitalismo na relação entre os capitalistas movidos pela maximização do lucro individual.

O capitalismo histórico, segundo Wallerstein, é um lócus concreto da acumulação que se dá em um dado espaço-tempo, ou seja, é o cenário da história da "lei da acumulação" e dos efeitos desta na trama social. Para o autor, entre os séculos XV e XIX, o capitalismo passou de uma força surgida no berço europeu e se difundiu integralmente pelo planeta terra. A historicidade do sistema capitalista é decorrência do fato de que ele é algo construído no tecido das relações sociais em diferentes tempos e espaços, ou seja, leva em consideração fatores como o acesso aos recursos naturais, as forças políticas envolvidas, a competição entre os capitalistas e a "adaptação" dos trabalhadores ao processo de exploração da força de trabalho.

A terceira contradição envolve a exploração do trabalho e a existência do exército de reserva. Por um lado, o capitalista tende a procurar potencializar o

processo de acumulação e para isso sabe que é imprescindível uma força de trabalho assalariada desprovida dos meios de subsistência. Por outro lado, o exército de reserva é um dos mais hábeis instrumentos da pressão capitalista para se comprimir os custos do capital variável e, em consequência, aumentar-se a produção de mais-valia. Por força dessa contradição quanto maior a instabilidade da força de trabalho menor será a possibilidade de funcionamento do sistema. Para Wallerstein (2001, p. 25), a divisão do trabalho, com ênfase no papel do homem adulto, resultou na desvalorização do trabalho da mulher e das crianças, forma encontrada para que “a mercantilização do trabalho se estendesse mas, ao mesmo tempo, permanecesse limitada.”

A divisão do trabalho por gênero e idade foi, historicamente, desencadeada a partir do trabalho em unidades produtivas domiciliares. Nestas laboravam os proletários, que viviam exclusivamente do trabalho assalariado, e os “semiproletários”²⁶, que viviam da economia de subsistência e a complementavam com o trabalho assalariado. Esse perfil da força de trabalho revela que a opção dos capitalistas – individualmente considerados - foi a de ter para si o trabalhador “semiproletário”, haja vista que a este poderia se pagar um salário menor, bem como a sua subsistência não dependeria exclusivamente do salário. Tal opção logo se revelou contraditória, posto que só a apropriação em relação aos meios de produção e de subsistência permitia ao capitalista a exploração da força de trabalho livre.

O referencial histórico adotado aqui aponta para a afirmação de que o custo da força de trabalho e a taxa de acumulação continuam influenciados pela relação interempresarial, notadamente as operações de compra e venda entre os intermediários de diferentes cadeias mercantis, que tornam as relações comerciais cada vez mais verticalizadas. Porém, as relações interempresariais não se autonomizam, de sorte que estão igualmente influenciadas pelas relações entre os capitalistas e os trabalhadores e, ainda, destes entre si. Nesse sentido o presente referencial torna-se imprescindível para se compreender sobretudo a rica historicidade das modificações vivenciadas pelo mundo do trabalho a partir do século XX²⁷, o que coincide com a ascensão e o declínio do Estado de bem-estar

²⁶ “Semiproletário” é uma categoria analítica manejada por Wallerstein (2001).

²⁷ (TAYLOR, 1970; HARVEY, 1993).

social, conforme suas diferentes dimensões²⁸, e do fordismo em seu conceito polimórfico (MATTOSE, 1995). Caracterizar esse ciclo é também identificar o seu declínio num quadro de expansão financeira (ARRIGHI, 1996b) e no cenário das crises sistêmicas do capitalismo, as quais são marcadas pelas contradições que levaram o modo de produção capitalista a bifurcações e rupturas (WALLERSTEIN, 2002a).

Os impactos dessa dinâmica capitalista são crescentes desde as crises de 1873, 1929 e 1973.²⁹ A última crise, consolidada simbolicamente com a alta do preço do petróleo em 1973, embora esta não seja a sua causa fundamental (MANDEL, 1990), refletiu-se sobre as décadas de 1970 e 1980 num panorama mundializado e marcado pela fragilização do poder de resistência do coletivo operário, pela queda do socialismo real, pela eclosão de uma pragmática neoliberal³⁰ e pelo desencadeamento de um processo de mudanças na gestão da força da produção, do processo e da força de trabalho. Foi esse processo intenso de mudanças que levou a academia a colocar em debate a centralidade do trabalho.³¹

Enfim, a articulação das hipóteses recobre-se do referencial teórico com o escopo de mostrar como o sistema-mundo capitalista empreende a reestruturação produtiva, na qual se insere o processo de terceirização, como um das tentativas de atenuação do impacto da crise crônica de acumulação do modo de produção vigente.

²⁸ (ESPING-ANDERSEN, 1991; ROSANVALLON, 1997; MANDEL, 1990).

²⁹ (HOBSEBAWM, 1995, 1996; POLANYI, 2000; MANDEL, 1990).

³⁰ (DRAIBE, 1993; LAUREL, 1995).

³¹ (HABERMAS, 2003a; MEDA, 1995; OFFE, 1995; RIFKIN, 1995; FORRESTER, 1997; ANTUNES, 2001).

CAPÍTULO 1. PRECARIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO: o contexto da crise teórica sobre a centralidade do trabalho

Neste capítulo será desenvolvida a hipótese de que a terceirização, sendo uma entre as formas históricas de organização da produção capitalista, reforça a importância do trabalho enquanto categoria central para a reprodução da relação social capitalista. Essa centralidade não advém tão-somente da forma histórica que assumiu o trabalho abstrato, mas sobretudo do caráter fundante e insuprimível que tem o trabalho. Sem o trabalho não há a reprodução possível das relações sociais, seja sob o capitalismo ou fora deste. É o trabalho que se torna um pressuposto para o capitalismo, e não o contrário. A assimilação do caráter fundante do trabalho é que precede o surgimento do trabalho abstrato.

O trabalho, sendo por excelência uma mediação ontológica e a-histórica para a reprodução do ser social, foi assimilado pelo capitalista como fonte criadora das bases materiais de reprodução do ser social, isto é, como meio de o homem ter o domínio sobre si e, conseqüentemente, como pressuposto de humanização do homem. No modo de produção capitalista, essa assimilação do trabalho como condição de liberdade do homem – sob uma perspectiva dialética – implica desdobramentos históricos que resulta na síntese da negação da liberdade. Sob o capitalismo nasce o “homem livre”, livre para viver, desde que “venda” a sua força de trabalho. Ao vendê-la nega-se a si mesmo, nega a sua própria humanidade. Essa processualidade, que é seminal para a negação da liberdade do homem, coincide com a expropriação deste, notadamente em relação aos seus meios de subsistência.

Emerge assim o trabalho abstrato que transforma o trabalho no seu contrário. O ser fundante para a liberdade é substituído por uma modalidade de relações históricas em que o trabalho comparece como “fundante” para a subordinação do homem ao capital. Põe-se o trabalho de cabeça pra baixo. Ao invés dele ser o meio de explicitação do desenvolvimento humano, ele passa a ter o status de mercadoria (força de trabalho). Essa assimilação deu-se tendo em vista que o ser social, conforme a explicação de Lukács (2004), só subsiste a partir do trabalho. Se assim não fosse não precisaria o capitalista, ao criar e recriar formas e processos

diferenciados, exercer o controle sobre a força de trabalho para assegurar a extração de mais-valia.

A razão principal de o detentor do capital recorrer à terceirização consiste na maior possibilidade de extração ou apropriação da mais-valia, condição esta que permite a produção e a reprodução das relações capitalistas. Essa afirmação configura-se válida sobretudo numa economia mundializada. Nesta, torna-se mais perceptível ao capitalista a necessidade de reproduzir-se num complexo que pressupõe, além dos antagonismos de classe e da obsessão expansiva pela apropriação da mais-valia, uma disputa intestina que ele tende a travar no interior da sua classe ou da sua fração de classe. Não são raros os exemplos dos pequenos e médios capitalistas dos setores primário e terciário que aprofundam no mercado um elo de subordinação em relação aos interesses dos grandes grupos capitalistas. Essa luta que se dá ora por meio da concorrência, ora por meio da articulação cooperativa, só se torna perceptível na totalidade da produção capitalista. Isso significa que os interesses competitivos dos capitalistas individualmente considerados não anulam o interesse comum primordial da classe a que pertencem, isto é, o objetivo de apropriação da mais-valia. É na contraposição desses interesses que emergem as diferentes formas jurídicas, entre as quais a suscitada pela terceirização, com o objetivo de tentar “dissimular” historicamente a relação de compra e venda da força de trabalho. Essas formas, ao se constituírem em condutos que articulam a extração e o deslocamento da mais-valia na totalidade social³², contribuem para confirmar que a lei do valor continua sendo o norte da produção capitalista. Mas o trabalho existe como ser fundante para o ser social e por isso ele tem um conteúdo que não se reduz ao consumo capitalista. Sob esse aspecto, a centralidade do trabalho é reforçada sobretudo pelo seu caráter ontológico, pois ele continua a ser a forma de intercâmbio por meio da qual o homem torna-se capaz de criar algo que antes não existia. Em suma, o debate sobre o trabalho vai além da importância que o mesmo representa para os interesses do capitalista, mesmo porque em todas as sociedades, sem distinção, o trabalho continuará a ser central em face do seu caráter ontológico e, portanto, insuperável.

³² “A totalidade social na teoria marxista é um complexo geral estruturado e historicamente determinado. Existe nas e através das mediações e transições múltiplas pelas quais suas partes específicas ou complexas – isto é, as ‘totalidades parciais’ – estão relacionadas entre si, numa série de interrelações e determinações recíprocas que variam constantemente e se modificam” (BOTTOMORE, 2001, p. 381).

Nos últimos anos, a discussão sobre a centralidade do trabalho como categoria sociológica fundante esteve marcada por temporalidades relacionadas aos diferentes estágios do modo de produção capitalista. No curso das fases de cada ciclo econômico irrompem novos processos técnicos de organização produtiva que trazem à tona o debate sobre a centralidade do trabalho. O que há de inédito nas análises mais recentes é que elas comparecem à cena numa temporalidade que, segundo Chesnais (2003, 2005), coincide com um dos mais longos períodos da história da acumulação financeira.

As questões postas pelas diversas análises teóricas que se debruçam sobre a centralidade do trabalho não serão esgotadas aqui, mesmo porque isto seria impossível diante das pretensões do presente trabalho. Foge ao objetivo do texto ora desenvolvido discorrer sobre as diferentes abordagens dos inúmeros autores que se voltaram para a discussão do tema, o que não exclui a possibilidade de serem analisados importantes aspectos teóricos que são explorados por alguns autores que comparecem ao debate sobre a centralidade. Todavia, o pressuposto mínimo para se entrar na discussão sobre o trabalho é o de identificar, inicialmente, a diversidade teórica das análises entre os que sustentam o caráter central do trabalho e os que negam a tal centralidade.

Para situar a produção teórica: existem os que negam a centralidade do trabalho, a exemplo de André Gorz, Jeremy Rifkin, Jurgen Habermas, Claus Offe, Viviane Forrester, Hanna Arendt, Dominique Meda, Juliet Schor e Robert Castel. Por outro lado, entre os que afirmam a centralidade do trabalho estão os marxistas e alguns social-democratas. Integram o segundo grupo: Marx, Lukács, Jacques Bidet, Jean Vincent, Sainsaulieu, Harribey, Michel Godet, Boissonnat, François Gaudu, Guy Aznar, Alain Lipietz, etc (NEFFA, 2001).

Há ainda aqueles, a exemplo de Negri, Lazzarato, Hardt e Giuseppe Cocco, que - a despeito de exaltarem o poder criador das elucubrações teóricas *tout court* - reconceituam o trabalho com o escopo de negar justamente aquilo que parecem afirmar: a centralidade do trabalho (NEGRI; LAZZARATO, 2001).

Essa primeira distinção multipolar, por ter fim meramente didático, não torna iguais as análises entre os que comungam ou que refutam a centralidade.

Entre os que defendem o fim da centralidade, há duas linhas de entendimento: há quem exalte aquilo que entende ser positivo, a exemplo de Gorz

(2003), e há quem se preocupe em destacar o que identifica como negativo, conforme se depreende da obra de Rifkin (1995). No primeiro grupo há em comum a percepção de que sair da sociedade em que o trabalho é central pode significar ter a oportunidade de escapar ao raio de ação do capitalismo. Para o segundo grupo, observa-se a tendência – algo bem caracterizado na obra de Forrester (1997) - de enxergar-se a perda dessa centralidade como sinônimo de um futuro sombrio para a humanidade. Dentre os que concebem a centralidade do trabalho, há os que enxergam como positivo o fato de o modelo capitalista, ao invés de tornar-se superado, ser adaptado para contemplar as especialidades do trabalhador, adaptando-as às necessidades do mercado, à pressão competitiva e à inovação contínua (PIORE; SABEL, 1990). Há outros que vêem no estímulo à centralidade uma função política para se promover o crescimento de uma economia “não mercantil” e solidária (SINGER, 2002).

Uma grande fratura teórico-metodológica na discussão sobre a centralidade é o fato de que nem sempre os autores referem-se a uma mesma noção de trabalho e de centralidade. Consciente dessa lacuna, Lessa (1997, 2002) tenta pôr ordem na discussão ao explicitar os diferentes tipos de centralidade: a ontológica, a política e a da cotidianidade.

A centralidade ontológica cuida do trabalho como uma categoria ampla, a-histórica e ineliminável do ser humano. No capítulo I de *O capital*, Marx (1996, p. 172) afirma que o trabalho “é eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.” Isso significa dizer que desde os primórdios o homem sobreviveu do fruto do trabalho, seja este trabalho proveniente da coletividade (modo de produção asiático), do escravo (modo de produção escravista), do servo (modo de produção feudal) ou do proletário (modo de produção capitalista). A crise das formas históricas do trabalho gerador de mais-valia, enquanto expressão da própria crise da economia capitalista, não representa uma crise da centralidade ontológica do trabalho, mesmo porque esta representaria a crise de sobrevivência do gênero humano.

A centralidade política, por outro lado, tem um caráter histórico e se refere às formas assumidas pela relação de exploração do homem pelo homem em um dado tempo-espço. Segundo Lessa (2002), aqueles que defendem a queda da centralidade política do trabalho baseiam-se na suposição de que os trabalhadores

não detêm mais a força de transformação das relações sociais pelos seguintes fundamentos: primeiro, por não terem a possibilidade de controle sobre o processo de trabalho que, crescentemente, depende de recursos informacionais, da cibernética e da robótica; segundo, pelo distanciamento dos interesses imediatos e pelas disputas entre o proletariado e a classe média; e, por último, pela cultura corrente na sociedade atual de “naturalização” do desemprego. A análise sobre os fundamentos apresentados permite a conclusão de que a centralidade política, por ser histórica, pode ser revertida. Enfim, há a possibilidade histórica de o homem eliminar a relação de exploração (plano da política), mas não há possibilidade de o homem eliminar o trabalho (plano da ontologia) sem eliminar a própria civilização.

A centralidade cotidiana (também histórica) está mais relacionada à socialidade, ou seja, ao modo como o trabalho organiza a relação entre as pessoas em uma determinada sociedade. Se o trabalho não ocupa integralmente a vida das pessoas de uma dada sociedade, se o tempo despendido com o trabalho é consideravelmente menor do que o tempo dedicado ao não-trabalho, diz-se então que o trabalho considerado em sua forma histórico-conjuntural não é central no cotidiano, o que, no entanto, não lhe retira o seu caráter ontológico.

Entre as três espécies de centralidade que ocupa o trabalho merece destaque identificar a razão da insuperabilidade deste enquanto categoria ontológica.

1.1 A centralidade do trabalho e o seu insuperável caráter ontológico

A sobrevivência humana demanda uma ação transformadora do homem sobre a natureza e, em consequência, sobre si mesmo. Por isso, ele transforma-se ou reproduz-se ao transformar a natureza. A isso Marx e Lukács denominam de processo de trocas orgânicas entre o ser social e a natureza que se configura por intermédio do trabalho. É pelo trabalho que o homem deixa de ser apenas uma “entidade biológica”, conforme acentua Lukács (1979a, p. 87):

[...] O trabalho é antes de mais nada o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento das suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. Além do mais, o trabalho se

apresenta, por um longo tempo, como o único âmbito desse desenvolvimento.

O trabalho, diferentemente do capital, é o elemento ou mediação imprescindível à existência do ser social. Isso não significa dizer que a realidade do homem reduz-se ao elemento trabalho, mas que este – em face do seu caráter ontológico - não pode ser superado. Resulta, ainda, que o homem, ao distinguir a essência a-histórica do trabalho e o caráter histórico do capital, concebia as condições e as possibilidades de um dia vir a superar o modo de produção capitalista.

Se no modo de produção capitalista as relações sociais (relações entre os homens) são mediadas e “transformadas” numa relação entre coisas (coisificação), não numa relação entre idéias, torna-se razoável deduzir-se que a centralidade ontológica está no trabalho proveniente do intercâmbio homem e natureza, ou seja, aquele que gera os meios de subsistência e de produção. Essa conclusão demanda a explicitação do conceito de trabalho produtivo e de sua conexão com o tipo de intercâmbio no qual o ser social está envolvido.

Interessa ao presente debate o estudo de dois tipos de intercâmbio³³: o do homem com a natureza; e o dos homens entre si. Essa distinção é importante na medida em que aí se estabelece um divisor teórico entre aqueles que consideram o trabalho como elemento fundante do ser social (a exemplo de Marx) e outros que procuram a razão de ser do trabalho fora do intercâmbio entre o homem e a natureza.

A relação entre essas duas espécies de intercâmbio mencionadas subsiste na medida em que as conexões internas à categoria do trabalho se dão pelas mediações que envolvem a totalidade social. O trabalho, sob esse aspecto, é algo concreto e só separável da totalidade social com escopo meramente didático. É nesse sentido que a explicitação do caráter ontológico do trabalho passa a ser explorada aqui a partir das contribuições teóricas de Lukács (1979a, 2004) e de Sérgio Lessa (2002, 2006).

³³ Segundo Lessa (2006), é possível se falar de um intercâmbio interno entre duas esferas da natureza (a inorgânica e a biológica). Lukács não deu destaque a esse tipo de intercâmbio mesmo porque a sua pretensão não era trabalhar uma ontologia dos seres em geral, mas uma ontologia do ser social (LESSA, 2002).

Falar em ontologia implica adentrar na chamada substância das coisas. O termo ontologia deriva do verbo grego *einai* (ser, ente). A ontologia “é a doutrina que estuda os caracteres fundamentais do ser, os caracteres que todo ser tem e não pode deixar de ter.” (ABBAGNANO, 1992, p. 795).

Para Lukács (2004), a ontologia – considerando-se a realidade na qual se constitui - é um complexo de complexos que guarda em si uma essência (lei universal) última, unitária e histórica. Dentro do complexo “ser em geral” há o complexo mundo dos homens (o ser social) que, diversamente da natureza, baseia-se em atos teleológicos. O objetivo do autor húngaro, longe de tratar-se de uma ontologia geral, direciona-se especificamente para explicar que o homem procura suprir as suas necessidades vitais por meio de uma processualidade mediada pelo complexo chamado trabalho (intercâmbio com a natureza).

Marx, ao explicitar essa noção de processualidade, não despreza o seu interesse pela consciência sobre o concreto. Com efeito, ele sustenta em *A Ideologia Alemã* (1989, p. 13) que se pode “distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir os seus meios de existência.” Dessa forma, há que se distinguir o começo da consciência, que é meramente prática (“consciência do meio sensível”), da consciência sobre as relações concretas. Esta última é uma espécie de consciência tardia, haja vista que ela se percebe enquanto estágio posterior ao advento da divisão do trabalho.³⁴

Perceber a importância do trabalho como categoria fundante é o que justifica a possibilidade da crítica e da superação da sociedade na qual se verifica o trabalho abstrato. A classificação do trabalho em produtivo e improdutivo só tem sentido quando se faz uma referência ao trabalho abstrato (relação social produtora de mais-valia). Se é admissível afirmar-se que com o aprofundamento da divisão do trabalho emerge uma tendência redutora do trabalho abstrato, igualmente é defensável a tese de que cada vez mais o trabalho evidencia-se ao homem como categoria fundante que reproduz o ser social. Essa reprodução social se dá pela unidade

³⁴ “[...] Marx entendia a consciência como um produto tardio do desenvolvimento do ser material. [...] O produto tardio não é jamais necessariamente um produto de menor valor ontológico. Quando se diz que a consciência reflete a realidade e, sobre essa base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la, quer-se dizer que a consciência tem um real poder no plano do ser e não – como se supõe a partir das supracitadas visões irrealistas – que ela é carente de força.” (LUKÁCS, 1978, p. 3).

trabalho não como ato isolado de uma pessoa, mas como algo que existe na processualidade do complexo social.

Para Lukács, o ser social tem em si a propensão a reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução material. Isso importa que nem todo trabalho abstrato é necessariamente trabalho (intercâmbio orgânico entre homem e natureza), embora em ambos haja o elemento teleológico.

Em relação à ontologia do ser, Marx esclareceu que o ser dos homens é o seu processo de vida real. Lukács (1979a, p. 108) explicita que essa vida real do ser decorre da articulação de um complexo de relações:

[...] a realidade é constituída pela infinita interação de complexos que têm relações heterogêneas em seu interior e com seu exterior, relações que são por sua vez sínteses dinâmicas de componentes freqüentemente heterogêneos, cujo número de momentos ativos pode ser infinito.

A essência do ser, segundo Lukács (2004), não é algo inato, mas um complexo que se conserva transformando-se, revelando-se de modo dinâmico e contínuo na processualidade histórica do desenvolvimento ontológico. Mas a processualidade do ser social, além daquilo que comparece com caráter de continuidade, imprescinde do fenômeno.

O fenômeno é uma dimensão do real e, por isso, ao invés de se apresentar como uma contestação da existência do ser, revela-se emergindo ocasionalmente suas contradições em relação à essência. Por isso, ambos (essência e fenômeno) são elementos ou entidades sociais que interagem. Mas essa interação não significa que o fenômeno é uma determinação da essência.

A essência e o fenômeno, enquanto momentos do ser, atuam reflexivamente um em relação ao outro, sendo que o primeiro comparece de forma recorrente e o segundo de modo ocasional. E não apenas a essência, mas os fenômenos são em igual intensidade portadores de determinações do ser social. Por isso mesmo, essência e fenômeno apresentam-se na realidade como elementos indissociáveis e complexos, de sorte que a sua separação só é algo percebido *a posteriori*. Ambos são caracterizados pela sua relação dialético-histórica e articulam-se segundo a necessidade. Essa articulação dialética não é mecanicista. Não há uma lógica determinista em tal relação capaz de a metamorfose se reduzir à negação do ser. Na ótica de Lukács (1979a), a transformação do ser em “ser-outro” não modifica

necessariamente a essência do complexo ontológico que se dinamiza na processualidade social. A transformação do ser provém de atos teleológicos – mediados pela ação humana - que podem instituir uma nova “legalidade” incompatível com a restituição da essência pré-existente.

Se o fenômeno, portanto, não é uma determinação absoluta e passiva da essência, logo o real não é algo determinado pela essência, haja vista que esta se apresenta apenas com o caráter relativo e reflexivo. Desse modo, pode-se dizer que a práxis humana, se não é determinada de modo absoluto pela essência, possibilita uma tendência de transformação. Em suma, no processo ontológico não há determinações absolutas, por isso que a *práxis* – enquanto exteriorização da posição teleológica - é quem desentranha da realidade a sua possibilidade ou impossibilidade de transformação. Essa tendência de mudança, de criação de outras perspectivas, é colocada pelo próprio homem ao intervir teleologicamente na realidade. É pela práxis que o homem, ao negar ou superar os limites objetivos que lhe são impostos na realidade, tende a reproduzir a consciência sobre a concepção do mundo e da classe que lhe comparece.

A historicidade do ser tem um caráter universal, mas o mundo dos homens tem um caráter puramente social, o que não significa conceber-se a natureza como uma categoria inferior, haja vista que sem a natureza não haveria o intercâmbio e, necessariamente, não existiria o mundo dos homens.

O complexo que envolve o trabalho, isto é, o intercâmbio entre o homem e a natureza, é o mesmo que está contemplado na totalidade social. Assim, totalidade social e trabalho são duas categorias analíticas indissociáveis, de modo que a distinção entre ambas é uma abstração de teor puramente teórico.

Sem se compreender o sentido da totalidade não há como se compreender o trabalho. Este envolve uma conexão entre teleologia (presente no trabalho) e causalidade, sendo que a teleologia é uma peculiar e exclusiva categoria do ser social. Segundo Lukács, só a religião é capaz de conceber a teleologia fora do ser social, ou seja, de admitir que a consciência seja algo exterior ao próprio homem, relegando, portanto, o poder do agir humano. O fato de o homem estabelecer uma finalidade não reduz seu ato a um puro subjetivismo, mesmo porque suas escolhas são permeadas pelas condicionalidades materiais.

1.2. A teleologia: uma categoria ontológica objetiva

O “pôr teleológico”, em que pese ter também um aspecto subjetivo e humano, cria uma “nova objetividade”. Nesse sentido, segundo Lukács (1979a), a consciência desencadeia um processo real, razão pela qual a teleologia só pode ser “categoria ontológica objetiva” e que se revela eficaz e necessariamente pelo trabalho.

A interação transforma a causalidade dada (natureza) em causalidade posta, sem alterar-lhes a essência. Diz-se que a causalidade é posta porque ela é construída pelo homem em suas relações com os outros homens ou com natureza, isto é, ela é o resultado de um pôr teleológico.

Causalidade e teleologia são contrários que se atraem na processualidade do ser social por meio do trabalho³⁵. A primeira, conforme Lukács (1979a), é o princípio de automovimento que repousa sobre si; a segunda é a finalidade que, uma vez acionada por nexos causais, perpassa o pensamento do homem e torna-se pressuposto para a transformação da realidade.

O fundamento (essência) não desaparece na passagem da causalidade dada à posta, ou seja, numa e noutra espécie de causalidade comparece o “princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo”. (Lessa, 2002, p. 74).

O caráter social é a mais importante das dimensões do ser em geral. Isso também significa que o ser social é uma das formas de expressão da dimensão da vida orgânica. Dito de outro modo: a reprodução do ser social se dá concomitantemente com a reprodução do ser biológico, haja vista que sociabilidade e natureza são esferas inelimináveis do ser.

A natureza é transformada pelo homem, mas nem por isso perde o seu caráter de natureza. O calcário extraído do solo e colocado no fertilizante não deixa só por isso de ser calcário.

O fim, que nasce de uma necessidade social posta, vem depois de um produto. Para Lukács, embora esteja clara a existência do intercâmbio mediado pelo

³⁵ “O trabalho é formado por posições teleológicas que, em cada oportunidade, põem em funcionamento séries causais. Basta essa simples constatação para eliminar preconceitos ontológicos milenares. Ao contrário da causalidade, que representa a lei espontânea na qual todos os movimentos de todas as formas de ser encontram a sua expressão geral, a teleologia é um modo de pôr – posição sempre realizada por uma consciência – que, embora guiando-as em determinadas direção, pode movimentar apenas séries causais.” (Lukács, 1978, p. 6).

trabalho, há uma segunda natureza (a sociedade) que não está atrelada às intenções do homem. É como se o pensamento (sujeito) se objetivasse e ganhasse vida própria ou independente de quem o planejou originariamente. Essa objetivação torna-se independente tendo em vista que a processualidade ontológica desenvolve-se numa perspectiva causal. Em suma, Lukács quer dizer que toda posição teleológica tem desdobramentos que são causalidades. Sustenta também que o processo de passagem da casualidade dada para a causalidade posta é antecedido pela atuação do sujeito que se debruça e é afetado pela sua realidade.

1.3. Da teleologia à objetivação: a mediação do trabalho

A teleologia é a prévia-ideação, o pensar no qual se expressa uma finalidade, figurando, portanto, como o antecedente lógico de uma ação a ser mediada pelo trabalho. Mas isso não significa que aquilo que parte do plano formulado pelo homem está isento de causalidades. Marx (1978, p. 17) afirma que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha...” O homem ao materializar o intercâmbio com a natureza não escolhe nem tem condições de assegurar que o resultado da sua iniciativa corresponderá fielmente à posição teleológica que antecedeu a sua ação.

Toda posição teleológica contempla duas temporalidades: a dos fins e a dos meios. É debruçando-se sobre os meios que o homem modela a ciência e alarga as suas possibilidades de objetivação dos fins.

A objetivação coincide com o momento em que o trabalho transforma a natureza e cria assim uma causalidade posta com reflexos para o mundo dos homens.

O ser objetivado pode ser utilizado em coisas não contempladas inicialmente; ele pode vir a assumir uma utilidade independente, de sorte que sua abrangência e a aplicação se estendem além daquela prevista originariamente. A busca dos meios permite conhecer melhor aquilo que Lukács chama de “ser-precisamente-assim existente”, isto é, aquilo que existe como é, independente da vontade do homem.

Lukács mostra que o exercício de uma alternativa não significa consumir a realização automática de um fim ou implementar um ato único, visto que toda escolha se dá dentro de um processo. Sob esse aspecto, observa-se que não há espaços para determinações absolutas na processualidade do ser social. Essa processualidade continua a ser elaborada socialmente, conforme esclarece Lessa (2006, p. 34):

As finalidades são, sempre, socialmente construídas. A necessidade de um machado é puramente social o que significa afirmar que nenhuma processualidade natural poderia produzir a necessidade de um machado. Todavia, para a objetivação dessa finalidade, são necessárias a seleção e a busca dos meios materiais mais adequados entre os meios disponíveis. A relação entre fim e meio que aqui se estabelece faz com que, em cada ato tomado isoladamente, haja um claro predomínio dos fins sobre os meios. É a finalidade que orienta a busca e a seleção dos meios. Se queremos fazer um machado, procuramos madeiras e pedras, e não água.

Se a sociabilidade – dando-se destaque à divisão do trabalho - ajuda ao homem a transpor os obstáculos da natureza, isso não quer significar que o homem seja capaz de sobreviver eliminando a natureza, mesmo porque a existência do ser social é indissociável da natureza. Não existirá ser social se não houver o intercâmbio com a natureza e, portanto, a causalidade natural. O processo de escolhas é contínuo. Cada vez que o homem – por meio da práxis - atinge a um fim, ou seja, obtém um produto, novas necessidades e alternativas lhe são postas e novas decisões são passíveis de serem tomadas. Daí dizer-se que o desdobramento das conseqüências do ser objetivado é algo que só se concretiza “a *posteriori*” em relação ao processo de escolha.

O que está dito até aqui pode ser sintetizado no fato de que o trabalho permite ao homem, sob dadas condições e possibilidades, criar novas objetividades que podem transformar o ser social. Essa alternativa de transformação da realidade apresenta-se ao homem como uma necessidade concreta, não como um produto almejado por força de mera elucubração teórica. Se a concretização das alternativas passa necessariamente pela mediação do trabalho, nada mais falso existirá do que negar a centralidade do trabalho.

1.4. Habermas e a ação comunicativa: uma tentativa de contraponto à centralidade ontológica

Se Adorno e Horkheimer nutriam uma visão pessimista em relação a um mundo mergulhado nas trevas da modernidade, Habermas – fruto da terceira geração da Escola de Frankfurt – procurou resgatar a crítica e direcioná-la para uma visão mais otimista, a qual partia do pressuposto de que a história evoluiria com a capacidade reflexiva e moral do homem e da sociedade, e não segundo os antagonismos das classes. Habermas, ao sustentar que tanto Lukács quanto Marx estavam preocupados com uma razão instrumental contida nas relações sociais reificadas, posiciona-se contrariamente ao caráter ontológico do trabalho.

O modelo teórico de Habermas encontra-se na sua obra *Teoria da ação comunicativa* (2003), a qual é aqui tomada como objeto de análise. A obra é um importante marco para as ciências sociais, na medida em que o aludido teórico, depois de Marx, ganhou notoriedade por se destacar como um pensador que conseguiu dar visibilidade a uma teoria que contempla a totalidade do ser social. Não por acaso, a teoria habermasiana – ao prestigiar o consenso em contraposição à luta de classes - adequou-se como modelo justificador das práticas políticas dos estados capitalistas.

Habermas (2003a, p. 104), divergindo de Marx, apresenta uma versão fenomenológica da centralidade para afirmar que é o “mundo da vida” a categoria chave da existência do ser social:

Al actuar comunicativamente os sujetos se entienden siempre en el horizonte de un mundo de la vida. Su mundo de la vida esta formado de convicciones de fondo, más o menos difusas, pero siempre aproblemáticas. El mundo de la vida, en tanto que transfondo, es la fuente de donde se obtienen las definiciones de la situación que los implicados presuponen como aproblemáticas. En sus operaciones interpretativas los miembros de una comunidad de comunicación deslindan el mundo objetivo y el mundo social que intersubjetivamente comparten, frente a los mundos subjetivos de cada uno y frente a otros colectivos.

O autor frankfurtiano parte da existência de duas racionalidades: a racionalidade do trabalho, manifestada na relação do homem com a natureza; e a racionalidade da interação ou das relações sociais. A primeira – na qual se situa o

trabalho – seria informada por uma racionalidade instrumental, enquanto a segunda seria informada pela cultura, isto é, pela racionalidade comunicativa. A percepção dessas duas racionalidades vai levar Habermas a adotar uma postura evolucionista, que ele afirma ter sido resultado da influência de Piaget³⁶, e a fazer a distinção entre a “ação comunicativa” e a “ação instrumental”³⁷ que correspondem, respectivamente, a autonomia e a heteronomia. Enquanto esta se vincularia aos sistemas auto-regulados, que são geridos por atores com grande poder de reflexividade, aquela estaria situada no *mundo da vida*.

O *mundo da vida* estaria situado na linha da ação comunicativa, que corresponde à interação potencialmente reflexiva e que é composta de três referenciais: em primeiro lugar, o referencial da cultura, isto é, os símbolos integrados na linguagem; em segundo lugar, a referência ao processo de socialização dos indivíduos pela educação, normas e tradições sociais; e, finalmente, as referências institucionais, quais sejam as normas ou comportamentos socialmente aceitos e regulados. Esse tripé seria reconstruído pela interação social, haja vista o caráter reflexivo que advém dessa vinculação mediada pela linguagem. A obtenção do consenso seria uma decorrência não da demanda ou da negociação entre os sujeitos, mas da renúncia que contempla os interesses mais abrangentes.

Os *Sistemas auto-regulados* gravitariam no espaço da ação instrumental, não lingüístico, composto de duas instâncias, a saber: a política, que é regulada pelo poder e se externaliza por intermédio de seu aparelho burocrático; e a economia, que é dirigida pelo mercado e mediada pelo dinheiro.

Para Habermas, o desequilíbrio na relação entre esses dois sistemas ocasionaria distúrbios à sociedade. Sua percepção é a de que o equilíbrio não veio

³⁶ Em sua epistemologia genética, Piaget (1978) defende a tese de que a evolução cognitiva e moral do homem é decorrente de um processo de construção reflexiva que se opera em estágios contínuos.

³⁷ “Si partimos de la utilización no comunicativa de un saber proposicional en acciones teleológicas, estamos tomando una predecisión en favor de ese concepto de racionalidad cognitivo-instrumental que a través del empirismo ha dejado una profunda impronta en la autocomprensión de la modernidad. Ese concepto tiene la connotación de una autoafirmación con éxito en el mundo objetivo posibilitada por la capacidad de manipular informadamente y de adaptar-se inteligentemente a las condiciones de un entorno contingente. Si partimos, por el contrario, de la utilización comunicativa de saber proposicional en actos de habla estamos tomando una predecisión a favor de un concepto de racionalidad más amplio que enlaza con la vieja idea de logos. Este concepto de racionalidad comunicativa posee connotaciones que en última instancia se remontan a la experiencia central de la capacidad de aunar sin coacciones y de generar consenso que tiene un habla argumentativa en que diversos participantes superan la subjetividad inicial de sus respectivos puntos de vista y merced a una comunidad de convicciones racionalmente motivada se aseguran a la vez de la unidad del mundo objetivo y de la intersubjetividad del contexto en que desarrollan sus vidas.” (HABERMAS, 2003a, p. 27).

com o proletariado, que falhou em seu projeto de mudança social, nem virá com os movimentos sociais. O autor afirma que a boa proporção da relação entre os sistemas auto-regulados, com suas instâncias da política e da economia, só viria com a criação de uma esfera pública que possibilitasse à sociedade interceder em proveito da evolução do *mundo da vida* e pela fixação dos marcos de funcionamento dos sistemas auto-regulados que preservem a cidadania.

Habermas defende a tese de que o *mundo da vida* é um lócus da intersubjetividade que envolve a participação de dois interlocutores, que se comunicam e que, nesse processo, encontram no *mundo da vida* o fundamento da existência social. Disso resulta que será a intensificação dessa comunicação, isto é, do nível de construção do *mundo da vida*, que irá influenciar o avanço da sociedade. O citado autor nega, portanto, a possibilidade de luta de classes e aponta como saída para a emancipação social o poder do consenso. Esse consenso seria construído no mundo dos homens:

El mundo de la vida acumula el trabajo de interpretación realizado por las generaciones pasadas; es el contrapeso conservador contra el riesgo de disenso que comporta todo proceso de entendimiento que esté en curso. (HABERMAS, 2003a, p. 104).

Mas em que consistiria essa intersubjetividade enquanto categoria central do ser social? Segundo Habermas, ela seria uma construção lingüística decorrente do agir comunicativo dos homens no chamado *mundo da vida*, sendo esta uma instância criadora da sociabilidade. De acordo com esta construção teórica, há ainda outras duas categorias analíticas importantes: a racionalidade e o saber. A primeira se ocuparia da utilização confiável do conhecimento, algo que contemplaria simultaneamente a “pretensão de verdade” e a eficácia da sua finalidade.³⁸

Habermas pressupõe que o consenso é, além de superação das vontades individuais, a união dessas vontades combinada com a ausência de coação. Assim, o consenso seria algo a ser construído através de argumentos, de sorte que a força da prática comunicativa decorreria de uma boa prática argumentativa, isto é, aquela que suscita uma razão relevante. O fato de argumentar, além de clarear as “razões poderosas” e expô-las ao crivo da crítica, serve – segundo o autor – para o

³⁸ O racional, segundo Habermas (2003a), é aquilo que se pode fundamentar e que se mostra plausível diante da crítica, i.é., um juízo objetivo que reconhece o significado universal.

desenvolvimento moral dos sujeitos de linguagem e de ação na medida em que eles terão a oportunidade de conhecer e de aprender com os seus erros.

Mas qual seria o fundamento das “argumentações relevantes” ou das “razões poderosas”? O que lhe daria pretensão de validade? Para responder tais questões, segundo Habermas, exige-se a compreensão do fundamento último da intersubjetividade. Incumbe ao leitor enredar-se numa trama sem fim para saber de onde provém esse fundamento: da argumentação, do entendimento, da fala ou do “saber pré-temático”? Antes, de compreender o fundamento último do processo intersubjetivo seria preciso distinguir o homem do seu agir pessoal, responde Habermas.

Habermas diferencia o “agir estratégico”, cujo objetivo é convencer e influenciar o interlocutor, do “agir comunicativo” que representaria a harmonização de vontades que permite o consenso. Quando Habermas afirma que o consenso vem da fala, adota como modelo explicativo a “teoria do significado” e induz a se pensar que o fundamento da intersubjetividade estaria na fala. A fala – segundo o autor - permite ao homem uma “atitude realizativa” que – ao anteceder e viabilizar o consenso de fundo - pressupõe um conjunto de regras, uma disposição propositiva e a confiança entre os negociadores. Tal atitude seria desenvolvida no *mundo da vida* a partir de um saber implícito que figuraria como *background* da intersubjetividade. Como o saber implícito chegaria finalmente ao mundo objetivo? Para Habermas, ele seria apreendido pelo homem a partir de um processo cooperativo de interpretação. O mundo da vida, portanto, enquanto lócus do saber implícito, serve apenas como “prévio banco de dados hermenêuticos” ou pano de fundo da realidade dos homens.

Se para Habermas o agir comunicativo consistiria na possibilidade de criação de consensos e, se para se chegar ao consenso, seria preciso o entendimento, pergunta-se: qual seria a origem do entendimento? Habermas responde que seria a argumentação que, por sua vez, proviria das palavras. Ao passo que estas, com seus conteúdos semânticos, originar-se-iam no *mundo da vida*. Aqui visualiza Habermas o “espaço transcendental” no qual se acumulam os saberes. O mundo da vida, base da teoria habermasiana, seria, portanto, o fundamento de “caráter transcendental” que, nessa qualidade, bastar-se-ia a si mesmo. O *mundo da vida* torna a citada teoria vulnerável à medida que procura explicar a realidade a partir de um elemento que é externo às relações concretas do ser social.

Mas qual seria a diferença entre a percepção da realidade no pensamento de Habermas e na ontologia Lukácsiana do ser social?

Em Lukács, a objetividade e a subjetividade, embora diferentes, têm o mesmo status ontológico, ressaltando-se que o trabalho seria portador da essência do ser social por representar o momento predominante do surgimento do novo ser (causalidade posta). Em Habermas há uma nítida preponderância da subjetividade que fundamenta a causalidade, de modo que o desenvolvimento do ser social, ao invés de se verificar por contrariedades, implementa-se por meio do consenso entre as individualidades. O ser social, em Lukács se reproduz pelo trabalho; em Habermas o ser social se reproduz a partir de um “espaço transcendental” que municia e fundamenta as subjetividades, de modo a possibilitar o consenso entre os homens. De acordo com Domingues (2004, p. 92), Habermas toma a realidade de seu modelo como o modelo da realidade, isto é, “toma seus conceitos como categorias que reproduzem fielmente a realidade, sem nunca se colocar o tema de seu papel como instrumentos meramente analíticos. Ele comete de fato, maciçamente, a ‘falácia da falsa concretude’.”

O esforço intelectual, além de imprescindível para se perceber as leis e os modelos explicativos que retratam a realidade, é também fundamental para se manter ou transformar uma estrutura de poder social. Reconhecer o valor dos trabalhadores intelectuais implica em afirmar que estes são importantes intérpretes e reprodutores teóricos da realidade. Todavia, traçar uma explicação teórica do real não é tarefa isenta de riscos, principalmente quando se sabe que a teoria deve estar conectada sob a incessante crítica com a realidade.

De acordo com as distintas percepções até aqui analisadas, pode-se destacar que a elaboração teórica de Habermas induz a se pensar na construção da liberdade sob o plano das individualidades. A construção de liberdade, em Lukács, demanda a necessidade de o ser social, não as individualidades, construir o seu projeto de emancipação. Entre essas duas percepções, Antonino Infranca (2003, p. 134) destaca a importância do modelo explicativo de Lukács: “Sobre la base de esta comprensión se pueden fundar las leyes del futuro desarrollo histórico y se puede nuevamente volver a hablar; pero em sentido fuerte, de libertad.”

Ter um projeto, conhecer os seus meandros e querer interferir na realidade não significa exatamente ter o poder de transformá-la. Para uma transformação, a

liberdade do homem há que se estender além da esfera do desejo, das subjetividades, para gravitar na práxis social, ou seja, no plano das realizações. O homem não se liberta sozinho. A liberdade é uma categoria de usufruto coletivo que existe no campo genérico e concreto das relações humanas. Em suma, se por um lado não é possível conceber-se que alguém seja livre enquanto indivíduo, por outro, é pelo trabalho, enquanto intercâmbio entre o homem e a natureza, que o homem, ao transformar a realidade como forma de atender as demandas do gênero humano, faz desabrochar a liberdade.

1.5. Negri e o trabalho imaterial: uma negação da centralidade ontológica?

O assunto da centralidade do trabalho foi retomado mais recentemente a partir das incursões teóricas lideradas por Antonio Negri, pensador italiano, e seus colaboradores teóricos: Lazzarato e Hardt.

Negri e Lazzarato (2001, p. 25) definem trabalho imaterial como sendo a atividade criativa “ligada à subjetividade”. Os autores afirmam que o tema remonta aos debates sobre a autonomia operária na Itália e sobre os distritos industriais da Terceira Itália. Sustentam que iniciaram a discussão sobre o trabalho imaterial ao observarem a vinculação entre a decadência do *welfare state*³⁹, que não teria garantido o acesso de todos à relação salarial, e “a explosão da informalidade”, que teria se evidenciado a partir da “mistura de antigas e novas formas” de exploração do trabalho. Tais fatos teriam contribuído para caracterizar o fim da centralidade do trabalho fabril, dando lugar a “um regime de acumulação globalizado, baseado na produção de conhecimentos...”, exterior ao processo de produção capitalista (NEGRI; LAZZARATO, 2001).

³⁹ O *welfare state* evoca a relação entre capital e trabalho nos países liberais, a partir da Segunda Guerra Mundial, e serve para designar o “Estado intervencionista” como agente do sistema de solidariedade e progresso social da população. Brunhoff sugere que o Estado-Providência foi uma estratégia capitalista para desestimular a influência socialista sobre as organizações de trabalhadores. “O Estado-providência nasceu como contraponto à organização sindical e política [socialista] do movimento operário no fim do século XIX: bem antes dos textos de Keynes referentes à crise e ao emprego. [...] O reformismo conservador ou burguês andou assim na frente do reformismo operário, em parte para desativar o aspecto contestador deste último.” (BRUNHOFF, 1991, p. 59).

A presente análise, sem a pretensão de esgotar o assunto, reconstituirá a discussão sobre o trabalho imaterial, na obra de Negri e Lazzarato (2001), com a finalidade de apreender as principais consequências do debate teórico apresentado pelos citados autores.

1.5.1. O início de Negri no debate: a autonomia da classe operária na Itália

Em 1991, Negri e Lazzarato publicaram artigos traçando uma espécie de “arqueologia teórica” e um roteiro metodológico do estudo sobre o trabalho imaterial. Esses escritos, que no Brasil foram reunidos e publicados numa obra denominada “trabalho imaterial” (2001), serão as principais referências para se analisar a hipótese – até aqui debatida - sobre a centralidade do trabalho. Nos referidos ensaios, publicados inicialmente na revista francesa *Futur antérieur*, os autores anunciam que a reestruturação produtiva vem dando ensejo à construção de um novo modelo explicativo, incompatível com a ortodoxia marxista. A pretexto de fazerem essa anunciada crítica, eles tomam elementos de uma das correntes do neomarxismo italiano e, ato contínuo, sinalizam a influência que lhes foi herdada do debate travado pelos *operaístas*, sobre o modelo de organização do operariado, na Itália das décadas de 1950 e 1960.

O problema dos operaístas – segundo os autores - consistia em se saber se o “operário massa”, surgido das entranhas do regime taylorista-fordista, permitia a autonomia da classe operária. Para alguns, entre eles Tronti e Cacciari, a “autonomia de classe” não tinha correlação com a “autonomia política”, de sorte que a forma de composição da classe não teria relação com a forma de composição política da sociedade. Os defensores dessa primeira tese davam suporte à influência do Partido Comunista Italiano (PCI) sobre os sindicatos. A outra parte de neomarxistas, dentre eles se destacavam Negri, Bologna e Gambino, sustentavam a tese da autonomia operária e afirmavam que o operariado era a classe que, além de se afirmar no cotidiano, só teria subsistência possível na experiência da sua prática política. Dessa forma, a força principal do operariado, longe de ter qualquer relação com a sua missão histórica de classe, consistiria na subjetivação construída nas

relações de produção. Feita essa “descoberta”, a classe se reconstituiria à medida que fosse rechaçada a percepção tecnicista da produção. Seria preciso, segundo ainda os operaístas, voltar as atenções para os processos de subjetivação cimentados nas bases do operariado. Haveria a necessidade também de se fazer uma crítica à burocracia sindical, já que esta não se constituía na expressão da “subjetividade emergente” (NEGRI; LAZZARATO, 2001).

Os operaístas sustentavam, portanto, que o “operário massa”, forjado em bases tayloristas, estaria se desmoronando. No vácuo dessa decadência do operário desqualificado, outrora diluído em subjetividades “menosprezadas”, estaria ocorrendo a ascendência do chamado “operário social”, aquele que não se preocupa em se auto-afirmar historicamente na luta sindical, embora ainda conviva com um modelo de organização sindical e uma legislação trabalhista inerentes ao operário massa. Nesse sentido, a recomposição da classe operária, além de representar a negação de sua composição técnica ou massificante, seria algo que estaria acontecendo no plano da subjetividade, isto é, seria o surgimento de um novo operário.

1.5.2. Um novo operário?

O novo paradigma de ação operária – segundo Lazzarato – estaria emergindo da reestruturação produtiva, que se destaca pelas inovações tecnológicas e pela externalização da produção. É nesse contexto que os operaístas consideram que a terceirização traz à tona o sintoma de uma crise em duplo sentido: no primeiro, a crise da divisão entre o trabalhador protegido pelo *welfare state* e o trabalhador precarizado; e, no segundo, a crise da debilidade da representação dos sindicatos. Esses sintomas demandariam novos desafios ao operariado:

A urgência não era mais a de submeter as novas figuras operárias às diretivas político-sindicais para conscientizá-las. Muito pelo contrário, tratava-se de subordinar os dispositivos político-sindicais às novas configurações da subjetividade operária. (NEGRI; LAZZARATO, 2001, p. 12).

O novo operário social, na ótica de Lazzarato, estaria vinculado a diretivas conectadas a uma dinâmica que, por ser mais abrangente, contemplaria as “lutas sociais de tipo novo” nas quais figurariam como protagonistas, por exemplo, os estudantes, os sem-teto, o movimento feminista, etc. Esta tese refutaria a possibilidade de os trabalhadores serem discriminados – do ponto de vista da interpretação dada à obra marxiana - entre produtivos e improdutivos, mesmo porque a nova base de reprodução do ser social estaria vinculada predominantemente ao trabalho imaterial, afastando-se, portanto, da esfera de influência da relação salarial e da prática do trabalho material na esfera da produção. Sob essa ótica estariam dadas as condições para o desenvolvimento da sociedade pós-fordista, quando “o trabalho se transforma integralmente em trabalho imaterial e a força de trabalho em intelectualidade de massa.” Dessa forma, apresenta-se a idéia de que “a intelectualidade de massa pode transformar-se em um sujeito social e politicamente hegemônico.” (NEGRI; LAZZARATO, 2001, p. 27). A base concreta desse novo modelo apontaria para as transformações ocorridas na Terceira Itália.⁴⁰

1.5.3. A “Terceira Itália” como laboratório

Ao comentar as pesquisas realizadas sobre os distritos produtivos da “Terceira Itália”⁴¹, Lazzarato exalta o caráter cooperativo do trabalho autônomo realizado na região e critica o autor das pesquisas, Sérgio Bologna, alegando que este teria cometido um “pecado” nas suas análises ao não enxergar o “lado liberatório e inovativo” do trabalho, aspecto que teria sido colocado no primeiro

⁴⁰ O epíteto de “Terceira Itália” é empregado “para ressaltar suas especificidades frente às duas realidades que, classicamente, eram opostas para afirmar o dualismo econômico e societal italiano: de um lado, o triângulo industrial tradicional [Milão-Turim-Gênova, sedes da produção em massa], ao norte; de outro, o Mezzogiorno, região marcadamente agrícola e mais subdesenvolvida, que compreende o centro-sul e as ilhas.” (XAVIER SOBRINHO, 1997, p. 149).

⁴¹ As principais características da “Terceira Itália” são: “a consagração de estrutura de pequenas empresas industriais em áreas com tradição artesanal e pouca ou nenhuma experiência anterior na produção em massa; processos de trabalho e relações de trabalho flexíveis; alta capacidade de inovação e inserção autônoma dessas redes de pequenas empresas no mercado internacional; homogeneidade cultural e consenso político nas comunidades que sediam esses sistemas produtivos.” (XAVIER SOBRINHO, 1997, p. 150).

plano pelas teorizações de Marx sobre o chamado “*General Intellect*”⁴². Enfim, Bologna teria se limitado a tentar “destacar o trabalho autônomo como novo filão de produtividade e como forma renovada da exploração.” (NEGRI; LAZZARATO, 2001, p. 92)

Entusiasmado com o exemplo do “enorme potencial comunicativo da marca Benetton”, e referindo-se ainda às conclusões de Bologna, Lazzarato aponta que a empresa pós-fordista, ao invés de preocupar-se com o lucro ou com as necessidades do consumidor, estaria voltada para a constituição das subjetividades, isto é, para os desejos do consumidor:

Uma das funções mais importantes exercidas pelo empresário político na ‘construção social do mercado’ consiste na constituição do consumidor: função que neste caso vem sendo exercitada através de um instrumento preciso, a publicidade. Diversamente da empresa fordista, sabe-se que Benetton não delega publicidade a agências externas, porque ele considera esta atividade como um ‘fator produtivo’, na mesma medida dos outros. [...] Mas na empresa pós-fordista a produtividade da publicidade encontra a sua razão de ser econômica não tanto na venda, mas na ‘produção de subjetividade’. Ela é a forma mediante a qual é organizada a ‘interação’ com os consumidores, que se assemelha sempre mais à ação política, dado que aqui se determina a produção de sentido para um mercado que tem os contornos da própria sociedade. (NEGRI; LAZZARATO, 2001, p. 61).

Diferente do trabalho artesanal pré-fordista, o trabalho autônomo da sociedade pós-fordista – segundo Lazzarato - seria inovador na medida em que socializaria os saberes, contemplaria as subjetividades dos trabalhadores, intensificaria os níveis de cooperação e converteria os meios e processos tecnológicos em proveito de uma emergente comunidade comunicacional, organizativa e relacional. Na ótica do aludido autor, o trabalho autônomo redefiniria a “autonomia e independência das formas de cooperação e de comunidade do proletariado que se ‘libertou’ do fordismo” (NEGRI; LAZZARATO, 2001, p. 96).

O novo padrão produtivo seria comunicacional porque conteria um excedente de produção lingüística que permitiria a emergência de uma nova linguagem, dotada de novas expressões, novos valores e novas palavras, que configuraria o fluido conteúdo de uma rede criativa que não se encontraria no espaço da fábrica, mas estaria difundida em todas as instâncias da sociedade. Esse caráter comunicacional

⁴² Negri (2005) faz menção a expressão *General Intellect*, utilizada por Marx nos *Grundrisse*, especificamente na parte denominada “fragmentos sobre as máquinas.” O autor italiano interpreta o citado termo como sinônimo de “inteligência coletiva”.

seria relacionado aos fluxos e circuitos integrados na comunicação, no trabalho, no consumo e nos desejos.

Assim, a “Terceira Itália” seria o exemplo de transformação no mundo do trabalho, uma região na qual ex-trabalhadores assalariados e artesãos, com o apoio de movimentos comunistas e cristãos, colocaram em curso um conglomerado de unidades produtivas que se articulam em cadeia. Os distritos industriais são compostos de pequenos empreendedores coordenados por um conselho comunitário. Este – constituído por sindicatos (ou cooperativas) e câmaras de comércio – encarrega-se de realizar a cooperação entre os produtores e de viabilizar linhas de crédito. Os trabalhadores dessas comunidades – em sua maioria – são geralmente vinculados a uma etnia, uma religião ou a um partido político (PIORE; SABEL, 1990).

A experiência dos clusters industriais da “Terceira Itália” foi anunciada ao mundo, segundo Piore e Sabel (1990), como o protótipo de uma experiência de protagonismo das pequenas empresas que, concentradas num determinado território, complementam-se nas suas atividades produtivas. A emergência desses distritos foi possível graças aos incentivos do poder público local, à falta de uma resistência sindical, ao baixo custo da força de trabalho na região, à presença de um mercado de trabalho segmentado e à exploração de trabalho precário.

A terceirização foi uma das formas jurídicas “inovadoras” que o capitalista utilizou para continuar a dissimular a sua relação de exploração, exercer um controle sem resistências e produzir um dócil trabalhador travestido de empreendedor e de senhor dos riscos da atividade econômica. Segundo Leite (2003), o balanço mais recente demonstrou que a experiência desses distritos tornou-se insustentável diante da competição interempresarial, a ponto de há poucos anos as grandes empresas adquirirem as pequenas e médias empresas da região. Embora os distritos industriais da Terceira Itália não sirvam mais de referência como lócus do “novo operário”, Negri e seus companheiros continuam a sustentar que o novo modo de produção já se consolidou.

1.5.4. Por um novo modo de produção?

Negri afirma que o modo de produção capitalista teria sido superado pela emergência de uma sociedade na qual predominaria a figura do trabalho imaterial e na qual a produção e o poder estariam difusos na totalidade social. Isso significaria afirmar, por um lado, que não existiria antagonismo entre a produção do capital e a reprodução do ser social e, por outro, que haveria uma essência única na qual o capital e a sociedade estariam esculpados simbioticamente:

Esta transformação do trabalho aparece de forma ainda mais evidente quando estudamos o ciclo social da produção [‘fábrica difusa’, organização do trabalho descentralizado, de um lado, e as diferentes formas de terceirização, de outro]. Aqui se pode medir até que ponto o ciclo do trabalho imaterial ocupa um papel estratégico na organização global da produção. As atividades de pesquisa, de concessão, de gestão das possibilidades humanas, como todas as atividades terciárias, se redefinem e se colocam em jogo no interior das redes informáticas e telemáticas, e só estas últimas podem explicar o ciclo da produção e da organização do trabalho. A integração do trabalho imaterial no trabalho industrial e terciário torna-se uma das principais fontes da produção e atravessa os ciclos de produção definidos precedentemente, que por sua vez a organizam. (NEGRI; LAZZARATO, 2001, p. 26).

A compreensão desse novo modo de produção demandaria um novo instrumental teórico que reservasse um lugar privilegiado ao trabalho imaterial. Neste sentido, Negri e Hardt empenham-se para construir as novas ferramentas teóricas; criaram a noção analítica de “multidão” que é definida como o “conjunto das subjetividades produtivas e criativas” da sociedade exercida por uma “cidadania global.” Esta noção relaciona-se com quatro objetivos programáticos, quais sejam: a sociedade global, a inclusão social, a reapropriação e o controle político. Isto quer dizer que ela daria ensejo à idealização de uma sociedade civil global que se apropriaria cotidianamente dos poderes, que outrora teriam sido exercidos pelo Estado-nação. Os autores propõem, ainda, que essa noção de multidão possibilitaria uma dimensão emancipadora, que se basearia num direito e numa justiça supranacionais, garantidoras da equidade entre os povos, do trabalho, do salário social, etc. Esse novo império, intencionalmente desterritorializado de domínio, não teria nascido da burguesia capitalista mundial, mas de uma “multidão” que ao romper com o imperialismo e a modernidade trágica, das guerras e da escravidão, teria se

libertado das formas de dominação opressora (NEGRI; HARDT, 2004, 2005; NEGRI, 2004).

Pensar em “mudança radical” nesses novos tempos não teria nenhuma consequência se o esforço dos intelectuais citados não fosse direcionado à tese de que o capitalismo estaria superado. É no contexto desta polêmica que eles buscam demonstrar a emergência da “emancipação” e de um novo “império”, cuja força encontra-se disseminadamente abstrata e amorfa na sociedade. Todas as polêmicas causadas pelas teses de Negri e colaboradores têm repercussões contra-revolucionárias.

Esta posição teórica traz consequências práticas insustentáveis no debate sobre o sujeito revolucionário e sobre o tema da revolução ao afirmarem o seguinte:

[...] O ator fundamental do processo social de produção é tornado agora ‘o saber social geral’, seja sobre a forma de trabalho científico geral, seja sobre a forma do ‘pôr’ em relação às atividades sociais: ‘cooperação’. (NEGRI; LAZZARATO, 2001, p. 30).

Estes autores caminham definitivamente apoiados sob duas escoras teóricas: a primeira diria respeito à reprodução da sociedade capitalista que não se daria mais a partir do interior do próprio modo de produção capitalista, mas a partir da subjetividade; e, a segunda diria respeito ao fato de que a temporalidade de uma possível revolução não estaria relacionada à temporalidade deste modo de produção.

1.6. As consequências práticas e teóricas da noção do trabalho imaterial.

A percepção de Negri sobre o trabalho imaterial insere-se numa análise radicalmente conservadora e conformista, porque ao fazer a apologia de uma revolução que se auto-realiza, por meio da multidão,⁴³ ele estima que tanto a crise do

⁴³ “La modificación radical del modo de producción que pasa por la hegemonía de la fuerza-trabajo inmaterial y del trabajo vivo operante – auténtica revolución ontológica, productiva y biopolítica – ha invertido todos los parámetros del ‘buen gobierno’ y ha destruido la idea moderna de una comunidad que funcionara por la acumulación capitalista, tal como los capitalistas habían deseado desde el principio.” [...] El concepto de multitud nos introduce en un mundo completamente nuevo, dentro de una revolución que se está cumpliendo.” (NEGRI, 2004, p. 134).

regime de acumulação fordista quanto a do *welfare state*, assim como a precarização do trabalho, seriam alguns sintomas dessa revolução. Tais sinais, ao contrário do que aparentam, não emergiriam das contradições do modo de produção capitalista. Eles seriam obra da vontade dos trabalhadores que “resolveram” bater em retirada, afastando-se da rotina da produção fordista e forçando o capitalista a adotar os novos meios tecnológicos na busca frustrada de salvar o modelo de produção ultrapassado. Este modelo - superado e carcomido pela poeira do tempo - estaria sendo substituído por outro padrão produtivo representado pelo caráter cooperativo, comunicacional e cognitivo. O novo padrão teria como referência as atividades intelectuais e de consumo em lugar das atividades simplesmente produtivas, deslocando o foco da produção para o trabalho imaterial da sociedade global. Desse modo, o lócus da produção, ao invés de ser a fábrica enquanto “mecanismo disciplinar” que subjuga o operário, seria a sociedade, totalidade criativa, na qual haveria a simultaneidade e a identidade entre o consumo e a produção.

O trabalho imaterial, segundo Negri, seria aquele alicerçado na valorização da subjetividade criativa ou no “savoir-faire” do trabalhador. O autor afirma que chegou a tal conceito pela “missão” que se auto-atribuiu de aperfeiçoar Marx, mas sempre a partir do “ponto de vista” de Marx:

A crítica que dirigimos de forma insistente a Marx, longe de ser em absoluto um distanciamento da estrutura de seu pensamento, das categorias fundamentais de seu discurso, é um modo de discuti-las visando aperfeiçoá-las. Mas trata-se de uma crítica que compreende ativamente o ponto de vista marxiano (NEGRI, 2004, p. 81).

A precarização do trabalho é interpretada por Negri como sendo uma atitude de desprezo do trabalhador quanto às relações de produção capitalista. O desemprego e as novas tecnologias seriam sintomas positivos da decadência da ordem burguesa e do fim do conflito de classes. Segundo essa percepção, o trabalhador intelectual é o agente revolucionário que rompe com as amarras da produção capitalista e funda as bases da produção de uma totalidade social que transita na multidão⁴⁴ rumo ao comunismo.

⁴⁴ A multidão para Negri é a “classe” que constitui a cooperação social voltada para a produção. “El concepto de ‘clase de multitud’ debe considerarse de manera distinta que el de clase obrera. Este último es un concepto limitado, tanto desde el ángulo de la producción [incluye esencialmente a los

Ao concluírem que os tempos mudaram e que a produção capitalista estaria ultrapassada, Hardt e Negri rompem com o modelo analítico elaborado por Marx, embora continuem afirmando, com “fundamento” em Os Grundrisse, que tal distanciamento se dá sobretudo em relação à tradição marxista ortodoxa, conforme segue:

Cada vez pues, que cambia el contexto histórico, cambia asimismo el método. [...] En nuestra juventud fuimos perseguidos por una ortodoxia marxista que nos imponía como necesarias aquellas determinaciones metodológicas, pero las cosas no podían continuar así. (NEGRI, 2004, p. 73).

A “nova empreitada” teórica dos adeptos desse pensamento consiste, portanto, numa tentativa de negar as categorias analíticas adotadas por Marx, tais como: trabalho abstrato, mais-valia, proletariado, conteúdo material da riqueza social⁴⁵ e classes sociais. Estas referências seriam reminiscências de uma civilização que até então vivia encarcerada sob a ilusão da produção capitalista, mas que – graças ao esforço intelectual – fora libertada das “cavernas da ortodoxia” para triunfar sob o domínio da “multidão emancipadora”. Influenciados pelo debate teórico que culminou com a predominância da tese do “operário social”, os autores buscaram identificar na noção de trabalho imaterial o meio de retirar o foco do trabalho do interior da produção capitalista, livrando o trabalhador da “maldição do trabalho assalariado”; e, por último, tentando demonstrar que o intercâmbio homem-natureza não tem implicações para a reprodução das relações sociais de produção (NEGRI; LAZZARATO, 2001).

Apesar disso, a suposta filiação intelectual de Negri a Marx não se mostra compatível, tendo em vista a postura teórico-metodológica adotada ao conceber a noção de trabalho imaterial. Os conceitos no pensamento de Marx se sustentam num complexo explicativo que tem a sua origem no caráter ontológico do trabalho, de sorte que – a pretexto de atualizá-los – corre-se o risco de pervertê-los. Para Marx, sob o capitalismo, as relações sociais ou as relações entre os homens são

trabajadores de la industria] como de la cooperación social [comprende sólo una pequeña cantidad de los trabajadores que operan en conjunto de la producción social]. “ (NEGRI, 2004, p. 132).

⁴⁵ “Marx (1996a, p. 165) principia o capítulo I de O capital afirmando: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa acumulação de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria.” Mais adiante, esclarece: “O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta.” (MARX, 1996a, p. 166).

mediadas e “transformadas” numa relação entre coisas (coisificação), não numa relação entre idéias.

Já o “trabalho imaterial” em Negri não se assemelha às noções de Marx sobre trabalho abstrato, que é fonte de produção de riqueza, e sobre trabalho improdutivo, que não gera o conteúdo da riqueza material. Marx distingue o trabalho sob duas perspectivas distintas: uma a-histórica e outra histórica, ressaltando-se o fato de que o trabalho por ter um caráter eterno para o ser social, não impede que o seu desenvolvimento ontológico seja estudado sob uma perspectiva histórica.

De um lado, na sua forma a-histórica, o trabalho é decorrente do intercâmbio entre o homem e a natureza; por outro lado, sob o capitalismo, o trabalho é apropriado em uma formulação histórica, à qual Marx chama de trabalho abstrato, ou seja, aquele que - por se expressar no valor de troca - é socialmente necessário para a reprodução da riqueza na sociedade capitalista.

Marx (1996, p. 137), em *O Capital*, reconhece que em sentido amplo, levando-se em conta o continente no qual estão envolvidos os assalariados, pode se dizer que um trabalhador é produtivo considerando-o genericamente como expressão do trabalhador coletivo:

O produto transforma-se, sobretudo, do produto direto do produtor individual em social, em produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho. Com o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho amplia-se, portanto, necessariamente, o conceito de trabalho produtivo e de seu portador, do trabalho produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, por pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções.

Marx (1996, p. 137) ressalta, porém, que esta qualificação de trabalhador coletivo, embora seja uma verdade aceitável para se retratar o continente no qual se dá a exploração do trabalho, não serve para se analisar o conteúdo isolado da relação de produção:

A determinação original, acima, de trabalho produtivo, derivada da própria natureza da produção material, permanece sempre verdadeira para o trabalhador coletivo, considerado como coletividade. Mas ela já não é válida para cada um de seus membros, tomados isoladamente.

A citação acima deixa evidente o fato de que o processo de produção de mais-valia há que ser visto sob a perspectiva do momento no qual se verifica a apropriação, posto que se por um lado a produção pode ser considerada do ponto de vista coletivo, por outro a gênese da apropriação continua a ser privada. Marx toma, portanto, o sentido estrito do conceito de trabalho produtivo para destacar o lugar ocupado pelos trabalhadores que geram a mais-valia. Ele não deixa de reconhecer que a realização do capital só se verifica com a venda de mercadoria. Disso resulta que os outros trabalhadores, que não estão envolvidos com a produção de mais-valia, são também importantes para a reprodução do capital. Dito de outro modo, há duas espécies de trabalhadores assalariados: os que realizam o trabalho abstrato produtivo, porque produzem mais-valia; e os que realizam trabalho abstrato improdutivo, porque – ao invés de produzirem - apenas realizam a mais-valia.

Dentro os que produzem mais-valia, existem os que se situam dentro da esfera da produção material e os que estão fora de tal esfera, conforme o exemplo descrito no livro *O capital*:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar (MARX, 1996a, p. 138).

O trabalhador do setor de serviços, embora esteja situado fora da esfera da produção material, por não acrescentar um conteúdo material novo, pode vir a produzir mais-valia e que, portanto, é parte de uma relação de exploração. Mas não se deduza disso que basta uma relação de exploração para se ter a produção de mais-valia.

Dentre todos os trabalhadores, somente os proletários, aqueles que se encontram na esfera da produção material, aumentam o “conteúdo da riqueza

material” a ser usufruído por todas as pessoas, independente da classe a que pertencem. Isso significa que se a reprodução da sociedade capitalista e as suas relações materiais dependem da classe do proletariado, somente esta será capaz de criar as possibilidades históricas para a superação da sociedade capitalista.

Se por um lado a análise de Marx, sob diversos aspectos (p. ex., em relação à ordem burguesa, à importância do trabalho e à luta de classes), permite antever uma possibilidade revolucionária a cargo da classe proletária, por outro lado, a perspectiva de Negri, e de seus adeptos do trabalho imaterial, é uma justificativa política da impossibilidade da revolução proletária apontada por Marx, na medida em que, sob o ponto de vista do trabalho imaterial, o poder e a produção estariam disseminados no corpo da sociedade. Esta perspectiva nega, portanto, o lugar da luta de classes como motor da história. A rigor, as classes se dissolveriam no “conjunto das subjetividades produtivas e criativas” da sociedade global e aos operários restaria o exercício da “cidadania global”, de forma abstrata e amorfa. A alienação estaria superada e não existiriam os explorados e os exploradores, posto que todos seriam “produtores sociais”.

Os “equivocos” teóricos, decorrentes das interpretações em moda sobre o ser fundante, não seriam tão problemáticos se as conseqüências não fossem a contra-revolução. Superar essas trilhas contrapostas significa voltar-se, como fez Lukács, para o exame da relação real que reproduz o ser social. Sob esse aspecto, a ontologia Lukácsiana – por extrair suas bases do processo de existência humana em relação com a natureza – traz renovadas energias teóricas e políticas para o mundo dos homens, notadamente quando permite a confirmação de que o ser social é o responsável pela construção de seu destino. E essa empreitada passa necessariamente pelo trabalho, pois é só por meio deste que o ser social, ao transformar a natureza, desenvolve habilidades, cria novos conhecimentos, adquire capacidade valorativa, desvenda seus limites, sonda suas possibilidades e desperta para relevantes alternativas, inclusive para a necessidade de tornar possível a revolução.

CAPÍTULO 2. CAPITALISMO, CRISE E PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

A hipótese que será desenvolvida aqui é a de que a precarização das relações de trabalho é uma tendência decorrente da dinâmica da crise do modo de produção capitalista, que não pode ser superada pela relação salarial ou pela presença do Estado. Nesse sentido, a superação das estruturas das relações de produção vigentes, no dizer de Mandel, não pode ser mediada pelas instituições capitalistas. Se, por um lado, a discussão da crise focalizada sobre a relação salarial tende a subestimar a luta de classes; por outro lado, o debate sobre a precarização do trabalho, quando circunscrito ao estudo das “alternativas” estatais, tende a desconsiderar a natureza do Estado capitalista como instrumento a serviço da maior extração da mais-valia.

A precarização das relações de trabalho consiste na instabilização das condições de trabalho, promovida pelo capital por meio da reestruturação produtiva, possibilitando a fragmentação da resistência da força de trabalho, com a finalidade de superar a crise do processo de valorização e de garantir a maior extração de mais-valia (ANTUNES, 2001).

A crise do processo de valorização do capital, que se apresenta em fases cíclicas, resulta do acirramento das históricas contradições do modo de produção capitalista, que vem intensificando as desigualdades sociais, expandindo os poderes do Estado Amplo⁴⁶ e contribuindo para a disseminação de relações de trabalho conectadas ao mercado informal e à terceirização. Se é razoável a afirmação de que essas contradições do sistema capitalista mundial são confrontadas em vários referenciais explicativos, é aceitável afirmar-se que os principais modelos explicam diferentemente as transformações produtivas, comerciais e geopolíticas que afetam o mundo atual. O sistema mundial em transição, na ótica de Santos (2002), é objeto de duas leituras: uma que passa uma percepção de ruptura (a leitura paradigmática) e a outra que reflete o momento presente como uma fase de ajustamento (leitura subparadigmática).

⁴⁶ Conforme a caracterização proposta por Bernardo (1998), o conceito de Estado Amplo consiste na ação do Estado por intermédio das empresas.

A leitura paradigmática é a escolhida aqui porque, além de fornecer uma compreensão sistêmica sobre as mudanças no capitalismo mundial, possibilita conjugar novos enfoques teóricos e metodológicos e proporciona à sociologia gravitar ordenadamente sobre o alvo de sua investigação principal, sem se enlevar num aporte fragmentado. Esse enfoque aborda as relações capitalistas no âmbito do que se convencionou chamar de processo de “globalização”. Este termo é intencionalmente ambíguo, eis que “supõe” – diante de uma realidade heterogênea – um caráter simétrico do processo de expansão capitalista. O termo difere de categorias analíticas como internacionalização, que designa o comércio bilateral entre dois países, e de multinacionalização, que coincide com a transferência de tecnologia obsoletizada e de empresas para os países periféricos. Em face da imprecisão do termo “globalização”, adotar-se-á no presente trabalho a palavra mundialização. Esta terminologia, proposta por Chesnais (1996, p. 34), é singular por dois motivos: primeiro, porque designa a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital; segundo, trata-se de uma categoria analítica construída em quatro eixos, a saber: a liberalização econômica, a privatização, a desregulamentação de direitos e a reversão das conquistas sociais e democráticas.

Entre as leituras paradigmáticas, destacam-se, por exemplo, Arrighi e Wallerstein, conforme já referenciados na introdução deste trabalho para caracterizar a crise do modo de produção capitalista. Arrighi (1996b), ao analisar os quatro ciclos sistêmicos de acumulação capitalista, conclui que o capitalismo reproduz-se em ciclos de ascensão e crise. Para Wallerstein, as crises capitalistas ocorrem como se estivessem encaixando-se a uma crise maior que se desenrola desde os idos tempos. Desse ponto de vista, o capitalismo se reproduz em ondas que se propagam ao longo dos períodos paulatinos em três momentos até então fruto de conjecturas. O primeiro momento de ruptura (1945-1995) já estaria consolidado e teria demorado aproximadamente 50 anos. Nesse particular, o autor invoca a percepção das ondas longas de Kondratieff como o ponto crítico dos anos que se sucederam ao pós-guerra. O segundo momento contemplaria o período compreendido entre o início (1873) e o declínio do imperialismo norte-americano, algo que se consolidaria definitivamente nessas próximas duas décadas. Por fim, um terceiro momento seria marcado pelo colapso total do sistema de mercado, algo que estaria para ocorrer possivelmente no século XXII.

O modelo explicativo que se debruça sobre a dinâmica do modo de produção capitalista, a partir de uma perspectiva sistêmica, permite a compreensão da crise capitalista como algo que é mais abrangente em relação ao sintoma da crise do regime de acumulação fordista. Refutando a possibilidade de explicação dos antagonismos capitalistas a partir de uma concepção sistêmica, sobressaem-se as construções teóricas que buscam contribuir para o que denominam de consenso social. Mais do que uma crítica ao que denominam de “radicalização ideológica”, esta via corre um duplo risco: o de desprezar certa importância às diferenças históricas entre os interesses do capital e do trabalho e o de achar que um novo modelo suprimiria pura e simplesmente os interesses contrapostos entre patrões e empregados. Seria o “tempo do consenso”, conforme sugere a teoria da regulação.

2.1 A Teoria da Regulação: uma tentativa de consenso

A leitura subparadigmática, da qual a teoria da regulação (TR) é proveniente, parte de uma concepção de que os ajustes no capitalismo correspondem às mudanças no regime de acumulação, sendo que atualmente estaria em irrupção uma regulação transnacional que poderia contribuir para a estruturação de um “Estado transnacional” (AGLIETTA, 1999).

Seguindo essa concepção, o fordismo – enquanto estágio da regulação do capitalismo - representaria uma ruptura em relação ao taylorismo, haja vista as modificações verificadas no processo de trabalho, nas condições de trabalho e nas relações de consumo. Entre tais mudanças, segundo Aglietta (1999), o fordismo teria possibilitado a institucionalização da luta de classes por meio da negociação coletiva.

Segundo a teoria regulacionista, a idéia de uma relação salarial parte do pressuposto de que o trabalhador – sendo livre para firmar um pacto de trabalho – capacita-se por meio da negociação para otimizar o seu poder aquisitivo, além de prestar os seus serviços de forma subordinada e tendo em vista os interesses da produção capitalista. Essa noção revela o individualismo metodológico que motivou

as críticas do pensamento social ao modelo de capitalismo monopolista estatal e ao marxismo estruturalista.

Essa forma de regulação é vista como o meio de assegurar a reprodução da relação salarial, garantindo-se o acesso ao consumo e a reprodução do capitalismo. Todavia, a Escola da Regulação concebe o regime de acumulação como a determinação de processos históricos que se situam no plano da relação salarial, e não em função da luta de classes. Desse modo, a relação salarial seria uma alternativa de superação da luta de classes que possibilitaria, simultaneamente, a valorização do capital e a integração “benéfica” dos trabalhadores ao capitalismo. Esse processo de acomodação entre o capital e o trabalho, segundo essa concepção teórica, corresponderia a um estágio de maturidade e de progresso nas relações de produção, notadamente por resultar na negociação coletiva, em que ambas as partes seriam beneficiadas a partir das concessões recíprocas que brotariam do diálogo. Assim, uma espécie de “colaboracionismo contratualista” marcaria a relação salarial, tornando-a mais legítima enquanto alternativa pós-fordista.

Embora a noção de ruptura encontre-se no discurso desse referencial analítico, verifica-se que o descolamento do fordismo em relação ao taylorismo foi apenas parcial, tendo em vista que os princípios deste foram eficazmente apropriados por aquele, visando racionalizar o trabalho, separar a concepção da execução para, por fim, possibilitar uma fase de expansão material do capitalismo no pós-guerra, pela intensificação do ritmo de trabalho. O fordismo uniformizou ainda mais o processo de trabalho pelo controle impresso sobre o ritmo de trabalho. Se no taylorismo o trabalhador era individualmente controlado, no fordismo esse controle passou a ser realizado mediante o emprego do *layout* de máquinas que funcionavam integradas. Assim, o ritmo de trabalho passou a ser coletivamente uniformizado, dificultando as resistências individuais. Outra diferença verificada no fordismo foi a mecanização em cadeia produtiva, que facilitou também a manipulação e o transporte de matérias-primas.

A maior vulnerabilidade da Escola da Regulação foi ter feito uma idealização do fordismo, embora isso não autorize uma simplificação da teoria da regulação a uma interpretação meramente contratual entre as classes. Essa idealização evidencia-se no entusiasmo que os teóricos da Escola de Paris, principalmente

Aglietta (1999), demonstraram ao analisar o avanço das inovações tecnológicas e o crescimento da produtividade na economia norte-americana até o princípio do governo Reagan. O que se verificou desde a década de 1980 foi uma superacumulação do capital e uma maior vinculação da remuneração dos trabalhadores aos ativos financeiros. Tais fatos influenciaram o abalado mundo capitalista a partir das crises vividas pelo mercado financeiro no final da década de 1990, as quais denotaram a fragilidade do capitalismo sob a égide do regime de acumulação fordista.

A idéia de acordo salarial suscitada pela Escola da Regulação fundamenta-se na tese de que a falta de um compromisso entre as partes envolvidas resultaria em prejuízo para ambas, deixando “evidente”, portanto, o risco que a classe trabalhadora assumiria ao abraçar um projeto revolucionário, inviabilizando a construção do consenso social.

As influências teóricas da Escola da Regulação e a preocupação voltada para o colaboracionismo da classe trabalhadora denotam dois aspectos: uma tentativa de mimetização da relação salarial como um novo sujeito histórico; e a sustentação de um desenvolvimento capitalista baseado no consenso social. Essa percepção perpassa os principais representantes da *teoria da regulação*: Aglietta, Lipietz, Coriat e Boyer (1990, 1998), Lipietz (1991) e Coriat (1990, 1994), por exemplo, sustentam que a classe trabalhadora, ao invés de adotar uma postura de enfrentamento, deve envolver-se para interferir na definição de vantagens para os trabalhadores.

A Escola da Regulação construiu de fato um modelo teórico para explicar a reestruturação produtiva, mas o fez a partir de vários falsos supostos: o da idealização de um capitalismo “conciliador”; a de que um compromisso social entre patrões e empregados seria suficiente para atenuar as contradições do modo de produção capitalista; e, por fim, a de que o engajamento dos trabalhadores lhes traria participação nos ganhos de produtividade.

O consenso entre o capital e o trabalho, enquanto tentativa de superação dos antagonismos das classes, torna-se impossível. Ainda que se admitisse que em algum momento histórico – no âmbito das relações de produção - foi estabelecido um “consenso”, esta tentativa não passaria de uma fugaz experiência visando mascarar a contradição do processo de acumulação. A rigor, a instabilidade no mercado de trabalho continua a exercer um poder de desintegração do coletivo

operário, a confirmar a tendência de desestabilizar os trabalhadores e a disseminar a miséria entre estes.

2.2 A “miséria” do capitalismo

O desenvolvimento capitalista, em países desenvolvidos ou em desenvolvimento, contribui para acentuar o crescente flagelo humano (fome, desemprego, guerras, desigualdades, injustiça, drogas, doenças, degradação do meio ambiente, etc), ao agravar as condições de subsistência e o padrão de vida das sociedades. Ao se constatar que, na década de 1990, um terço da população de New York vivia abaixo da linha de pobreza, as manchetes dos jornais estampavam para o mundo que a miséria não era mais privilégio dos países pobres. A instabilidade econômica tem sido o fato sinalizador de que a miséria atingiu a população dos países desenvolvidos, a ponto de o governo do Reino Unido chegar a reconhecer que já em 1989 sua população era composta de 400 mil sem teto. “O reaparecimento de miseráveis sem teto era parte do impressionante aumento da desigualdade social e econômica da nova era.” (HOBBSAWM, 1995, p. 396). É a era da mistura perversa: miséria e medo.

O desemprego persistente vem precipitando a formação do que Ianni (2001) chama de subclasse, ou seja, um estrato constituído das seguintes pessoas: sem qualificação⁴⁷; desprovidas da perspectiva de inserção no mercado de trabalho;

⁴⁷ A categoria analítica denominada qualificação, segundo Leite e Posthuma (1995), é caracterizada numa acepção mais restrita e numa acepção mais ampla. No sentido mais restrito ela retrata os saberes dos quais o trabalhador necessita para desempenhar o seu ofício. A deficiência dessa primeira percepção consiste em se colocar o saber como uma expressão da técnica, isto é, como algo externo ao próprio trabalhador e que este só obtém por meio da escolaridade e do treinamento. Negligencia-se assim a processualidade histórica na qual se insere o trabalhador por meio da sua prática social. Os conhecimentos demandados na prática de um trabalho não são necessariamente aqueles que a empresa exige do trabalhador a priori, no momento do seu recrutamento, ou a posteriori, por ocasião da avaliação do seu desempenho. As empresas nem sempre apresentam uma uniformidade em seus critérios, de sorte que umas podem estar voltadas para a disponibilidade imediata, outras para a disponibilidade futura do mercado. Há uma segunda percepção de qualificação que, por ser mais ampla, é a adotada no presente trabalho. Ela corresponde a um conceito socialmente construído e a uma prática social que enfoca o aspecto político e cultural da formação do trabalhador, evitando-se assim a ênfase exagerada conferida ao grau de instrução ou ao tempo de treinamento.

integrantes de minorias étnicas, raciais; moradores de rua; dependentes exclusivamente de obras caritativas ou beneficentes; dependentes químicos; etc.

Além dessa subclasse que avança em todos os pólos, os crescentes bolsões de pobreza nas metrópoles são influenciados pela precarização das condições e das relações de trabalho. Essa “onipresença da miséria” denota a tendência de crescente degradação material de grande parte da população. Essa tendência dá pistas para se perceber sobretudo que a expansão financeira contribui para a concentração de riqueza e para a extraordinária concentração do poder nas mãos dos grandes capitalistas. Com efeito, há nas relações institucionais globais a presença predominante de uma classe capitalista que controla grandes corporações transnacionais detentoras de um descomunal poder econômico, conforme dados analisados por Santos. Quarenta e sete empresas multinacionais estão entre as cem maiores economias mundiais. Quinhentas empresas multinacionais controlam mais de dois terços do comércio mundial. “As duzentas maiores megacorporações mundiais empregavam, em 1997, menos de 1% (um por cento) da população mundial e tinham suas matrizes em oito países.” (SANTOS, 2002, p. 31).

Não é novidade que essa concentração de poder econômico contribui para a desigualdade social, haja vista o aumento acelerado do número de pobres e de miseráveis. Segundo o Banco Mundial, a população global em 1998 era de 5,9 bilhões, sendo que destes 2,8 bilhões são pobres, eis que vivem com menos de 2 dólares por dia, e 1,2 bilhão são miseráveis que sobrevivem com menos de 1 dólar/dia. Essa quantidade de pobres se contrasta com a crescente concentração de renda no mundo. Assim, por exemplo, em 1990 os 20% mais ricos concentravam uma renda média 60 vezes maior que a dos 20% mais pobres. Em 1999 essa distância aumentou para 74 vezes. Outro dado que demonstra que tal riqueza se concentra fortemente nos países centrais é o de que os 10% mais ricos dos EUA possuem uma renda equivalente aos 47% mais pobres do planeta (BANCO MUNDIAL, 2003).

No Brasil⁴⁸, o nível de concentração de renda pode ser relativamente esclarecido pela crescente redução da massa salarial em detrimento do capital (lucros, juros e aluguéis), conforme os dados dispostos a seguir:

⁴⁸ O cálculo da concentração de renda ganhou visibilidade por meio do referencial GINI, que varia de 0 a 1. Segundo dados da PNAD-IBGE de 2005, apesar de uma tímida redução da desigualdade nos

Tabela 1 – Brasil. Participação do Trabalho e do Capital no conjunto da renda produzida no Brasil (1960-1988) – em percentagem (%) (1960-1988).

Ano	Massa Salarial	Capital
1960	60	40
1970	40,8	59,2
1975	38,4	61,6
1980	37,9	62,1
1988	38	62

Fonte: Brum, 2005.

A miséria apresenta-se nos países centrais, notadamente EUA, Japão e Comunidade Européia, deparando-se com novos e velhos preconceitos de raça, de sexo e de idade. A concorrência no mercado de trabalho suscita a competição entre nativos e imigrantes, interferindo na solidariedade do coletivo operário. O nacionalismo torna-se em parte a base de xenofobias culturais que alimentam as diversas formas de rejeição e preconceitos contra aqueles que representam uma ameaça aos postos de trabalho dos nativos.

Sob o capitalismo, o que o homem produz e as condições sob as quais ele produz repercutem nas condições materiais e, em conseqüência, sobre a reprodução do trabalhador. Isso se dá porque este – enquanto desprovido dos meios de produção - é obrigado a vender a sua força de trabalho, em proveito do capitalista, visando auferir os meios de subsistência. A crise desse modelo de reprodução das relações sociais evidencia as desigualdades e os crescentes irracionalismos, colocando em xeque a existência do modo de produção capitalista, conforme explicita Mandel (1985, p. 399):

[...] a crise das relações de produção capitalistas se apresenta como a crise de um sistema de relações entre os homens, dentro e entre as unidades de produção [empresas], que correspondem cada vez menos à base técnica do trabalho, quer em sua forma presente, quer em sua forma potencial. Podemos definir essa crise como uma crise não só das condições capitalistas de apropriação, valorização e acumulação, mas também da produção de mercadorias, da divisão capitalista do trabalho, da estrutura capitalista da empresa, do estado nacional burguês e da subordinação do trabalho ao capital como um todo. [...] enquanto todo capitalista individual gostaria de restringir o consumo de 'seus' trabalhadores, a classe capitalista como um todo deve ampliar o mercado de bens de consumo e, ao mesmo tempo, assegurar a valorização do capital.

últimos quatro anos, o Brasil ainda figura entre os países com a pior distribuição de renda ao apresentar o índice GINI de 0,559.

A crise mencionada por Mandel coincide com aquilo que Marx (1994) já anteviu como ínsito ao capitalismo, ou seja, a queda tendencial da taxa média de lucros, a produção de excedentes e o aprofundamento das desigualdades sociais. Ao demonstrar que as desigualdades sociais e o capitalismo são incrustações monolíticas de uma mesma dinâmica, Marx afirma a impossibilidade da acumulação sem a exploração, sem o exército de reserva e, enfim, sem os perdedores e os vencedores. O modo de produção capitalista é, portanto, inconciliável com sistemas sócio-políticos equilibrados. Ilustre-se que a crise da década de 1974/5, considerada como um marco simbólico da implosão deliberada do *welfare state*, evidenciou o custo social da expansão financeira capitalista. Nesse sentido vale relembrar as palavras de Karl Brunner (1976), economista liberal suíço e um dos consultores mais abalizados do capitalismo internacional, transcritas por Mandel (1990, p. 162): ‘Se se quer eliminar a inflação, há um preço a pagar, que é o do desemprego. O desemprego é, portanto, o custo social para se acabar com a inflação. E não venham me dizer que existe uma outra saída, pois não é verdade.’

O desemprego e a precarização do trabalho crescentes são dois fatores que atordoam a sociedade atual, mas – conforme já afirmado - são inerentes à dinâmica da produção capitalista. Essa dinâmica vem marcada pela flexibilidade, interna e externa, com destaque para a terceirização. Reportando-se a este tema, Castel afirma que a flexibilidade, articulada sob a perspicaz propaganda de que é necessária para maximizar a competitividade e as habilidades do trabalhador, resulta em transformar a empresa numa “máquina de vulnerabilizar” e de excluir (CASTEL, 2001). A assertiva do autor procede, posto que as qualificações⁴⁹ não são suficientes para a integração no mercado de trabalho. Um número cada vez maior de jovens qualificados, em sentido restrito, é levado a aceitar empregos que exigem menor qualificação. Isso provoca, em contrapartida, um massivo desemprego entre os não qualificados. A história, como diria Marx (1978), repete-se como farsa, conforme ilustra Castel (2001, p. 522):

[...] Toda a história das relações de trabalho mostra que, ademais, não se poderia pedir aos empregadores para ‘fazer social’ [quando o fizeram, como no caso da filantropia patronal do século XIX, foi no sentido exato e limitado da defesa dos interesses da empresa, é claro]. [...] Afinal de contas, as

⁴⁹ Aqui, mais uma vez, utiliza-se o termo qualificação, observando-se a distinção entre as acepções ampla e restrita (LEITE; POSTHUMA, 1995).

empresas mais competitivas são também, amiúde, as mais seletivas e portanto, sob certos aspectos, as mais excludentes, e [conferir na indústria automobilística] a publicação de ‘planos sociais’ acompanha freqüentemente, a dos balanços comerciais positivos. É uma maneira de dizer que uma política que tem por objetivo controlar os efeitos da degradação da condição salarial e de vencer o desemprego não poderia apoiar-se exclusivamente na dinâmica das empresas e nas virtudes do mercado.

Castel (2001, p. 523-526) enfatiza que “buscar a salvação por meio da empresa é enganar-se de registro. A empresa expressa a lógica do mercado e da economia.” Assim, torna-se catastrófico pensar-se em atribuir a resolução da questão social a partir de uma iniciativa espontânea das empresas na medida em que elas paradoxalmente concorrem para a configuração do mercado de trabalho instável. Dito com outras palavras: O mercado de trabalho, “primário” (trabalhadores típicos) e “secundário” (trabalhadores atípicos), e a massa de desempregados não são acidentais, são meios de pressão sobre os trabalhadores. Dessa forma, numa economia mundializada e marcada por crescente taxa de desemprego, os trabalhadores “rivalizam-se”. Apropriando-se dessa disputa, ao capitalismo interessa controlar crescentemente a força de trabalho, reproduzindo a reserva “precária” e, simultaneamente, produzindo a “desestabilização dos estáveis”.

Sob o capitalismo, as pessoas, em considerável número, postulam ainda uma relação de trabalho típica. Tal postulação, embora não signifique a inevitabilidade de uma subordinação do gênero humano ao capitalismo, reflete o modo como historicamente este passou a controlar a vida das pessoas pela mediação do trabalho. Se a existência do homem depende de um grande eixo, este só pode ser o trabalho, uma vez que não há além deste uma referência tão essencial e tão capaz de modelar as demais esferas da sociabilidade (família, religião, escola, etc). Tal afirmação quer significar que dificilmente se explicará o ser social e suas relações – por exemplo, com a escola ou a família - se não houver uma compreensão do trabalho como mediação.

Dependendo do estágio da crise sistêmica do capitalismo, o aprofundamento da contradição das formas de apropriação do capital sobre o trabalho pode suscitar – como contratendência - um “processo de desproletarização”. Essa circunstância da processualidade – inseparável da relação material – aponta para as conseqüências subjetivas. Tanto é assim que considerável parte da academia, a exemplo de Castel, prefere enfatizar a importância dos aspectos subjetivos ao apontar uma

“desvinculação” ou “quase-desvinculação” dos trabalhadores da sua qualidade de proletários. Essa diversidade de enfoques dá origem a várias denominações que tentam se “aproximar” daquilo que Marx (1994) chamou de *lupemproletariado*, de modo que são recentes as referências aos supranumerários (CASTEL, 2001), à subclasse (IANNI, 2001) e aos excluídos (DUPAS, 2001).

A questão dos supranumerários envolveria – no dizer de Castel – três pontos importantes: a desestabilização dos estáveis; o aumento da precarização; um *déficit* de status ou lugares sociais que provenham sentido às pessoas. O referido autor diferencia a política de inserção da política de integração. Para ele, a primeira proporcionaria apenas um *continuum* provisório, ou seja, o trabalhador precarizado seria uma espécie de “interino permanente”. De outro lado, a política de integração tenderia a proporcionar ao trabalhador um emprego de caráter pleno, capaz de garantir-lhe estabilidade. À míngua de estabilidade, os supranumerários, denominados por Castel como “inúteis para o mundo”⁵⁰, seriam os homens que, ao não se sentirem mais identificados pelo trabalho, enxergariam como uma das “alternativas” a violência ou tenderiam à resignação. Em suma, seriam os “desfiliados”, os não integráveis, “pelo menos no sentido que Durkheim fala da integração como o pertencimento a uma sociedade que forma um todo de elementos interdependentes.” (CASTEL, 2001, p. 527 e 530).

Essa distinção entre as categorias analíticas integração (inserção profissional) e inserção (inserção estrita ou social) é válida em seu sentido restrito, ou seja, enquanto contribuição teórica para explicar o estágio atual do processo de degradação material a que estão submetidas as pessoas sob o capitalismo. Ela permite sobretudo a compreensão do reflexo da crise capitalista sobre dois sistemas institucionais relacionados ao trabalhador: a seguridade social e a assistência social. A primeira direcionada a todos indistintamente. A segunda voltada para aquela categoria de pessoas que não tem meio para prover a sua subsistência. Ambas caminham para o centro da crise à medida que o capitalismo protagoniza a sua relação com aqueles que Castel denomina de “não integráveis”.

⁵⁰ O termo “inúteis para o mundo”, empregado por Castel, tem um sentido hiperbólico e, por isso mesmo, deve ser relativizado. Para Wallerstein, o capitalismo necessita que o ser social seja histórica e permanentemente “útil”. Sob o capitalismo, “nenhuma relação social permanece intrinsecamente isenta de uma possível inclusão.” (WALLERSTEIN, 2001, p. 15).

Os “programas de inserção” tornaram-se incapazes de garantir a “integração” porque estão relacionados às políticas provisoriamente contínuas, não apenas como um reflexo limitado da precarização e da informalidade, mas como consequência da desigualdade social, condição que incompatibiliza a solidariedade, enquanto estágio de explicitação do gênero humano, e o modo de produção capitalista.

Essa crise das relações sociais só corrobora a importância do trabalho para o ser social. Em Marx já se compreende que a “centralidade” do trabalho abstrato é a condição de subsistência do capitalismo, pois sem a mais-valia inexistirá a reprodução do capital. “Antes de tudo, o motivo que impele e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior expansão possível de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho.” (MARX, 1994, p. 380). Não se pode, porém, deixar de reconhecer que – contraditoriamente - o capitalismo acelera o processo cíclico de suas crises sistêmicas, ao tempo em que debilita o seu poder de legitimação social. Isso aponta – sem qualquer pretensão profética - para a possibilidade de uma crise terminal que resultará na derrocada do referido modo de produção.

2.3 O Estado Amplo: um potencializador das desigualdades sociais

O processo de acumulação capitalista envolve os antagonismos entre aqueles que buscam a extração de sobretrabalho e aqueles que, direta ou indiretamente, sobrevivem da venda da mercadoria trabalho. Essa tensão é em parte transformada em lutas políticas e regulada pelo Estado.

Não se tem o propósito aqui de reduzir-se a problemática capitalista a questões atinentes ao funcionamento ou ao poder das instituições (Estado, corporações, monopólios, etc). Tampouco se pretende transferir a discussão para questões puramente abstratas, posto que os modelos explicativos em relação ao Estado são relevantes à medida que tentam apreender a atuação concreta deste no contexto da dinâmica do modo de produção capitalista. Uma interpretação sobre o Estado é uma representação da realidade, não devendo ser tomado como um retrato absoluto do real. Ademais, em face do seu caráter histórico, embora não exista um modelo único para explicar a atuação estatal, há aquele referencial teórico

que se volta mais diretamente para as características recorrentes do Estado capitalista. É nesse sentido que o presente tópico é desenvolvido sob a premissa de que o Estado moderno, enquanto criação capitalista, instrumentaliza de forma recorrente a desigualdade social e as condições para a extração da mais-valia.

Ao se falar de Estado é importante destacar-se a atualidade da classificação do Estado (Amplio e Restrito) fornecida por João Bernardo (1998). Não serão esgotados aqui todos os aspectos da teoria do citado professor português, mesmo porque isso demandaria uma profunda análise explicativa que não cabe aos propósitos do presente trabalho.⁵¹ Mas é válido destacar que a teoria do Estado em Bernardo é em larga medida importante para o presente trabalho, posto que este autor apresenta categorias analíticas adequadas à explicação da relação atual do Estado diante do conflito entre o trabalho e o capital. O marxista português, ao elaborar as suas categorias analíticas inspirando-se na concepção de Marx, demonstra, portanto, que os interesses empresariais atuam na relação entre o Estado e as classes produtivas.

Para Bernardo (1998), o Estado Amplio é um mecanismo de poder utilizado pelos capitalistas para controlar os trabalhadores e garantir a disputa empresarial pela maior extração de mais-valia. Na competição interempresarial, o Estado - mais do que um mero agente regulador da concorrência - é a parte interessada que toma partido e atua como promotor das chamadas CGP (Condições Gerais de Produção). As CGP compreendem todos os recursos destinados à realização da produção, englobando a estrutura e o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, o acesso da população à medicina, à saúde, etc. Em relação às categorias analíticas centrais de sua teoria, Bernardo (1996, p. 6) explicita:

O Estado Restrito é o aparelho político clássico, combinado com os poderes executivo, legislativo e judiciário [...] O Estado Amplio resulta da autoridade que cada patrão exerce no interior da sua própria empresa. Resulta ainda da hegemonia que as empresas detêm sobre a sociedade em redor. O Estado Amplio é constituído pelas empresas enquanto aparelho de poder.

⁵¹ Conforme demonstra Przeworsky (1995), um balanço da discussão sobre o Estado capitalista demandaria uma abordagem de no mínimo onze orientações teóricas, envolvendo as concepções clássicas (o Estado como ser parasitário; como epifenômeno; como fator de coesão; como instrumento; como conjunto de instituições; como sistema de dominação política) e as teorias contemporâneas (da desmercantilização; da autonomia relativa do Estado; da seletividade; da elite do poder; e da dependência estrutural).

O Estado Restrito, além de ser importante por dispor de poderes institucionais (o jurisdicional; o legislativo; e o de tributação), é estratégico por ser a instituição que influencia o fluxo de capitais e bens que transitam por suas fronteiras, além - e principalmente – de monitorar o movimento de pessoas e o seu impacto sobre o mercado de trabalho. Valendo-se do poder de legislar, o Estado Restrito impõe normas para disciplinar as relações sociais, destacando-se entre estas as relações de trabalho, as quais são reguladas por meio da constituição de direitos e obrigações dos sujeitos envolvidos no mundo do trabalho.

O Estado Amplo transforma o Estado Restrito numa *longa manus*. Ao atuar todos os seus “poderes” (tributário, regulamentar, jurisdicional, militar, etc), o Estado Restrito reproduz a concepção do Estado Amplo para permitir a acumulação. O poder de tributação permite ao Estado acumular riquezas e redistribuí-las ao capitalista em nome do “desenvolvimento” e mediante a concessão de favores e incentivos fiscais, empréstimos subsidiados e investimentos em infra-estrutura. O poder regulamentar transforma os vínculos políticos em compromissos com os grupos capitalistas. O Estado passa a ser o grande fiador dos negócios do setor privado, transferindo a regulação para as agências privadas e garantindo a cláusula de sucesso aos investidores.

Se por um lado Marx via o Estado como o comitê da burguesia, dando-lhe um caráter instrumental e parasitário, Gramsci, por outro lado, estudou o Estado conferindo-lhe um caráter relacional e ampliado, levando em conta o alargamento do espaço da política e da dominação. Para Gramsci, “por Estado deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho privado de hegemonia ou sociedade civil.”⁵² A dominação, portanto, poderia se dar tanto como o resultado da coerção de uma classe sobre outra quanto por meio do consenso. O autor italiano deu grande destaque à forma como essa dominação se reproduz ao nível do Estado, sendo este considerado o espaço da sociedade. Nesta se evidenciaria a hegemonia daquilo que ele denominou de diferentes grupos sociais (GRAMSCI, 1989).

Em que, portanto, assemelha-se ou diferencia-se o modelo gramsciano daquele construído por Bernardo? Os dois superam a noção de um Estado reduzida apenas à sociedade política. Ambos são convergentes naquilo que eles chamaram

⁵² (GRAMSCI, 2001, p. 254).

de sociedade política e “Estado Restrito”, respectivamente. Porém, no que diz respeito ao aspecto do “Estado Ampliado”, Gramsci estava mais voltado para a compreensão de como se chegar à hegemonia, enquanto disseminação da ideologia dominante na esfera social, tendo em vista a situação histórica da Itália no momento da sua teorização. Embora a sociedade civil, em Gramsci, e o “Estado Amplo”, em Bernardo, ocupem o panorama ideológico, os dois autores estão se reportando a concepções e a realidades que não são iguais. O pensador sardenho deu acentuado destaque ao papel da cultura e voltou suas análises para as particularidades nacionais que culminaram na formação do Estado na Itália e em alguns países centrais. Gramsci, ao admitir uma autonomia relativa do Estado capitalista, concebe a possibilidade deste vir a ser autônomo em relação ao poder de influência dos capitalistas (PRZEWORSKY, 1995). Bernardo (1998) diverge nesse aspecto, posto que a sua concepção de Estado é instrumental. Outra diferença importante consiste no fato de Bernardo reportar-se a uma realidade histórica em que há a supremacia das empresas transnacionais e em que as relações de produção só são possivelmente compreendidas em sua dinâmica supranacional.

Embora não adote explicitamente os liames conceituais de Bernardo, Wallerstein reforça a importância explicativa dos referenciais que avaliam o poder instrumental do Estado. O autor citado (2001, p. 47) percebe a soberania como uma farsa, ou mito, e sustenta que as relações entre os Estados estão crescentemente hierarquizadas em função dos interesses capitalistas:

Ao longo da história do sistema capitalista, quanto maior o risco – e a possibilidade de perdas – mais provável se tornou a entrada dos governos nas operações, para evitar falências e até mesmo restituir prejuízos, de modo a evitar torvelinhos financeiros.

O conceito do Estado Restrito serve para reconhecer o aparato e a força repressiva do Estado Amplo. É através dessa coerção que o Estado busca assegurar a execução dos contratos que disciplinam a acumulação e a ordem necessária à reprodução do capital. O potencial militar, além de ser proporcional à capacidade de acumulação do Estado, exerce forte influência sobre as relações entre as nações, conforme esclarece Wallerstein (2001, p. 49):

De maneiras diferentes, o Estado tem sido crucial como mecanismo para otimizar a acumulação. Contudo, nos termos da sua ideologia, espera-se

que o capitalismo expresse a atividade de empreendedores privados, livres da interferência dos aparatos estatais. Na prática, isso nunca foi verdade em lugar nenhum. É ocioso especular se o capitalismo teria florescido sem o papel ativo desempenhado pelo Estado moderno. No capitalismo histórico, os capitalistas confiaram em sua capacidade de utilizar os aparatos estatais em seu benefício.

Na ótica de Wallerstein (2001, p. 51), o equilíbrio de poder entre os países centrais torna-se a obsessão para os capitalistas, visto que estes articulam relações internacionais que resultam num “império-mundo” e postergam as demandas sócio-econômicas dos representantes do trabalho. A rigor, se as máquinas estatais “[...] se tornassem fortes demais poderiam sentir-se livres para acatar pressões igualitárias, por razões de equilíbrio interno”.

O grande capital, ao controlar o Estado, “estimula” - sob uma perspectiva formal - as demandas burguesas por democracia e liberdade, ao sugerir a premissa de que todos são iguais e gozam dos mesmos direitos. Tais demandas, uma vez assimiladas nas relações sociais, tendem a ser propagadas como práticas universais de um “Estado neutro”, igual para todos. Assim, o Estado viabiliza uma das formas de o capital exercer o seu controle sobre os trabalhadores. Para Wallerstein, a necessidade de cooptar os trabalhadores faz com que os capitalistas procedam “aparentemente” de forma dúbia a estimular movimentos ou operações não necessariamente voltadas para a tarefa imediata da acumulação. Tais movimentos aprofundam a fragmentação da solidariedade entre os trabalhadores na medida em que atomizam suas lutas por meio de uma visão de mundo marcada pelas aspirações individualistas:

Em um sistema desigual há sempre duas maneiras de o grupo rebaixado buscar se ver livre de seu rebaixamento. Ele pode tentar reestruturar o sistema, de modo que todos passem a ter uma posição igual. Ou pode simplesmente querer se mudar para uma posição superior, mantendo a distribuição desigual. Não importa o quanto se concentrem em objetivos igualitários, os movimentos anti-sistêmicos sempre incluem elementos cujo objetivo, inicial ou final, é apenas ascender na hierarquia existente. Os próprios movimentos sempre tiveram consciência disso. Contudo, tenderam a discutir este problema em termos de motivações individuais: os de coração puro contra os traidores da causa. (WALLERSTEIN, 2001, p. 60).

A atuação dos empresários no controle do Estado é contraditória na medida em que ela se dissemina, na superfície, sob o pretexto de autopreservação do capital, mas sob a tendência de uma crescente concentração de poder nas mãos de

um número menor de capitalistas. Dessa forma, a tendência ao monopólio desestimula a corrida pelo progresso técnico e provoca a estagnação econômica. Por sua vez, esta só é superada com a decomposição do próprio monopólio. Essa decomposição será um tanto mais rápida quanto mais agressivo for o grau e a intensidade do investimento especulativo. Enfim, a dinâmica do processo de acumulação influencia a competição intercapitalista, na medida em que a corrida pela maximização do lucro encurrala o capitalismo para formas monopolistas, aprofundando o processo de desigualdades sociais e o controle sobre os trabalhadores. Esse controle exercido pelo Estado submete-se a variáveis históricas, a exemplo daquelas relacionadas às mudanças nas relações de produção. Assim, para se compreender como o Estado exerce sua influência sobre o cenário da reestruturação produtiva, importa analisar-se o nexos causal entre as transformações na economia mundial nas últimas décadas e o que se convencionou chamar de neoliberalismo.

2.4. O neoliberalismo: a contenção das demandas sociais e a dificuldade de valorização do capital

Qual o vínculo existente entre o cenário capitalista das últimas décadas e o neoliberalismo? A questão ora posta demanda analisar-se em que medida o Estado neoliberal é uma manifestação do “Estado-empresário”, expressão política protagonizadora do neoliberalismo.

As transformações ocorridas na economia mundial, orientadas segundo a pragmática neoliberal no momento da derrocada do “socialismo real” do leste europeu, não vieram por acaso. Ainda na década de 1950, quando corriam os chamados “anos dourados”⁵³ da economia capitalista, o economista Milton Friedman desenvolveu, na sua obra *Capitalismo e Liberdade*, um estudo comparativo entre o “socialismo real” e o “capitalismo fictício”, com a finalidade de fazer a apologia do mercado ideal em contraste com o Estado sob a influência keynesiana. É na obra

⁵³ Os “trinta anos gloriosos” é um termo usado pela Escola da Regulação Francesa para designar o período compreendido entre o fim da Segunda Guerra e a metade da década de 1970.

de Friedman⁵⁴, não sem motivo agraciado com o Prêmio Nobel de Economia em 1976, que começa a ser fincado o esboço do que se convencionou denominar posteriormente de neoliberalismo, em contraposição ao que na época chamava-se de *welfare state*.

Para Friedman (1988, p. 120), a função do capital não é afiançar o Estado de bem-estar, haja vista que "há uma e só uma responsabilidade social do capital: usar seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros".

O neoliberalismo, enquanto plataforma estratégica idealizada pela dominação do Estado Amplo⁵⁵, prescinde de uma versão uniforme⁵⁶ e assume um caráter pragmático. Isso não o impede de se expressar como uma visão de mundo da classe dominante. Caracteriza-se como um conjunto de regras *ad hoc* adotadas no sentido de diminuir as demandas sociais que antes eram assimiladas pelo *welfare state*. Não há, portanto, uma consolidada construção teórica do neoliberalismo, ou seja, não há - como existiu em relação ao Estado Liberal - uma postura metodológica do sistema de idéias neoliberais. Não se tem conhecimento de um estudo elaborado de modo sistemático que sirva de referência teórica para orientar as ações neoliberais:

O neoliberalismo dificilmente se encarna em obras de intelectuais de reconhecida competência. Mereceu mesmo, até agora, pouco esforço de exposição sistemática, com algumas exceções que podem ser encontradas no campo da economia. É antes um conjunto de regras práticas de ação [ou de recomendações], particularmente referidas a governos e a reformas do Estado e das suas políticas. (DRAIBE, 1993, p. 88).

⁵⁴ Segundo Perry Anderson (1995), Friedman, juntamente com Karl Popper e outros, foram integrantes da Sociedade de Mont Pèlerin, grupo de intelectuais antikeynesianos coordenados pela orientação ideológica de Friedrich Hayek.

⁵⁵ A noção de estratégia como plano de ação está em Anderson (1995) e a noção de Estado Amplo permanece em Bernardo (1998).

⁵⁶ "No continente europeu, os governos de direita deste período – amiúde com fundo católico – praticaram em geral um neoliberalismo mais cauteloso e matizado que as potências anglo-saxônicas, mantendo a ênfase na disciplina orçamentária e nas reformas fiscais, mais do que em cortes brutais de gastos sociais ou enfrentamentos deliberados com os sindicatos. Contudo, a distância entre estas políticas e as da social-democracia governante anterior já era grande. E, enquanto a maioria dos países no norte da Europa elegia governos de direita empenhados em várias versões do neoliberalismo, no sul do continente – território de De Gaulle, Franco, Salazar, Fanfani, Papadopoulos, etc. –, previamente uma região muito mais conservadora politicamente, chegavam ao poder, pela primeira vez, governos de esquerda, chamados de euro-socialistas: Mitterrand, na França; González, na Espanha; Soares, em Portugal; Craxi, na Itália; Papandreu, na Grécia. Todos se apresentavam como uma alternativa progressista, baseada em movimentos operários ou populares, contrastando com a linha reacionária dos governos de Reagan, Thatcher, Kohl e outros do norte da Europa." (ANDERSON, 1995, p. 13-14).

Em suma, o neoliberalismo apresenta-se como uma visão reformada do Estado liberal. Ele se alicerça numa forte concepção de mundo da classe burguesa e apresenta uma instável construção teórica voltada para a implementação dos meios que proporcionariam o histórico restabelecimento das taxas de crescimento experimentadas durante os “anos dourados”. Dessa forma, ao invés de se falar de “Estado mínimo”, a pragmática neoliberal inspirou-se na perspectiva - conforme assinala Perry Anderson (1995) - de um Estado forte o suficiente para “quebrar” o poder dos sindicatos e para diminuir as demandas sociais.

Mirando-se mais numa síntese dos seus aspectos pragmáticos mais gerais, é possível se conceituar o neoliberalismo, dentro de uma concepção dialética, como um conjunto de medidas práticas, “antagônicas” em relação ao *welfare state*, cujas características são: a reciprocidade das políticas públicas e a conseqüente remercantilização dos bens sociais (saúde, educação, etc).

Embora subsista o ecletismo já apontado por Draibe (1993), Laurel (1995) elenca alguns critérios que são postos na definição do neoliberalismo, quais sejam: o critério da amplitude e cobertura dos benefícios sociais; e o critério do grau de intervenção estatal.

A prática está a demonstrar que há por parte dos neoliberais uma conduta ambígua na medida em que o grau de intervenção do Estado – tão ostensivamente atacado em suas prédicas - não serve para caracterizar o neoliberalismo. A todo o momento governos que são ditos neoliberais estão intervindo na economia, notadamente para atender os interesses do capitalismo, confirmando-se assim a assertiva de que Estado mínimo é algo reservado tão-somente para os trabalhadores.

O elemento reciprocidade é também um dos conceitos em constante reconstrução. A reciprocidade, exigida como condição da aplicação de políticas públicas, encontra sua explicação no fato de que interessa ao capitalista manter uma “relação de troca”. Essa “permuta” perpassa as políticas sociais (saúde, segurança, educação, etc) restringindo-as, uma vez que é do interesse do capital privado explorar com lucro esses serviços supracitados.

Outro dado importante a ser analisado finca-se na necessidade de legitimação. O *welfare state* tentou a legitimação do Estado por meio de políticas públicas universalizantes e de uma política de investimentos em infra-estrutura, na

maioria das vezes com uma preocupação em um desenvolvimento do Estado capitalista como resposta às ampliadas demandas sociais, fato este que servia de aceleração do endividamento público. Essa tentativa de legitimação do Estado, mesmo nos países centrais, foi pervertida por meio de políticas públicas focalizadas e cortes nos investimentos sociais. Dentre os principais planos de ação dos neoliberais, destacam-se a diminuição do déficit público, a remercantilização dos bens sociais e a “desinstitucionalização” da proteção social. Asa Cristina Laurell (1995) demonstra que as “estratégias” neoliberais, em relação às políticas sociais, resultaram na redução dos investimentos públicos em educação e saúde, na privatização, na centralização dos gastos sociais em programas seletivos e na descentralização político-administrativa.

A atuação neoliberal, marcada pela hipertrofia do Estado Amplo, constitui-se numa tentativa de o capitalismo reoxigenar o processo de acumulação ante o fim do ciclo que predominou sob a orientação da política keynesiana.

Os modelos de *welfare state*, em contraste com o acirramento da luta de classes, consistiram em tentativas de respostas às inúmeras demandas sociais que emergiram a partir das duas guerras mundiais entremeadas pela “Grande Depressão” de 1929. Durante o período de sua vigência, entre as décadas de 1930 e até meados de 1970, as diferentes unidades do capitalismo articularam-se no curso de uma fase de expansão material. As empresas chegaram, como diz João Bernardo (1998), a dominar as *condições gerais de produção*.

Porém, vislumbrando a possibilidade de crescimento da taxa de lucro, os capitalistas dos países centrais cancelaram a reestruturação produtiva como meio para serem removidos os obstáculos à intensificação do processo de expansão do capitalismo em direção à periferia. Disso resultou a necessidade de serem reformuladas as atribuições do Estado configurado sob os escombros do *welfare state*.

Assim, deflagrou-se a fase de articulação da práxis neoliberal. As interconexões das empresas com as unidades econômicas viabilizaram o poderio transnacional do capitalismo. As transnacionais, com a colaboração do capital nacional, assumiram setores estratégicos da economia. Foi nesse momento que a expansão do capitalismo possibilitou o aprofundamento das atribuições do Estado sob o formato neoliberal. Intensificou-se, assim, o processo de remercantilização dos

bens sociais que foi difundido com a propaganda de desgaste do “Estado intervencionista”.

Portanto, o neoliberalismo foi o marco pragmático da construção de um novo perfil do Estado Restrito com estruturas reelaboradas pelo poder empresarial. Em idêntico sentido conclui João Bernardo (1996, p. 8): “O neoliberalismo é precisamente o reconhecimento das novas funções assumidas pelo Estado Amplo e da redução de funções do Estado Restrito.”

A pragmática neoliberal sugere aos indivíduos a “alternativa” de integrar-se no mercado seja como produtor ou consumidor. Nesse aspecto há que se fazer uma distinção - meramente didática - entre o estigma decorrente da política pública e a concepção estereotipada pela política econômica.

As políticas públicas restritivas do Estado neoliberal têm características e destinatários delimitados. Elas ou são aplicadas na permanente improvisação ou são submetidas a um planejamento de curto prazo. São, por fim, direcionadas unicamente à pobreza absoluta. Há assim uma estigmatização dos sujeitos beneficiários dessa política, de modo que em algumas ocasiões muitos dos seus potenciais destinatários não vislumbram uma identificação com a ação do Estado. Isso pode ser uma decorrência do fato de tais programas sociais marcarem pejorativamente com ferrete os destinatários de seus recursos.

Os teóricos neoliberais buscam descaracterizar os trabalhadores enquanto sujeitos de classe ao tempo em que sugere, de forma contraditória, incluí-los no amplo mercado na qualidade de consumidores. Nessa diretriz manifesta-se Friedman (1988, p. 88):

Ninguém que compra pão sabe se o trigo usado foi cultivado por um comunista ou um republicano, por um constitucionalista ou um fascista ou, ainda, por um negro ou por um branco. Tal fato ilustra como um mercado impessoal separa as atividades econômicas dos pontos de vista políticos e protege os homens contra a discriminação com relação a suas atividades econômicas por motivos irrelevantes para a sua produtividade - quer esses motivos estejam associados às suas opiniões ou a cor da pele.

A análise de Friedman configura-se numa indução aos chamados juízos de simples inspeção. À medida que apenas uma camada social tem acesso à saúde, à educação e ao transporte, a pergunta essencial não é a de se saber quem produziu esses bens, mas sim quem se beneficia da produção desses bens. Acrescenta-se

também a essa preocupação a necessidade de indagação sobre o que ocorre por trás desse processo produtivo. A rigor, o pão que o negro plantou pode ser a causa da sua escravidão, o calçado que o neoliberal usa pode ser fruto da exploração irregular do trabalho de criança, o eletrodoméstico que o cidadão adquire pode ser fruto de um chamado “dumping social”, ou seja, a causa do seu desemprego.

Na prática neoliberal, o ajuste das contas públicas é uma obsessão que se materializa por meio da redução dos gastos sociais e da utilização de políticas empresariais ditas flexíveis, tais como a terceirização e a privatização. Os meios utilizados para reduzir os investimentos sociais, combinados com políticas de precarização das relações de trabalho e de mercadorização dos bens sociais, concorrem para agravar a situação econômica da maioria da população.

Para os capitalistas, o aspecto positivo do controle das contas públicas, dentro de um contexto amplo de medidas, é a facilidade que o Estado vai encontrar para regular o processo inflacionário, principalmente pelo fato de que o corte dos gastos vai implicar certo retraimento da sanha tributária do Estado.

O equívoco daqueles que tentam explicar a intervenção do Estado Restrito no domínio econômico, a exemplo do que foi cometido por Bernstein (1997), consiste em partir da falsa premissa de que é possível em alguma medida a supressão das contradições do capitalismo pelo mercado. Essa percepção, além de simplificar a dinâmica à qual está submetido o Estado, confere demasiada ênfase ao papel da tecnocracia e, em contrapartida, subestima ou desconsidera a influência da luta de classes e a contraposição de interesses entre as frações do capital. Esse equívoco pode ser superado, segundo Mandel (1985, p. 371), a partir da visão dos reflexos da aplicação da lei do valor na totalidade das relações sociais e políticas. Isso se dá porque “em última instância, o controle do mercado é determinado pelo que acontece no domínio da produção, e não no do mercado...” Mesmo os monopólios não são suficientes para fugirem à esfera de influência da lei do valor, haja vista que os preços controlados pelo monopólio são influenciados pelos preços dos setores competitivos.

Resta demonstrado aqui que a precarização das relações de trabalho é o sintoma de um desdobramento mais amplo, que se apresenta segundo a dinâmica do modo de produção capitalista. Dessa forma, a processualidade dialética, à medida que permite a explicitação das contradições do capitalismo, autoriza concluir

que as crises das relações de produção não podem ser explicadas restritivamente em termos de relação salarial ou em termos de atuação estatal. Com efeito, a superação das contradições do capitalismo não é possível a partir das instituições deste modo de produção. Por fim, a compreensão do modo de atuação do Estado capitalista serve, como parte de um contexto explicativo mais amplo, para evidenciá-lo como instrumento a serviço da maior extração da mais-valia. Na prática, tal percepção teórica verifica-se, por exemplo, no processo de reestruturação produtiva e, mais especificamente, no desenvolvimento do setor de petróleo, conforme será visto nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 3. A TERCEIRIZAÇÃO: uma via para a valorização do capital

Neste capítulo será desenvolvido o tema da terceirização a partir de uma avaliação histórica da referida categoria. Em seguida será apresentado um levantamento sobre algumas pesquisas que auxiliam na compreensão do assunto. Demonstrar-se-á, ainda, como a terceirização vem sendo explorada em uma escala crescente e como os aspectos jurídicos contribuem para a sua disseminação na prática empresarial. Por fim, será desenvolvido um estudo da relação que há entre a terceirização e a informalidade como uma via para a valorização do capital.

3.1. A terceirização e o *putting-out-system*: os antecedentes históricos

Terceirizar é a estratégia empresarial que consiste em uma empresa transferir para outra, e sob o risco desta, a atribuição, parcial ou integral, da produção de uma mercadoria ou a realização de um serviço, objetivando – isoladamente ou em conjunto - a especialização, a diminuição de custos, a descentralização da produção ou a substituição temporária de trabalhadores.

A terceirização não é uma prática nova, embora o seu formato atual apresente peculiaridades estratégicas. Na França, na época do Rei Luis XVI, havia um grupo francês, denominado “*Fermier*”, que era de natureza privada e funcionava como uma instituição responsável pela cobrança de impostos. Em 1793, os coletores de imposto que atuavam como “terceirizados”, entre os quais Lavoisier, foram acusados de fraude e, em seguida, guilhotinados em praça pública.

A terceirização tem as suas origens vinculadas ao chamado *putting-out-system*⁵⁷, que é a forma de trabalho por meio da qual os tecelões e fiandeiros – alguns com o auxílio de familiares, agregados e ou empregados - produziam, em seus domicílios e com os seus próprios instrumentos, as peças encomendadas pelos comerciantes que cediam àqueles a matéria prima e parte da remuneração. Esse

⁵⁷ Na Alemanha do século XVIII esse sistema era chamado de *Verlagsystem* (THOMPSON, 1987a).

modelo, chamado de façonismo, foi empregado no Brasil ainda no final do século XIX (COLLI, 2000)⁵⁸. A *fação*, originada do francês *à façon*, é a execução de um serviço sem que o prestador tenha a propriedade da matéria prima. O façonismo é uma demonstração de que o modelo flexível resgata velhas formas de exploração e de intensificação da força de trabalho. No plano internacional, a origem do façonismo coincidiu com a transformação do processo de trabalho na indústria têxtil, principalmente com a introdução da carda mecânica.

A carda mecânica foi a primeira máquina implantada no âmbito da indústria têxtil. Ela era constituída de dois cilindros e dentes de madeira ou agulhas, presos a uma haste, e servia para desembaraçar os tecidos. O equipamento existia desde a Idade Média, sendo que a sua utilização foi proibida entre os ingleses pelo Rei Eduardo VI que subiu ao trono em 1547. A máquina foi reintroduzida no século XVIII entre os comerciantes do oeste da Inglaterra, porém, como aprofundamento de um conflito de classes:

A ameaça da carda mecânica era apenas um elemento dentro de uma reviravolta generalizada contra os grandes patrões, que vinham rompendo com os costumes dos trabalhadores e destruindo um modo de vida estabelecido. (THOMPSON, 1987a, p. 96).

Para recrudescer esse quadro de conflito surgiram, nesse mesmo período, as máquinas cisalhadeiras que serviam para cortar e aparar o tecido, trazendo grande apreensão para os que tinham o ofício de aparadores de tecido. Já em 1758, segundo Abendroth (1977, p. 14), tem-se notícia de que trabalhadores ingleses destruíram as primeiras máquinas de aparar algodão. Para reprimir a revolta dos trabalhadores, o parlamento britânico aprovou, em 1769, a pena de morte para quem destruísse as máquinas. Em 1811, a Câmara dos Lordes editou nova lei para reiterar a aplicação da pena máxima.

No contexto do conflito entre o homem e a máquina, o trabalhismo inglês revela as origens da terceirização sob a égide capitalista. Thompson (1987a, p. 90 e

⁵⁸ O façonismo no Brasil surgiu após a inauguração do sistema de ferrovia que liga São Paulo a Santa Bárbara e com a criação da Empresa Têxtil Carioba, fundada com o auxílio de técnicos norte-americanos trabalhadores que imigraram em 1873 para o Brasil por força dos conflitos que marcavam a Guerra da Secessão. A prática da *fação* nasceu, segundo Colli (2000), da iniciativa de um vendedor de sedas conhecido por Luiz Bertoldo que comprou à empresa Pavezzi 12 teares que se encontravam encostados e sem uso há considerável tempo. O Sr. Bertoldo conseguiu colocar os teares em funcionamento e pactuou com a Tecelagem Ítalo-Brasileira a prestação de serviços, desde que a empresa fornecesse matérias primas. O exemplo de Bertoldo fez com que outros empregados da Carioba alugassem teares para trabalhar em casa.

101) diz que no final do século XVIII alguns comerciantes compravam tecidos e encomendavam o acabamento às oficinas situadas em *Leeds* ou nas aldeias de *West Riding*. Os negociantes repassavam trabalhos para oficinas situadas em condados distantes, deslocando assim a produção até então situada nos grandes centros urbanos, nos quais existia a pressão dos “luditas”.

Atemorizava a população o fato de que os industriais, por um lado, utilizavam mais maquinaria e, por outro, os “luditas” respondiam com mais incêndio de fábricas, mais destruição de equipamentos e mais ameaças a empresários e a trabalhadores dissidentes.

Motivos não havia para que os luditas fossem considerados os “fora da lei”. Eles reivindicavam na Justiça a aplicação das leis trabalhistas vigentes, tais como: o Estatuto de Eduardo VI, que impedia a utilização das cardas mecânicas; o Estatuto dos Artífices Elisabetanos, que reconhecia o ofício somente aos que passaram 07 anos como aprendiz; e o Estatuto de Felipe e Maria que restringia a quantidade de teares em função do número de mestres. A resposta patronal foi forçar o Parlamento britânico a revogar essas leis protetivas, o que de fato aconteceu em 1809. Era o caminho aberto para o *laissez-faire*, para a exploração do trabalho fabril com mais máquinas, mais trabalho de crianças e a abertura para a adoção do *truck system*, artifício que admitia o pagamento integral do salário com mercadorias, ao invés de dinheiro (THOMPSON, 1987a, p. 100). Os salários eram fixados pelo patrão, sendo que em caso de conflito havia a possibilidade de um magistrado arbitrar o valor da remuneração.

Os luditas, que tinham a simpatia da opinião pública e até de alguns empresários que se sentiam atingidos pelo grau de concorrência introduzido com as inovações, foram protagonistas de um momento marcante na história de transição para o capitalismo. Invocavam a tradição legislativa e os bons costumes da sociedade inglesa. Embora com certo saudosismo, acreditavam na restituição de um protecionismo legal. Lutavam pela dignidade no trabalho. Reivindicavam direitos, tais como o salário mínimo, a proteção ao trabalho da mulher e do menor, o direito de sindicalização, a livre negociação com arbitragem e a estabilidade para os mestres. Segundo Thompson (1987a, p. 123), os luditas almejavam uma comunidade democrática, “onde o crescimento industrial seria regulado segundo prioridades éticas e a busca do lucro se subordinaria às necessidades humanas.”

O ludismo esfacelou-se e ruiu com as prisões e mortes de seus líderes e, ainda, com a obrigatoriedade da venda da força de trabalho sob as novas condições, que contribuíram para “naturalizar” o *putting-out-system*.

Até aqui o interesse desenvolvido no presente capítulo foi o de caracterizar as “origens remotas” da prática da terceirização sob o capitalismo. Uma recuperação histórica mais abrangente demandaria alguns estudos de casos no desenrolar de várias décadas. Porém, como a abordagem do tema adquiriu relevância a partir da década de 1970, em razão da reestruturação produtiva, o foco de análise doravante estará situado levando-se em conta os desdobramentos históricos das três últimas décadas.

3.2 De volta para o futuro: a década de 1970 e a terceirização

A década de 1970 principiou com crises fiscais nos países centrais, razão pela qual se acreditava que o pleno emprego era o fato acelerador de inflação. Logo, em 1971 rompeu-se com o câmbio fixo e adotou-se o câmbio flexível. Em seguida, a crise do petróleo afetou o setor produtivo e contribuiu para comprometer as receitas fiscais do chamado *Estado de bem-estar social*. O poder de interferência deste na condução da política nacional de emprego foi readaptado aos parâmetros da dinâmica capitalista internacional. Nessa conjuntura, o fenômeno da terceirização foi influenciado pelo ciclo econômico que se iniciou a partir da década de 1970. A fase de expansão financeira coincidiu com a maior vulnerabilidade dos trabalhadores no mercado de trabalho, contribuindo para comprometer o nível de emprego e das condições de trabalho, isto é, interferindo sobre o processo de compra e venda da força de trabalho, elemento imprescindível ao processo de extração da mais-valia. É nesse sentido histórico que se torna oportuna a afirmação marxiana que se reporta a relação entre o trabalhador e as suas condições de trabalho:

Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador (Marx, 1996a, p. 56).

Braverman (1977) demonstra que o capitalismo encurralou o homem a procurar a sua subsistência por meio da compra e venda da sua força de trabalho, processo este que está diretamente relacionado com a configuração da divisão social do trabalho. O autor citado mostra que, na primeira metade do século XIX, para 5 (cinco) trabalhadores norte-americanos 1 (um) era assalariado. Esse quadro foi se modificando de modo que, em 1970, essa proporção se inverteu. Assim, a razão passou a ser de 1 (um) trabalhador autônomo para cada 9 (nove) assalariados. Porém, esse momento coincidiu com abertura do novo ciclo no qual se verificou uma ampla reestruturação da produção e da gestão da força de trabalho, que deu asas ao fenômeno da terceirização.

A estabilidade de preços e o controle da inflação viraram “obsessões” da política econômica do governo norte-americano, fato que influenciou os seus aliados no plano internacional. Enxugar o setor público, controlar e reduzir os seus gastos e desregulamentar a economia passaram a ser metas da nova política econômica de matiz ortodoxa. Em 1979, Paul Volcker assumiu o comando do *Federal Reserve* (banco central norte-americano) com a missão de implementar uma política monetária voltada para a estabilização de preços e o controle da inflação. Essa foi a política fiscal adotada nos EUA e na Inglaterra, levada a efeito por Ronald Reagan e Margareth Thatcher, respectivamente, que culminou nos programas de privatização, na desregulamentação do mercado de trabalho e nas altas taxas de desemprego. Foi a “derrocada” do domínio keynesiano.⁵⁹

A crise do modo de produção capitalista, na década de 1970, manifestou-se com a derrocada do chamado *Estado de bem-estar social*, de inspiração keynesiana, e com a emergência de um amplo processo de reestruturação do capital que se manifestou por um “novo” perfil de atuação do Estado ancorado no remodelamento da política econômica e dos arranjos político-institucionais de funcionamento da vida

⁵⁹ O keynesianismo, concebido como uma forma de intervenção do Estado na política econômica, refere-se aos estudos elaborados pelo economista John Maynard Keynes (1883-1946), ex-aluno de Alfred Marshall e ex-professor em Cambridge. Na sua obra principal, *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, Keynes sugere políticas para “solucionar o problema do desemprego pela intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito das despesas produtivas, por meio da redução da taxa de juros e do incremento dos investimentos públicos. As propostas da chamada ‘revolução keynesiana’ foram feitas no momento em que a economia mundial sofria o impacto da Grande Depressão, que se estendeu por toda a década de 1930 até o início da Segunda Guerra Mundial.” (SANDRONI, 1996, p. 222).

econômica. Esse processo iniciou-se na era Reagan-Thatcher, a partir de 1979 e perdurou ao longo da década de 1980. Além disso, outros sinais tornaram-se visíveis, tais como: a tendência de queda da taxa de lucro; a saturação do chamado regime fordista de produção; o crescimento desenfreado da esfera financeira da economia; o pendor pelas privatizações; e os processos de fusão e centralização empresariais.

Esse quadro político-econômico corresponde à intensificação do que se denominou posteriormente de política neoliberal, na Inglaterra⁶⁰, sob a batuta do governo da Primeira Ministra Margareth Thatcher. Essas mudanças provocaram nítidos reflexos para o mundo do trabalho. Enquanto o desemprego aumentava no setor industrial, o número de trabalhadores praticamente dobrou no setor de serviços, no final dos anos 90, durante a era Thatcher.

Além da precarização das relações de trabalho, essa era também ficou marcada pelas hostilidades ao movimento sindical que se fragilizou, seja pelas exigências legais e burocráticas para o exercício da ação sindical, seja pela desregulamentação dos direitos conquistados. As negociações dos temas e variáveis das condições de trabalho passaram da esfera coletiva para a esfera individual.

A investida neoliberal desses anos também atingiu os setores organizados da classe trabalhadora inglesa, tal como os mineiros, que apesar de terem realizado greves em 1982, 1984 e 1985, não conseguiram deter o fechamento das minas e a extinção de 220 mil empregos nesse período do governo da “Dama de Ferro”. O impacto dessas medidas, sobre os trabalhadores ingleses, foi ilustrado por McIlroy⁶¹ (1997):

O número de sindicalizados reduziu-se de 13,5 milhões em 1979 para 8,2 milhões em 1994. [...] O sindicato nacional dos mineiros [National Union of Mine Workers – NUM] tinha 257 mil membros em 1979, enquanto nos anos noventa reduziu-se para cerca de 8.000 filiados, tendo sido superado pelo sindicato dos atores [Actors Equity].

Os fatos apontavam para o que representava a “nova ordem” do capital. Se os mineiros não resistiram à investida neoliberal, quem se “atreveria” a rebelar-se naquele momento? A postura defensiva dos sindicatos, o declínio do direito de greve

⁶⁰ Os dados utilizados no parágrafo são os apresentados por Antunes (2001).

⁶¹ *Apud* Antunes (2001, p. 73-74).

e a elevação da taxa de desemprego contribuíram para a precarização do trabalho, alargando as possibilidades de utilização do trabalho em tempo parcial e da terceirização (*outsourcing*).

Realizada essa retrospectiva histórica, passa-se agora a focar a terceirização como categoria analítica.

3.3 A terceirização: uma categoria analítica em mutação

A terceirização⁶² é a forma de organização da produção que possibilita a uma empresa, chamada de contratante, transferir a outra, chamada contratada, a obrigação pela produção de bens, pela realização de serviços e pelos riscos decorrentes de tais atividades. Na maioria dos casos, a utilização da terceirização é justificada com base na especialização dos serviços, na diminuição de custos e na descentralização da produção.

Para Abreu e Sorj (1994), a terceirização trouxe implicações imediatas para o mercado de trabalho, viabilizando a subcontratação, a flexibilidade da produção e a alteração das condições de trabalho. Contribuiu, ainda, para o “ressurgimento” do trabalho em domicílio e para a exploração da força de trabalho feminina e infantil.

Com a terceirização, segundo Delgado (1994), o trabalho em domicílio, embora historicamente moldado sob relações patriarcais, adquiriu novo alento em espaços nos quais se confundem às vezes os afazeres do lar e as obrigações profissionais. Dessa forma a sua plasticidade explica o preponderante perfil feminino e a fluidez oportunista das “cadeias de terceirização” que contribuem para criar a “figura salarial feminina” (HIRATA, 2002, p. 288).

No que diz respeito à caracterização, Faria sustenta que as finalidades da terceirização são: a redução de despesas; as mudanças organizacionais; a racionalização produtiva; a especialização flexível; a quebra do movimento sindical brasileiro; o *global sourcing*. Em sua pesquisa, Farias destaca duas espécies de terceirização. A primeira, que ele denominou de tupiniquim ou “à brasileira”, seria

⁶² Outras denominações, nem sempre apropriadas, são utilizadas, tais como: descentralização; divisionalização; especialização flexível; filialização; focalização; formação de unidade de negócios; *merchandise* (sic); *outsourcing*; subcontratação; e subministração de mão-de-obra.

utilizada com a indisfarçável finalidade de possibilitar a maior extração da mais-valia e a redução de custos. A segunda, chamada de *outsourcing total*, estaria baseada no tripé qualidade, competitividade e produtividade. Nesse tipo, o resultado perseguido seria o de ganhos em parceria (*partnership*), de sorte que todos usufruiriam as vantagens do processo produtivo (ganha-ganha). Os serviços de apoio seriam repassados aos fornecedores situados no mercado interno (*outsourcing*) ou no mercado externo (*global sourcing*) (FARIA, 1994).

Não raro o debate sobre a terceirização “à brasileira” é polarizado entre os que optam por uma posição mais utilitária e os que assumem uma postura de crítica embasada no princípio de que o acesso ao trabalho é referência modeladora da condição de cidadania.⁶³

De acordo com Carelli, a terceirização só seria justificável tecnicamente do ponto de vista da especialização. Porém, a prática distorcida dessa estratégia empresarial estaria dando lugar à chamada “intermediação de mão-de-obra” que - segundo ele mesmo - seria algo bem diverso da terceirização. A especialização exigiria uma autonomia técnica e gerencial em relação à atividade terceirizada. Já a referida intermediação seria uma simples provisão de mão-de-obra com os seguintes traços: a falta de autonomia administrativa e de especialização da contratada; a prestação de serviço pelos trabalhadores na planta de trabalho do contratante e com os equipamentos deste; e a direção e a supervisão dos serviços a cargo da empresa contratante. A típica⁶⁴ terceirização seria incompatível, por exemplo, com a possibilidade de a empresa contratante determinar à contratada o número de empregados que esta deveria utilizar ou estabelecer as condições de trabalho. Segundo Carelli (2003, p. 125), “[...] Se fosse uma terceirização de serviço autônomo, seria a empresa contratada que diria com quantos trabalhadores realizaria o serviço, e quais funções seriam exercidas por esses trabalhadores” Porém, no Brasil, a distinção entre a terceirização e a intermediação mostrou-se desprovida de fundamento prático, na medida em que a virtualidade dos conceitos jurídicos torna-se insuficiente para a exata apreensão dos fundamentos concretos das relações de trabalho.

⁶³ Entre os profissionais do direito destacam-se posições liberais (LIMA, 1999; POLÔNIO, 2000; SOUZA, 1989; MARTINS, 2001; DELGADO, 1994) e restricionistas (CATHARINO, 1997; PALMEIRA SOBRINHO, 1998 e 2001).

⁶⁴ Para Catharino (1997), há na prática jurídica uma tendência de classificar a terceirização em típica ou permanente e em atípica ou temporária.

Leiria (1992) entende que terceirizar é importante por ser estratégico para a empresa e para o mercado, na medida em que possibilita a criação de emprego e geração renda. Ele avalia a terceirização sob o aspecto microeconômico e negligencia o contexto mais amplo no qual se relaciona com outras atividades da divisão de trabalho. Disso resulta o seu equívoco ao não distinguir criticamente entre o que vem a ser a geração de emprego e a transferência de atividades e postos de trabalho de uma empresa para outra. Essa preferência pelo espaço microempresarial da discussão favorece uma abordagem imediatista que obscurece os verdadeiros motivos que levam o empresário a terceirizar.

Segundo Bresciani (1997), a terceirização pode ser motivada pelos imperativos de competitividade que exigem maior produtividade empresarial mediante redução de custos e obtenção de maior qualidade. De acordo com Martins (1994), os motivos da reestruturação produtiva se ancoram em duas teses. A primeira diz respeito à necessidade de criação de um novo perfil para as relações de trabalho. Isso resultaria da rejeição que os trabalhadores manifestaram em relação às condições vigentes no tempo do fordismo, assim como ao autoritarismo das chefias e ao trabalho fragmentado, repetitivo e limitativo do saber do proletário. A segunda tese defende que as mudanças são motivadas pela urgência de uma competitividade que força a redução de custos, o aumento da produtividade e o incremento da qualidade dos produtos.

Os sindicalistas denunciam que o atual modelo de organização produtiva vem contribuindo para a degradação das condições e relações de trabalho, a redução dos benefícios até então auferidos, a diminuição do número de empregos e a guerra de conhecimentos em torno da organização do processo industrial (MARTINS, 1994). Eles alegam, ainda, que essa “nova” organização concorre para a intensificação da exploração do trabalho, a rotatividade no emprego e a precariedade do vínculo empregatício, dificultando a possibilidade de solidariedade entre os contingentes de trabalhadores efetivos e terceirizados (DRUCK, 1999; GOUNET, 1999).

As condições políticas que propiciaram a intensificação do processo de terceirização, no Brasil, foram associadas à abertura da economia ao comércio internacional, fato esse que ocorreu durante o governo Collor, a partir do início da década de 1990, assim como o processo de privatização que a seguir passou a ser

implementado no país. Na visão empresarial, nota-se que há certa falta de sintonia entre o discurso dos consultores, focando a terceirização ante os imperativos de qualidade e de especialização, e a prática adotada pela gestão da força de trabalho, administrada sob a lógica da competição pela redução de custos. Nesse sentido, as relações entre as grandes e as pequenas empresas tendem a ser uma relação entre dominantes e dominados, na medida em que a manutenção dos contratos de fornecimento passa a depender da situação mais vantajosa que é proporcionada à empresa contratante.

A relação das empresas com os sindicatos, no Brasil, não vem sendo marcada pela negociação em torno dos limites da terceirização. Ao contrário, esta foi utilizada como meio para a fragmentação da organização dos trabalhadores e, em consequência, como negação da oportunidade de negociar (PEDREIRA FILHO, 1997). Além disso, a postura do Tribunal do Superior do Trabalho em relação à atuação sindical inibe as reações no campo jurídico. Segundo pesquisa do DIEESE, a ausência de negociação dos níveis de reestruturação a partir das OLT (organização por local de trabalho) é um sintoma do abalo de poder negocial dos sindicatos de trabalhadores, situação que se agravou, de 1989 a 2001, quando o desemprego triplicou, atingindo mais de 20% da PEA (DIEESE, 2001b, p. 205). A resistência sindical é fortemente abalada pela pulverização da produção provocada pela terceirização. Os consultores da área administrativa recomendam que uma empresa tenha vários fornecedores em relação a um mesmo serviço ou produto (OLIVEIRA, 1994), de forma a não criar vínculos de dependência que contribuam para fragilizar a competitividade entre as terceiras.

O DIEESE (1993) identifica duas espécies de terceirização: a *reestruturante*, que visa a redução de custos com a mudança da base de produção por meio da adoção de novos recursos tecnológicos, inovações organizacionais, ganhos de produtividade e transferência de riscos; e a *predatória*, que visa a redução de custos pela via da exploração de trabalho em condições e relações precárias, ao arrepio da lei e da influência sindical.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (1993) lançou um documento no qual identificou pelos menos os seguintes efeitos da terceirização naquela região industrial: a fragilização da ação sindical; a redução do número de postos de trabalho; e a deterioração das condições de trabalho que se traduz na redução da

remuneração e dos benefícios dos trabalhadores, no aumento da jornada de trabalho, no comprometimento do nível de segurança e saúde da força de trabalho, no desrespeito às normas de contratação e na ausência de políticas de treinamento, além do autoritarismo e discriminação em relação aos trabalhadores terceirizados.

Será que a ação sindical sugere o dilema da acomodação ou da radicalização? Para o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC é preciso estabelecer um fluxo de informações entre os trabalhadores. Desse modo, estes teriam a possibilidade de refletir sobre os “impactos da terceirização” e de construir formas de atuação contra as arbitrariedades cometidas pelas empresas no setor da atividade metalúrgica. Ante a onda terceirizante, a entidade sindical apresenta as seguintes propostas: informar e refletir com a base; enquadrar os terceiros no setor de atividades da tomadora; discutir sobre o papel da regulação; participar e influenciar no processo de terceirização adotado pela empresa; exigir retreinamento e realocação do pessoal afetado; combater a terceirização predatória; denunciar a relação gerencial hierárquica entre as empresas cedente e tomadora; e lutar pela isonomia salarial entre os membros da categoria (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC, 1993).

Conforme demonstram Druck e Borges⁶⁵, em pesquisa concluída em 2002, a terceirização está se sofisticando com a introdução de novos protagonistas no cenário empresarial dessa década, a exemplo das cooperativas e das “empresas filhotes”. As primeiras são importantes para o empresariado por possibilitarem um reduzido custo em relação à força de trabalho, haja vista que os cooperados não têm os mesmos direitos de um empregado. As segundas são geridas por ex-funcionários da contratante que se transformaram em proprietários das chamadas “empresas filhotes”. Esses “novos proprietários”, por terem o conhecimento prévio sobre a empresa contratante e sobre o processo de produção desta, tenderiam a realizar o serviço contratado com maior desembaraço. Além disso, a pesquisa revela que houve o crescimento da “terceirização na planta”⁶⁶ e o aumento do tempo médio de contratação interempresarial. Outro dado importante diz respeito à percepção dos

⁶⁵ Druck e Borges (2002) fazem um balanço comparativo entre duas pesquisas sobre terceirização no setor petroquímico, realizadas na Bahia, em 1993 e 2000, e apontam as tendências e as novas formas de terceirização que provocaram transformações no mercado de trabalho da citada região.

⁶⁶ “Terceirização na planta industrial”, também denominada de “terceirização por dentro”, é o termo usado em relação ao trabalho do terceirizado que é desenvolvido nas instalações da empresa contratante. No setor de petróleo é predominante este tipo de terceirização (ANÍSIO, 2001).

trabalhadores sobre o tema da terceirização. Aproximadamente 93% dos petroquímicos das subcontratadas disseram que não gostam de trabalhar sob a condição de terceirizados, pelos seguintes motivos: as precárias condições de trabalho a que estão submetidos; a falta de estabilidade no emprego; e o reduzido conjunto de direitos trabalhistas. Porém, o que conta nessa percepção é a comprovação de que para cada 10 trabalhadores terceirizados, aproximadamente 3,8 desejam o fim da terceirização nas empresas onde trabalham. Isso acarreta, consoante concluem as pesquisadoras, uma fonte de baixa auto-estima por parte dos trabalhadores.

As pesquisas demonstram, de modo recorrente, que a terceirização, na última década, não se submeteu a um processo homogêneo de organização da produção. Essa demonstração pode ser explicada a partir da dinâmica do modo de produção capitalista e levando-se em conta os seus reflexos sobre os meios de controle das relações sociais, a exemplo do direito.

À medida que se desenvolvem as condições objetivas do setor produtivo, sob a ordem capitalista mundial, a forma de terceirizar é crescentemente complexificada para possibilitar, a partir do envolvimento de um maior número de atividades, de empresas e de trabalhadores, uma maior extração de mais-valia. Essa mutabilidade objetiva da terceirização, ao articular-se com as condições de trabalho, reflete-se sobre os meios de controle das relações sociais. Uma forma específica desse controle se dá através do direito. Enquanto expressão instrumental do Estado, o direito “mascara” as contradições de classe por meio de conceitos e fórmulas abstratas. Seguindo essa trilha, serão analisados, a seguir, os aspectos jurídicos da terceirização, no Brasil.

3.4 Aspectos jurídicos: a terceirização no Brasil

A terceirização, no Brasil, surgiu no século XIX, identificada como locação de serviços e disciplinada segundo as normas do direito civil. Inicialmente a CLT tratou

da terceirização com certo desprezo, reportando-se especificamente às relações triangulares de trabalho envolvendo o subempreiteiro.⁶⁷

A primeira lei a tratar especificamente sobre a terceirização foi voltada para o serviço público. Assim, o Decreto-lei 200/1967, inspirado na técnica de descentralização administrativa, previa no § 7º, do art. 10, a possibilidade de transferência a terceiros de serviços meramente operacionais, desprovidos de caráter deliberativo. Em 1970, veio a Lei 5.645 que apontava ilustrativamente as áreas que comportariam a terceirização no âmbito estatal, destacando-se os serviços de transportes, conservação, custódia, operação de valores, limpeza e outras assemelhadas.

A terceirização começou a ganhar ênfase no setor industrial a partir da proliferação do trabalho temporário. Em 1966, ano em que foi criado o sistema de FGTS para compensar o fim da estabilidade no emprego, permitiu-se a contratação de trabalhadores terceirizados para os serviços de segurança bancária. Em 1968, as “agências de intermediação de mão-de-obra” foram regulamentadas por força do Decreto 62.756.

Segundo Isis de Almeida (1977), o cenário internacional influenciou a expectativa de inovação no setor produtivo brasileiro. No final da década de 1960 existiam na França cerca de 50 mil empresas que se utilizavam do trabalho temporário, fato que motivou o surgimento, em 1969, do primeiro contrato coletivo de trabalho dispondo de normas sobre a contratação temporária. Nos EUA, no início da década de 1970, existiam 750 mil trabalhadores terceirizados.

O incremento da terceirização, no Brasil, coincidiu com a introdução do contrato de *leasing* no mercado paulista, visando proporcionar o fornecimento de equipamento. Em 1973, existiam em São Paulo 10 mil empresas que utilizavam o trabalho terceirizado, inicialmente conhecido por “*leasing* de mão-de-obra”. No ano seguinte, foi aprovada a Lei 6.019 que autorizava a contratação de trabalhadores temporários por meio de empresa interposta. Essa norma citada passou a exigir das empresas os seguintes requisitos: o registro da empresa de trabalho temporário

⁶⁷ O subempreiteiro, ou subcontratado, é o terceiro que se compromete perante um empreiteiro a entregar uma obra ou a realizar um serviço em favor de um empreendedor. O art. 455, da CLT, disciplina que o subempreiteiro responderá pelas obrigações trabalhistas em relação aos seus empregados, cabendo, porém, o direito de reclamação contra o empreiteiro principal pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas.

perante o órgão do Ministério do Trabalho; o período de contrato do trabalhador não superior a três meses; e a responsabilização solidária entre as empresas envolvidas, relativamente ao cumprimento das obrigações trabalhistas, em caso de falência da empresa cedente de mão-de-obra.

Na década de 1980, a Lei 7.102/1983 foi editada para disciplinar a contratação de pessoal de vigilância ostensiva e de transporte de valores por intermédio de empresa especializada. A referida legislação determina que incumbe ao Ministério da Justiça autorizar e fiscalizar o funcionamento das empresas cedentes. A Lei 8.863, de 1994, ampliou mais ainda as hipóteses de terceirização para abarcar os serviços de vigilância patrimonial de bens, de segurança de pessoas físicas, de transporte e segurança de valores ou qualquer outro tipo de carga.

Em 1994, foi introduzida uma alteração no art. 442, da CLT, para dizer que inexistia vínculo entre o cooperado e a cooperativa. A modificação legislativa serviu como um dos pretextos para se ampliar a terceirização, valendo-se dos reduzidos custos que a contratação do cooperado proporcionava para os empresários.

No plano jurisprudencial, a terceirização mereceu inicialmente um tratamento restritivo. O TST, por meio da Súmula 239, disciplinava que o empregado de empresa de processamento de dados que prestasse serviços à instituição bancária deveria ser considerado bancário, desde que ambas as empresas envolvidas pertencessem a um mesmo grupo econômico. Essa diretriz restritiva espelhava-se também por meio da Súmula 256⁶⁸, que reconhecia a terceirização tão-somente nas hipóteses de trabalho temporário e trabalho de vigilância.

Porém, sob o aspecto jurídico, a modificação mais importante, para as empresas, veio com a postura adotada pelo TST, ainda na década de 1990. De início este tribunal ratificou, por meio da Súmula 257, o entendimento de que não é considerado como bancário o vigilante contratado diretamente por banco ou por intermédio de empresas especializadas. Posteriormente, em 1994, a Súmula 256 foi revogada e com isso o TST resolveu ampliar as hipóteses de terceirização por meio da Súmula 331 redigida nos seguintes termos:

⁶⁸ Súmula TST Nº 256. “Salvo os casos de trabalho temporário e de serviço de vigilância, previstos nas Leis nºs 6.019, de 3.1.74 e 7.102, de 20.6.83, é ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços”.

Contrato de prestação de serviços. Legalidade.

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6019, de 03.01.74).

II - A contratação irregular de trabalhador, através de empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional (Art. 37, II, da Constituição da República).

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7102, de 20.06.83), de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (artigo 71 da Lei nº 8.666/93).

Com as mudanças provocadas pela nova diretriz jurisprudencial, as hipóteses excepcionais passaram a ser tão amplas e relevantes a ponto de a regra parecer nada mais do que uma exceção. O inciso primeiro da Súmula 331, ainda vigente, trata da terceirização temporária e os dois incisos seguintes amplificam as hipóteses de terceirização permanente. A nova postura do TST permitiu uma grande abertura para a disseminação da prática da terceirização, admitindo desde então a terceirização dos serviços vinculados à “atividade-meio” da empresa. O conteúdo imediato da posição do TST pode ser sintetizado conforme demonstra o quadro a seguir:

	TERCEIRIZAÇÃO (Visão do TST)	
CLASSIFICAÇÃO	Temporária (3 meses)	Permanente
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Atípica, Imprópria ou intermediação de mão-de-obra	Típica ou Própria
ATIVIDADES PERMITIDAS	Meio e fim	Meio
HIPÓTESES	a) necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente; b) acréscimo extraordinário de serviços	a) limpeza; b) conservação; c) vigilância; d) outras atividades especializadas
ISONOMIA SALARIAL ENTRE TERCEIRIZADOS E EFETIVOS	Permite	Não permite
DIRIGE, ORDENA E FISCALIZA A FORÇA DE TRABALHO	Empresa tomadora e ou cedente	Somente a cedente
APLICAÇÃO (trabalho)	Urbano	Urbano ou Rural
FORMA DO CONTRATO	Escrito	Expresso (escrito ou verbal) e ou Tácito
RESPONSABILIDADE PELAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	Resp. direta da cedente Resp. Subsidiária da Tomadora (Lei 6019 prevê resp. solidária em caso de falência da cedente)	Resp. direta da cedente Resp. Subsidiária da Tomadora

Quadro 2 – Terceirização (visão do TST – quadro elaborado pelo autor cf. Súmula 331).

Fonte: Brasil. Tribunal Superior do Trabalho (2000).

O TST presume que na terceirização típica não é possível deduzir-se um quadro de subordinação do trabalhador terceirizado em relação ao tomador. Esse raciocínio leva a uma premissa genérica que se mostra “idealista” e “obscura”. A maior inconsistência estabelece-se quando se supõe que com a terceirização permanente é possível ao trabalhador prestar serviços sem se sujeitar minimamente às ordens da empresa tomadora. No setor de petróleo, por exemplo, a tomadora dirige, ordena e controla a força de trabalho terceirizada, reservando à empresa cedente – na maioria dos casos - as funções de efetuar os pagamentos das verbas salariais e de formalizar as sanções disciplinares.

O parâmetro escolhido pelo TST é também vulnerável no que diz respeito à distinção entre “atividade-fim” e “atividade-meio”. Se os atos complexos praticados por um trabalhador forem decompostos em atos simples, chegar-se-á a conclusão de que nem sempre é possível determinar-se a validade do critério meio-e-fim, posto que tais atos, embora sejam diferentes, são igualmente necessários à produção. Ilustre-se com o exemplo de uma indústria têxtil. O trabalho de um técnico que faz reparos no tear não seria *prima facie* uma “atividade-fim”. Porém, a sua atividade constitui-se num antecedente lógico ao trabalho do operador, na medida em que sem a manutenção provavelmente o funcionamento do equipamento ficará comprometido e, em consequência, restará comprometido o trabalho do operador.

A dificuldade da separação meio-e-fim torna-se evidente dentro da fragmentação de atos do trabalhador inerentes ao momento da produção. Assim, segundo o TST, o sapateiro que estivesse afiando seus instrumentos de trabalho não estaria naquele momento praticando uma atividade-fim. A inconsistência do critério sugere, ainda, que a sua caracterização depende do arbítrio maior da empresa contratante, principalmente do modo como ela se autodefine em relação ao objeto de sua atividade econômica. Nesse sentido, pelo parâmetro jurisprudencial, não seria atividade-fim o trabalho da costureira que, ao prestar serviços em sua própria residência, entrega a sua produção para uma empresa que se autodefine como simples fornecedora de roupas para lojistas; por outro lado, segundo ainda as mesmas diretrizes, haveria atividade-fim se a tal empresa passasse a se autodefinir como fabricante. A premissa meio-e-fim torna-se ainda inconsistente à medida que não atende a generalidade dos casos. Portanto, é falho o parâmetro do TST que se baseia na cisão das atividades, posto que o mesmo não leva em conta a importância

do complexo de atos articulados durante a execução do trabalho. Existem, como se viu, exemplos de que a “atividade-meio”, conquanto não pareça se reportar à finalidade do serviço, torna-se indispensável à consecução da atividade do empregador. A insuficiência do “critério jurídico” cristalizado na jurisprudência trabalhista é incompatível com a plástica realidade do setor produtivo.

3.5 Terceirização e informalidade: uma via para a valorização do capital

Quando se fala de relações informais de trabalho, ao invés da referência ao chamado setor informal da atividade econômica, procura-se evitar o equívoco de conceber-se a informalidade como algo que está desvinculado das atividades e empresas formalizadas. Com efeito, alguém pode ser contratado informalmente para ocupar um posto de trabalho numa empresa e setor legalmente formalizados.

O chamado mercado informal de trabalho vem sendo tomado como alvo das políticas governamentais, visando atenuar a atual crise do emprego e da renda. A presença do Estado como protagonista imprime a tais políticas um caráter assistencial. Esse padrão de ação política, que vem se intensificando desde a ascensão da onda neoliberal, tem se revelado um paliativo diante da miséria gerada pelo capitalismo. A questão da informalidade entrou na agenda da política assistencial e passou a ser tratada com um caráter “não econômico”. Isso tem atraído a atuação de ONGs e de organismos internacionais que estimulam o chamado trabalho por conta própria e a “transformação” de trabalhadores em “proprietários” de microempresas, de sorte que o trabalhador passa a tratar o patrão de ontem como o cliente de hoje. Assim ocorre, por exemplo, com a terceirização, estratégia que propicia a transferência de riscos e a diminuição de custos da produção, conforme acentua Tavares (2004, p. 43):

Graças à terceirização, a informalidade se torna uma forma adequada ao capital, porque participa efetivamente da produção sem implicar custos do trabalho formal, e porque, aparentemente, não se configura como uma relação entre opositores. Em vez da compra direta da força de trabalho, compra-se trabalho, serviço, mercadoria. A informalidade que está sendo difundida se pauta principalmente no discurso da autonomia, da independência, da transformação do trabalhador em empresário.

Terceirizar a execução de tarefas, embora não se configure como pressuposto das práticas de precarização e de informalização da relação de trabalho tem se desenvolvido, na maioria dos casos, segundo estas práticas. Porém, o simples fato de se ter uma relação informal – pela via da terceirização - não quer significar que esta gravite fora da esfera de incidência da mais-valia. As leis coercitivas da concorrência impõem ao capitalista, como meio para se inovar na forma de apropriação do capital, destruir ou perverter formas antigas com o objetivo de construir outras possibilidades de extração de mais-valia.

A relação de trabalho informal atua apenas como um véu diáfano que só aparentemente consegue disfarçar a exploração de mais-valia. Quando se fala em aparência quer se dizer que tal tipo de situação não suprime o conflito de classes, haja vista que a relação entre o autêntico capitalista e o trabalhador, travestido de microempresário (ou de pequeno empreendedor, ou de prestador de serviço, ou seja o nome que a este for dado), constitui-se numa forma de aumentar a produtividade, elevar a exploração do trabalho, reduzir o custo da parte variável do capital e possibilitar uma taxa maior de mais-valia. É nesse sentido que a terceirização, mesmo quando se apresenta como forma estruturante do mercado informal de trabalho, atua como um meio que o capital utiliza para transformar o que é trabalho produtivo em serviços, modificando formalmente o status do vendedor da força de trabalho, alterando o lócus da execução do trabalho, transferindo o risco da produção para o “prestador de serviços”, tentando blindar a conflituosidade entre capital e trabalho e fragmentando a resistência do coletivo operário.

Essa “estratégia” do capital - posta em um mercado de trabalho heterogêneo, composto de trabalhadores centrais e periféricos, conforme a classificação ofertada por Harvey (1993), combina formas de exploração que só aparentemente disfarçam a exploração da mais-valia. Nisso tudo o capitalista só não consegue dissimular que a relação de exploração, havida com o chamado prestador de serviço, dá-se em função de uma substância chamada trabalho, cuja medida da sua magnitude é o fator *tempo*. Conforme já enfatizado por Marx, no plano concreto todos os ajustes entre o grande capitalista e o prestador de serviços levam em conta o tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo este que corresponde ao tempo de trabalho “requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção

socialmente normais, existentes, e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho.” (MARX, 1994, p. 46).

O objetivo específico do processo de produção capitalista é a mais-valia, obtida a partir do sobretrabalho, ou seja, do excedente do tempo de trabalho socialmente necessário para pagar o salário do operário. Todavia, é por meio do processo de trabalho que ocorre a valorização do capital, haja vista que somente em tal etapa é que entra o componente vivo do trabalho que concorre para a autovalorização do trabalho objetivado. Embora a “Nova Economia” fale em riquezas virtuais, a subsistência da exploração capitalista depende da produção de mercadorias reais. Com efeito, o “trabalho” virtual por si não é capaz de possibilitar a construção de estradas, de edifícios, a fabricação de roupas, a produção de alimentos, de energia, etc.

A “dissimulação” inerente à relação de trabalho informal é, portanto, menos uma novidade histórica e mais uma engenhosa artificialidade, uma vez que é especialidade do capitalista transformar bens sociais em mercadorias, bem como erigir a condição de coisas “em si” para “mascarar” uma relação social. Esse embuste não se torna tão visível porque com a terceirização há – na maioria das vezes – um deslocamento do espaço físico da prestação de serviço e da utilização das novas tecnologias. Tais fatores contribuem para encorajar os prestadores de serviços a assimilarem a crença de que vendem livremente a força de trabalho. Porém, na prática, mesmo na externalização das atividades, incrementadas com recursos da informática e da microeletrônica, verifica-se que o grande capitalista inovou ao incorporar novos modos de exercer os poderes de controle e de opressão na relação com os prestadores de serviços. Nesse sentido atente-se para o referencial concreto descrito pelo pensador português Bernardo (2004, p. 114):

A microeletrônica permite reunir nas mesmas redes de produção um número considerável de firmas muitíssimo variadas. Para uma empresa o *just in time* constitui – além de outras coisas – uma forma sofisticada de subordinar estreitamente às suas necessidades cada fornecedor e cada subcontratante e de orquestrar a atividade de todos eles consoante o ritmo imprimido pela sua própria produção. Isto significa que além de controlarem os seus trabalhadores, os administradores da empresa principal adquirem, através das informações que obtêm e das especificações que enviam, um elevado grau de controle sobre a força de trabalho que labora nas fornecedoras e nas subcontratantes. A subcontratação implica a integração dos processos de trabalho. Talvez nenhuma firma tenha ido tão longe nesse sentido como a Dell, que usa a internet para estabelecer uma relação triangular permanente e em tempo real com os fornecedores e com os

clientes. Logo que um cliente formula o pedido de um produto final, os fornecedores têm acesso a esse pedido e podem começar imediatamente a preparar os componentes necessários. 'Deste modo a internet converte a empresa numa espécie de portal através do qual chegam as encomendas, para serem redistribuídas entre os fornecedores' sintetizou *Inside the Machine* a *Survey of e-management*, publicado em *The Economist* de 11 de novembro de 2000. A técnica deu bom resultado, e no início de 2001 a Dell tornou-se o principal fabricante mundial de computadores pessoais, calculando-se que a produtividade desta empresa tivesse aumentado 30% em 2003. Um dos seus administradores explicou: 'Nós não somos peritos na tecnologia que compramos. Somos peritos na tecnologia de integração'. [...] Quanto mais estreita for a integração dos processos produtivos entre as fornecedoras e subcontratantes e a empresa principal, tanto maiores serão os lucros permitidos pelo sistema *just in time*.

O grande capitalista, com o emprego dos novos recursos tecnológicos e do *outsourcing*, passou a ter um maior poder para combinar as formas de exploração modernas e atrasadas, formatar as cadeias produtivas globais e controlá-las. Tal poder é estrategicamente dissimulado em face da competição intercapitalista, notadamente quando se torna conveniente ao detentor do capital apropriar-se da farsa do discurso nacionalista e da empresa nacional. Um exemplo pode ilustrar esse embuste chamado de corporação nacional. A Chrysler Corporation, empresa automobilística com matriz sediada nos EUA, empreendeu campanha publicitária convocando a população norte-americana a valorizar o automóvel nacional e, em consequência, estimular a relação de emprego havida com o trabalhador local, ao invés de entrar no modismo de adquirir os carros japoneses. Tempos depois, técnicos da empresa revelaram que os componentes do automóvel da Chrysler eram em grande parte importados e que a referida corporação era uma das donas da Mitsubishi Motors (REICH, 1994), do mesmo modo que a Ford é uma das proprietárias da Mazda e da Kia Motors (com matriz sul-coreana). Quanto a este aspecto, vale ressaltar algo curioso: a Mazda produziu o carro Ford em sua fábrica no Michigan e exportou tais veículos para serem comercializados no Japão com a marca Ford. Em suma, a teia corporativa mundial, embora continue a apresentar um alto grau de articulação do capitalismo mundializado, apropria-se do discurso da defesa do emprego e da indústria nacionais para fazer tudo, menos aquilo que ela anuncia defender: o emprego.

Essa articulação é cotidianamente explorada em escala mundial pela "empresa de alto valor". Esta, conforme acentuado por Reich (1994, p. 121), não dispensa a parte da produção em larga escala que utiliza a força de trabalho desqualificada, visto que para a produção de um bem ou serviço é ainda

imprescindível o trabalho “destituído de valor”, o que revela a junção necessária entre o “moderno” e o “atrasado”:

[...] A empresa global de alto valor está evoluindo para se tornar uma sociedade internacional de pessoal altamente qualificado, cujos conhecimentos podem ser combinados entre si, e que contrata um pessoal pouco qualificado, em qualquer parte do mundo, e tudo aquilo que deve ser padronizado e produzido em longa escala.

O projeto de articulação mundial capitalista, além de incrementar os dispositivos de controle dos meios de subsistência dos representantes do trabalho, contempla a utilização de artifícios produtivos, a exemplo da terceirização. Nesse contexto, a terceirização confirma dois aspectos: primeiro, a de que existem várias formas de o trabalhador pagar a si mesmo para se reproduzir, desde que se preserve a mediação pelo trabalho; segundo, a de que o capital somente se reproduz com a constante inovação das formas de apropriação do trabalho não pago. E isso só se dá porque o capitalista, mesmo na relação informal, tem o controle dos meios de subsistência do operário. Este se apresenta ao mercado coagido pela necessidade de ter que “se vender” para poder sobreviver. O fato de ter a necessidade de subsistir faz com que o operário transforme a sua capacidade de trabalho em uma mercadoria vendida aparentemente sob a égide da ‘liberdade’, razão pela qual o trabalho assalariado passa a ser imprescindível para a formação e reprodução do capital.

Os governos e os organismos internacionais, a exemplo da OIT, do FMI⁶⁹ e do Banco Mundial, ao estimularem a criação de postos de trabalho no mercado informal, como fórmula de combate à pobreza, terminam por contribuir para a maior heterogeneidade do mercado de trabalho e para a recriação-destruição de formas aparentemente pré-capitalistas. Essas articulações possibilitam a chamada mais-valia absoluta, algo que pode ser compreendido a partir da noção histórica de subsunção formal.

⁶⁹ O FMI (2003) não utiliza meias palavras para dar recado ao Brasil. Em 03 de abril de 2003, o órgão publicou um documento denominado de *World Economic Outlook* (Perspectiva Econômica Mundial) “sugerindo” que os países em desenvolvimento estimulem as relações informais e desregulem as relações de trabalho que ainda são disciplinadas por “normas esclerosadas”. O texto, além de criticar a postura “incompreensiva” dos sindicatos, relata ser inconcebível o crescimento se não houver uma solução que extinga as leis protetivas, rebaixe os patamares salariais mínimos, diminua o custo para demitir um empregado e reduza a carga tributária sobre as empresas.⁶⁹

Historicamente o capital subsumiu (no sentido aqui de subordinação) o trabalho em duas etapas: a primeira, chamada de subsunção formal; a segunda, chamada de subsunção real. A subsunção formal se dá com a subordinação de sistemas de produção pré-capitalistas ao capital (p. ex. o trabalho do artesão). O modo de executar o trabalho foi de início formalmente mantido, porém, sob o domínio e a vigilância do capitalista que – a despeito de exigir uma continuidade da produção – prorrogava a jornada de trabalho e extraía da sua relação de exploração a chamada mais-valia absoluta.

A subsunção formal é um modo drástico de romper os vínculos com as formas pré-existentes de produção e, num primeiro momento, aos olhos dos trabalhadores parece tratar-se de um meio de emancipação em relação aos rígidos comandos das corporações. Por outro lado, ao capitalista interessa decantar a ‘liberdade’ de o operário vender a sua capacidade de trabalho e de se submeter ao domínio do capital. Foi o surgimento desse trabalho assalariado que deu ensejo à submissão real do trabalho ao capital e a aplicação da ciência e da maquinaria ao processo produtivo, caracterizando assim uma revolução no âmbito das relações de produção. Essa transformação trazida pelo processo de produção capitalista representa a externalização do seu próprio fim que é produzir o máximo de produtos com o mínimo de trabalho. Esse propósito revela nada mais do que a expressão das contradições do modo de produção capitalista na medida em que só o trabalho produtivo é capaz de criar produtos com valor de troca. Por igual raciocínio, todo trabalhador que não for capaz de desenvolver uma atividade de valorização do capital será considerado improdutivo e, portanto, supérfluo.

Para se saber se determinada relação contempla a dissimulada extração de mais-valia basta que se perceba se do labirinto artificioso de tal vinculação resulta efetivamente uma exploração capitalista de trabalho real. Trabalho real, segundo Marx (1995, p. 47), “é aquele que o operário dá realmente ao capitalista como equivalente pela parte do capital transformada em salário, pelo preço de aquisição do trabalho.” Na prática, os chamados prestadores de serviços vendem a capacidade de trabalho ao capitalista com vistas a ter acesso simplesmente aos meios de subsistência. Em outras palavras: o trabalhador somente consome os seus meios de subsistência após o término da produção, o que por si é um indicativo de processo de trabalho real.

CAPÍTULO 4. O SETOR DE PETRÓLEO E A PETROBRAS: as complexidades históricas e os antecedentes da reestruturação produtiva

A parte II principiará com o resgate histórico do setor do petróleo, visando apontar como o mesmo foi e continua sendo vital para se avaliar as crises de superprodução que, desde o século XX, explicitam as contradições do modo de produção capitalista. Além disso será analisado como o desenvolvimento da Petrobras voltou-se para o resguardo dos interesses privados. Serão apresentados e comentados exemplos históricos que caracterizam a contradição entre o “perfil público” da estatal e o seu comprometimento com a defesa dos interesses empresariais. O objetivo do capítulo se complementa com a demonstração dos desdobramentos históricos que se articularam como antecedentes da reestruturação produtiva no setor de petróleo nacional.

4.1 A indústria do petróleo: um histórico de influências e de crises

O setor do petróleo tem uma importância fundamental para os desdobramentos históricos observados a partir do século XX, em razão da sua forte vinculação com o poder imperialista e com as crises do modo de produção capitalista. É na relevância desse contexto que se torna compreensível o modo pelo qual a Petrobras, enquanto um empreendimento produtivo do Estado brasileiro, desenvolveu-se sob a influência de dois antagonismos: o de conjugar a defesa dos interesses públicos e privados em meio à influência da crise capitalista mundial; e o de proceder a uma reestruturação produtiva que resulta na adoção de políticas de gestão da força de trabalho orientadas para a redução de custos e para a precarização das condições de trabalho.

Os autênticos agentes do capitalismo internacional, representados pelos monopólios ou oligopólios⁷⁰, construíram a geopolítica do petróleo⁷¹ e expandiram-se

⁷⁰ “As 10 principais companhias de petróleo do planeta são estatais e detêm 93% das reservas mundiais, tendência que deve aumentar. As quatro irmãs [Shell, BP, Exxon, Chevron], que dominam o oligopólio mundial têm menos de 4,5%.” (VIDAL; VASCONCELLOS, 2001, p. 134).

conflituosamente numa ofensiva de exploração desenfreada dos recursos naturais ao redor do planeta.⁷²

A intensa exploração comercial do petróleo tornou-se possível com o desenvolvimento da atual sociedade capitalista, principalmente a partir do momento em que foi dominada a tecnologia de exploração nos EUA. Em 1859, Edwin Drake descobriu uma jazida cujo potencial petrolífero justificava a implantação da primeira indústria de petróleo, a *Seneca Oil Company*, empresa sediada na Pensilvânia. É nessa trilha que John Davison Rockefeller criou, no mesmo período, a sua primeira empresa, a *Clark, Gardner and Company*. Porém, seu grande trunfo ocorreu em 1870, ao fundar a *Standard Oil Company*, que se constituiu no embrião do maior truste de petróleo do mundo ainda no século XIX. Além do controle sobre a exploração, a nova empresa passou a dominar o refino, o comércio, a distribuição e o transporte do petróleo.

Na concorrência intercapitalista, a *Standard Oil* obteve os maiores lucros e minou a influência dos competidores, principalmente porque praticava os melhores preços, haja vista a sua exclusividade sobre as empresas ferroviárias envolvidas no transporte de combustíveis. Não por acaso, em 1911, a Justiça norte-americana decretou que o conglomerado Rockefeller violava a lei antitruste Sherman, tendo sido o referido empresário obrigado a pulverizar seus negócios e a vender algumas das suas empresas subsidiárias. Na esteira de Rockefeller surgiu Henri Deterding à frente da empresa *Royal Dutch* que, em 1886, já era financiada com capital holandês. A Royal e a Shell fundaram a *Asiatic Petroleum Co.*, em 1902, e a *Royal Dutch-Shell*, em 1907, empreendimento este financiado em parte pelos banqueiros de Rothschild. Os bolcheviques criaram, ainda na década de 1920, a *Russian Oil Products*. Em 1914, Churchill constituiu a *Anglo-Persian Oil Co.*, e cinco anos depois foram os franceses que fundaram a CFP – *Compagnie Française des Petroles*, empresa que já nasceu tendo como subsidiária a *Turkish Petroleum* (YERGIN, 1992).

⁷¹ “O petróleo vem ajudando a tornar possível nossa vida cotidiana e, literalmente, nosso pão de cada dia, através dos produtos químicos agrícolas e dos transportes. Ele tem abastecido as lutas globais por supremacia política e econômica. Muito sangue tem sido derramado em seu nome. A feroz e muitas vezes violenta busca de controle do petróleo – pela riqueza e poder inerente a ele – irá continuar com certeza enquanto ele ocupar essa posição central. Pois o nosso é um século no qual cada faceta de nossa civilização vem sendo transformada pela moderna e hipnotizante alquimia do petróleo. A nossa continua sendo a era do petróleo” (YERGIN, 1992, p. 822).

⁷² Klare (2001, 2004) se refere a essa disputa do petróleo como “fator de guerra permanente”.

No final da década de 1920, a proliferação de empresas petrolíferas cresceu e os conflitos entre elas também. Em 1929 firmou-se o Acordo de Achnacarry,⁷³ uma espécie de certidão de batismo que uniu as sete empresas gigantes do ramo (daí a expressão *sete irmãs*), para viabilizar a atuação coordenada das mesmas no mercado mundial, inclusive no controle das reservas do Oriente Médio. Tratava-se da formação de um cartel para ditar os rumos da produção e do comércio de petróleo no mundo, visando evitar os efeitos predatórios dos preços em caso de superprodução.

A ação das “sete irmãs” foi inicialmente ambiciosa no trato com os países do Oriente Médio. Elas obtiveram dos governos concessões de exploração mediante pressão e suborno às elites dirigentes daqueles países, sob o pretexto muitas vezes de favorecê-los e de fornecer a tecnologia mais avançada para a região. Não era incomum, portanto, os contratos com cláusulas de concessão excessivamente desvantajosas, estabelecendo-se em favor das companhias, por exemplo, o direito de exclusividade de exploração fixado em 40, 50 e até 80 anos, a obrigação de pagar valores ínfimos pela exploração e a faculdade de não responder pelos danos praticados contra o meio ambiente (MARINHO JÚNIOR, 1989).

A história da exploração do petróleo do Oriente Médio é emblemática para situar os conflitos entre as potências ocidentais pelo controle das colônias e a sua correlação com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Ainda no final do século XIX, esses conflitos ameaçaram atingir a posição comercial da Inglaterra e das “potências centrais”, representadas pela Alemanha e pelo Império Austro-Húngaro. Paralelamente a esse quadro, persistia na época o ressentimento francês para com a Alemanha, em face da batalha perdida em Sedan. Em 1882, a também ressentida Itália, juntamente com a Alemanha e a Áustria-Hungria, passou a integrar a tríplice-aliança. Dois anos antes, em 1880, a Convenção de Madri, estipulava que a Alemanha, juntamente com a França e a Inglaterra, teria direitos sobre a região do Marrocos.

Em 1904, houve um acordo entre a França e a Inglaterra segundo o qual aquela ficaria com o Marrocos e esta assumiria integralmente o controle do Egito. O Kaiser alemão Guilherme II, insatisfeito, foi ao Marrocos, desfilou em seu cavalo

⁷³ O Acordo, intermediado por Deterding, foi realizado no Castelo de Achnacarry, na Escócia, e reuniu a Standard Oil, a Shell e a Anglo-Persian. Posteriormente, houve a adesão da Mobil Oil, da Gulf, da Texaco e da Standard Oil Califórnia.

pelas ruas de Tanger, e prometeu tornar aquela região independente. A crise foi superada parcialmente após o recuo francês que se consolidou na Conferência de Algeiras, em 1906. Porém, o conflito irromperia mais adiante. A grande corrida imperialista estava aberta em relação ao espólio do Império Otomano, algo que já se anunciava em 1872, na Pérsia, ocasião em que o xá Nasr ed-Din vendeu por 40 mil libras inglesas o direito de concessão para a exploração de petróleo, por setenta anos, ao britânico Julius de Reuters. Em 1901, a Inglaterra - ao invocar o “direito de Reuters” e ameaçar o uso do seu poderio bélico contra a Pérsia - “conseguiu” ampliar por mais 60 anos o prazo para extrair o petróleo em solo persa, excluindo-se a parte do norte já explorada pelos russos. A história da indústria do petróleo na Pérsia, portanto, foi inicialmente a saga do loteamento entre russos e ingleses, estes representados pela *Anglo-Persians Company*.

Porém, o acirramento da disputa pelo petróleo do Oriente Médio ocorreu às vésperas da Primeira Guerra, ocasião em que o Império Austro-húngaro, proclamando-se aliado dos turcos, planejou construir uma ferrovia ligando Berlim-Bagdá, de modo a permitir o seu acesso ao petróleo do Golfo Pérsico. Antes da sua queda, o Sultão *Abdul Hamid II* concedeu ao império empreiteiro o direito de exploração do petróleo, cujas jazidas se localizavam às margens da ferrovia que cortava a Mesopotâmia. Os ingleses, que já controlavam o petróleo na Turquia, anteviram o conflito com os alemães em relação à região do Império Otomano. A saída para o impasse veio do armênio Calouste Gulbekian⁷⁴ ao propor a divisão daquela área e a criação da *Turkish Petroleum Company* - TPC, com capital anglo-germânico.

Em contraposição à investida norte-americana, os mexicanos nacionalizaram suas jazidas de petróleo, em 1917. Após a Primeira Guerra Mundial, os EUA rivalizaram com os franceses e com os ingleses, notadamente por estes terem firmado o Tratado de Sykes-Picot inventariando e dividindo entre si as principais jazidas de petróleo do Império Otomano, de modo que aos primeiros caberiam as áreas da Palestina e da Mesopotâmia e aos segundos caberiam o Líbano e a Síria. A pressão do governo dos EUA forçou uma abertura de negociação entre a *Standard Oil* e a *Anglo-Persian*, o que resultou no *Work Agreement of Red Line*, em

⁷⁴ Gulbekian ficou conhecido como o Sr. “cinco por cento”. É que ele abriu mão de suas ações em prol dos interesses da Inglaterra e da Alemanha, recebendo em troca os rendimentos equivalentes a 5% por barril vendido.

1928, através do qual os interesses das várias empresas foram contemplados, inclusive os da Standard Oil que passou a ser sócia dos ingleses. Cinco anos mais tarde a empresa norte-americana, para assegurar o direito de explorar o petróleo árabe por 60 anos, em troca de U\$ 0,16 de dólar por barril, criou a *Califórnia Arabian Standard Oil Company* (Aramco), que posteriormente foi controlada pela *Texas Oil Company*.

Em 1937 a *Standard Oil* foi acusada de sonegação fiscal na Bolívia, o que levou o governo daquele país a desapropriar os bens da companhia. No ano seguinte, embora o México já fosse o segundo produtor mundial de petróleo, os petroleiros mexicanos protestaram contra as “péssimas condições de trabalho” a que estavam submetidos. Diante desse fato, o presidente Lázaro Cárdenas constituiu uma comissão de investigação dirigida por Jesús Silva Herzog para apurar a situação. A conclusão foi a seguinte:

As companhias de petróleo estavam obtendo lucros enquanto saqueavam a economia do México e que em nada haviam contribuído para o desenvolvimento econômico do país. A comissão não apenas recomendava salários muito mais altos, fixados numa soma total de 26 milhões de pesos, como também reivindicava uma série de novos benefícios: semana de quarenta horas, seis semanas de férias e pensões equivalentes a 85% do salário, concedidas aos cinquenta anos. E disse também que todos os técnicos estrangeiros deviam ser substituídos por mexicanos dentro de dois anos. (YERGIN, 1992, p. 273).

Em março de 1938, o presidente Cárdenas, valendo-se do teor conclusivo da comissão, baixou um decreto expropriando o patrimônio de dezessete empresas petrolíferas internacionais vinculadas ao capital norte-americano e europeu. Até a Segunda Guerra Mundial, as empresas das potências imperialistas digladiavam-se, mas terminavam compondo os seus interesses no loteamento dos espaços e das esferas de influência.

A ruptura desse “pendor conciliatório” começou em 1944 quando os soviéticos⁷⁵ exigiram da Pérsia uma concessão para explorar o seu petróleo. Esse fato ensejou a renúncia do então primeiro-ministro Maraghei e notabilizou a atitude

⁷⁵ “Em agosto de 1941, dois meses depois da invasão germânica à União Soviética, os britânicos e os russos transportaram suas tropas para o Irã a fim de proteger a refinaria de Abadã e a linha de abastecimento do Golfo Pérsico para a União Soviética. Alarmados com os rápidos avanços dos alemães na Rússia e no norte da África, os Aliados temiam que um tentáculo pudesse convergir para o Irã. Eles depuseram o Xá Reza, que demonstrara amizade e simpatia pelos nazistas, e o substituíram pelo seu filho, então com apenas 21 anos.” (YERGIN, 1992, p. 463).

do deputado oposicionista Muhammad Mossadegh que, em 1949, empreendeu um movimento pelo rompimento do governo da Pérsia com o capital inglês, pela nacionalização da *Anglo-Persians Company* e, por fim, pela exigência de que a maioria dos empregados fosse de iranianos. Por demonstrar-se simpático à nacionalização, o primeiro-ministro Ali Razmara foi assassinado, mas – por pressão popular – o cargo passou a ser exercido por Mossadegh. A seguir, em abril de 1953, o general Zahedi, após derrubar Mossadegh, reatou as relações com a Inglaterra, permitiu ao Xá Reza Pahlavi uma maior aproximação com o capital norte-americano e possibilitou a criação do Consórcio Nacional de Petróleo Iraniano, figurando como acionistas majoritários os ingleses e os norte-americanos e como sócios menores os franceses e os holandeses.

O embate do governo mexicano, em 1938, e o levante popular no Irã, entre 1948 e 1953, foram advertências de que o poder das companhias internacionais não poderia vigorar *ad eternum*. A onda de nacionalismo, que ressurgiu depois da experiência iraniana, serviu de combustível na luta pela autodeterminação dos países do Oriente Médio, principalmente daqueles produtores de petróleo. Foi no contexto dessas lutas que o Egito nacionalizou a empresa que controlava o canal de Suez,⁷⁶ motivo pelo qual as tropas israelenses invadiram o país, em 29 de outubro de 1956.

A nacionalização da indústria de petróleo, no México, repercutiu na América Latina com o livro de Arthuro Frondizi, publicado em 1957, sob o título *Petróleo e política*. O autor, que postulava ao cargo de presidente da Argentina, criticou o governo do general Pedro Aramburu e a sua dita *Revolução Libertadora*,⁷⁷ além de contestar com veemência o plano *Yaradola* que visava transformar a estatal YPF

⁷⁶ O canal de Suez é um canal inter-oceânico, situado no deserto do Egito. É o ponto de divisa entre a África e Ásia e é estrategicamente importante por servir de eixo de ligação entre o Mar Vermelho e o Mediterrâneo. O istmo de Suez tem aproximadamente 80 km de largura e 160 km de comprimento, tendo sua construção iniciada no século VII a.C. pelo faraó egípcio Neco II e concluída por Ptolomeu II. No século XVI, o canal já se encontrava completamente obstruído pelas areias. Em 1854, o francês Ferdinand de Lesseps criou a Companhia Universal do Canal Marinho de Suez, para reconstruir a passagem com o direito de explorar o empreendimento por 90 anos, resguardando-se o direito de 15% dos lucros da empresa ao governo egípcio. O canal foi inaugurado definitivamente em 1869 e depois ampliado em 1956 para permitir o trânsito de petroleiros. As ações da empresa foram adquiridas em grande parte pelo governo inglês, o que foi considerado um passo estratégico para o capital britânico que passou a controlar o tráfego do petróleo vindo do Oriente Médio com destino à Europa. (YERGIN, 1992).

⁷⁷ A “Revolução Libertadora” é nome dado ao movimento que culminou com a derrubada do presidente Juan Perón, em 1955, na Argentina. Algumas atitudes de Perón contribuíram para a sua deposição, dentre as quais a forma autoritária de tratar os adversários, o conflito com a Igreja Católica e a tentativa de alienar a estatal petrolífera (LUNA, 2003).

(*Yacimientos Petrolíferos Fiscales*) numa empresa associada ao capital privado internacional. A obra foi de tal impacto que Frondizi teve 49% dos votos, inclusive com o apoio velado dos peronistas, enquanto o seu adversário só obteve 29%. O candidato vitorioso conseguiu ainda eleger quase todos os senadores e dois terços dos deputados da sua coligação. A vitória foi retumbante, a ponto de o historiador portenho Félix Luna (2003, p. 255) ter afirmado: “Nunca se vio en la Argentina un triunfo de semejante magnitud.” Porém, passado o deslumbramento seguiu-se a decepção, posto que Frondizi mal chegou ao poder e resolveu adotar o lema “esqueçam o que eu escrevi”, ou seja, estabeleceu a abertura da indústria petroleira da Argentina ao capital internacional.

Diferente do rumo trilhado pela Argentina, a Venezuela adotou, a partir do final da década de 1950, uma postura restricionista ao capital internacional ao aumentar, gradativamente, a carga tributária sobre o rendimento das empresas estrangeiras e ao não renovar as concessões que se expiraram a partir de 1957. Até 1960, porém, as grandes companhias controlavam ainda os preços internacionais, causando não raramente prejuízos aos países produtores. Em abril de 1959 ocorreu o Congresso Árabe de Petróleo, no Cairo. Na ocasião manifestou-se Juan Pablo Pérez Alfonzo, representante da Venezuela, tecendo duras críticas às companhias petrolíferas internacionais, em especial à BP Oil que reduzira seus preços sem qualquer consulta ao governo venezuelano, obrigando este a reprogramar as suas despesas em face da queda de receita. Depois do apoio e do empenho do Xequê Abdullah Tariki foi assim criada a OPEP, composta por Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela. Posteriormente outros países foram admitidos no cartel, cujo objetivo maior era garantir a estabilidade dos preços. Apesar dessa reação dos países produtores de petróleo, as empresas continuaram reduzindo os preços dessa matéria-prima. Em 1960, por exemplo, a Exxon reduziu o preço em U\$ 0,10 por barril e provocou um prejuízo de US\$ 476 milhões aos países produtores (MARINHO JÚNIOR, 1989, p. 114).

O episódio político mais emblemático dessa relação de forças, envolvendo os países produtores de petróleo, as empresas petrolíferas e os países importadores, ocorreu com a chegada do Coronel Kadafi ao poder, na Líbia, em 1969, ano em que o referido país obteve uma produção inédita do chamado óleo “doce”, isto é, matéria-prima de primeira qualidade. Em 1970, Kadafi exigiu – sob pena de suspender o

fornecimento de petróleo - um aumento de U\$ 0,30 por barril exportado para a Europa. Além disso, exigiu a majoração do imposto sobre a renda das companhias internacionais que, pressionadas pelos governos europeus, cederam à demanda de Kadafi e criaram um importante precedente para potencializar as articulações entre os países membros da OPEP. Foi nessa oportunidade que se desencadearam elevações em cadeia dos preços do petróleo em todo o mundo e dos impostos sobre os lucros dos grandes trustes mundiais do petróleo. Essas transformações serão explicitadas a seguir com a compreensão da dinâmica das crises de superprodução vivenciadas pela economia capitalista do pós-guerra.

4.2 A dinâmica das crises de superprodução e o petróleo

A crise da economia capitalista há que ser compreendida em sua totalidade, mas sem perder de vista a crise da economia hegemônica. É nesse sentido que Arrighi (1996) procura entendê-la vinculando a superprodução norte-americana em contraste com o sistema econômico mundial que transformou o *status* dos EUA de maior credor em maior devedor do mundo.

Para Arrighi (1996), a crise da economia capitalista que afetou o setor produtivo, na década de 1970, desenvolveu-se em articulação com três esferas: a militar, em face do fracasso dos EUA na Guerra do Vietnã; a financeira, com a queda do Sistema de Breton Woods; e a ideológica, movida pelo enfraquecimento da campanha anticomunista na sociedade norte-americana.

As transformações na economia norte-americana das décadas de 1950 e 1960 demonstram que, em 1968, já estavam consolidadas as bases para a eclosão de uma expansão financeira com o crescimento do chamado “mercado de eurodólares”.⁷⁸ Essas mudanças remontam à compreensão da economia dos EUA do pós-guerra.

Na Conferência de Bretton Woods, realizada em julho de 1944, os países aliados, ainda sob os efeitos da Segunda Guerra Mundial, ajustaram uma tentativa

⁷⁸ O “mercado de eurodivisas” foi criado na década de 1950 pelos países do bloco socialista. Estes depositavam seus dólares nos bancos da Inglaterra, visando assegurar as suas transações comerciais com os EUA e os países da Europa Ocidental.

de planificação econômica internacional, criando o BID, o FMI e estabelecendo o câmbio fixo do dólar em relação ao ouro. Na época, os EUA detinham aproximadamente 80% das reservas de ouro do mundo. O acordo visou criar uma estabilidade monetária que, na prática, garantiria aos EUA o controle sobre a economia mundial e a segurança para os seus investimentos externos nos países europeus, possibilitando assim a ampliação do mercado internacional para absorver a superprodução da economia norte-americana.

No final da década de 1950, a dívida “externa” norte-americana já ultrapassava o valor das suas reservas de ouro, o que forçou o presidente Kennedy a tentar estabelecer, em 1963, mecanismos para evitar a fuga de divisas, ao instituir normas para desestimular os empréstimos e os investimentos externos. A essa tentativa de regulação, os credores da dívida, em sua maioria as transnacionais e os bancos norte-americanos, migraram seus capitais para o mercado de eurodólares, demonstrando que, nessa nova fase, o controle monetário e financeiro da economia mundial já não pertencia aos bancos centrais. Segundo Arrighi (1996, p. 316), o surgimento dessa fase de financeirização representou “uma contradição fundamental entre a expansão transnacional do capital das corporações norte-americanas e os fundamentos nacionais do poder mundial dos Estados Unidos”, ou seja, o keynesianismo norte-americano - que deflagrou a fase de expansão material, possibilitando o surgimento ou o crescimento das transnacionais – entrou em decadência à medida que estas se desenvolveram.

Nesse período, o governo dos EUA deparou-se também diante de uma economia que sofreu os impactos dos gastos com a Guerra do Vietnã, o que contribuiu para o crescimento do déficit público, a redução das reservas de ouro do país e o aumento da inflação, comprometendo o desempenho da balança comercial e dos investimentos.

O governo, porém, insistiu no crescimento da produção dos EUA ao garantir internamente os preços de petróleo, bem abaixo dos praticados pelo mercado internacional, ao não aumentar os impostos e ao manter o crescimento do consumo interno, valendo-se do seu direito de senhoriagem.⁷⁹ Esta última postura gerou uma

⁷⁹ “Senhoriagem” foi o termo historicamente cunhado para designar a prerrogativa do senhor medieval de emitir moedas livremente considerando apenas as suas necessidades. Os EUA tiveram prerrogativa semelhante a partir de Bretton Woods.

reação do mercado financeiro, visto que o dólar enquanto moeda cotada em câmbio fixo passou a ser objeto de especulação.⁸⁰

O abandono do modelo de câmbio fixo possibilitou a desvalorização do dólar em relação às moedas estrangeiras. Para o governo norte-americano, a equação monetária parecia simples: dólar mais baixo facilitaria as exportações dos EUA e inibiria as importações dos produtos europeus. A medida, além de não inibir a especulação em relação ao dólar, acabou por permiti-la em relação às demais moedas, de sorte que com o câmbio flutuante aumentou o número de países que passou a depender do bom humor dos investidores. Além disso, a dependência da Europa em relação às importações de petróleo e a imprevisibilidade criada pelo câmbio flutuante inviabilizaram os investimentos de longo prazo demandados pelos setores produtivos. Diante desses riscos, que limitavam as expectativas de expansão da economia daquela região, as empresas transnacionais e os banqueiros internacionais diversificaram seus negócios para a América Latina e, principalmente, para a zona dos países produtores de petróleo. A “invasão de eurodólares” nestas regiões potencializou a acentuada bolha de massa monetária na economia mundial. Essa competição capitalista pela oferta de dinheiro, representou simultaneamente o excedente de petrodólares⁸¹, a baixa na taxa de lucros e o aumento do endividamento público mundial.

É nesse contexto de emergente liquidez mundial que se levantou a crise do petróleo enquanto sinal catalisador de uma crise maior, ou seja, a crise de superprodução, conforme esclarece Mandel:

⁸⁰ Em 1973 rompeu-se definitivamente com o padrão câmbio-ouro instituído por força do pacto de Bretton Woods. Esse padrão estabelecia o câmbio fixo em relação ao dólar americano que, por sua vez, correspondia a um preço invariável em ouro, ou seja, US\$ 35 por onça (medida inglesa equivalente a aproximadamente 28,4 gramas). Os aumentos dos impostos, da inflação e dos gastos militares nos EUA, no período de 1965-1968, levaram o governo norte-americano a fabricar mais dólares, fato que motivou a elevação da compra de ouro pelos especuladores. O ouro passou valorizar-se em relação ao dólar. Os demais países sentiram o impacto nas importações, haja vista que o dólar mais barato implicou em produtos europeus mais caros para o mercado exportador. Em 1971, Nixon proibiu a venda de ouro pelo FED e instituiu um imposto de 10% sobre as importações para os países que não concordassem em valorizar sua moeda em relação ao dólar.

⁸¹ “O termo (petrodólares) difundiu-se em 1973, quando a OPEP, entidade sob controle árabe, elevou de 3 para 12 dólares o preço do barril do óleo cru, ocasionando um enorme afluxo de divisas para os Estados exportadores. Mas vários milhões desses petrodólares não encontraram aplicação dentro das limitadas estruturas econômicas de alguns países membros da OPEP e retornaram ao Ocidente, injetados nos bancos e grandes financeiras com sede nos países mais industrializados.” (SANDRONI, 1996, p. 318).

Desde a formação do mercado mundial do capitalismo industrial houve exatamente vinte crises de superprodução, com intervalos mais ou menos regulares. São elas: de 1825, 1846, 1847, 1857, 1866, 1873, 1882, 1891, 1900, 1907, 1913, 1921, 1929, 1937, 1949, 1953, 1958, 1961, 1970 e a de 1974/75 [tomamos para cada uma sua data de eclosão no país capitalista que dominava na época o mercado mundial, isto é, a Grã-Bretanha antes da I Guerra Mundial e os Estados Unidos depois – neste país, houve uma minicrise em 1966/67, mas sem queda absoluta de produção]. Supor que uma doença que se repete vinte vezes tenha a cada vez causas particulares e únicas, fundamentalmente estranhas à natureza mesma do doente – causas ‘políticas’, como afirmam friamente os professores Claassen e Linbeck em *Turbulências de uma economia próspera* – é claramente inverossímil e ilógico.

Para Mandel (1985) foi a concorrência da tríade (EUA, Japão e Europa) que levou o governo norte-americano a desvalorizar o dólar e a patrocinar o aumento do preço do petróleo, notadamente no momento em que foram descobertas as portentosas jazidas do Alasca e das planícies de Tabasco, no México⁸². Os países da tríade tinham a certeza de que o preço elevado do petróleo era a alternativa mais fácil para se recompensar os altos investimentos no referido setor. Até então o avanço do setor produtivo de concorrentes como a Alemanha e o Japão provocaram fissuras importantes na hegemonia norte-americana. Porém, o governo dos EUA sabia que a crise do petróleo seria mais sentida entre os demais países da tríade.

No segundo semestre de 1974, já sob o impacto da crise do petróleo, as exportações alemãs e japonesas assumiram uma curva decrescente, valendo ressaltar que em tal período as exportações nos EUA começaram a assumir uma curva ascendente. Para a retomada do crescimento, os países da tríade tiveram que amplificar o crédito e produzir mais moedas, o que contribuiu para o aumento dos déficits públicos e da inflação. O crescimento da demanda foi sinônimo de endividamento e de uma corrida frenética entre os países, possibilitando o aumento das exportações. Essa competição levou os países a produzirem uma mercadoria com um preço menor. Isso significava que era preciso produzir e vender mais e mais para manter uma taxa crescente de lucros.

⁸² Os novos poços do México e do Alasca já vinham sendo analisados desde o final da década de 1960. Em 1968, os EUA já planejavam um oleoduto de 1300 km para a região, todavia se aguardava um momento oportuno em que o petróleo pudesse se valorizar de forma a justificar o investimento. Os novos poços descobertos no México deram ao país o título de “Pequeno Kuwait”. De repente “o México, que fora um país evitado pelas instituições financeiras internacionais até 1976, tornava-se agora um dos maiores tomadores de empréstimos do mundo. ‘Por que os banqueiros de repente se apaixonaram pelo México?’ era o título de um artigo da Revista Fortune. A razão, naturalmente, era o petróleo.” (YERGIN, 1992, p. 700).

A política anticrise representou naquele momento o aumento da inflação e, conseqüentemente, os riscos de um processo de insolvência em cadeia a afetar o circuito do capitalismo industrial e financeiro. A moeda se tornou mais fluida, o crédito mais presente, a produção mais desinteressante, o oportunismo financeiro mais assíduo, os investimentos em papéis mais atrativos e, por fim, a possibilidade de um *crash* bancário mais acentuada. Com efeito, “no curso da recessão de 1974/75, o número de bancarrotas aumentou mais de 30% nos EUA e mais de 60% na Grã-Bretanha.” (MANDEL, 1990, p. 67). Essa quebradeira dos bancos se deu em grande parte pela concessão de empréstimos arriscados em face das incertezas e da álea que predominavam na atividade econômica, o que tornou inviável boa parte dos empreendimentos.

As bancarrotas sinalizaram a fragilidade do setor financeiro, comprovando quanto este depende de um setor produtivo viável. Não por acaso, as crises do setor produtivo terminam respingando para o setor financeiro e, não raro, contribuindo para o pânico bancário, situação caracterizada pelo corre-corre dos correntistas que, apavorados diante do temor de que o sistema de bancos venha a sucumbir, começam a sacar os seus ativos financeiros e a alimentar a onda de falências bancárias. É o espectro desse pavor que tem levado os capitalistas a exigirem do Estado um controle sobre os bancos e a estatização dos riscos em relação ao setor financeiro. Foi nesse contexto que os países membros OPEP posicionaram-se na dinâmica de valorização do capital investido. O potencial estratégico dos países produtores de petróleo, perante o mercado financeiro, rendeu-lhes prestígio e oportunidade, permitindo-lhes imprimir uma conotação política à causa árabe, principalmente no contexto da Guerra árabe-israelense.

O final da década de 1970 reservou mais surpresas para o conflituoso mundo do petróleo. O foco passou a ser o Irã, o país da grande refinaria de Abadã e também a terra dos fundamentalistas islâmicos xiitas perseguidos implacavelmente, na década de 1920, pelo xá Reza Pahlavi, o pai.

Considerável parte da população iraniana viu o Xá Reza Pahlavi, o filho, como o perdulário e corrupto que – em nome de uma revolução modernizadora - contribuiu para a crise econômica vivida pelo país na segunda metade da década de 1970. Por outro lado, o aiatolá Khomeini, exilado no Iraque e posteriormente na França, já era uma personalidade notória na política do seu país, conhecido por propagar o

“sentimento antiamericano” e a idéia de que o Xá, que se educara na Suíça, dobrara-se aos encantos do capitalismo ocidental.

Os trabalhadores da indústria petrolífera Osco, em Ahwaz, entraram em greve. Poucos dias depois os estudantes tomaram as ruas de Teerã protestando contra o Xá. Os atentados contra os funcionários de companhias internacionais de petróleo aumentaram, a ponto de um deles resultar na morte de Paul Grimm, um entre os diretores da Osco que eram vinculados à Exxon e à Texaco. Em dezembro de 1978, a indústria de petróleo paralisou totalmente a sua exportação, produzindo a quebra de contratos, o que implicou, por exemplo, na queda repentina das ações da *British Petroleum* e da Exxon.

O Irã viveu naquele momento uma convulsão social. Em 16 de janeiro de 1979, o Xá se retirou do país, mas deixou o espólio de um exército dividido. Era o triunfo da Revolução Islâmica, comandada pelo quase octogenário Khomeini, em um país que até então era o segundo maior exportador de petróleo do mundo, com uma produção superada apenas pela Arábia Saudita. O resultado imediato, além do receio ocidental de que a revolução se alastrasse sobre os países árabes, foi a subida do preço internacional do barril que chegou, em certos dias, a atingir aproximadamente 150%, o que configurou o segundo choque de petróleo (YERGIN, 1992).

Durante os dois choques de petróleo na década de 1970, as empresas internacionais reduziram a participação no comércio mundial em 78%, em 1974, e 44%, em 1979. Os países importadores ingressaram na década de 1980 já resabiados, dispostos a incrementar os investimentos em outras fontes de energia. A baixa do consumo forçou a União Soviética a baixar o preço do barril em US\$ 29,35. A Companhia Nacional Britânica de Petróleo comprou elevados estoques de petróleo do Mar do Norte. Ela temia que a constante queda de preços pudesse lhe levar a ruína, como de fato levou, em 1985 (MARINHO JÚNIOR, 1989).

No centro da crise da economia mundial, o desafio dos EUA, a partir da década de 1970, era voltar a tornar-se um atrativo para os investimentos externos, posto que o controle das finanças internacionais já não se encontrava sob o domínio do FED norte-americano. A comunidade financeira exigiu do presidente Jimmy Carter uma política de contenção dos déficits fiscais e de desregulamentação das

operações financeiras. O presidente Reagan⁸³, ao assumir o governo dos EUA, no começo da década de 1980, rendeu-se às condicionalidades, baixou normas dando ampla liberdade aos investidores financeiros, elevou as taxas de juros, aumentou o endividamento público e retomou as exhibições do poderio militar dos EUA.⁸⁴ À medida que o capital circulante reencontrou a flexibilidade na economia norte-americana, a OPEP viu-se obrigada a ceder.

No biênio 1984 e 1985 o cartel foi impelido a baixar o preço do barril de 35 para 28 dólares. A grande produtora Arábia Saudita revisou a sua política. A cúpula saudita observou que, ao adotar a política da OPEP, sua receita com petróleo, avaliada em dólares, caiu dos 119 bilhões de dólares em 1981 para 36 bilhões em 1984 e 26 bilhões em 1985. Em contrapartida viu que a sua produção estava sendo ultrapassada pelas companhias britânicas que exploravam o petróleo do Mar do Norte. Concluiu, então, que recuperaria suas receitas através de uma autêntica guerra de preços e do aumento do volume das vendas. A queda do preço, porém, era sinal da superprodução que alimentava a competição intercapitalista, o que fez com que a Arábia Saudita – em seu expansionismo de mercado - ofertasse o barril a 15 dólares. A *West Texas Intermediate*, em novembro de 1985, levou o preço a 10 dólares. O barril de petróleo do Golfo Pérsico chegou a ser vendido a 6 dólares. Estava conflagrado o chamado terceiro choque do petróleo, algo que deixava evidente a necessidade de reprodução ampliada do capitalismo norte-americano que investia no mercado mundial de petróleo. Por outro lado, o choque revelava a vulnerabilidade dos EUA como o segundo maior produtor e o maior consumidor de petróleo no mundo (YERGIN, 1992).

⁸³ O vice de Reagan era George Bush (o pai), político com vínculos pessoais com os investidores do setor de petróleo árabe. Ao suceder Reagan na presidência dos EUA, Bush deu início à Guerra do Golfo, em 1991. Esta guerra, segundo Michael Moore, teria facilitado os negócios para a indústria armamentista controlada pelo capital árabe *Carlyle Group*, que pertencia à família Bin Laden. Moore afirma que Bush, o filho, teria sido o gerente da Cater Air, empresa do grupo Carlyle Group, aduzindo ainda que a família Bin Laden, detentora de um império econômico na Arábia Saudita, tinha fortes vínculos pessoais e financeiros com Bush, I e II. “O fornecedor de petróleo número um dos EUA é a Arábia Saudita, que possui as maiores reservas de petróleo que o mundo conhece. Quando Saddam Hussein invadiu o Kuwait em 1990, quem de fato sentiu-se ameaçado foi o vizinho, a Arábia Saudita, e foi o Sr. seu pai, George Bush I, quem correu em auxílio desse país.” (MOORE, 2004, p. 34).

⁸⁴ “A política de Ronald Reagan, eleito para a Presidência em 1980, só pode ser entendida como uma tentativa de varrer a mancha da humilhação sentida demonstrando a inquestionável supremacia e invulnerabilidade dos EUA, se necessário com os gestos de poder militar contra alvos imóveis, como a invasão da pequena ilha caribenha de Granada [1983], o maciço ataque aéreo e naval à Líbia [1986], e a ainda mais maciça e sem sentido invasão do Panamá [1989].” (HOBSBAWM, 1995, p. 244).

Até aqui se buscou caracterizar a dinâmica da crise do modo de produção capitalista que se desdobrou numa nova fase de expansão financeira, tornando o negócio do petróleo oportuno para os saltos de valorização do capital. Esse cenário apresentado até aqui tem importância fundamental para explicitar como se desenvolveu a Petrobras. A partir de agora, o aporte histórico será focalizado na trajetória da referida empresa como forma de se compreender as condicionalidades a que a mesma estava submetida no momento em que se desencadeou a reestruturação produtiva.

4.3 A criação da Petrobras: o monopólio e os interesses capitalistas

Em 1858, o Marquês de Olinda, Ministro dos Negócios do Império do Brasil, autorizou a exploração de carvão, betume e turfa ao engenheiro inglês Samuel Allport e ao brasileiro José Pimentel. Em 1864, por meio do Decreto 3.352-A, o governo deu o consentimento para a empresa de Thomas Denny Sargent explorar petróleo na Província da Bahia, pelo prazo de noventa anos, desde que o cessionário – conforme asseverava o texto normativo - indenizasse os proprietários do solo em relação aos danos causados em decorrência dos trabalhos de exploração. Cinco anos depois, o inglês Edward Pellew Wilson recebeu a concessão para explorar carvão-de-pedra, turfa e petróleo.

Como resposta à reação dos proprietários de terra, o governo brasileiro reafirmou, por força do Aviso Imperial, publicado em 7 de fevereiro de 1871, que as riquezas do subsolo não pertenciam ao detentor da propriedade da superfície, de modo que a sua exploração só seria admitida com o consentimento governamental. Porém, o constituinte de 1891 modificou a orientação, antes baseada no § 22, da Constituição Imperial de 1824, para determinar que a riqueza do subsolo pertencia ao detentor da superfície da propriedade.

Essa alteração legislativa talvez explique a inação dos primeiros presidentes brasileiros em relação ao petróleo. Todavia isso não impediu que Deodoro da Fonseca outorgasse a Tito Lívio Martins o direito de concessão para explorar o petróleo existente no Morro do Bofete, localizado nas proximidades de Tatuí-SP.

Porém, foi Eugênio Camargo, adquirente do direito de Tito Lívio, quem conseguiu extrair insignificantes quantidades de petróleo na aludida região. A experiência custosa de Camargo levou o geólogo norte-americano Charles White a sentenciar: “O Brasil não tem petróleo”.⁸⁵

Em 1917 foi criada a Empresa Paulista de Petróleo, sediada na cidade de Rio Claro-SP. Por falta de verba para a exploração da matéria-prima, o negócio não teve prosseguimento. Para contrariar o chamado *Relatório White*, o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB), além de ter delimitado as bacias sedimentares brasileiras, perfurou, em 1919, um poço de petróleo em Marechal Mallet, no Paraná. Três anos depois, as sondagens se voltaram para São Paulo e, posteriormente, para Bahia e Alagoas. As dificuldades decorriam da impropriedade dos equipamentos, da falta de verbas para os investimentos e da ausência de pessoal qualificado para dar curso às explorações.

O governo de São Paulo, em 1927, resolveu contratar o geólogo estadunidense Chester Washburne para realizar pesquisas na cidade de Guareí. Este publicou o texto *Geologia do Petróleo do Estado de São Paulo*, no qual afirmou ter encontrado petróleo devoniano⁸⁶ naquele solo. O *Relatório Washburne* acarretou modificações no SGMB, cujo nome foi alterado para Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil.

Monteiro Lobato e Edson de Carvalho, sob a inspiração e a orientação do mexicano Felipe Romero, criaram, em 1932, a Companhia de Petróleo Nacional S.A, voltada para a exploração em Riacho Doce, Alagoas. A empresa não encontrou petróleo suficiente para a comercialização e frustrou os acionistas que até então nutriam grandes expectativas. A experiência foi criticada desde o início pelos técnicos do governo, principalmente por parte do geólogo Eusébio de Oliveira.

⁸⁵ As informações ora apresentadas, sobre a história do petróleo e da Petrobras, no Brasil, foram obtidas em consulta ao acervo da hemeroteca da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, aos boletins da Petrobras e aos discursos parlamentares, via internet, principalmente os Anais do Senado Federal entre as décadas de 1950 e 1960. Importantes subsídios sobre a história da Petrobras foram obtidos em conversas que o autor teve com o professor Bautista Vidal, em novembro de 2005. Para a trajetória da Petrobras, foram analisadas ainda as seguintes obras: Alveal (1994); Bueno (1994); Dias e Quaglino (1993); Fancine (2000); Gaspari (2002, 2003); Gomes (1977); Mangabeira (1964); Marinho Júnior (1989); Passos (1960); Rosado (2000); Scaletsky (2003); Sousa (2001); Oliveira (2003b); Távora (1955); Victor (1993); e Vidal e Vasconcellos (2001).

⁸⁶ Devoniano é o nome que designa o período da era paleozóica que teve início há aproximadamente 315 milhões de anos.

As experiências com petróleo prosseguiram na esteira do que ocorria no cenário internacional. Em 1933, Ignácio de Barros expôs a Oscar Cordeiro evidências de que haveria petróleo em Lobato, na Bahia. Todavia o geólogo lituano Victor Oppenheim concluiu que, embora fossem encontrados sinais de hidrocarbonetos em algumas áreas, as rochas brasileiras, qualificadas como gonduânicas⁸⁷, não geravam petróleo.

Em 1934 entrou em vigor o “Código de Minas”⁸⁸ estabelecendo que as riquezas do subsolo poderiam ser exploradas, desde que devidamente consentidas pelo governo federal. No ano seguinte, Monteiro Lobato publicou o livro *O escândalo do petróleo*, denunciando que Oppenheimer estaria a serviço das companhias internacionais de petróleo. Suas críticas, que respingavam no general Horta Barbosa, presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), renderam-lhe três meses de prisão, em 1939.

O CNP, criado em 1938, sob o comando do general Horta, foi uma demonstração do interesse do governo Vargas pela pesquisa e exploração de petróleo num momento em que as companhias internacionais demonstravam interesse em explorar as jazidas brasileiras. Na primeira metade da década de 1940, a *Standard Oil* fez duas propostas para explorar o petróleo no Brasil. O presidente Vargas, orientado pelos militares, rejeitou o assédio. Foi esse governo quem definiu, em 1937, por meio da Constituição do “Estado Novo”⁸⁹, que as empresas de exploração de petróleo deveriam ser controladas e gerenciadas por brasileiros. O governo seguinte, já sob o comando do presidente Dutra, estimulou a iniciativa privada, seja por meio da discussão do projeto de Estatuto do Petróleo, seja por meio do chamado Plano SALTE que vislumbrou a alocação de recursos para o financiamento de refinarias privadas.

Assim, em 1947 foi criada a Refinaria de Exploração de Petróleo União S.A, em Capuava, São Paulo. No Rio de Janeiro, o banqueiro Drault Ernany colocou em funcionamento a Refinaria de Manguinhos. Ainda em 1947, o CNP começou a entabular os primeiros entendimentos para viabilizar a construção da Refinaria de

⁸⁷ Gondwana é o nome que se dá ao primitivo supercontinente austral que, na era paleozóica, foi constituído dos territórios que hoje correspondem a Índia, África, América do Sul, Madagascar, Austrália e Antártida.

⁸⁸ Decreto 24.642/34.

⁸⁹ Em posição diversa, as Constituições de 1934 e 1946 permitiam que os estrangeiros figurassem como acionistas das empresas de exploração de petróleo.

Mataripe, na Bahia.⁹⁰ É no aludido período que a discussão sobre o monopólio estatal do petróleo ganhou evidência entre os oficiais do Exército que freqüentavam o Clube Militar, no Rio de Janeiro. É nesse contexto que o apoio de Dutra à construção da Refinaria de Mataripe é interpretado como uma mudança de posição do governo em direção favorável ao monopólio estatal.

O debate sobre o monopólio não era, porém, algo uníssono no seio das Forças Armadas. De um lado, o general Juarez Távora (1955, p. 123) propusera, desde o primeiro momento, a chamada “conciliação razoável” entre os capitais público e privado, pugnando por “uma política de severa vigilância, capaz de impedir o saque das nossas riquezas petrolíferas e conseqüentes ameaças não só contra a economia do país, como contra sua segurança futura”. Por outro lado, o general Horta Barbosa, além de afirmar que o monopólio estatal seria uma questão primordial de soberania, empenhou-se em defender publicamente a sua tese, cunhando o *slogan* “O petróleo é nosso” sempre ao final de suas palestras. O lema referido serviu de nome à campanha que mobilizou os militares, os estudantes e os empresários da indústria nacional. Enquanto isso o projeto do Estatuto do petróleo, que previa a abertura ao capital privado, restou “esquecido” no Congresso, haja vista que o presidente Dutra não demonstrou interesse em dar continuidade à discussão do mesmo.

O passo mais importante para se modificar a história da indústria do petróleo no Brasil veio com a Mensagem nº 469, de 6 de dezembro de 1951, por meio da qual Vargas propôs a criação da Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS. Na Câmara dos Deputados, a proposta transformou-se no Projeto 1516/51. O detalhe mais impressionante é que a proposta enviada pelo Palácio do Catete previa uma empresa de capital misto, com recursos públicos e privados, embora Vargas - durante o período do pós-guerra, em que esteve no exílio gaúcho - tenha defendido a tese do monopólio estatal. O partido da UDN (União Democrática Nacional) não gostou da proposta varguista e passou a fazer coro com os nacionalistas, exigindo a modificação do projeto, de sorte a não permitir a participação do capital privado.

⁹⁰ O Projeto de Lei nº 1201, criando a Refinaria de Mataripe, foi aprovado em 21 de janeiro de 1949. O texto básico do referido projeto previa a alocação de recursos orçamentários para, inicialmente, proporcionar a aquisição de 90 locomotivas, de material para uma refinaria de *cracking*, com capacidade diária de 45 mil barris, e de navios petroleiros.

Dentro da UDN vozes isoladas ainda se levantaram a favor da participação do capital internacional, a exemplo do Senador cearense Plínio Pompeu.

No PSD (Partido Social Democrático), não faltaram vozes favoráveis à entrada da *Standard Oil*, trustee que à época já mantivera empresas no Brasil e cooptara parte do empresariado nacional, dando-lhe participação minoritária, e parte da imprensa nacional. Não por acaso, um dos maiores defensores da empresa de Rockefeller seria o senador paraibano Assis Chateaubriand, dono do império jornalístico “Diários Associados”. Para o referido jornalista, quem estava contra o capital internacional eram os comunistas, que se aproveitavam dos militares, estes considerados pelo parlamentar como inocentes úteis. Em uma de suas falas na tribuna do Senado, dizia:

Se a *Standard Oil* nos entregasse 13% dos impostos que paga e 50% dos lucros que aufera, eu concordaria em que se lhe desse até a metade da administração do Brasil para negociar! Faria mais: negociaria com ela a arrecadação dos impostos, e tenho a certeza de que sairia muito mais barata para nós considerado o imenso funcionalismo que temos de pagar. [...] Por que riscar a *Standard Oil* das empresas que eventualmente poderiam vir aqui e trabalhar no negócio do petróleo? Ela é uma pioneira, entre nós, e não temos porque nos queixar da sua correção. É a *Standard Oil* quem paga centenas de milhões de dólares que a Fundação *Rockefeller* põe à disposição de tantas jornadas filantrópicas do mundo (CHATEAUBRIAND, p. 16, 2006).

Apesar das resistências, a manifestação do *lobby* dos trustes internacionais era algo vencido. A Petrobras era um “sonho” tornando-se realidade e a Lei nº 2004 foi a expressão perceptível da idéia fixa que mobilizou tantos brasileiros.

4.4 Petrobras: o espectro da liberalização dos primeiros anos

O capital inicial da Petrobras foi estipulado em 165 milhões de dólares. Recebeu parte do acervo do CNP como seu primeiro dote patrimonial, constituído principalmente de dez campos de petróleo, a Refinaria de Mataripe, a inacabada obra da Refinaria de Cubatão, uma fábrica de fertilizantes, a Frota Nacional de

Petroleiros, entre outros bens de relevante expressão.⁹¹ A nova empresa começaria a trabalhar oficialmente em 10 de maio de 1954, dia da posse do baiano Juracy Magalhães, primeiro presidente da corporação.

O coronel Magalhães assumiu a empresa já produzindo pouco mais de 2% do petróleo consumido pelo país. Sua experiência anterior na Vale do Rio Doce lhe credenciara para a missão de implantar uma empresa moderna e voltada para obter lucros, conforme assegurou em seu discurso de posse. Organizou o departamento de produção da empresa e, objetivando expandir a exploração, contratou os serviços do geólogo Walter Link, por cinco anos, para fazer uma análise das jazidas brasileiras. O citado estadunidense, ex-gerente da *Standard Oil*, produziu em 1954 o chamado “*Relatório Link*”, o qual propalava aos quatro cantos do mundo que o petróleo brasileiro era inviável de ser explorado, haja vista que a matéria orgânica encontrada nas jazidas estaria associada a rochas muito antigas formadas, em sua maioria, no período paleozóico, isto é, há mais de 490 milhões de anos. Isso significaria que o petróleo brasileiro não seria viável, haja vista que o mineral ideal para a exploração seria aquele formado no moderno período neogeno (integrante da era cenozóica) que se constituiu há 23 milhões de anos.

As perspectivas da Petrobras, criadas pelo trabalho de Link, estavam marcadas pelo pessimismo e se agravaram mais ainda com os fatos que se sucederam ao suicídio de Vargas. Juracy Magalhães abdicou do cargo de presidente da empresa e foi concorrer ao cargo de Senador pela Bahia. Dois projetos de lei disciplinando sobre a quebra do monopólio estatal do petróleo movimentavam o Senado. É nesse clima que um outro militar – Coronel Arthur Levy - foi indicado para assumir o comando da empresa. O governo parecia dividido, notadamente depois que o ministro Eugenio Gundin passou a dar apoio às investidas liberais que assanhavam os debates no Senado. O núcleo duro do governo, porém, comandado por Juarez Távora, pretendo candidato à sucessão presidencial, deu respaldo à manutenção do monopólio estatal ao dotar a Petrobras com receitas que permitiram a importação de novos equipamentos para os trabalhos de exploração de petróleo. As tentativas pela liberalização foram rechaçadas pela

⁹¹ O orçamento inicial da Petrobras foi proveniente de receita fiscal, a exemplo dos recursos representados pela arrecadação do Fundo Rodoviário Nacional, do Imposto sobre Combustíveis Líquidos e do Imposto de Importação sobre Automóveis.

ação dos militares e em face da descoberta do petróleo de Nova Olinda, na bacia amazônica.

A convivência entre os membros do governo e a direção da empresa nem sempre foi pacífica. Segundo Alveal (1994), nesse período pós-Vargas, o coronel Joaquim Levy, na qualidade de presidente da Petrobras, deu um grande fôlego ao empreendimento ao conseguir, junto ao governo federal, as divisas necessárias para a aquisição de equipamentos no exterior. Paralelamente, a empresa empenhou-se na formação de canais para a intermediação dos interesses privados, inclusive sendo partícipe importante na formação da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB) e na reivindicação de um complexo industrial voltado para a fabricação de bens de capital. A campanha pela nacionalização da indústria de bens de capitais agradou aos empresários nacionais e contribuiu para transformar a Petrobras numa potencial intermediadora entre os interesses do capital nacional e o Estado.

Em 31 de janeiro de 1956 tomou posse Juscelino Kubitschek. Três dias depois foi empossado o Tenente-coronel Janary Nunes como presidente da Petrobras. Seu objetivo era atingir a produção de 100 mil barris diários, ampliar as atividades de exploração, refino e transportes, e – por fim – vencer a quebra de braço com os membros do CNP (Conselho Nacional de Petróleo) que insistiam em interferir na política de gastos da empresa. Janary aliou-se ao setor privado, deu mostras de trânsito político junto à cúpula estatal e alcançou com sucesso o alvo pretendido, uma vez que a produção da Petrobras atingiu a marca de 160 mil barris diários, superando a meta inicialmente estabelecida.

Um fato sinalizador do envolvimento das elites estatais com os interesses do capital privado eclodiu, durante a gestão de Janary, com a denúncia sobre o chamado Acordo de Roboré.

4.5 O Acordo de Roboré: a interpenetração dos interesses privados e públicos

O Acordo de Roboré foi firmado em 29 de março de 1958, por força de Notas Reversais trocadas entre as chancelarias brasileira e boliviana. Ele veio à tona depois que o Cel. Janary, em resposta à denúncia de má gestão na Petrobras feita pelo presidente do CNP, Alexínio Bittencourt, revelou – perante uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) - que o CNP, ao patrocinar o pacto de Roboré, reduziu os direitos brasileiros sobre o petróleo a ser explorado na Bolívia.

Os direitos brasileiros sobre o petróleo boliviano remontam a um conjunto de questões geopolíticas envolvendo os dois países, a começar por disputas sobre a demarcação das fronteiras e sobre o território do Acre que se acentuaram no século XIX e que resultaram no Tratado de Petrópolis de 1903, entre Brasil e Bolívia. Pelo referido tratado o Brasil se comprometeu a pagar à Bolívia 2 milhões de libras esterlinas, até março de 1905, e a construir uma estrada de ferro entre Santo Antonio, no Madeira, e Guajará-Mirim, no Mamoré. A preocupação do governo brasileiro foi dupla: evitar que a Bolívia voltasse atrás em relação aos limites da fronteira com o Brasil; e intensificar mais a sua participação na extração das riquezas naturais da Bolívia, de modo a impedir estrategicamente um avanço sobre as suas fronteiras por parte de investidores estrangeiros. Não era uma preocupação à-toa, principalmente para quem se debruçava com o pragmatismo da doutrina Monroe que amplificava a expansão do imperialismo norte-americano, inclusive com pretensões sobre o território amazônico (PRADO, 2003). Na década de 1910 os trustes internacionais agitaram-se em busca do petróleo sul-americano. Na segunda década do século XX, a *Standard Oil* já se instalara na Bolívia, tendo sido expulsa do país em 1937, sob a acusação de sonegação fiscal.⁹² No ano seguinte, o governo Vargas tentou uma aproximação com o governo boliviano, visando aproveitar-se sobretudo do espólio da *Standard Oil* e das promissoras reservas bolivianas. Motivado também pelo relatório de Victor Oppenheimer, o qual pronunciou a

⁹² “Em 1937, o vacilante governo militar da Bolívia, recém-instalado e ansioso por ganhar apoio popular, acusou a subsidiária local da Standard Oil de fraude fiscal e confiscou as propriedades desta. A ação foi bastante aplaudida e chamou a atenção por toda a América Latina.” (YERGIN, 1992, p. 272).

inviabilidade da exploração comercial do petróleo brasileiro, o governo Vargas assinou dois tratados com o governo boliviano.

Pelo primeiro tratado o Brasil se comprometeu a construir uma ferrovia ligando Corumbá a Santa Cruz de La Sierra. Pelo segundo, a exploração do petróleo na zona sub-andina da Bolívia seria feita - com exclusividade - por uma sociedade mista brasileiro-boliviana que teria a obrigação de abastecer os mercados dos dois países. Neste último tratado estabeleceu-se, ainda, que os oleodutos seriam construídos exclusivamente por empresas brasileiras e que a produção excedente de petróleo da Bolívia só poderia ser exportada através de território brasileiro, após ser transportada via Santa Cruz–Corumbá.

O último “Tratado de 1938” não foi levado a cabo. Ao contrário, em 1958, quatro anos após a morte de Vargas, o CNP permitiu que o governo brasileiro – através de suas chancelarias - trocasse notas com a Bolívia para, sem a aprovação do Congresso Nacional, modificar o referido pacto comercial. As irregularidades consistiram, portanto, em dois aspectos: primeiro, uma Nota Reversal, espécie de comunicação diplomática, não poderia revogar um tratado, haja vista a superioridade hierárquica deste; e, segundo, somente o Poder Legislativo teria poderes constitucionais⁹³ para alterar as regras de um tratado.

O Acordo de Roboré significou um “dano” para a Petrobras. Por meio dele se reduziu em 60% a área exclusivamente destinada ao Brasil para a exploração de petróleo boliviano, bem como se fixou o prazo de dezoito meses para os brasileiros iniciarem a exploração, espaço de tempo este que, além de exíguo, segundo os técnicos ouvidos pela CPI, não foi estabelecido por meio do Tratado de 1938. Como se não bastasse o suposto prejuízo sofrido pela Petrobras, o governo brasileiro, além de obrigar-se a comprar – em dólares americanos - todo o gás natural produzido pela Bolívia, compromissou este que não figurava no Tratado de 1938, consentiu ainda que empresas privadas “brasileiras” – com o auxílio de verbas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - explorassem o petróleo boliviano na chamada zona sub-andina. As empresas “brasileiras” beneficiárias do acordo eram quatro: a Companhia Petrolífera Brasileira; a Pretolansa Andino S.A, a Petróleo da Bolívia S.A e a Petrobrol & União Brasil Bolívia de Petróleo S.A.

⁹³ Conforme art. 66 da Constituição Federal de 1946.

Segundo Gabriel Passos (1960, p. 175), ex-deputado federal e membro da CPI que analisou o conhecido “Acordo de Roboré”, as empresas “brasileiras” que exploravam o petróleo boliviano – com a chancela do CNP - eram controladas por companhias internacionais de petróleo:

Ora, uma ‘pessoa jurídica privada brasileira’, criada pela *Standard Oil* ou sua associada, ou pela *Gulf*, ou por outra qualquer representante do truste petrolífero americano para o efeito de deter um terço das ações de qualquer das companhias brasileiras que vão à Bolívia, necessária e inapelavelmente dominará tal companhia, sendo sua fronteira brasileira apenas um escudo útil para obter as vantagens que do Brasil advenham, ou possam advir ao negócio, ou a suas conveniências.

A CPI concluiu que a acusação do chefe do CNP contra o Cel. Janary era improcedente. Com isso Janary saiu fortalecido juntamente com o discurso de valorização do capital privado nacional em detrimento dos interesses dos trustes internacionais. Sua tese de nacionalização da indústria de bens de capitais, além de agradar aos parlamentares e aos empresários nacionais, transformou a direção da estatal em mandatária dos negócios existentes entre o capital nacional e o Estado.

O sucessor do coronel Janary foi Idálio Sardenberg, um militar que, empossado em 1 de dezembro de 1958, deparou-se com uma saraivada de críticas ao monopólio estatal, em parte motivada pela abertura ao capital privado promovida pelo governo argentino de Frondizi e pela publicação da última parte do Relatório Link.

Em 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros chegou ao poder após obter pouco mais de 5,6 milhões de votos e derrotar o Marechal Lott. Em 28 de fevereiro do mesmo ano, o geólogo baiano Geonísio Barroso – com o apoio dos sindicatos de trabalhadores - assumiu a condição de primeiro civil a comandar os destinos da Petrobras. O desafio inicial de Geonísio era sanear as finanças da empresa e criar uma comissão, liderada pelos geólogos Pedro Moura e Décio Odonne, para examinar criticamente o “Relatório Link”. O trabalho foi importante para a empresa certificar-se de que a exploração por si não seria suficiente para o equilíbrio das finanças. Surgiu, então, a alternativa de a empresa entrar no mercado de distribuição de combustíveis, o que lhe possibilitou um aumento de receitas.

Após a renúncia de Jânio Quadros, Geonísio foi sucedido por Francisco Mangabeira, que presidiu a empresa de janeiro de 1962 a junho de 1963. Sua

gestão foi marcada pela aproximação com os sindicalistas, embora isso significasse um distanciamento em relação aos técnicos-gerentes. Quando assumiu a empresa, Mangabeira acenou com a possibilidade de conceder participação nos lucros aos trabalhadores. Desse modo ele obteve o engajamento dos sindicatos, ao pregar em seus discursos que a riqueza da Petrobras seria num futuro distribuída entre os seus trabalhadores:

Existe, na Petrobras, uma mais-valia oriunda do conjunto do trabalho industrial [...]. Porque existe uma diferença entre o valor produzido por esse trabalho e o valor percebido pelos que o realizam com salários e outras formas de remuneração, mesmo depois de feitas do primeiro desses valores as deduções necessárias para amortização de capital e os diversos fundos de reserva. Mas essa mais-valia além dos dividendos aos acionistas [parte relativamente pequena] é empregada, sobretudo, para pagar as despesas necessárias com a procura de novos campos de petróleo, com a construção de novas unidades industriais.. [...] Esses trabalhadores se beneficiarão futuramente com o desenvolvimento econômico total da empresa. (MANGABEIRA, 1964, p. 71).

Mangabeira, antes mesmo de tomar posse propusera a criação de uma comissão de trabalhadores para firmar um canal de permanente entendimento com a direção da empresa. Criou o cargo de diretor social na empresa e se dirigia aos trabalhadores invocando os preceitos da doutrina social da Igreja Católica. Assumiu uma empresa com escassez de divisas e sem o fôlego financeiro para ampliar a exploração de petróleo. Nesse período a empresa pagava em dólares, pelo petróleo importado, e vendia internamente o produto a preços subsidiados.

Segundo Marinho Júnior (1989), os técnicos da empresa denunciaram em manifesto público, realizado em 26 de maio de 1962, o fato de Mangabeira ter sido cooptado pelos sindicalistas. O presidente da empresa reagiu e demitiu os manifestantes que ocupavam cargos de chefia. Diante dos novos fatos e dos resultados negativos na produtividade da empresa, Mangabeira não se sustentou no cargo.⁹⁴

Além do diálogo com os trabalhadores, Mangabeira, a exemplo dos presidentes que lhe antecederam, procurou intensificar a participação da Petrobras como incentivadora do capital privado nacional. Durante a sua gestão foi criado o

⁹⁴ Trinta dias após a sua exoneração, Mangabeira (1964, p. 182) afirmou: “Sempre procurei o diálogo com os sindicatos, sem abdicar da autoridade de presidente, mas compreendendo que uma das suas atuais missões, na empresa, é nela integrar plenamente os trabalhadores, inclusive na respectiva administração.”

COMIN – Comissão de Articulação com a Indústria Nacional, cujo objetivo era estudar meios para viabilizar a integração da indústria nacional de capital privado ao desenvolvimento das atividades em torno da indústria do petróleo.

Substituindo Mangabeira, o general Albino Silva, ex-chefe da Casa Militar de Jango, assumiu o posto de presidente da Petrobras em 11 de junho de 1963. O novo comandante procurou desarticular o “poder de fogo” dos dirigentes sindicais no âmbito da empresa, inclusive externando essa posição perante uma CPI constituída para apurar os problemas de má-gestão e subversão no âmbito da empresa. Pouco tempo depois, vários diretores foram “exonerados” da empresa sob a acusação de corrupção. Seguiu-se, porém, uma greve de trabalhadores em solidariedade aos demitidos.

A situação de Albino tornou-se insustentável e, para levantar o moral da empresa, Jango nomeou Osvino Alves, o “Marechal do povo”, que ao tomar posse como presidente da Petrobras, em 28 de janeiro de 1964, denunciou as forças que – aliadas ao capital internacional – conspirariam para inviabilizar o desenvolvimento da Petrobras e do Brasil. Poucos dias depois, por intermédio do Decreto nº 53.701, de 13.3.1964, foram estatizadas as refinarias privadas existentes no Brasil. O ambiente político do país, porém, reservou um melancólico destino para Jango, presidente que sucumbiu em 31 de março de 1964 com o golpe militar. A partir daí a empresa passou por mudanças na sua política de pessoal, marcada sobretudo pela chamada “despolitização das gerências”.

Ainda na primeira semana de abril de 1964 especulou-se que o presidente da empresa seria Olympio Mourão, o general que teria “desencadeado” o golpe militar ao marchar com as suas tropas partindo de Juiz de Fora até o Rio de Janeiro. Dirigir a Petrobras, segundo Elio Gaspari (2002), seria a recompensa que Mourão receberia pelo seu “ato de bravura”.⁹⁵ Surpreendentemente, no dia 07 de abril de 1964, tomou posse como presidente da Petrobras o Marechal Ademar de Queiroz. O novo comandante, além de anunciar que suas metas seriam valorizar as gerências e obter a auto-suficiência na produção de petróleo, demitiu 467 empregados (tidos

⁹⁵ A versão de Gaspari (2002) é a de que a Mourão considerava a Petrobras uma boa recompensa. Porém, tal promessa não fora cumprida por Castello. Noutra versão, segundo relata Marinho Júnior (1989), Mourão recusara a Petrobras ao ouvir do Secretário de Costa e Silva que o presidente da empresa deveria ser alguém que provasse ser um autêntico brasileiro, o que teria provocado a ira do militar. Não obstante tenha demonstrado que havia uma insatisfação no meio militar, está subjacente em Gaspari a idéia de que o golpe só foi possível graças ao fato de os governantes terem subestimado o devaneio histórico alimentado pelo patriotismo do General Olympio Mourão Filho.

como “subversivos” e “comunistas”) e conseguiu recursos fiscais junto ao governo para soerguer financeiramente a empresa.

No plano gerencial, sua medida de maior impacto foi a descentralização administrativa e a estruturação do empreendimento em departamentos de produção, Industrial, comercial e transportes. Foi durante a gestão de Ademar de Queiroz que houve a revogação do Decreto expropriatório das refinarias, baixado por Goulart, após a recomendação do relatório conclusivo de uma CPI do petróleo que tramitou na Câmara dos Deputados. Ao se empenhar pela não manutenção do monopólio estatal do refino, Queiroz agradou aos refinadores e capitalistas privados, bem como agradou aos acionistas da Petrobras, ao distribuir a estes – pela primeira vez – dividendos extraordinários.

Em 05 de julho de 1966, o engenheiro Inarck Carvalho do Amaral assumiu a presidência da Petrobras e, no curto prazo de oito meses à frente do empreendimento, teve a grande missão de preparar a empresa para iniciar a exploração na plataforma submarina.

Em 15 de março de 1967, Costa e Silva assumiu a Presidência da República e planejou colocar um militar da linha dura na Petrobras. Em 05 de abril de 1967, o general Arthur Duarte Candal Fonseca era o perfil alçado ao comando da empresa. Seu lema era a produtividade e a auto-suficiência, desde que com “ordem e disciplina”. Antes da produtividade veio o estilo autoritário. Não por acaso durante a sua gestão o “crime de opinião” resultou em pouco mais de 50 demissões. Sob o seu comando foi atingida a meta de produção de 200 mil barris por dia e foi criada a Petroquisa (Petróleo Química SA). Esta empresa, fruto de uma engenharia de conformação entre os interesses público e privado, possibilitou à Petrobras assumir o duplo papel de promotor da implantação do maior complexo petroquímico da América Latina e de grande incentivador da participação do capital privado nacional.

Convocado para atuar em suas funções militares, Candal não hesitou em deixar a Petrobras. Em seu lugar tomou posse, em 28 de março de 1969, o Marechal Waldemar Levy Cardoso. O novo presidente da empresa, ao deparar-se com o esgotamento de alguns poços e com a necessidade de intensificar a exploração de petróleo em alto-mar, sabia que estava ali para um mandato tampão, haja vista que era praxe a cada presidente da República nomear um novo comandante para a Petrobras. De fato, em 06 de novembro de 1969, Médici nomeou Ernesto Geisel

para ser o presidente da Petrobras. Oito dias depois ocorreu a posse do militar que, durante o período em que integrou o CNP (Conselho Nacional do Petróleo), ficou conhecido pela intransigência em relação ao monopólio da Petrobras e pelas sérias desavenças com o dono da Refinaria União, situada em Capuava.

A Petrobras, durante a gestão de Geisel, ao afastar-se do discurso da auto-suficiência, voltou-se precipuamente para o abastecimento interno e para a possibilidade de lucro que a empresa teria ao controlar o refino e a distribuição de combustível. Não deu outra: a Petrobras adquiriu o controle das refinarias privadas, inclusive a de Capuava.⁹⁶ Todavia, o capital privado esteve historicamente na sombra das atividades da Petrobras, principalmente na década de 1960 quando se incentivou a indústria nacional a fabricar bens de capital, voltados para a indústria de petróleo, e quando se estimulou o investimento privado no setor petroquímico. Essa relação entre o interesse público e privado foi tensa e moldada em políticas de controle e de complementaridade. Durante o regime militar, o Estado interferiu de modo a não permitir que a indústria de petróleo ficasse sob a dependência exclusiva de empresas particulares. Porém, isso não impediu a disputa intercapitalista entre as empresas que estavam inseridas no vácuo deixado pela interferência estatal e aquelas que almejavam maiores fatias de participação no mercado interno. Para este último grupo, o modo agressivo como Geisel projetava a Petrobras no mercado internacional era um sinal de que não se justificava mais a razão de ser do monopólio. Alegavam que este foi instituído diante da perspectiva de a empresa explorar o petróleo brasileiro. Não haveria, portanto, motivo para a subsistência de tal regalia na medida em que o empreendimento perdeu a sua finalidade original ao privilegiar o abastecimento interno em detrimento da exploração.

⁹⁶ “A lei que dera à Petrobras o monopólio da pesquisa, da exploração e da produção de derivados preservava o nicho das três grandes refinarias privadas inauguradas anos antes, desde que congelassem sua produção abaixo da marca dos 45 mil barris/dia. Entendia-se que, aos poucos, a estatal cuidaria do refino, visto como o filé do negócio. [...] Politicamente poderosa, Capuava havia conseguido do CNP uma autorização para que sua produção se expandisse de 20 mil para 31 mil barris/dia. Do ponto de vista da empresa era ganho de produtividade. Para a Petrobras, era burla à lei. A briga fora levada ao Presidente JK, e ele determinara que a produção excedente ficaria com a Petrobras, que se comprometeria a pagar uma ‘justa remuneração’ à refinaria. [...] Na hora de definir o que seria ‘justa remuneração’ o processo de Capuava caiu nas mãos de Geisel. [...] O coronel decidiu que Capuava devia receber de volta aquilo que pagara pelo óleo cru, mais nada. [...] Geisel acertou metodicamente suas contas com os plutocratas do refino, e em outubro de 1973 Capuava desapareceu como empresa privada. Quando um interlocutor lhe disse que ao longo tempo ‘tirara o couro do pessoal de Capuava, reconheceu: ‘Ah, tirei!’”. (GASPARI, 2003, p. 64-67).

Geisel defendia a tese de que no mercado de petróleo incumbiria ao grande importador dar as cartas, talvez acreditando que o explorador de petróleo fosse sempre mais vulnerável aos efeitos da superprodução e aos riscos do investimento. Sob Geisel, a empresa, que antes era voltada para os investimentos do “chão para baixo”, mudava de rumos e se convertia aos lucros imediatistas do “chão para cima”. A estratégia ganhou corpo com a criação da BR Distribuidora, em 1971, empreendimento que nasceu tendo garantido para si um mercado cativo no setor de venda e distribuição de combustíveis, e com a criação da Braspetro, em 1972, destinada à exploração de petróleo no exterior. Esta última empresa foi a expressão do desejo de envolvimento da Petrobras com o capital privado internacional, pretensão essa decantada sob a aspiração de se tornar a “oitava irmã”, segundo as palavras do Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki.

A iniciativa de Geisel foi bem recebida pelo mercado financeiro e pelos investidores do setor de petróleo por dois motivos: primeiro, o Brasil continuaria importando o petróleo das empresas patrocinadas e mantidas com o capital internacional; segundo, a perspectiva de redução da produção brasileira significaria uma vulneração ao monopólio estatal, servindo inclusive de argumento para os defensores dos chamados contratos de riscos. Com efeito, a partir de 1970, o Ministro das Minas e Energia, Antonio Dias Leite, propôs que a Petrobras adotasse os contratos de riscos, operações negociais que permitiriam a exploração do petróleo brasileiro por intermédio de empresas estrangeiras.

Durante a gestão Geisel, a Petrobras atingiu o ápice do seu envolvimento com o capital privado internacional, tornando-se uma empresa moldada numa filosofia empresarial voltada agressivamente para o lucro. Durante o período de 1969 a 1974 a empresa obteve lucros líquidos de 924%, embora os investimentos em exploração tenham crescido num patamar bem inferior, ou seja, 380% (GOMES, 1997).

Geisel ao sair da Petrobras, acentuou em seu discurso que esta deveria “conduzir-se segundo os moldes da empresa privada, principalmente os de suas congêneres, propiciando lucros que remunerem o capital dos acionistas. [...] A auto-suficiência na produção nacional de petróleo, por mais desejável que seja, não é a missão básica da empresa.”⁹⁷ A aptidão empresarial de Geisel e o sucesso obtido à

⁹⁷ Trechos dos discursos de Geisel estão reproduzidos no livro de Gomes (1977, p. 99).

frente da Petrobras serviram para que a cúpula do regime militar o escolhesse para suceder o general Médici. Para isso, Geisel contou com o apoio do irmão Orlando Geisel, até então Ministro do Exército. O perfil do “alemão” empolgou até mesmo a linha dura que comandava os destinos do país. Geisel, afinal, “[...] numa ditadura militar que cultuava os tecnocratas, era a um só tempo general e presidente da maior empresa do país. Administrava perto de 1,5% do PNB.” (GASPARI, 2003, p. 187).

Geisel influenciou, portanto, a própria sucessão na Petrobras, passando o cargo de presidente ao Almirante Floriano Peixoto Faria Lima, em 11 de setembro de 1973. O empossado, ancorando-se nos resultados do “milagre brasileiro”⁹⁸, afirmou que a função precípua da Petrobras seria garantir o abastecimento interno. Não tinha, porém, a noção do que viria pela frente: a crise do petróleo. No final de 1973, o barril de petróleo subiu de U\$ 2,90 para U\$ 11,65 dólares. O país do “milagre” pareceu abalar-se diante da incerteza em relação à expansão da produção e do consumo.⁹⁹ Em junho de 1974, o ministro Shigeru Ueki visitou a Câmara dos Deputados e falou pela primeira vez em público sobre a pertinência de a Petrobras vir a adotar os chamados contratos de riscos, fazendo alusão inclusive ao fato de que a Braspetro já participara de tal modalidade contratual em países como a Colômbia, Iraque, Egito e Irã. A manifestação do ministro, marcada por apartes dos parlamentares, esboçava um projeto de “quase-internacionalização” da empresa.

A crise do petróleo aumentou a quantidade de dólares nas mãos dos produtores de petróleo. A oferta da moeda norte-americana possibilitou aos bancos emprestarem aos países em desenvolvimento. A dívida brasileira, que entre 1969 e 1973 quase triplicou, passou de 12,6 bilhões de dólares, em 1973, para 17,2 bilhões de dólares no final de 1974. Segundo afirmava o ministro Ueki, apesar da grande liquidez internacional, faltavam investidores para financiar a exploração da promissora plataforma continental. Estranhamente essa afirmação do ministro não parecia se compatibilizar com a evolução do patrimônio líquido da Petrobras e com o

⁹⁸ Por “milagre brasileiro” entende-se o período, compreendido entre 1968 e 1973, em que a economia brasileira cresceu com taxas médias anuais superiores a 10%, aproveitando-se da ampla disponibilidade do crédito externo e dos investimentos estrangeiros.

⁹⁹ Ainda em 1973, Paul Samuelson, prêmio Nobel de economia, publicara em seu livro *Econômicos* que o crescimento da economia brasileira era fruto de uma ditadura fascista, “coisa de curto prazo”. O governo mobilizou Eugênio Gudin, Mário Henrique Simonsen e Roberto Campos que escreveram ao autor solicitando a retirada de tal alusão contida em seu livro. Samuelson atendeu aos apelos e recuou (GASPARI, 2003).

nível de tecnologia alcançado por esta para fazer a prospecção, a perfuração e a exploração do petróleo. As mudanças, porém, estariam reservadas para a nova gestão que se anunciava.

Após quatorze meses à frente da Petrobras, Faria Lima deixou a empresa em troca do cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro. Em seu lugar assumiu o general Araken de Oliveira em 03.10.1975. Sua posse foi marcada inicialmente pelo clima de êxtase com as descobertas nas bacias de Campos, Rio Grande do Norte e Sergipe. Essa novidade coincidiu com o pronunciamento de Geisel anunciando a admissibilidade dos contratos de riscos.

4.6 Os contratos de riscos e o aprofundamento da relação da Petrobras com o capital privado internacional

Em junho de 1975, o governo Geisel, mesmo sob críticas da oposição, firmou o Acordo Nuclear com a Alemanha, obtendo 30 bilhões de dólares para investir na construção de usinas para beneficiamento de urânio. A associação com o capital internacional parecia algo convidativo, principalmente porque no ano anterior o governo iraniano adotara os chamados contratos de riscos.

No dia 09 de outubro de 1975, o presidente Geisel fez um pronunciamento em cadeia de rádio e TV afirmando que o país, desde 1973, vivia um cenário de perplexidade e obstáculos ante a crise da economia mundial. Aduziu, ainda, que em 1977 as “províncias” de Campos e do Rio Grande do Norte estariam produzindo petróleo, mas para resguardar o interesse público e garantir o abastecimento, autorizaria, entre outras medidas, a realização de contratos de serviço com cláusula de risco. Em seguida, após acrescentar que tal medida não implicaria a quebra do regime de monopólio, enfatizou que o seu governo continuaria a dar integral apoio à Petrobras, empresa que era tratada carinhosamente pelo presidente como “a minha casa.” No dia seguinte, o MDB, partido de oposição, publicou uma nota de indignação, manifestando o que chamou de estranheza na rapidez de uma decisão tomada sem a participação de lideranças do próprio governo e, como conclui a nota, “repleta de conseqüências políticas, na medida em que atinge a empresa que

constitui o símbolo da soberania nacional no campo econômico mais caro ao povo brasileiro e mais denso de significado histórico” (KUCINSKY, 1977).¹⁰⁰

O conteúdo dos contratos de riscos só veio a público em 14 de outubro de 1976, pois o governo tratava tais negociações como sigilosas.¹⁰¹ O contrato permitia à Petrobras monitorar e controlar a exploração de petróleo a cargo das empresas privadas e o pessoal de tais empresas. No modelo contratual padrão (alínea “i”, do art. 5º) constava que o contratante deve ter sempre em mente os direitos e “os interesses do Brasil e da Petrobras.” O art. 7º dispunha que “todos os materiais, equipamentos, ferramentas e quaisquer outras mercadorias importadas pelo contratante”, inclusive construções e instalações, seriam automaticamente incorporados ao patrimônio da Petrobras. A interferência era tamanha que o contrato de risco, além de tratar sobre o número de funcionários que cada empresa deveria ter, disciplinava que esta deveria submeter os nomes de seus empregados ao crivo da estatal. Estabelecia, ainda, em uma de suas cláusulas - que “sempre que requisitado pela Petrobras, o contratante deverá imediatamente despedir qualquer pessoa que esteja trabalhando para o contratante...”. Isso significava que nenhum funcionário das empresas que contratavam com a Petrobras, ou mesmo aqueles vinculados às contratadas, poderia gozar de estabilidade no emprego.

Os contratos de riscos foram, portanto, uma resposta do governo brasileiro às pressões pela abertura do setor de petróleo no país, isto é, um influxo de um poder dividido entre os defensores do monopólio e os liberais simpáticos ao capital privado que pagariam qualquer preço para a quebra do monopólio, inclusive o de desrespeitar a Constituição Federal, como de fato ocorreu. Pesaram também a opinião liberalizante que contagiou a imprensa, os economistas e, enfim, tecnocratas, a exemplo de Ueki, Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen. A proposta de quebra disfarçada do monopólio deixou a Petrobras à margem, de modo que os técnicos da empresa não foram ouvidos, muito embora tenham externado em nota oficial - dias antes da definição dos contratos de riscos – sobre a pertinência da manutenção do monopólio estatal. Se o governo estava dividido, a Petrobras estava

¹⁰⁰ Trechos do discurso de Geisel e da nota do MDB estão publicados na obra coordenada por Kucinsky (1977).

¹⁰¹ Cópias do modelo padrão dos contratos de riscos foram publicados pelo Jornal Gazeta Mercantil em 10.10.1974. No anexo da obra coletiva coordenada por Bernardo Kuncinsky (1977) há a reprodução do texto das cláusulas do contrato-padrão.

dominada por forças políticas externas seduzidas pelo canto das empresas estrangeiras.

Muito se falou na imprensa de que os contratos de riscos viriam suprir a falta de recursos da Petrobras. Paradoxalmente, poucos meses antes do anúncio dos contratos de riscos, a empresa planejava investir 300 milhões de dólares no ano de 1975. Outro argumento falacioso consistia em se afirmar que os contratos de riscos possibilitariam mais avanço tecnológico. William Fisher, pesquisador da Universidade do Texas, contratado pelo governo brasileiro para fazer estudos geológicos, na década de 1970, afirmou categoricamente que nenhuma empresa no mundo havia atingido o nível de excelência tecnológica que a Petrobras conseguiu em se tratando de prospecção, perfuração e exploração de petróleo em plataformas submarinas. Não por coincidência, a Petrobras já vinha pesquisando e desenvolvendo suas técnicas na exploração de petróleo em águas profundas desde 1968. Outra tese que os defensores dos contratos de risco defendiam é a de que a entrada do capital estrangeiro poderia permitir uma produção de curto prazo. Tratava-se de um equívoco, visto que, ainda na década de setenta, o prazo compreendido entre a exploração e o processamento comercial de um poço de petróleo levava em média de 6 a 8 anos. As descobertas do Mar do Norte, por exemplo, demandaram oito anos até que o petróleo explorado na região fosse produzido em escala comercial (GOMES, 1977).

A direção e os técnicos da Petrobras ficaram na defensiva e saíram fortalecidos na medida em que os contratos de riscos não emplacaram. Pouquíssimos contratos de riscos foram firmados até 1978, não mais do que duas dezenas. O que antes era um convite ao capital estrangeiro foi repensado pelo governo brasileiro. Em 24 de agosto de 1976, o ministro Ueki foi a manchete de capa da Folha de São Paulo. Ele implorava e convidava as empresas nacionais que procurassem imediatamente a Petrobras para estudar uma possível participação nos contratos de riscos (AS NACIONAIS..., 1976).

Em 20 de março de 1979, o próprio Ueki assumiria a presidência da Petrobras e enfrentaria nesse mesmo ano uma Comissão Parlamentar de Inquérito instituída para investigar a atuação das diretorias das subsidiárias da estatal, acusadas de efetuar gastos duvidosos. Ueki demonstrou que a atividade do petróleo resultava num grau de risco crescente e afirmou que era tempo de a Petrobras voltar-se mais

para a sua produção interna de petróleo e aperfeiçoar mais a sua relação com o setor privado. De fato, Ueki modificou as regras ao abrir espaço para as empresas privadas nacionais, tornando as licitações menos exigentes, notadamente no que se refere ao quesito experiência. Esse afrouxamento permitiu a criação de empresas petrolíferas, tais como a Paulipetro¹⁰², a Odebrecht Perfurações, Montreal Engenharia, etc.

Durante a gestão de Ueki, a empresa aumentou os seus investimentos, elevou a produção, inclusive atingindo o marco dos 500 mil bpd (barris por dia), e se beneficiou da redução do consumo interno graças à utilização de álcool pela população. O sucesso da empresa pode ser aferido por vários indicadores, mas no ano de 1982 dois fatos foram emblemáticos para revelar o vigor da estatal: primeiro, o valor carregado para investimentos na empresa, algo em torno de 4 bilhões de dólares; segundo, o fato de que a Petrobras concedeu empréstimo ao Tesouro Nacional. O crescimento da Petrobras na década de 1980, além não ter sido resultado dos pouco mais de duzentos contratos de riscos existentes no período compreendido entre os governos Geisel e Figueiredo, foi obra da atuação agressiva da gestão da empresa que se voltou para a produção interna e para o aperfeiçoamento de novas tecnologias na prospecção, perfuração e exploração do petróleo.

O fato que mais abalou a credibilidade da direção da Petrobras - na década de 1980 - foi o acidente ocorrido na Vila Socó, localizada em Cubatão-SP. Em 1984, o oleoduto da Petrobras que passava sob a favela rompeu-se e provocou uma explosão que resultou em 93 mortes, conforme dados oficiais, até hoje contestados pelos moradores da região atingida. O fato respingou sobre a imagem da direção da empresa e, em consequência, mudanças foram anunciadas.

O desgaste de quem passou tanto tempo à frente da Petrobras fez Ueki aceitar o convite presidencial para ser Embaixador do Brasil na Comunidade Européia. Foi designado como seu sucessor o Almirante Telmo Dutra de Rezende que, ao tomar posse em 30 de agosto de 1984, já sabia que pouco poderia fazer,

¹⁰² Paulo Maluf, então governador de São Paulo, criou a Paulipetro para realizar pesquisa e explorar petróleo no Paraná. A empresa, além de não atingir o seu objetivo, foi fechada em 1985 com um prejuízo de pouco mais de 400 milhões de dólares.

senão dar continuidade ao trabalho de Ueki. Afinal, a sucessão presidencial ocorria num clima de alterações que viriam com a chamada Nova República.

O advento da Nova República foi marcado pela eleição indireta e morte de Tancredo Neves. O mineiro sequer chegou a tomar posse, de modo que Sarney – como vice-eleito – tornou-se de fato e de direito o primeiro presidente da Nova República. Para a Petrobras, o novo Chefe do Executivo designou Hélio Beltrão, nome este já cogitado para o cargo pelo PMDB. Beltrão tomou posse em 21 de março de 1985 e sua gestão foi marcada pelo atrelamento da política da empresa aos objetivos de curto prazo da equipe econômica do governo federal.

Beltrão buscou o diálogo aberto com os trabalhadores. Oitocentos e sessenta e quatro foi o número de trabalhadores entre os anistiados e reintegrados durante a sua gestão. Todavia, a política de preços administrados e a inadimplência dos órgãos estatais para com Petrobras revelaram o tamanho da catástrofe. A empresa pagava em dólares pelo petróleo importado e era obrigada a vender os derivados por preços previamente tabelados pela equipe econômica. No plano interno, o Proálcool também passou a gerar déficits para a Petrobras na medida em que esta tinha a função de comprar e estocar o produto, independentemente da demanda existente, para revendê-lo com preços inferiores e congelados.

Essas dificuldades políticas e administrativas enfrentadas pela Petrobras, na segunda metade da década de 1980, foram utilizadas como pretexto pelos governos neoliberais que, na década seguinte, implementaram a reestruturação produtiva no setor de petróleo, no Brasil, conforme se verá adiante.

4.7 Construindo as bases da reestruturação produtiva: a fragilização da resistência dos petroleiros e a quebra do monopólio

Até o início da década de 1990, a relação entre o capital e o trabalho, no âmbito da Petrobras, foi marcada pelo caráter nacionalista, segundo o qual a empresa concitava os seus funcionários a se sentirem como colaboradores de um grande projeto de nação. Segundo Alveal (1994), isso foi decorrência da forma como a corporação conseguiu catalisar a sua importância política entre os seus

trabalhadores e dimensioná-la para espaços que serviam de proteção às investidas ora do setor privado ora do próprio Estado. Esses espaços consolidaram-se a partir da integração da empresa verticalmente, com a criação de subsidiárias que a colocavam como um eixo de estruturação do setor privado nacional. Desse modo, a Petrobras desenvolveu em torno de si um bloco de interesses e atividades, públicos e privados, formando um conglomerado empresarial de estrutura complexa e com um volume de investimentos que praticamente dificultava qualquer mudança de rota num curto prazo.

A habilidade da Petrobras para “conciliar” interesses caracterizou o que Scaletsky (2003) chamou de bifacialidade ou bifrontismo da empresa, traço que serviu para se estabelecer uma relação de controle sobre a ação dos trabalhadores, de modo a se tentar dissimular a luta de classes no âmbito da empresa.¹⁰³ Essa relação foi construída observando-se, porém, diferenciações históricas. Oliveira ressaltava, por exemplo, que algumas empresas instaladas no Nordeste, sob o aval da SUDENE, foram vistas como generosas corporações que teriam descentralizado as suas atividades – até então focalizadas no sul-sudeste – com o propósito de trazer o desenvolvimento regional. “O discurso nordestino se junta ao discurso ‘nacionalista’ da Petrobras, e a soma dos dois produz na verdade um mascaramento das relações interclassistas.” (OLIVEIRA, 2003b, p. 65).

Oliveira, ao analisar a presença da Petrobras na Bahia, identificou, já na década de 1970, um grupo de trabalhadores da estatal que, percebendo salários elevados para os padrões locais, auto-isolavam-se em relação à sua classe. Os petroleiros, portanto, “acomodaram-se” sob o *status* cívico e patrimonial, na medida em que receberam benefícios trabalhistas diferenciados em relação à média dos demais trabalhadores do país. Essa dupla “acomodação” funcionou como uma espécie de biombo utilizado pelo regime militar para tentar ofuscar a importância da luta de classes.

¹⁰³ “A pergunta sobre quem é o dono e quem é o patrão vai percorrer praticamente toda a estrutura hierárquica da empresa durante esse período. O compartilhamento dessa dúvida entre os técnicos-gerentes e os sindicalistas é um componente para explicar o significado do ‘trabalhar’ na Petrobras. O fato de ser trabalho submetido a capitais de propriedade do Estado, atribui a ele – o trabalho – uma face eminentemente política. A diferença de inserção dos atores, no entanto, nos conduz a duas dimensões do problema: a dimensão político-gerencial e a dimensão político-sindical.” (SCALETSKY, 2003, p. 82)

No caso dos petroleiros, o próprio fato de terem um sindicato por empresa inibiu a perspectiva de se trabalhar como uma classe homogênea. O *status* de ser petroleiro impregnou-se fortemente na construção da identidade dos trabalhadores da Petrobras. Com efeito, a empresa, além de referência da “auto-estima” nacional, passou a ser fundamental para os trabalhadores que a viam como uma possibilidade efetiva de mobilidade social ascendente. O sindicato, ao não enfatizar uma relação entre explorador e explorado, colocou como elemento principal do seu discurso a defesa do projeto nacional de afirmação da soberania como sinônimo de fortalecimento da Petrobras enquanto patrimônio do povo brasileiro. Nesse sentido Oliveira (2003b, p. 64) afirma que a “[...] Petrobras jamais estará presente no discurso interclassista como o sujeito de um capital. Nada se reivindica contra ela, mas a favor dela.” A concepção de Oliveira parece não ter se confirmado diante das condicionalidades que os petroleiros enfrentaram na década de 1990. Nesse período, a luta dos petroleiros¹⁰⁴ evidenciou o confronto de interesses, em relação à empresa, à medida que o governo Fernando Collor, dando ênfase à orientação neoliberal, aprofundou as medidas para privatizar as estatais¹⁰⁵, inclusive a Petrobras.

Em 1990, o governo Collor contratou a “Consultoria CS Firston Boston” que elaborou um Plano Diretor de Privatização contemplando inicialmente os setores de siderurgia, petroquímica, fertilizantes e energia elétrica. O novo presidente da Petrobras, Motta Veiga (1990), anunciou em entrevista ao jornal O Globo que, até 18 de julho de 1990, demitiria 25% do pessoal da Petrobras, ou seja, 16.056 pessoas. Disse, ainda, que essa seria uma exigência de Collor. A AEPET (1990) rebateu Veiga e iniciou campanha pública para informar que no período 1980/1989 as produções de óleo e gás cresceram, respectivamente, 228,16% e 177,37%, enquanto o número de empregados cresceu apenas 24,47%, assim mesmo muitos

¹⁰⁴ Um precedente do poder de organização dos petroleiros ocorreu em 1983. Neste ano, o novo sindicalismo petroleiro afirmou-se na greve dos trabalhadores da Refinaria do Planalto (REPLAN), em Paulínia, e de Mataripe, na Bahia. Os petroleiros protestavam contra a disposição da empresa retirar a estabilidade no emprego e reduzir o número de efetivos. Como represália, o exército invadiu as refinarias e a empresa demitiu 341 trabalhadores.

¹⁰⁵ O governo Collor optou por privatizar inicialmente as empresas menores ou as que julgava serem menos rentáveis. Criou o Plano Nacional de Desestatização (PND), cujo objetivo primordial era o de reordenar à iniciativa privada atividades tidas como inadequadamente exploradas pelo setor público. Em 1991, privatizou a USIMINAS, empresa estratégica para a indústria de base nacional. Nesse período foram privatizadas a Álcalis do Rio Grande do Norte, a Fosfertil e a Goiásfertil. Foram extintas, ainda, a Interbras e a Petromisa, empresas do grupo Petrobras.

trabalhadores contratados eram vinculados às prestadoras de serviços. Ainda no ano de 1990, a empresa Booz Allen apresentou ao governo Collor um plano para fatiar a Petrobras em segmentos autônomos, passo considerado importante para uma futura privatização.

Em 1992, foi criada a ASSEME (Assessoria de Modernização Empresarial), que tinha por finalidade planejar a execução do processo de reestruturação na Petrobras. A ASSEME era chefiada por Carlos Alberto Novaes, consultor da empresa *Arthur de Little*¹⁰⁶, que apresentou um modelo de reestruturação produtiva o qual projetava a Petrobras no ano de 2005 com apenas 17 mil empregados (VIDAL; VASCONCELLOS, 2001). Foi em tal período que se resolveu dar início à tentativa de privatizar a petroquímica e o setor de fertilizantes, bem como se colocou em prática um processo aberto de demissões na empresa.

O planejamento na reestruturação da empresa ficou em aberto provisoriamente em razão do *impeachment* de Collor, que levou à presidência o vice Itamar Franco.¹⁰⁷ Foi no final da gestão deste que os petroleiros fizeram uma greve reivindicando o reajuste salarial de 108%, porém, não houve acordo, uma vez que a Petrobras ofereceu 13% de reajuste. O TST apreciou o dissídio coletivo, decretou a ilegalidade da greve, multou o sindicato dos petroleiros em mais de 2 milhões de reais e autorizou um reajuste inferior ao que constava da proposta da Petrobras. Após negociações políticas com os petroleiros, o presidente Itamar comprometeu-se a anular as 60 demissões existentes em decorrência da greve.

O caso teve outro desfecho a partir do momento em que FHC (Fernando Henrique Cardoso)¹⁰⁸ assumiu a presidência do Brasil, em 1994. Desde os primeiros dias da nova gestão, a Petrobras manteve o seu propósito de não cumprir o acordo

¹⁰⁶ *Arthur de Little* foi a corporação que vendeu à Petrobras um projeto de reestruturação administrativa baseado em unidades de negócios autônomas e competitivas entre si.

¹⁰⁷ Itamar Franco, embora se auto-afirmasse nacionalista, deu prosseguimento ao processo de desestatização e conseguiu vender mais dezessete empresas, entre as quais duas consideradas simbólicas para o país, a EMBRAER e a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), e duas empresas importantes pertencentes ao grupo Petrobras: a Ultrafértil e a Petroquímica União.

¹⁰⁸ Sob o governo de FHC, as vendas de estatais atingiram o seu apogeu, inclusive com a comercialização de uma empresa simbólica para o país, a Companhia Vale do Rio Doce, leiloadada por 3,34 bilhões de reais, mesmo depois de o governo deparar-se com uma turbulenta manifestação popular, pelas ruas do Rio de Janeiro, contrária ao leilão. Entre 1995 e 2002, o governo FHC conseguiu arrecadar aproximadamente 93,5 bilhões de dólares como resultado das privatizações. Ainda assim, a dívida líquida do setor público durante o seu governo quase dobrou, ou seja, saiu de 30,4% do PIB, em 1994, e atingiu 59,9%, em 2002. Boa parte dessa dívida foi avolumando-se num contexto de uma política cambial que supervalorizou o real e elevou as taxas de juros, tornando o país sensível à especulação dos mercados internacionais durante as crises da Ásia, do México e da Rússia (MEDINA, 2002; BILLI, 2002).

feito com o governo. Como as negociações não avançaram, a categoria, então, resolveu retomar a greve em maio de 1995.

As campanhas salariais da década de 1990 e, em particular, a greve de 1995 representaram um ciclo de afirmação das lutas dos petroleiros. Tais movimentos contribuíram, não apenas para desmascarar a tese da inexistência de classes na relação entre os trabalhadores e a empresa, mas sobretudo para contemplar o peso do elemento histórico a precipitar a experiência de classe.¹⁰⁹ A falta de gás de cozinha, em decorrência da greve de 1995, provocou mal-estar na população. Diante dos visíveis sinais de desgaste do movimento paredista, a categoria resolveu encerrar a greve no final de maio. O episódio contribuiu para o governo colocar em pauta a discussão sobre a impertinência do monopólio estatal do petróleo. No ano seguinte, o Legislativo aprovou a Emenda que retirava a exclusividade da Petrobras para a exploração do petróleo em solo brasileiro.

Em 1997, David Zylberzstajn assumiu a direção da ANP com o propósito de materializar a quebra do monopólio da exploração de petróleo no Brasil. Para isso exerceu pressão sobre a Petrobras, chegando a licitar para terceiros as áreas reservadas anteriormente à estatal brasileira. Os licitantes privados ofertaram um ágio de 53.000% em relação a essas áreas, fato que suscita a suposição de que ou as áreas foram mal avaliadas ou houve má-fé de quem pretendia quebrar o monopólio a qualquer custo.

Com a Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, que flexibilizou o monopólio do petróleo, foi permitida a venda de 31,7% das ações ordinárias da Petrobras, de modo que a União ficou com metade mais um do total de ações. A expectativa do governo ao promover a abertura do setor de exploração de petróleo era reduzir a importação do combustível, fator que pesava na balança comercial brasileira. Desse modo, o próprio governo deu um ultimato à Petrobras para que a mesma explorasse as suas reservas em até três anos, enquanto as demais empresas tinham nada menos do que oito anos para a exploração das jazidas.

¹⁰⁹ “A experiência de classe é determinada em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classes é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. [...] A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final esta é a única definição.” (THOMPSON, 1987b, p. 10-12).

Diante do prazo exíguo e para não perder uma reserva estratégica, a Petrobras apressou-se em explorar a produção no Campo de Roncador-RJ. Para isso comprou uma plataforma, a P-36, que foi originalmente projetada para fins de perfuração, e não de exploração. A adaptação da referida plataforma foi realizada no exterior, de modo que os empregados da Petrobras não participaram da pré-operação¹¹⁰ da P-36¹¹¹. Esse detalhe foi apenas um dentre os fatores que contribuíram para a ocorrência do acidente que resultou em três explosões na plataforma e na morte de onze trabalhadores.

Em face do episódio da P-36, houve a constituição de uma comissão para estudar os impactos da terceirização no âmbito da Petrobras e a criação de uma CPI pela ALERJ (Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro). Conforme o relatório da ALERJ (2006), a CPI concluiu que, além do pouco investimento das subcontratadas em medicina, higiene e segurança do trabalho, há o despreparo dos petroleiros terceirizados da Petrobras e a precarização das condições de trabalho no âmbito do setor de petróleo.

Até aqui se buscou demonstrar o modo como o setor de petróleo e a Petrobras articularam-se com o desenvolvimento das crises do modo de produção capitalista. Dos fatos analisados, conclui-se que a Petrobras conseguiu consolidar-se inicialmente como protagonista do mercado e como mediadora dos interesses capitalistas. Porém, essa mediação – a partir da década de 1990 – intensificou-se com o direcionamento da empresa para atrair o capital transnacional. A nova rota trouxe reflexos no plano das relações de trabalho, implicando em precarização das condições de trabalho. Desse modo instalou-se em torno da empresa um momento novo, o qual Lucena (2004, p. 113) batizou de “tempos de destruição”, tempos “que colocam os homens em disputa entre si não mais por melhores salários ou conquistas sociais, mas pelo direito de venda de sua força de trabalho.” É sob o eixo

¹¹⁰ Antes da conclusão de uma plataforma de exploração de petróleo há a chamada pré-operação, fase que ocorre nos últimos seis meses de fabricação da mesma. Durante tal período, os empregados da empresa de petróleo devem acompanhar os detalhes da construção da plataforma. Com isso eles se familiarizam com as suas especificidades técnicas, interferem nos ajustes e tomam conhecimento de peculiaridades importantes na construção da plataforma.

¹¹¹ A P-36, pesando 32,4 mil toneladas e com altura equivalente a um prédio de quarenta andares, era considerada a maior plataforma de petróleo do mundo em capacidade produtiva, pois era responsável pela exploração de 180 mil barris diários (6% da produção nacional) e pela extração de gás natural suficiente para abastecer o Estado do Rio de Janeiro.

das condicionalidades desses novos tempos que se verifica a reestruturação produtiva na Petrobras, conforme se verá no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 5. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O SETOR DE PETRÓLEO NO RN

Neste capítulo será analisado como o processo de reestruturação produtiva se estabeleceu no contexto brasileiro e se articulou com o plano local, destacando-se que no Rio Grande do Norte as mudanças produtivas foram “facilitadas” em razão do reduzido custo da força de trabalho e da presença do Estado, na medida em que este proporcionou favores fiscais às empresas e realizou investimentos em infraestrutura. O objetivo aqui é demonstrar que esse processo, em relação ao setor de petróleo, além de ter sido articulado simultaneamente nos planos nacional e local, consistiu em alterações nas técnicas de gestão da produção e da força de trabalho, com a introdução de novas tecnologias, a redução do número de trabalhadores efetivos, a crescente utilização de força de trabalho terceirizada e, por fim, a precarização das condições e das relações de trabalho.

5.1 O contexto brasileiro

O tema da reestruturação produtiva será enfocado aqui como o resultado dos desdobramentos das condicionalidades objetivas que marcam o conflito entre o capital e o trabalho. A análise será realizada dando-se relevância às semelhanças e às diferenças que marcaram as modificações no setor produtivo do petróleo.

Segundo a sugestão de Toledo (2000), o presente estudo buscará apontar inicialmente que a reestruturação produtiva no Brasil não foi igual a que ocorreu nos chamados países centrais, tendo em vista que aqui não existiram um fordismo, um Estado de bem-estar social e um estatuto de direitos trabalhistas nos mesmos moldes dos adotados nos EUA, Japão e Europa. Em comum há o fato de a reestruturação produtiva aqui se inserir no contexto da luta de classes¹¹² e da

¹¹² Segundo Toledo (2001), os modelos teórico-explicativos predominantes, em relação à reestruturação produtiva, enfatizaram até então mais os aspectos negociais das mudanças no mundo do trabalho, colocando num segundo plano o contexto histórico dos conflitos de classe. Para o citado autor, os principais modelos teóricos sobre a reestruturação produtiva dividem-se em duas correntes,

multifacetada flexibilidade capitalista, categoria esta que, além de corresponder a uma característica do modo de produção vigente (ARRIGHI, 1996b), reporta-se às práticas de adaptação dos processos organizacionais e atores à instabilidade dos mercados, possibilitando a integração de diferentes sistemas produtivos.

Para Salerno, o vínculo existente entre a reestruturação produtiva e o capitalismo demanda a flexibilidade que os cerca. Esta categoria analítica designa as inovações que se verificam no âmbito e no interior da estrutura e dos processos organizacionais e de trabalho, nas relações entre empresas e na esfera da gestão da produção e do trabalho. O autor citado conceitua a flexibilidade como sendo “a habilidade de um sistema para assumir ou transitar entre diversos estados sem deterioração significativa, presente ou futura, de custos, quantidade e tempos.” (SALERNO, 1995, p. 62).

A tipologia proposta por Salerno engloba as seguintes dimensões da flexibilidade: estratégica; de volume; de *mix*; para operações sazonais; para suportar o mau funcionamento do sistema produtivo; para suportar erros de previsão; e social extra-empresa. Esta última forma de flexibilidade é a que está mais enfocada no presente estudo, por estar voltada para o âmbito da legislação e da regulamentação social e sindical, reportando-se, portanto, às condições de contratação. Bresciani propõe que a flexibilidade seja enfocada tendo em conta não apenas o âmbito da disputa (global, internacional, nacional, regional, fábrica) ou a entidade sindical envolvida (central, nacional, confederação, federação, sindicato, comissão de fábrica, consórcio de entidades), mas dando-se ênfase ao “tipo de flexibilidade em questão; ao tipo de negociação/ação [unilateral, bilateral, tripartite, multipartite] e ao enfoque e características da ação sindical...” (BRESCIANI, 1997, p. 90).

O Brasil se ressentia de ter uma reestruturação produtiva consolidada de forma tardia, ou seja, quando os países centrais estavam submetidos às transformações econômicas, na década de 1980, notadamente no setor produtivo, o Brasil ainda se deparava com as metamorfoses no focalizado campo da política, isto é, com a movimentação da sociedade pela redemocratização do país, a campanha das “Diretas já”, as primeiras ações do Novo Sindicalismo, o fim da ditadura nas fábricas, etc. Mesmo com todas as reformas políticas que se configuraram com a

a segmentacionista e a pós-fordista, sendo que esta se subdivide em três vertentes: a regulacionista, a especialização flexível e o neoschumpeterianismo.

nova Constituição promulgada em 1988, manteve-se a mesma legislação trabalhista dos tempos do presidente Getúlio Vargas, inclusive a compulsoriedade do imposto sindical e a unicidade. Uma explicação para essa reestruturação tardia talvez venha do fato de que no Brasil, diferentemente do que ocorreu na Europa, o poder de resistência sindical manteve-se persistente, porém, no contexto de uma economia relativamente fechada. Nesse sentido, Leite (1997, p. 17) explicita que, na década de 1980, o movimento sindical brasileiro conquistou “uma capacidade de intervenção política inédita na história do país, quando em nível internacional, os sindicatos viviam um processo generalizado de enfraquecimento.”

A forma de inserção do Brasil no comércio internacional, a partir de 1990, fez com que a indústria nacional fosse submetida a um processo de reestruturação em busca de competitividade. A década de 1990 ficou marcada também pela maior incidência de negociação direta entre patrões e empregados. Nessa trilha explicativa, Castro (1997) entende que as câmaras setoriais foram importantes como experimento que antecipou a possibilidade de negociação direta.

Na década de 1990, as negociações diretas no local de trabalho passaram a ser uma alternativa para se obter o engajamento dos trabalhadores. Assim, as empresas buscaram garantir a implantação de programas de “modernização empresarial” visando o aumento da produtividade e da competitividade.

A reestruturação produtiva consiste no conjunto de inovações tecnológicas e organizacionais que afetaram os processos de gestão da produção, da força de trabalho e das relações entre as empresas, visando o aumento da competitividade, da flexibilidade produtiva e dos índices de produtividade. A consolidação dessas inovações ocorreu a partir da década de 1980, período em que as mesmas foram articuladas com as medidas neoliberais adotadas pelos governos da Inglaterra e dos EUA.

No Brasil, a reestruturação produtiva deve ser compreendida em suas três diferentes etapas, conforme preleciona Márcia de Paula Leite. A primeira etapa, iniciada no final da década de 1970, coincidiu com a implantação dos CCQs (círculos de controle da qualidade). Aqui o modelo japonês foi pervertido, “brasilianizado”, pois sequer chegou a romper com o “padrão fordista”. Os CCQs foram utilizados mais com o intuito de desintegrar a resistência sindical. As inovações não emplacaram em grande parte devido à resistência no plano das gerências e à

postura autoritária capitaneada por aqueles que não admitiam a quebra dos graus hierárquicos. A segunda etapa se caracterizou pela inovação tecnológica e pelas novas formas de organização do trabalho adotadas pelas empresas. Foi o período em que se difundiram as MFCN (máquina ferramenta comando numérico), os robôs, os sistemas CADs, o *just-in-time* e o CEP (controle estatístico de processos). Os maiores entraves dessa etapa foram o baixo nível educacional do trabalhador e a recusa das empresas em alterar as relações de poder. Em muitos casos, os patrões sequer aceitavam a idéia de que o trabalhador deveria participar do processo de concepção do produto. Pelo menos, nessa etapa ficou evidente que a rotatividade no emprego era incompatível com a boa formação do trabalhador. A terceira e última etapa, a do engajamento pela modernização empresarial, foi motivada pela crise econômica e pelo processo de abertura comercial promovido pelo governo Collor. Por um lado, as empresas articularam as novas tecnologias gerenciais¹¹³ e a defesa da qualidade na produção, com o que os sindicatos “colaboraram” negociando os ajustes necessários. Por outro lado, elas adotaram a terceirização, implementaram os programas de desligamento voluntário¹¹⁴ e demitiram em massa, atingindo principalmente os trabalhadores de baixa escolaridade e os que tinham mais de 40 anos, inclusive os mais experientes e politizados. Essas medidas contribuíram para fragilizar a atuação sindical e para evidenciar a contradição das empresas, visto que estas cobravam o envolvimento dos trabalhadores e, simultaneamente, negavam-se a negociar os níveis de reestruturação das condições internas de produção e de trabalho (LEITE, 1994a).

O conjunto dessas etapas mencionadas por Leite, denota que o processo de reestruturação produtiva no Brasil não se deu historicamente de modo uniforme em todos os setores da economia. Nos mais modernos, como no automotivo do ABC, os trabalhadores mantiveram, em parte, as suas conquistas, enquanto em outros, a exemplo do setor calçadista, tiveram a redução de direitos. A reestruturação afetou as categorias que tinham sindicatos pouco combativos e que integravam setores

¹¹³ As novas tecnologias trouxeram uma linguagem nova recheada de valores humanísticos, visando a cooptação dos trabalhadores no chão da fábrica em relação aos novos processos de trabalho. Novas palavras-chave foram introduzidas, tais como “envolvimento, participação, cooperação, eficiência, satisfação, responsabilidade, produtividade.” (Druck, 1999, p. 188).

¹¹⁴ Os programas de desligamento voluntário são comumente chamados de PDV (Programa de Demissão Voluntária) e de PAI (Plano de Aposentadoria Incentivada).

fortemente abalados pelas mudanças decorrentes do processo de abertura da economia à concorrência internacional. Essa reestruturação produtiva afetou também a economia potiguar. As suas condições e implicações, no plano local, serão desenvolvidas no item a seguir.

5.2 Reestruturação produtiva no RN

Nesse item há o propósito de caracterizar a reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte, dando-se ênfase ao perfil da força de trabalho e à presença do Estado no direcionamento da economia local. Não há de ser feito aqui um relato sobre a história econômica do RN, posto que o objetivo é compreender a articulação da economia local com o desenvolvimento do setor de petróleo, no Rio Grande do Norte. Essa articulação deve ser relativizada, haja vista que – conforme se verá mais adiante - as transformações produtivas na Petrobras apresentaram uma dinâmica mais nacional do que local, em face do seu programa de reestruturação obedecer as diretrizes traçadas nacionalmente pela direção da estatal.

Na década de 1980, período em que a Petrobras começou a intensificar as suas atividades no Estado, a economia do RN vivia sob os reflexos da decadência da cultura do algodão e do revigoramento do setor salineiro, reestruturado a partir da década de 1970, além de incipientes resultados nas atividades têxtil e mineradora.

Desde as décadas de 1950 e 1960, a concorrência do algodão paulista levou o governo do Rio Grande do Norte a estimular a instalação de uma indústria têxtil local, capaz de absorver a produção agrícola interna (MONTEIRO, 2002; CLEMENTINO, 1987). Paulatinamente, a cultura do sal transformou-se numa alternativa devido às peculiares condições climáticas da região, principalmente os baixos índices pluviométricos, as elevadas temperaturas e as constantes correntes de vento. Porém, a contribuição decisiva para o setor salineiro veio das iniciativas governamentais. Entre as décadas de 1940 a 1970, foram concedidas isenções fiscais e empréstimos, às empresas do setor salineiro, para viabilizar a mecanização das salinas e a aquisição de novas embarcações para o escoamento da produção de sal.

A partir da década de 1970, o setor salineiro transformou radicalmente o modo de produção de sal, substituindo a chibanca, a pá e o carro-de-mão por equipamentos mecânicos (esteira, colhedeira, lavadora, empilhadeiras, etc). A modernização das salinas representou o fechamento de postos de trabalho. Assim, o serviço feito por um mil (1.000) operários que utilizavam manualmente a pá para afofar e colher o sal foi substituído pelo serviço de apenas um (1) trabalhador que operava a colhedeira mecânica. O terminal salineiro de Areia Branca, inaugurado em 1974, contribuiu para o escoamento do sal do Estado (COSTA, 1991). O aumento da produtividade e da produção durante o período de 1950 a 1983 demandou uma mudança até no tipo das embarcações utilizadas, conforme o quadro a seguir:

Período	Tipo de embarcação	Capacidade	Número de Operadores
Décadas de 1950-1960	Alvarenga	60 toneladas	08
Década de 1970	Grandes barcas	600 toneladas	04
1983	Superbarcas	1000 toneladas	02

Quadro 3 – Mudanças nas embarcações – setor salineiro.
Fonte: Silva, 2004.

Outras culturas foram estimuladas pelo governo na década de 1970, principalmente sisal, mandioca, cera de carnaúba, caju, mamona, couros e peles, laticínios, pesca industrial etc, mas o algodão continuou sendo alvo de incentivo, embora a oscilação dos preços deste produto no mercado internacional tenha provocado o fechamento das grandes empresas multinacionais que atuavam no Estado. Assim, por exemplo, a Cook & Cia S/A desativou seis usinas; a Anderson Clayton e outras grandes empresas também fecharam as portas e venderam as máquinas para pequenos e médios produtores locais. O governo estadual, com o apoio da SUDENE, também incentivou os setores de mineração e o têxtil. Foi nesse período que surgiram grandes fábricas como a Guararapes e a Soriedem. Os investimentos privados, capitaneados pela ação estatal, tiveram como grande atrativo o baixo custo da força de trabalho nos setores têxteis, de mineração e de fruticultura. Embora a década de 1970 tenha sido marcada por secas sucessivas e desemprego, o Rio Grande do Norte destacou-se como o maior produtor nacional de scheelita e diatomita, apresentando ainda relevante produção de calcário e de caulim (SANTOS, 2002; CLEMENTINO, 1987).

Para driblar a crise que assolava a agricultura, na década de 1970, o governo do Estado voltou-se para a modernização da produção das empresas do setor

primário. Incentivou projetos de industrialização, concedendo benefícios fiscais para fábricas de óleo de mamona (Grupo Salha), de sabonetes (Dubom S/A), de beneficiamento de caju e de castanha (Maisa), de produtos plásticos (PLANOSA), de embalagens industriais (INCARTON), etc. Para atender o grande fluxo de trabalhadores que chegava às cidades foram construídas unidades residenciais que eram adquiridas via INOCOOP e COHAB (SANTOS, 2002) e que assim contribuíam para baixar mais ainda o custo da reprodução da força de trabalho emergente na indústria potiguar. Esse período da década de 1970 ficou marcado pelo êxodo rural, conforme sinaliza a tabela que segue:

Tabela 2 – PEA do RN (pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade).

Ano	Setor primário	Setor secundário	Setor Terciário	Total*
1980	252.946	97.598	224.525	575.069
1991	214.181	151.075	418.865	784.121
2000	205.132	155.526	551.300	911.958

* Por uma questão de expansão metodológica adotada pelo IBGE, as diferentes tabelas da PEA podem apresentar uma diferença, oscilando entre 10 a 15 pessoas, no total de ocupados.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base nos Censos Demográficos (IBGE, 1980; 1991; 2000).

No período de 1980-1990, o Brasil era o país da América do Sul com o menor custo da força de trabalho. Em 1990, 50,9% dos trabalhadores do Nordeste recebiam até 01 salário mínimo enquanto a média nacional era de 32,4% (DIEESE, 1993). Nesse período, o Estado do RN presenciou um forte crescimento dos setores secundário e terciário. Os dados da tabela anterior demonstram que no Rio Grande do Norte, entre os anos de 1980 e 1991, a força de trabalho do setor industrial cresceu aproximadamente 55% enquanto a do setor primário encolheu 15,32%.

Enquanto a reestruturação produtiva e a liberalização da economia se verificavam no âmbito nacional, o governo do RN – ao tempo que estimulava a mecanização das lavouras – redirecionou o foco para a intensificação do processo de industrialização e empreendeu uma corrida para atrair investimentos baseando-se na propaganda de quatro fatores, a saber: as potencialidades locais (matéria-prima, posição geográfica, riquezas minerais, clima semi-árido tropical com suas 3500 horas/ano de sol, logística etc); o baixo custo da força de trabalho; a qualificação dos trabalhadores potiguares; e, por fim, as vantagens fiscais para as empresas.

Na década de 1990, o setor industrial potiguar recebeu considerável impulso devido à criação do PROADI (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial). Esse incentivo governamental permitiu às indústrias tomarem por empréstimo o valor que teriam de recolher a título de ICMS (imposto sobre circulação de mercadoria). O valor desses empréstimos, que ultrapassou os 37 milhões de reais, poderia ser pago em prestações amortizáveis no prazo de 10 a 15 anos, a juros de 3% ao ano. A Petrobras foi a empresa que mais se beneficiou do PROADI, ao receber incentivos fiscais para comercializar seus produtos finais ante o compromisso de investir na produção e transformação do petróleo em derivados (CAVALCANTI; FERREIRA, 2002). Destaque-se, porém, que até o final da década de 1990, a atuação da Petrobras¹¹⁵ no RN contribuiu para o crescimento médio do PIB estadual acima da taxa média da região Nordeste e do Brasil:

Tabela 3 – PIB (RN, NE e BR).

	1970-80	1980-90	1990-99
RN	10,3	7,4	4,2
NE	8,7	3,3	3,0
BR	8,6	1,6	2,5

Fonte: IBGE (2003).

Os dados da tabela 3 denotam o desenvolvimento econômico do RN nas últimas décadas, mas isso não se traduz em melhores índices de desenvolvimento social, na medida em que o Estado tem a quinta maior taxa de mortalidade infantil do Brasil (43,2 crianças a cada mil nascidas vivas) e tem 23,7% da população de analfabetos (IBGE, 2003; 2004).

Durante a fase da reestruturação produtiva, os fatores de atratividade apresentaram um peso relativo na medida em que as potencialidades econômicas do Nordeste não eram uma exclusividade apenas do RN. A qualificação dos trabalhadores também não se constitui em diferencial, tendo em vista que o

¹¹⁵ O primeiro poço de petróleo foi perfurado no RN em 1956, no município de Grossos. Porém, somente em 1976 a Petrobras instalou-se definitivamente no Estado para iniciar a sua produção no campo de Ubarana, cuja perfuração tinha ocorrido há cerca de três anos. O potencial desse campo levou a empresa a intensificar suas pesquisas que culminaram com a descoberta do campo terrestre de Mossoró, em 1979. Ainda neste município, em 1985, foi descoberto o campo do Canto do Amaro que se constitui atualmente no maior campo produtor de petróleo em terra do país.

trabalhador potiguar tem uma escolaridade precária, conforme noticiam os índices históricos dos Censos Demográficos do IBGE:

Tabela 4 – PEA do RN - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupos de anos de estudo.

	1980	1991	2000
Total da PEA	595.171	784.131	911.958
Sem instrução e menos de 01 ano	272.577	221.325	118.563
1 a 3 anos	114.625	157.095	190.417
4 a 7 anos	121.815	184.513	233.267
8 a 10 anos	35.615	72.462	116.356
11 a 14 anos	37.205	109.400	187.209
15 anos ou mais	12.919	37.632	52.721
Não determinado	415	1.704	13.425

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base nos Censos Demográficos (IBGE, 1980; 1991; 2000).

O Rio Grande do Norte continua a ser um dos líderes nacionais em analfabetismo. Não por acaso 25,4% dos seus jovens entre 15 e 19 anos não sabem ler e escrever (IBGE, PNAD 2004). O nível de renda da maioria da população e o custo da força de trabalho, historicamente baixos no Estado, contribuíram para atrair novas empresas. A remuneração regional do trabalhador está abaixo da média nacional. No Estado do RN essa média é historicamente menor do que a renda média do trabalhador da região Nordeste, conforme se observa do gráfico a seguir:

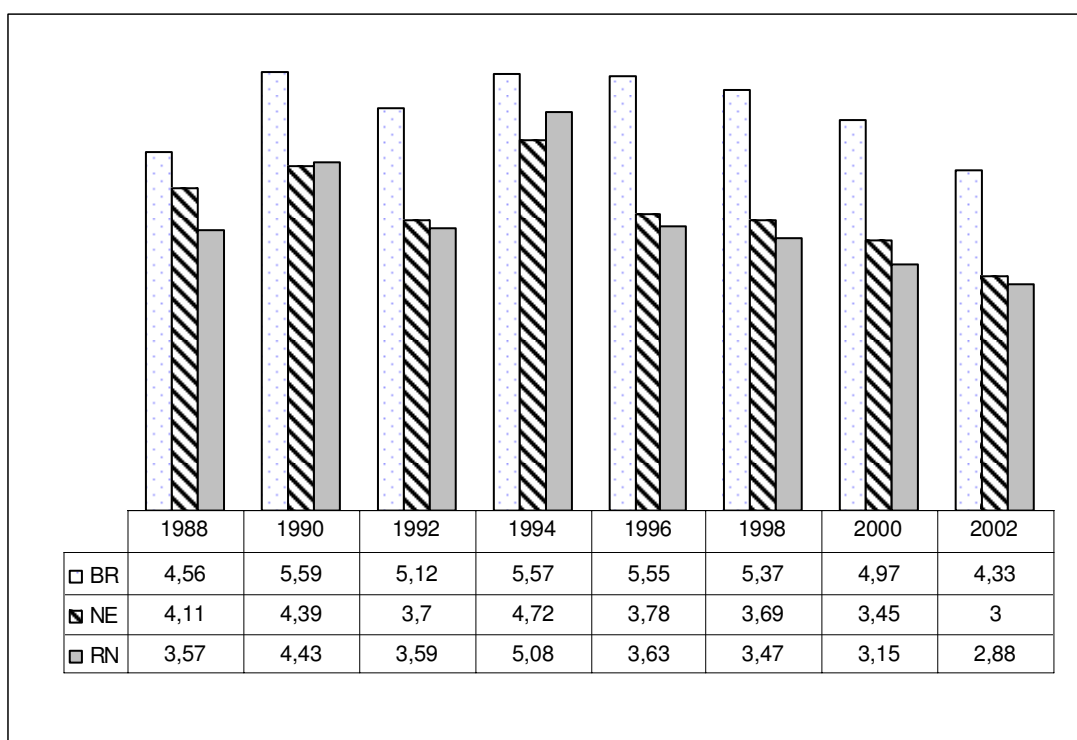


Gráfico 1 – Remuneração média em salários mínimos (Brasil, NE e RN).

Fonte: MTE-RAIS. 1988. 1990. 1992. 1994. 1996. 1998. 2000 e 2002

A situação da renda do trabalhador no Rio Grande do Norte continua refletindo um quadro de baixos salários e de alta concentração de renda. Isso significa que 55,9% dos trabalhadores recebem até um salário mínimo e apenas 18% recebem acima de dois salários mínimos, conforme aponta o gráfico adiante:

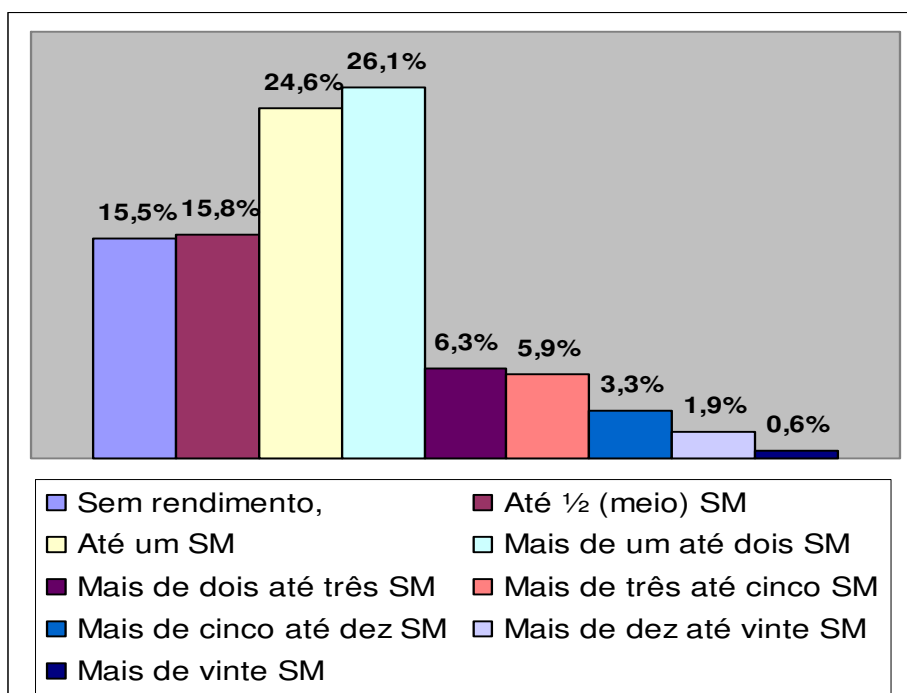


Gráfico 2 – Rendimento – PEA do RN, em 2004, com base no salário mínimo. Pessoas de 10 ou mais anos economicamente ativas. Fonte: PNAD, 2004.

O baixo custo da força de trabalho, o precário nível de instrução dos trabalhadores, bem como o baixo nível de organização e de politização dos seus interesses categoriais, foram fatores cardeais que facilitaram as transformações e inovações da economia potiguar com o evento da reestruturação produtiva dos anos 90. Essas transformações poderão ser ilustradas, de modo breve, tendo-se em conta as mudanças ocorridas nos setores têxtil-vestuário e bancário.

A reestruturação produtiva no setor têxtil-vestuário do RN foi antecedida pela chegada dos grandes grupos empresariais na segunda metade da década de 1980. Em 1985, a Coteminas S.A adquiriu da Seridó S.A., as instalações e os equipamentos de produção. O processo de gestão da força de trabalho utilizado por essa empresa resultou no corte de 70% do pessoal. No universo de 1800 trabalhadores, 540 foram selecionados dentre os que tinham uma “ficha limpa” e que não tivessem parente trabalhando na empresa. No caso da mão-de-obra feminina deu-se preferência às que não tivessem filhos. Mesmo operando com os velhos

equipamentos, alguns inclusive com mais de 10 anos de uso, a nova gerência pela intensificação do ritmo de trabalho obteve sensíveis melhoras nos índices de produtividade até fins da década de 1980.

A reestruturação produtiva implementada no setor, na década de 1990, foi marcada pelas inovações tecnológicas. O tear de pinça deu lugar ao tear a jato de água, o que contribuiu para quadruplicar a produção de fios a cada hora de trabalho. A automatização e o controle das informações acerca das invariâncias do sistema de produção reduziram o tempo morto. A introdução desses teares eletrônicos implicou no reaproveitamento de trabalhadores em outras tarefas e nas demissões dos excedentes. Foi nessa perspectiva que o Grupo Coteminas expandiu os seus negócios, quando inaugurou, em 1996, a empresa Wentex Têxtil SA que, empregando 1.500 operários, começou produzindo uma média mensal de 6 milhões de camisetas de malha de algodão (RESENDE, 2000).

Como foi observado no caso do setor têxtil, é possível depreender como já fizeram Colli (2000) e Buonfiglio (1999), que, tanto no plano local, regional e nacional, a reestruturação produtiva se deu com ênfase na introdução de novas tecnologias, nas deslocalizações e nas mudanças organizacionais da produção, com destaque para a terceirização. Disso decorreu o aumento de produtividade do setor¹¹⁶ sem necessariamente traduzir-se num crescimento relativo do contingente da força de trabalho, em relação ao período compreendido entre 1989 e 2000, conforme sugere a tabela a seguir:

Tabela 5 – Estoque de trabalhadores da indústria têxtil (Período: 1985-2000).

	1985	1987	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000
RN	12.689	17.179	20.373	11.744	10.097	11.144	10.144	15.026	17.668
NE	93.422	116.215	131.222	110.066	95.276	104.037	93.643	100.764	120.159
BR	744.208	856.917	916.101	831.404	670.724	762.377	662.021	604.901	702.094

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base na RAIS do período de 1985-2000.

A expansão do setor têxtil na década de 1990 é, em parte, explicada pelo empenho do Estado como agente financiador. Isso se deu porque, na década de 1980, houve uma iminente queda das exportações nacionais devido à concorrência

¹¹⁶ Em pesquisa realizada sobre a reestruturação produtiva em 63 empresas, localizadas em Fortaleza, João Pessoa, Recife e Natal, Buonfiglio constatou que “entre os ramos com maior representatividade quanto ao número de empresas, e que mostram elevados ganhos de produtividade, destacam-se o têxtil, com uma maior produtividade média de 253%.” (BUONFIGLIO; DOWLING, 1999, p. 55).

com tigres asiáticos, países que alcançaram crescentes índices de produtividade. Diante de tal quadro competitivo, o BNDES implantou, em 1986, o Programa de Reestruturação do Setor Têxtil, possibilitando às empresas a aquisição e a importação de bens de capital (GORINI, 2006). Essa expansão, no RN, foi difundida entre 1985 e 2000 com o aumento do número de pequenos e médios empreendimentos, conforme se observa da tabela apresentada a seguir:

Tabela 6 – RN. Indústria têxtil. Perfil das empresas por número de trabalhadores (1985-2000).

	1985	1987	1989	1990	1992	1994	1996	1998	2000
Ate 4 empregados	16	34	32	37	51	59	81	91	135
De 5 a 9 empregados	8	22	16	13	16	25	46	56	87
De 10 a 19 empregados	8	9	8	10	10	12	30	45	79
De 20 a 49 empregados	10	11	8	11	5	13	23	42	55
De 50 a 99 empregados	10	5	4	5	8	12	10	21	25
De 100 a 249 empregados	4	9	11	8	9	12	7	4	13
De 250 a 499 empregados	8	7	7	4	6	2	4	5	3
De 500 a 999 empregados	2	6	3	3	3	5	2	2	2
1000 ou mais empregados	4	4	7	4	2	2	3	4	3
Total de Empresas	70	107	96	95	110	142	206	270	402

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base na RAIS do período de 1985-2000.

A terceirização no setor têxtil potiguar tem a peculiaridade de articular a modernidade dos processos de trabalho das grandes empresas com a fração mais débil e predadora das formas de trabalho do setor produtivo que explora diversificadas formas de relações de trabalho; são as fações; as cooperativas; a prestação de serviço familiar etc. Daí o setor de produção têxtil ser conhecido pelas suas relações precárias de trabalho, que são vigentes num grande número de micro e pequenas empresas, sendo muitas delas constituídas por trabalhadores desempregados que adquirem máquinas para se dedicar pessoalmente às atividades produtivas, contratando inclusive outros trabalhadores.

As transformações do setor bancário são outro exemplo emblemático de como a reestruturação produtiva dos anos 90 sucedeu-se no RN. A internacionalização das finanças mundiais, as aquisições e fusões bancárias, a privatização de parte do setor bancário estatal e o fim das altas taxas de inflação, na década de 1990, contribuíram para que os bancos promovessem inovações na sua política de gestão da força de trabalho. O impacto dessas transformações no plano

nacional refletiu de imediato nos planos regionais e locais, conforme descreve a tabela adiante:

Tabela 7 – Número de efetivos no setor bancário (médias anuais – 1989-1997).

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
RN	5.356	5.157	4.737	4.470	4.345	4.240	3.777	3.206	2.960
NE	100.797	99.563	91.006	85.096	84.282	81.609	73.525	63.223	55.813
Brasil	802.451	778.573	712.178	677.260	664.249	643.536	589.922	524.313	476.144

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base nos dados do DIEESE (1998).

A tabela 7 demonstra que o número de trabalhadores bancários no RN caiu quase que pela metade no período compreendido entre 1989 e 1997. Essa média de redução do número de bancários foi de 44,7%, ou seja, superior à média nacional que foi de 40,66%. Esses números são em parte explicados pela intensidade das transformações no processo de trabalho no setor bancário.

Entre essas modificações destacam-se a automação¹¹⁷, o uso intensivo da informática, a expansão da rede de pontos de auto-atendimento, a redução dos postos de chefias, a implantação dos Programas de Qualidade de Total que possibilitaram um maior controle sobre as atividades dos trabalhadores, o aumento do número de contratados sem vínculo efetivo, tais como estagiários e temporários, e, por fim, a adoção da terceirização de atividades, através da qual a força de trabalho passou a ser sublocada para realizar tarefas de digitação, compensação e microfilmagem de cheques, além de prestação de serviços bancários a cargo de Casas Lotéricas, farmácias, supermercados, etc (OLIVEIRA, 2000). A Caixa Econômica Federal na cidade de Natal-RN, por exemplo, implantou o PRC (Programa de Racionalização e Competitividade) e adotou a terceirização como o elemento estrutural de uma rede articulada de serviços. O citado programa, na prática, implicava na disseminação das “agências disfarçadas”, operadas por franqueados, e de outros serviços terceirizados, tais como o processamento de dados, a autenticação e a triagem de papéis, a manutenção de equipamentos, a vigilância e a limpeza (DIAS, 2002).

Tais inovações na estrutura e nos processos de trabalho tiveram implicações importantes nas condições de trabalho. Elas representaram um custo alto para a

¹¹⁷ Automação significa “a substituição ou apoio ao esforço mental do homem para a realização de uma determinada série de operações, está relacionada, portanto, à realização de um conjunto de operações, sem a interferência imediata do homem.” (DIEESE, 1995, p. 355).

saúde do trabalhador. Segundo Blanco, as empresas de terceirização do setor bancário não respeitam as normas de higiene, segurança e medicina do trabalho. A NR-17¹¹⁸ disciplina que o trabalho do digitador não poderá exceder a mais de 8.000 toques por hora. Os bancários faziam em média 11 mil toques, embora alguns atingissem a marca de 20 mil toques por hora, fato preocupante em face da maior incidência de LER-DORT¹¹⁹ entre os trabalhadores do setor (BLANCO, 1994).

A reestruturação produtiva no setor bancário é um exemplo do modo como as inovações tecnológicas contribuem para intensificar o ritmo do trabalho e para comprometer a qualidade de vida dos trabalhadores com o aparecimento de doenças recorrentes no ambiente ocupacional. Esse caráter destrutivo é decorrência do modo como o capital, ao rebaixar as condições de compra e venda da força de trabalho, passa a conceber a saúde enquanto uma mercadoria acessória. À medida que crescem os impactos dessa irracionalidade, crescerá também a necessidade de a humanidade repensar nas formas de superação do modo de produção vigente, cuja dinâmica se desenvolve com a paulatina destruição das condições de existência dos trabalhadores.

A reestruturação produtiva foi articulada simultaneamente com a implementação, no plano dos Estados federativos, de uma política de privatização das estatais prestadoras de serviços, expandindo assim o raio de ação do capital privado sobre o mercado de trabalho. Essa articulação foi a expressão do ideário neoliberal que predominou nas últimas décadas, inclusive com a atuação do “Estado Amplo” no plano local. Nesse sentido, o governo do RN privatizou a COSERN (Companhia Energética do Rio Grande do Norte) por 520 milhões de reais. Em troca, implantou um programa chamado “Diferencial RN”, que possibilitou ampliar os distritos industriais, viabilizou a consolidação do Centro Industrial de Macaíba, investiu em infra-estrutura e concedeu benefícios fiscais para as empresas adquirirem os bens e serviços produzidos no Estado, inclusive o gás¹²⁰ produzido pela Petrobras.

¹¹⁸ A Norma Regulamentadora nº 17, oriunda do Ministério do Trabalho e Emprego, disciplina os aspectos ergonômicos do trabalho, estabelecendo os parâmetros que permitem a adaptação às condições psicofisiológicas dos trabalhadores.

¹¹⁹ LER significa “lesões por esforço repetitivo”; DORT, termo mais abrangente do que o anterior, significa “distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho”.

¹²⁰ O baixo preço do gás é um item que chama a atenção dos investidores. No ano de 1997, por exemplo, enquanto o gás do RN era vendido a R\$ 1,25 por BTU, a média de preço no país era de R\$ 2,20.

Feita essa síntese sobre o que – em termos mais específicos – foi a reestruturação produtiva no plano local, passa-se à análise sobre as transformações implementadas pela Petrobras na sua Unidade de Negócios no setor de petróleo do Rio Grande do Norte.

5.3. A reestruturação produtiva no setor de petróleo

A reestruturação produtiva na Petrobras, estabelecida na década de 1990, consistiu na introdução de programas de qualidade, na adoção da automação, no emprego de novas técnicas gerenciais, na certificação de processos¹²¹, na redução do número de petroleiros efetivos, na terceirização de atividades e no aumento de petroleiros terceirizados. Tais medidas, inspiradas na flexibilidade, visaram o aumento da produtividade e da competitividade da empresa e implicaram na modificação das condições e das relações de trabalho dos petroleiros, dando margem à precarização em relação às formas de contratação e de representação sindical, aos níveis salariais, à qualificação da força de trabalho, às jornadas de trabalho e à mobilidade na carreira. Esses impactos se traduziram, ainda, em desvios de função, redução dos níveis hierárquicos, criação de “cargos amplos”, sonegação de direitos trabalhistas e problemas relacionados à higiene e segurança no trabalho.

Esse processo de inovações, em relação à Unidade de Negócios RN-CE, não se diferenciou muito das metamorfoses que ocorreram no setor petrolífero nacional, isso em parte por causa do monopólio da Petrobras e pelo fato de esta adotar um planejamento produtivo de caráter nacional, baseados em programas de Gestão de Qualidade Total (GQT)¹²². Esses programas constituem um conjunto sistemático de

¹²¹ As certificações ISOs são normas que qualificam a descrição das etapas e dos procedimentos necessários à execução de um serviço ou a produção de um bem. O certificado ISO é conferido pela ONG *International Organization for Standardization*, com sede em Genebra, e que tem por finalidade a normalização de produtos e serviços. No Brasil, a ISO é representada pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). A Unidade de Negócios da Petrobras, no RN, possui certificações BS 8800, de Segurança Industrial e Saúde Ocupacional, ISO 14001, de Proteção ao Meio Ambiente, e ISO 9000, de qualidade dos processos produtivos.

¹²² Os programas de qualidade, segundo Laranjeira (p. 183), definem-se segundo princípios dotados de “forte conteúdo ideológico, que se traduz na exigência de atitudes e valores – e na utilização de

regras e princípios direcionados aos processos de gestão de pessoal e da produção, com ênfase nos custos, no tempo e na melhoria dos produtos para o atendimento das necessidades dos clientes. No caso da Petrobras, esse padrão abarca programas específicos que estabelecem rotinas e procedimentos a serem observados em relação aos processos industriais, à gestão em saúde e segurança do trabalho e à gestão ambiental. Dentre os programas específicos, destacam-se o de Gerenciamento de Desempenho Pessoal (GDP)¹²³ que inspirou as modificações nas relações entre a empresa e os petroleiros, a partir da década de 1990.

No RN, nesse período, a Petrobras modificou as técnicas de gerenciamento ao tempo em que introduziu novas tecnologias visando aperfeiçoar as atribuições de supervisão, desenvolver a automação e a informatização dos sistemas produtivos. As novas técnicas garantiram um maior monitoramento dos processos produtivos e possibilitaram não apenas um maior controle sobre os trabalhadores, mas sobretudo a cooptação destes, conforme explicitou um dos diretores do SINDIPETRO-RN:

“Os monitoramentos dos processos produtivos e da gestão de pessoal deram ênfase à cooptação dos trabalhadores para manter um clima de reciprocidade e harmonia nas negociações dos resultados. (Márcio Dias – dirigente sindical)”¹²⁴

Juntamente com as novas técnicas de gerenciamento, segundo esse dirigente sindical, iniciou-se uma campanha interna na empresa junto aos trabalhadores, visando a melhoria da produtividade, além do combate ao desperdício e à poluição do meio ambiente. Dentro dessa “campanha de engajamento”, a empresa lançou o Programa de Gestão da Qualidade Total (PGQT) que – segundo Dias – foi direcionado mais para a redução do número de erros e do tempo ocioso. Desse modo, a qualidade total foi implantada na empresa sob o lema “inovar para reduzir custos”, consoante afirmou um dos técnicos da empresa:

A qualidade total na Petrobras tinha por objetivo mudar o comportamento das pessoas. A empresa embarcou em muitas. Cada um aqui deve ter feito vários cursos. Várias coisas. Porém, a reengenharia foi o grande câncer. Ao

uma linguagem -, cujos fundamentos estão baseados em idéias que apelam à legitimidade, cooperação, harmonia, comprometimento, confiança, alinhamento e convergência de ações que deveriam representar uma efetiva mudança cultural em favor de completa identificação com a empresa.” (Larangeira, 1987. p. 184)

¹²³ Para a Petrobras (2006f), o GDP visa “atrair, desenvolver, treinar e reter pessoas, investindo em seus talentos e aprimorando as competências técnicas e gerenciais, atendendo à dinâmica dos negócios e visando sustentar a excelência competitiva.”

¹²⁴ Entrevista concedida pelo dirigente sindical ao professor Valdemar Pedreira em 10.12.2001.

invés de buscar medir soluções, buscar medir tudo. A reengenharia era cortar, cortar, cortar. (Cláudio Peroba, geólogo da Petrobras).¹²⁵

Não por coincidência, a reestruturação produtiva da Petrobras, no Rio Grande do Norte, resultou num crescente processo de contratação das prestadoras de serviços. À medida que houve o aumento do número de trabalhadores terceirizados ocorreu a redução paulatina do número de pessoal efetivo, conforme demonstra o gráfico adiante:

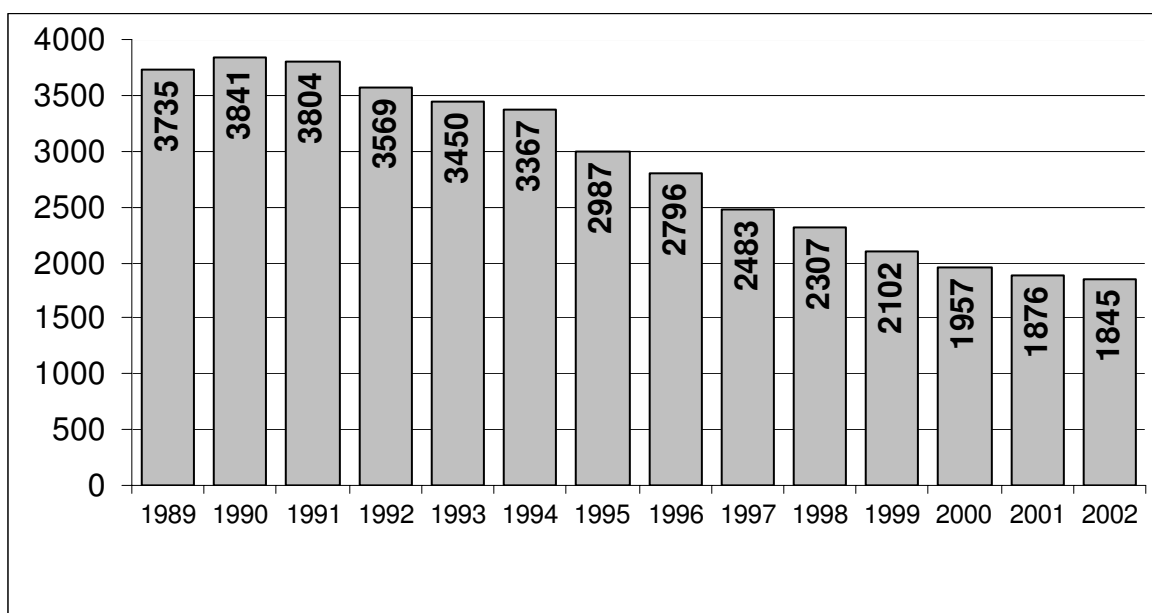


Gráfico 3 – Evolução do quadro efetivo da Petrobras no RN (Período de 1989 a 2002).
Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base em Petrobras (2006d).

O gráfico anterior demonstra que, entre o período compreendido entre 1989 e 2002, o quadro de pessoal efetivo da Petrobras no RN foi reduzido em aproximadamente 52%. Essa redução se deu em grande parte devido aos chamados “Programas de Incentivo às Saídas Voluntárias” (PISV) e às aposentadorias incentivadas. Desse modo, no período compreendido entre 1989 e 2000, aposentaram-se 1035 petroleiros efetivos da Unidade de Negócios do RN (PETROBRAS, 2006d). Ressalte-se, ainda, que durante o período da reestruturação produtiva, com ênfase para a primeira metade da década de 1990, o corte de pessoal não impediu a empresa de apresentar um crescente índice de produtividade, conforme sinalizam os números do gráfico a seguir:

¹²⁵ Em entrevista concedida ao autor em 21 de maio de 2005.

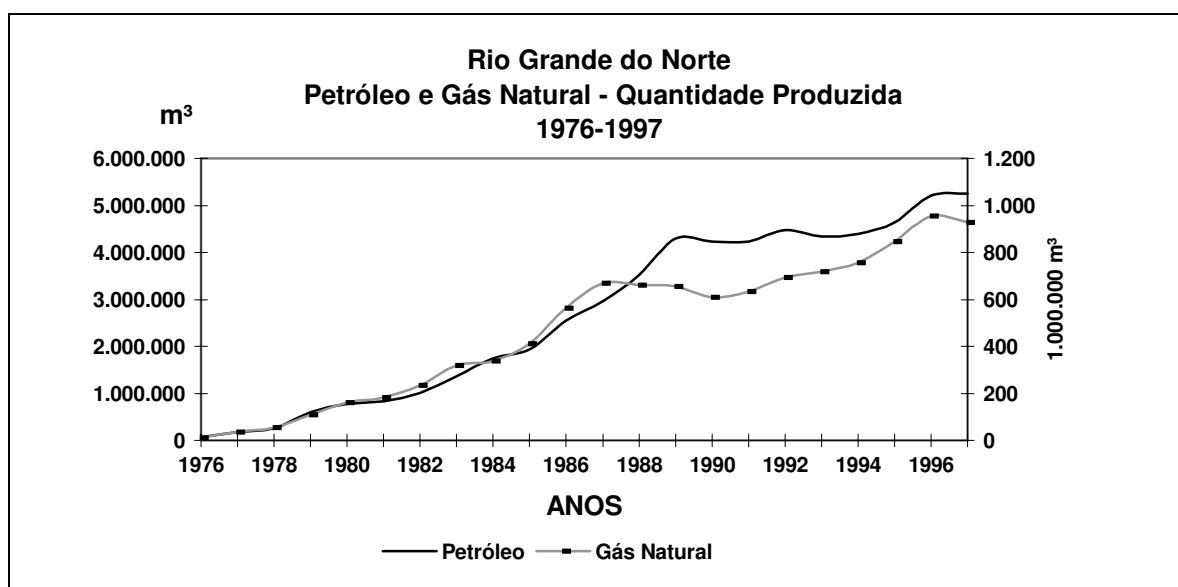


Gráfico 4 – RN. Petróleo e gás natural – quantidade produzida (1976 – 1997).

Fonte: Garcia (2001).

Apesar do corte de seus efetivos, a produção e a produtividade da empresa mantiveram-se em ascensão durante o período, o que refletiu, em parte, no modo como a reengenharia da empresa obteve a adesão da sua força de trabalho. O engajamento dos trabalhadores envolveu a atuação do Gerenciamento de Desempenho Pessoal (GPD), que passou a redefinir os critérios de avaliação individual do petroleiro, dando-se relevante destaque para os trabalhadores que, além de empenhados na “gestão participativa” proposta pela empresa, fossem considerados como “multiquificados” ou “polivalentes”. O perfil do “novo trabalhador” foi difundido e estimulado pela empresa por meio de condecorações (medalhas, certificados, etc) e de promoções funcionais. Criou-se um clima de competição entre os trabalhadores que passaram a trabalhar sobre pressão, conforme explicita Dias:

Isso teve um profundo reflexo na gestão de pessoal da empresa que, no geral, reduziu em mais de 30 mil trabalhadores após as diversas reestruturações ocorridas nos últimos anos. Além disso, a terceirização avançou desenfreadamente e, em um período de 15 anos a proporção entre o número de trabalhadores da Petrobras e o número de trabalhadores das empresas contratadas que era de 2 petroleiros da Petrobras para 1 petroleiro da contratada inverteu-se para 4 de contratada contra 1 da Petrobras. (Márcio Dias, dirigente sindical).

A fala do dirigente sindical revela os reflexos da reestruturação produtiva sobre o contingente dos trabalhadores da Petrobras. Em 2002, a empresa empregava a menor quantidade de trabalhadores efetivos desde que a mesma se

instalou no Estado. Essa tendência de redução do número de efetivos no plano local estava de acordo com uma política de pessoal adotada no plano nacional. Dessa forma, em 1989, a empresa chegou a empregar 60.028 efetivos, sendo que no período subsequente o quadro de pessoal foi sendo reduzido conforme está descrito no gráfico a seguir:

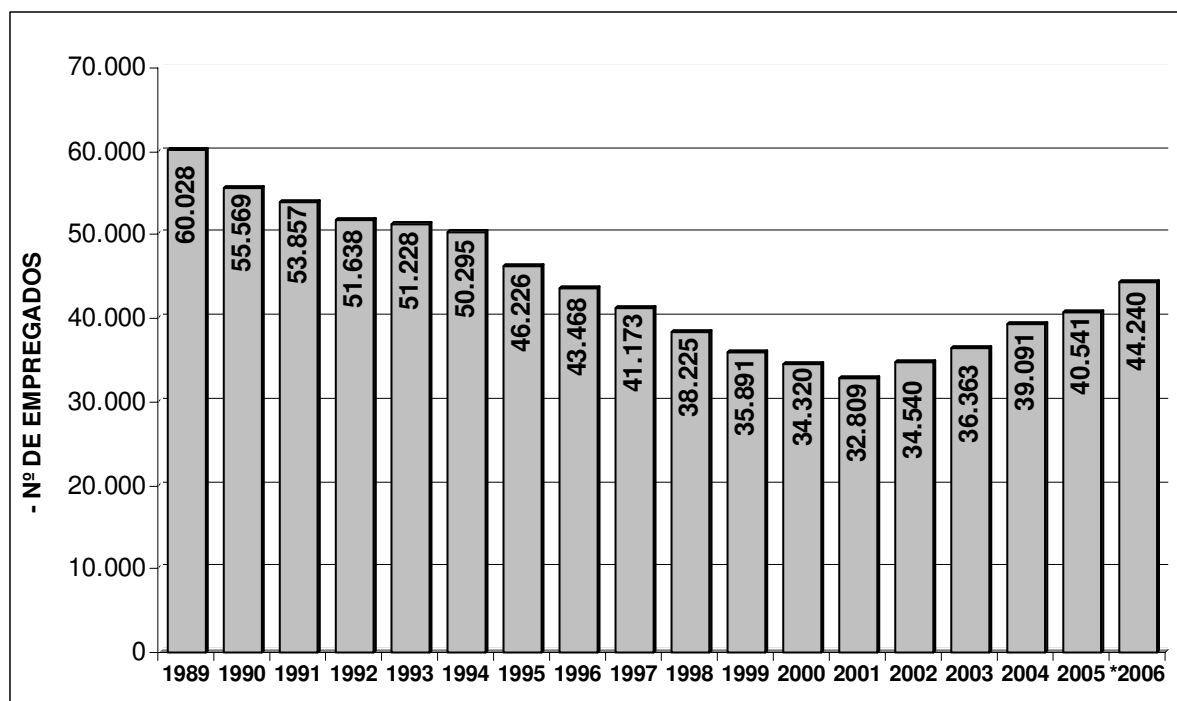


Gráfico 5 – Evolução – efetivo Petrobras de dez.1989 a jun.2006 (sem subsidiárias).
Fonte: Petrobras, 2006a.

O processo de enxugamento do efetivo, na década de 1990, conforme retratado no gráfico anterior, é um reflexo das inovações tecnológicas e gerenciais ocorridas no setor produtivo em consonância com as pressões competitivas encetadas, desde a década de 1980, pelo capitalismo mundializado. Nesse processo, a Petrobras, ao atuar sob a inspiração da ofensiva neoliberal, buscou fragilizar o movimento sindical dos petroleiros. Essa tentativa de rompimento com o poder organizado do coletivo operário, contribuiu para a elevação do nível de consciência de classe entre os trabalhadores petroleiros, embora à custa de um preço relativamente alto. Nesse sentido as greves de 1994 e de 1995 ¹²⁶ foram

¹²⁶ “Do ponto de vista do estudo sobre a greve dos petroleiros de 1995, ora desenvolvido, interessa destacar que, diferentemente da exclusão política que era impingida aos trabalhadores, durante os *anos de chumbo da ditadura*, é irrefutável a conquista do espaço público por parte dos trabalhadores. Nesse cenário que se descortina, um novo sujeito coletivo se torna interlocutor legítimo de suas

importantes, haja vista que nesse período os sindicatos de outras categorias já não encontravam forças para uma ação coletiva organizada. A greve de 1995, que durou 31 dias, foi no dizer de Romão (2006) o último grande combate do sindicalismo na década de 1990.

A debilitação da resistência operária ocorreu à medida que foi intensificada a modificação das condições de trabalho no âmbito da Petrobras, principalmente após o fim da greve de 1995. Esse processo de mudança foi marcado pela postura anti-sindical do “Estado Amplo” que a chancelava. Diante dos reflexos¹²⁷ para a atuação sindical, no plano local, o SINDIPETRO adotou uma posição defensivista, apelando para a negociação como forma de evitar perdas para os petroleiros. Os conflitos entre os petroleiros e a Petrobras evidenciaram o caráter patronal desta empresa e os seus interesses antagônicos em relação aos trabalhadores. Porém, mais recentemente, segundo levantamentos da pesquisa realizada por Silva (2005), a expectativa do movimento sindical petroleiro direciona-se para a adoção de uma postura propositiva diante do canal de diálogo que foi estabelecido, a partir de 2003, entre a representação dos trabalhadores e a cúpula da empresa. Essa “atuação propositiva” tende a “solucionar” questões pontuais, na relação entre os trabalhadores e a empresa, mas isso não se traduziu até agora em reformas no modo de atuação da Petrobras, que continua a gerenciar a força de trabalho sob a crescente influência das medidas neoliberais. É possível ilustrar-se essa assertiva com base em duas posturas recorrentes da empresa: na primeira, ela mantém-se comprometida com a expansão econômica da competição capitalista mundializada; e, na segunda, mantém-se em defesa do modelo básico de organização de produção instituído a partir da década de 1990, inclusive utilizando-se crescentemente da força de trabalho dos terceirizados. Observe-se que o aumento do número de trabalhadores efetivos, a partir de 2003, é proporcionalmente menor do que o aumento do número de terceirizados, conforme o gráfico apresentado a seguir:

aspirações no campo econômico, político e social. Negociam diretamente com patrões privados e públicos. Os petroleiros são protagonistas desse processo, estão juntos aos metalúrgicos, bancários e, em seguida, aos servidores públicos das diversas esferas. Estes trabalhadores dão o tom das ações, ajudando a conformar um emergente espaço público, no qual novos atores ganham visibilidade.” (ROMÃO, 2006, P. 85).

¹²⁷ Em decorrência da greve de 1995, 95 trabalhadores foram demitidos e o sindicato dos petroleiros teve todos os seus bens penhorados pela Justiça, inclusive com suas contas bloqueadas.

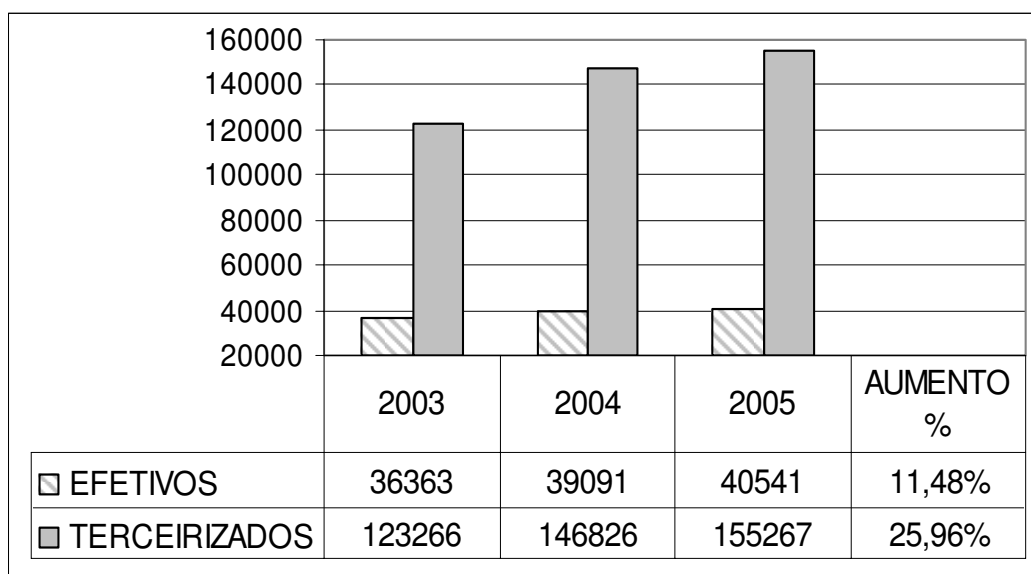


Gráfico 6 – Comparativo: efetivos x terceirizados (Petrobras 2003-2005).
 Fonte: Petrobras, 2004, 2005, 2006e.

O gráfico 6 mostra que a empresa cresceu nesses últimos anos, mas vem precarizando em relação às formas de contratação, conforme se depreende da proporção do crescimento relativo entre a força de trabalho dos petroleiros, efetivos e não efetivos. Reproduz-se, assim, a mesma lógica que a empresa vem adotando desde a década de 1990, consoante demonstram o confronto entre os gráficos 5 e 6.

Na década de 1990, conforme se visualiza no gráfico 5, à medida que se deu a inserção da economia brasileira no processo de mundialização, proliferou-se no âmbito da Petrobras uma política voltada para o enxugamento do seu quadro de efetivos. Com efeito, o número de efetivos da empresa encolheu, no período de 1989 a 2001, em aproximadamente 43%, embora com melhora da sua produção e dos seus índices de produtividade. No início da década passada, a empresa produzia aproximadamente 650 mil barris diários de petróleo, sendo que sua produção, entre 2002 e 2003, atingiu a marca de 1,27 e 1,6 milhão de barris/dia, respectivamente. A evolução da produção ocorreu simultaneamente com a modificação das condições de trabalho e de produção. Foi dessa forma que a empresa adentrou este século contando com uma força de trabalho em torno de 90 mil trabalhadores contratados pelas terceirizadas. Ademais, com as novas empresas adquiridas até 2003, inclusive as do exterior, a Petrobras passou a contar com 49 mil trabalhadores efetivos e 130 mil subcontratados (PETROBRAS, 2006a).

Essas mudanças do contingente da força de trabalho configuram uma etapa do processo de precarização das relações e das condições de trabalho. Esse processo vem redefinindo o conteúdo do trabalho dos petroleiros. Os novos trabalhadores têm, em sua maioria, pouca experiência de trabalho e treinamento inexistente ou inadequado. A possibilidade de superar essas deficiências torna-se mais remota à medida que tais trabalhadores estão inseridos num setor em que há uma alta rotatividade no emprego (PESSANHA, 1994).

A caracterização da reestruturação produtiva terá prosseguimento no próximo item com a identificação das empresas de terceirização e com o detalhamento do processo de produção.

5.4. As empresas contratadas e o processo de trabalho na Petrobras

A maior dificuldade para se identificar as empresas terceirizadas consiste no fato de que elas são muitas vezes “invisíveis”, deixando de figurar corretamente nos bancos de dados dos organismos oficiais. Os dados da RAIS, controlados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, baseiam-se no CNAE (Cadastro Nacional de Atividades Econômicas) e classificam as empresas conforme 616 (seiscentos e dezesseis) diferentes atividades econômicas. Segundo a RAIS do ano de 2002 há no Rio Grande do Norte “apenas” 6 (seis) empresas do setor de petróleo e gás natural (BRASIL, 2002). Logo, nem sempre é possível reconhecer as empresas terceirizadas do setor de petróleo, posto que as mesmas – em sua maioria - não se autodefinem como vinculadas a esse setor, mas operando em outros ramos e atividades, tais como construção civil, processamento de dados, transportes, serviços, etc. Uma das formas de superar tais dificuldades é basear-se nos dados fornecidos pelos sindicatos ou pela própria empresa contratante. No presente caso, as informações - sobre a metodologia adotada pela Petrobras para classificar as empresas terceirizadas - foram fornecidas pelo SINDIPETRO.

Assim, vários critérios podem ser utilizados para classificar as prestadoras de serviços, tais como o número de empregados, o tamanho do faturamento, o lugar da prestação de serviços, a propriedade dos equipamentos utilizados, a natureza e a

especialização dos serviços (apoio, produção ou manutenção). Porém, os critérios mencionados não são um meio seguro de caracterização dessas empresas, notadamente em face da crescente integração da produção e dos serviços, que lhe são complementares. Há, portanto, uma possibilidade de variação da forma de atuação das empresas. Isso é decorrência da complexidade que envolve a cadeia produtiva e a diversidade dos serviços que gravitam em torno da indústria de processo contínuo. Uma mesma empresa ora pode prestar serviços na planta da Petrobras, ora em suas próprias instalações. Pode, ainda, ora utilizar os seus equipamentos ou não. Se ela estiver envolvida em mais de uma atividade, não será incomum que a mesma preste serviços em diferentes especializações e setores organizacionais (produção, manutenção ou apoio). Visando minimizar essa dificuldade metodológica, adotou-se aqui o conjunto de critérios que a UN-RNCE da Petrobras utiliza para classificar as empresas contratadas conforme o quadro adiante:

Modo de atuação	Empresa(s)	Atividades
Empresas que atuam em mais de uma área	Kock Petróleo do Brasil LTDA	A Koch é um exemplo de empresa que presta mais de um serviço específico, ou seja, sua atuação se estende por várias atividades: pesquisa; exploração; perfuração; produção; refino; transporte e distribuição de petróleo e seus derivados
Empresas que atuam em uma área específica (a produção)	Halliburton Serviços LTDA; Halliburton Produtos LTDA; Schlumberger Serviços de Petróleo LTDA; Smith International do Brasil LTDA; M. I. Drilling Fluids do Brasil LTDA; BJ Service do Brasil LTDA; Christensen Roder Produtos Serviços Petróleo LTDA; Weatherford Indústria e Comércio LTDA; Fernando Antonio Lucena Soares-ME;	Estas prestam serviços específicos: perfuração direcional; perfuração; canhoneio e serviços técnicos especializados de wire-line em poços de petróleo; formulação de fluidos especiais; cimentação e estimulação de poços de petróleo; instalação e teste do sistema caps para contenção de areia em poços de petróleo horizontais; conexão e desconexão em tubos; revestimentos de poços de petróleo, gás, água, etc.,
Empresas executoras de serviços com mão de obra e sonda de produção e/ou perfuração próprias	Azevedo & Travassos Engenharia LTDA; Orion Engenharia de Poços LTDA; PREST – Prestação de Serviços Gerais LTDA ; Schahim Engenharia LTDA; União Nacional de Perfuração LTDA. – UNAP; Sociedade Técnica de Perfurações S/A – SOTEP; Queiroz Galvão Perfurações S/A.	Completação e intervenções em poços de petróleo, gás e água em área terrestre com utilização de sonda de produção terrestre; manutenção, montagem e instalação de máquinas e equipamentos de superfície e subsuperfície de poços de petróleo; operação de sondas hidráulicas;
Empresas executoras de serviços em atividades permanentes nas áreas de produção, manutenção, perfuração e o apoio logístico	EMPERCOM - Empresa de Montagens e Serviços Gerais LTDA; SERTEL - Serviços de Instalações Térmicas LTDA; Baker Hughes do Brasil LTDA; Metalúrgica Brasil LTDA; CEGELEC LTDA; H. Rosen Engineering GMBH; Montagens Pinturas e Locação LTDA; TS Tecnologia e Serviços em Automação Industrial LTDA; Tecnologia Avançada Garantida S.A.; EMANTEC - Empresa de Manutenção Técnica LTDA; RN Manutenção LTDA; Visão Construção e Montagens LTDA; JGM Consultores LTDA; Metalúrgica Brasil LTDA; Alphatec Serviços e Comércio LTDA; CSI- Condicionamento de Sistemas Industriais LTDA; ADLIM - Terceirização em Serviços LTDA; ACT - Serviços Médicos LTDA; CWA - Consultores e Serviços de Petróleo LTDA; ENGEQUIP - Engenharia de Equipamentos LTDA; SOVAP - Montagem e Manutenção Terrestre e Marítima LTDA; Fixa Serviços Técnicos LTDA; SUN - Microsystems do Brasil Indústria e Comércio LTDA;	Operação e manutenção de equipamentos e ferramentas de sondas de perfuração terrestre; manutenção mecânica, usinagem, montagem industrial, jateamento de areia, pintura e locação de equipamentos; operação, manutenção de guindastes; manutenção preventiva e corretiva de instalações de produção de petróleo, de geradores de vapor e de unidades de tratamento de água; inspeção de dutos; consultoria e assistência técnica de manutenção em turbocompressores de gás; manutenção de caldeiras e montagem industrial nas plataformas marítimas; pré-operação de sistemas automatizados; serviços médicos especializados; instalação e manutenção de equipamentos de informática incluindo a instalação de softwares e a prestação de serviços de apoio ao usuário; manutenção de hardware; diligenciamento de processos de compra de materiais e equipamentos; fornecimento, preparo e distribuição de café e chá e fornecimento de água
Empresas terceiras	J.P. Engenharia LTDA; Saraiva Equipamentos LTDA; Geral Damulakis Engenharia SA.; Construtora Elos Engenharia LTDA;	Projeto, construção, montagem e instalação do sistema de tratamento de efluentes, dutos, tanques e

executoras de serviços diversos com mão-de-obra e equipamentos próprios em atividades de Infra-Estrutura e apoio ao processo de produção de petróleo	I.M. Comercio e Terraplanagem LTDA; Makro Engenharia LTDA; Metalúrgica Brasil Ltda; TRANSBET - Transporte de Betumes LTDA; PROENGE - Projetos E Engenharia LTDA; VIPETRO - Vilmar Pereira Construções e Montagens Petrolíferas LTDA; IAS - Integração e Automação de Sistemas LTDA; Trana Transportes LTDA; Norteng Engenharia LTDA; Bombarato Comércio e Representação LTDA; Litoral Locação e Turismo LTDA; E. Ferreira Veículos LTDA; Aldeota Locação e Turismo LTDA; Confiança Mudanças e Transportes LTDA; LOCATEL - Locação de Veículos e Serviços LTDA; W.O. Anticorrosão e Construções LTDA; Marínes Comercial Distribuidora e Serviços LTDA; Hotel do Capitão Hospedagem e Turismo LTDA; Global Indústria e Comércio LTDA; Servivan Pintura LTDA; P. J. Refeições Coletivas LTDA; Cactus Locação de Mão de Obra LTDA; Antártida Refrigeração Serviços e Peças LTDA; R&P – Transporte Marítimo Ltda; Instaladora e Refrigeração LTDA; Renove Construções e Serviços LTDA; Belmares Serviços e Representações LTDA; REPAV - Rosário Edificações e Pavimentação LTDA; Global Indústria e Comércio LTDA; Termoclima Engenharia LTDA; M. Y. Menezes Por Deus LTDA; XISMAC - Comércio Representações LTDA; ENTEP - Serviços Técnicos de Petróleo LTDA; Marínes Comercial Distribuidora e Serviços LTDA;	oleodutos; locação de veículos com motorista; locação de guindaste com operador; pavimentação; transporte rodoviário de derivados de petróleo e de resíduos; instalação de linhas de distribuição e obras elétricas; instrumentação e automação em poços de petróleo e gás; isolamento térmico em linhas de injeção de vapor; pintura industrial; fornecimento de alimentação e serviços de câmara frigorífica; abertura, recuperação, fosfatização e preservação de roscas de tubos de perfuração; carga, descarga, transporte, arrumação, embalagem e preservação de materiais; mensageria externa através de motoboy; apoio de atracação e desatracação das embarcações; manutenção em aparelhos e centrais de ar condicionado e bebedouros elétricos; topografia; construção de bases de concreto para unidades de bombeio; reprodução de cópias eletrostáticas e xerográficas, encadernação e serviços de chaveiro; manutenção de quadro de bóias, de linha de mangote e de sistema de fundeio;
---	---	---

Quadro 4 – Classificação das empresas contratadas segundo o modo de atuação.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de informações fornecidas pelo SINDIPETRO.

Conforme os serviços prestados à Petrobras, as empresas contratadas podem ser classificadas – em geral - em três tipos: empresas de apoio; empresas de pesquisa, produção e refino; e empresas de manutenção.

O pessoal de apoio trabalha basicamente com o transporte de pessoal e equipamentos, a limpeza não industrial, a construção civil, a assessoria em recursos humanos, o marketing, a publicidade, a vigilância, contemplando ainda os setores de hotelaria e do preparo e fornecimento de alimentação.

O pessoal da manutenção trabalha com limpeza e cimentação de poços, pintura, montagem, conserto de tubulações, além de reparos em máquinas, geradores e em todas as espécies de motores. Há por vezes um limite tênue entre as atividades de produção e de manutenção. Em algumas situações o trabalhador que opera um dado equipamento é também qualificado para fazer – no mínimo – pequenos reparos.

O pessoal de produção trabalha basicamente com a monitoração e a manipulação de máquinas e equipamentos voltados para o processo de perfuração e extração do petróleo. O trabalho de pesquisa contempla a atuação de empresas que atuam com projetos voltados para as áreas de geologia e engenharia. Tais empresas operam com a elaboração e execução de projetos que antecedem à produção. Assim, por exemplo, prestam serviços de: geologia de campo, etapa na qual se verifica o acabamento e a direção das camadas de petróleo e gás; de delimitação da bacia e de dimensão do cristalino; de atividades ligadas à geofísica, etapa em que há, além do reconhecimento de bacia, a análise de perfuração e de penetração de calor; e de desenvolvimento de campo, por meio do qual o trabalho

de geologia aponta os horizontes de perfuração da área, a permeabilidade do solo e a viabilidade do poço. Descoberto o poço entra em cena o trabalho de produção que consiste na extração de petróleo até o poço ficar maduro, ou seja, até secar.¹²⁸

Após identificar as empresas e os traços gerais da divisão do trabalho na Petrobras, parte-se agora para a caracterização do seu processo de produção, destacando-se inicialmente que os petroleiros envolvidos na operação e manutenção submetem-se a um processo de trabalho contínuo

No setor de petróleo, o processo de trabalho contínuo consiste no complexo de atividades voltadas para a produção material ininterrupta¹²⁹ em relação a qual os trabalhadores revezam-se em turnos e na operação dos instrumentos de trabalho, observando as rotinas para a intervenção preventiva, a detecção de riscos, a tomada de decisão e a manutenção em casos de invariâncias do sistema produtivo. Portanto, nesse tipo de processo, vigente na Petrobras, estão presentes os turnos ininterruptos de revezamento, a jornada de 24 horas, a interdependência entre setores e serviços, o trabalho em equipe e a necessidade de intercomunicação entre os trabalhadores que se revezam, de modo a assegurar a permanência da produção.

O processo de trabalho contínuo do petroleiro afeta a maioria dos trabalhadores das contratadas, ressaltando-se pequenas situações do pessoal que está envolvido somente com o trabalho administrativo. Os petroleiros, em razão do processo de trabalho contínuo, estão submetidos ao iminente perigo de acidentes, daí a necessidade de uma boa estrutura de segurança em relação às intervenções no processo de trabalho. Eles trabalham, ainda, em contato com equipamentos grandes e de altos custos, são expostos ao contato com inflamáveis, explosivos,

¹²⁸ Parte da caracterização do processo de produção da Petrobras no RN foi fruto das explicações do geólogo da empresa Cláudio Peroba ao conceder entrevista ao autor. Vários dados sobre o processo foram complementados pelos engenheiros Irineu Andrade e Bruno Attademo e pelo dirigente sindical Márcio Dias.

¹²⁹ Druck caracteriza o processo de produção contínua a partir da inexistência de “tempos mortos” na produção e da forma de controle. “A maquinaria e os equipamentos são todos interligados. Constituem, em geral, grandes plantas, cujos equipamentos – tubovias, gasodutos, todo tipo de tubulações, chaminés, torres, etc – são espalhados por todos os lados [...] O controle dos processos se dá em três níveis: 1) Localiza-se junto a cada máquina ou equipamento e exige uma intervenção humana, dos operadores, que devem estar sempre atentos para acompanhar o bom desempenho da produção, através dos controles dos parâmetros, e preparados para interferir e corrigir qualquer desvio ou problema que surja; 2) sistema de controle automatizado, programado para controlar os parâmetros definidos e compará-los aos efetivos, com capacidade para corrigi-los, quando for o caso; 3) sistema centralizado de informações, através de uma sala de comando central, estruturada, em geral, em painéis de controle, que fornecem as informações sobre todo o processo.” (DRUCK, 1999, p. 158-159).

substâncias tóxicas e desempenham as suas atribuições funcionais em espaços relativamente pequenos. Suas atividades são complexas e interdependentes na medida em que todas as partes da produção estão conectadas em sistema de rede. O processo de trabalho, segundo enfatizou o engenheiro Irineu Andrade, é controlado indiretamente pelo petroleiro por causa do alto nível de automação.

Com a terceirização e a automação de processos na UN-RNCE houve um aumento da produção e da produtividade, mas cresceu também o número de acidentes e os casos de desrespeito à legislação trabalhista. A automação contribuiu para a ampliação do número de poços e para a redução do número de pessoal envolvido com a manutenção.

Os procedimentos de amostragem foram reduzidos e simplificados, tendo ocorrido um sensível aumento do número de horas extras. Segundo Dias (2001), a reestruturação produtiva no campo de petróleo do Canto do Amaro, p. ex., alterou o processo de trabalho, principalmente a partir da conjugação automação-terceirização com reflexos na produção. O dirigente sindical assegura que a produção bruta de gás em 1995 era de 13.300 m³/dia subindo para 23.500 m³/dia em 2000. Nesse ano, a empresa produziu na UN-RNCE 106 mil bpd¹³⁰ de petróleo, enquanto em 2003 esse número foi elevado para 120 mil bpd. Por outro lado, o custo da produção também reduziu, haja vista que a automação provocou a racionalização de procedimentos e a diminuição do número de pessoas envolvidas no trabalho. Anteriormente o processo de produção era muito dependente da atuação do operador. Este controlava um boletim de produção diária e verificava *in loco* a operação do poço, inclusive valendo-se da sua experiência pessoal para intervir em casos de invariâncias no funcionamento do poço. Era também o operador quem tinha as seguintes atribuições: acionar e desligar o poço; controlar os testes de performance do poço e do funcionamento da bomba de fundo; verificar o nível de óleo e a possibilidade de vazamento das graxetas de vedação; investigar os problemas mecânicos e elétricos que causavam a paralisação da produção; verificar os níveis dos tanques; checar as instalações da unidade de bombeio e as válvulas da cabeça do poço; e, por fim, acionar a unidade de bombeio para drenar o óleo até a estação coletora.

¹³⁰ Bpd = barris por dia.

A partir da automação, a Petrobras adotou o chamado CLP (Controlador Lógico Programável), que transmite dados através de uma UTR (Unidade de Transmissão Remota), viabilizando o maior controle de informações entre as unidades e possibilitando à empresa intensificar o processo de automação dos poços. Este processo permite que se comande, da sala de controle na estação central, os seguintes procedimentos: ativação e desativação do bombeio no poço; checagem da performance da bomba, do volume produzido e da vazão do poço; medição do peso das hastes que perfilam a coluna do poço; verificação sobre vazamento nas graxetas de vedação do poço; informação sobre problemas de ordem elétrico-eletrônico e sobre a quantidade de energia elétrica consumida; monitoração do nível dos tanques e da pressão nos dutos; transferência e armazenagem do óleo para a estação coletora e para o oleoduto. Segundo um dos técnicos do setor de produção da Petrobras, todo o controle da informação da empresa é baseado nas novas tecnologias:

O operador da unidade de produção, que precisa mexer em válvulas, é o 'paineleiro', fica no painel de controle, faz tudo remotamente, não necessita mais tá no campo o tempo todo. (Bruno Attademo, engenheiro da Petrobras).¹³¹

Para o dirigente sindical Márcio Dias, o processo de reestruturação produtiva no caso da UN-RNCE causou certa perplexidade nos trabalhadores, contribuindo para aumentar entre estes o medo de perder o emprego. Esse processo teria, ainda, concorrido para a exacerbação da tirania dos gerentes e, por fim, para o “esvaziamento” do conteúdo do trabalho dos operadores. Dias lembra que em 1995, existiam no Canto do Amaro (Mossoró), além dos 16 trabalhadores das contratadas, 85 trabalhadores efetivos, dos quais 47 eram operadores de produção que trabalhavam em turnos ininterruptos. Em 2001, embora tenha havido o aumento do número de poços na localidade, a quantidade de efetivos reduziu para 81, entre os quais apenas 6 trabalhavam como operadores mantenedores em turno ininterrupto enquanto os outros efetivos passaram a trabalhar em turnos fixos (DIAS, 2001).

No turno ininterrupto de revezamento, os trabalhadores permanecem por 14 dias consecutivos no local de produção, folgando nos 21 dias subseqüentes. No turno fixo os petroleiros trabalham de segunda a sexta-feira e, dependendo de uma escala de plantões, poderão trabalhar extraordinariamente aos sábados e domingos.

¹³¹ Entrevista concedida ao autor em julho de 2005.

Ocorre que no turno fixo, a folga compensatória somente se dá após o 14º dia de efetivo trabalho. Na prática, houve o aumento do lapso temporal necessário para a aquisição das tais folgas compensatórias, uma vez que os dias de sábados e domingos não trabalhados não são incluídos na contagem do referido prazo. O desconforto para os trabalhadores consiste no fato de que suas famílias em regra não residem nos municípios próximos às unidades de produção. Disso decorre que nos finais de semana, entremeados na jornada, os trabalhadores têm dois dias para fazer o deslocamento trabalho-casa-trabalho.

Os pesquisadores do Serviço de Psicologia Aplicada, ligado ao Departamento de Psicologia da UFRN, analisaram o perfil de 45 operadores submetidos ao turno fixo nas unidades de Alto do Rodrigues e Mossoró. A pesquisa apontou que, além do aumento nas despesas de locomoção, os operadores têm apresentado reflexos psicossociológicos em face dos seguintes aspectos: pouco tempo para o lazer e para a família; dificuldade de relacionamento no trabalho e na família; aumento no tempo de deslocamento; crescimento de problemas gástricos, ansiedade e irritabilidade; aumento dos plantões; e maior exposição a acidentes. Segundo apurou-se por meio da referida pesquisa, mais de 2/3 (dois terços) dos trabalhadores afirmaram que o turno fixo é muito vantajoso para a empresa, representando para esta a possibilidade de reduzir custos com o efetivo e de aumentar o número de terceirizados:

No novo regime de trabalho (turno fixo), os operadores observam que ocorre uma descontinuidade nas operações. Isso se explica porque cada turno possui suas particularidades e a saída de uma equipe implica sempre na entrada de outra alheia ao serviço. Observam, então, que no novo regime, a porosidade durante a passagem de turno [momento em que um operador assume o turno e toma conhecimento pelo colega sobre o que transcorreu durante o expediente] é ainda maior em relação aos regimes de trabalho anteriores. (BORGES, 2001, p. 10).¹³²

Tais mudanças possibilitaram à empresa aumentar o número de trabalhadores das contratadas e, por outro lado, alterar as atribuições dos operadores que passaram a fazer serviços de manutenção e de liderança em

¹³² Bartolotti (2002, p. 57) constatou problemas ocupacionais semelhantes em relação aos petroleiros que trabalhavam na Bacia de Campos dos Goytacazes: “O regime de trabalho em isolamento, as condições oriundas deste trabalho bem como a monotonia, a jornada de trabalho, pressão da chefia, acúmulo de tarefas, trabalho noturno, trabalho em turnos, tendem a agravar certas formas de stress em alguns indivíduos, podendo dar origem a distúrbios comportamentais, distúrbios psicossomáticos, distúrbios de relacionamento...”

relação aos petroleiros não efetivos. Segundo a explicação da fonte abaixo referida, há uma forte pressão sobre os trabalhadores efetivos por causa da baixa qualificação do pessoal das terceiras:

Em certos casos a Petrobras contrata uma terceira e no final do contrato você tem a impressão que a Petrobras usou mais o seu pessoal para fazer o serviço e ainda assim teve que pagar ao final do contrato. Você acaba fazendo o serviço dela por falta de qualificação. A terceirização da Petrobras não é um modelo técnico de gestão apenas, é um modelo ideológico sobretudo. Por outro lado, ninguém parou para fazer na ponta do lápis esse custo. O quanto concretamente a gente perde com uma empresa que vai ao IBAMA para viabilizar um projeto nosso. Muitas vezes nós temos que providenciar toda a documentação. A empresa vai ao IBAMA, e vai e volta, e vai e volta. No final nós temos que fazer tudo. A gente interfere o tempo inteiro mandando informações, fiscalizando. Penso às vezes que valia mais a pena fazer o serviço. Já fiz uma experiência com a CRISTAL. Ela foi incumbida de providenciar uma licença. Demorou 4 meses. Em menos de uma semana reuni uma equipe e nós providenciamos tudo em tempo recorde. (Cláudio Peroba, geólogo da Petrobras).¹³³

As novas tarefas atribuídas aos trabalhadores nem sempre são acompanhadas do treinamento necessário. Segundo a avaliação de um trabalhador que opera na área de produção, a capacitação vem sendo comprometida pela preparação insuficiente dos trabalhadores contratados, conforme segue:

“Há trabalhadores que, com menos de 3 meses de contratado, é colocado para trabalhar com o simulador de reservatório e vai logo para o campo. Antes os cursos eram mais longos. [...] Hoje quem está mais próximo do risco é o pessoal das contratadas, menos qualificado, batendo chave, mais sujeito ao acidente de trabalho. Outra coisa é que o peão da contratada não tem estabilidade, isso faz com que o giro de pessoal seja um fator negativo para os serviços da Petrobras.” (Irineu Andrade, engenheiro da Petrobras).

Essa preocupação com a qualificação dos novos petroleiros foi também corroborada pelo geólogo Cláudio Peroba, ao afirmar que os subcontratados freqüentam cursos que são predominantemente ministrados por instituições externas, tais como o SENAI. Prossegue afirmando que tais cursos têm uma carga horária reduzida e um conteúdo simplificado, o que representa, por um lado, um menor custo imediato para a empresa, mas, por outro, a absorção de uma força de trabalho com formação cada vez mais deficiente. Dessa forma, o curso para os trabalhadores não se traduz numa melhoria salarial ou numa ascensão profissional, reduz-se apenas à possibilidade destes se tornarem multifuncionais ou capacitados para a maquinaria. Tome-se o exemplo de um operador efetivo que, após submeter-

¹³³ Entrevista concedida ao autor em 21 de maio de 2005.

se a um processo de seleção, passa a receber um curso de conhecimentos gerais e de noções sobre segurança e instrumentação. Esses cursos duram em média três meses e visam sobretudo fornecer aos novos contratados mais uma capacitação do que propriamente uma qualificação.

Em sua acepção ampla, a capacitação é uma categoria analítica distinta da qualificação (LEITE; POSTHUMA, 1995). A qualificação envolve uma formação integral do trabalhador, contempla a sua consciência enquanto membro de uma classe. A capacitação representa apenas o adestramento do trabalhador para a operação de uma ou mais máquinas. Sob esse aspecto, a maquinaria não representa qualificação, visto que ela “esvazia” de conteúdo o trabalho. É neste último sentido que o capital busca inventariar os saberes tácitos dos trabalhadores e sistematizá-lo, contribuindo para o “esvaziamento” do conteúdo do trabalho do petroleiro, seja ele efetivo da Petrobras ou vinculado a uma empresa subcontratada. O saber tácito é aquele construído ante as condicionalidades que integram o complexo das relações sociais, por isso que, uma vez articulados na totalidade social, constitui num importante meio para a ampliação da capacidade de compreensão do trabalhador sobre as condições e possibilidades de transformação do real.

Embora esse potencial tácito seja difícil de ser reduzido a uma ordenação lógica, em face da sua plasticidade, a sistematização do saber operário e a automação tendem a retirar do trabalhador o poder de controle sobre o processo de produção. Uma das formas de operar essa decodificação se dá por intermédio dos certificados ISO (*International Organization for Standardization*), os quais implicam a descrição detalhada de todas as etapas e procedimentos que compõem o processo de execução de um serviço ou de fabricação de um produto, criando certa facilitação na compreensão do trabalho.

Feita essa abordagem sobre a reestruturação produtiva, com enfoque para as implicações no setor de petróleo, passa-se à pesquisa de campo no próximo capítulo.

CAPÍTULO 6. TERCEIRIZAÇÃO E SETOR DO PETRÓLEO NO RN: o real mediado pelo complexo do trabalho

Neste capítulo, serão apresentados e avaliados os resultados obtidos na pesquisa campo, levando-se em conta, principalmente, a realidade dos petroleiros em Mossoró. A pesquisa sobre a terceirização no âmbito das empresas contratadas pela Petrobras, no Rio Grande do Norte, será analisada na seguinte ordem: primeiro, os dados decorrentes dos litígios judiciais; segundo, o conteúdo das fiscalizações empreendidas pela DRT de Mossoró; e, por último, o levantamento dos questionários aplicados aos terceirizados e aos efetivos.

6.1. A pesquisa de campo

A pesquisa de campo consistiu basicamente em se produzir três levantamentos que apontassem elementos concretos sobre o modo como a terceirização se articula com as novas condições de trabalho, no âmbito da Petrobras, com enfoque específico no RN. Foram realizados estudos exploratórios, entrevistas, visitas aos campos de produção de petróleo¹³⁴, aplicados questionários, analisados 460 (quatrocentos e sessenta) processos judiciais¹³⁵ e 704 (setecentos e quatro) procedimentos de fiscalização executados pela DRT¹³⁶ (Delegacia Regional do Trabalho) na região de Mossoró.

O levantamento referente às demandas judiciais dos terceirizados da Petrobras principiou por duas etapas iniciais. A primeira foi para identificar no Rio Grande do Norte, no período de 1998-2002, o número de empresas de terceirização envolvidas em condenações judiciais. Constatou-se que havia 1.708 reclamações

¹³⁴ Foram realizadas três visitas às plataformas onde estão instaladas as sondas de exploração.

¹³⁵ O levantamento das informações junto à Justiça do Trabalho foi realizado em 2004, sob a coordenação do autor, e envolveu a participação de alunos da graduação do curso de Direito da UERN.

¹³⁶ A análise dos procedimentos foi realizada pelo autor, em 2005, e contou com a valiosa colaboração do Dr. Ronaldo Filgueiras, chefe de fiscalização da Sub-Delegacia Regional do Trabalho de Mossoró.

trabalhistas em todo o Estado envolvendo 87 empresas prestadoras de serviços (49 de apoio, 22 de pesquisa e produção e 16 de manutenção).

A segunda etapa foi para identificar onde estava o foco concentrador dessas demandas, de modo a viabilizar a análise dos direitos trabalhistas sonegados pelas aludidas empresas. Observou-se que na região de Mossoró-RN concentrava-se o maior número de ações (79,22%) envolvendo 51 contratadas e 460 processos trabalhistas. Partiu-se então para a análise de todas estas 460 causas judiciais nas quais figuravam as empresas prestadoras de serviços com atuação na região de Mossoró.

O segundo levantamento foi feito pelo autor, junto à DRT, e implicou na análise de 704 autos de fiscalização. Aqui se constatou que o aludido órgão, no período que vai de 1998 a 2004, conseguiu fiscalizar 38 das 51 empresas que foram condenadas pela Justiça do Trabalho no período de 1998-2002. Os dados coletados apontam para o negligenciamento das empresas em relação às normas de higiene, segurança e medicina do trabalho.

O terceiro levantamento é parte integrante de uma pesquisa mais ampla, intitulada “Reestruturação produtiva, condições e relações de trabalho no setor de petróleo no RN”¹³⁷, realizada no período compreendido entre 2003 e 2006¹³⁸. Essa pesquisa enfocou três linhas afins: as condições de trabalho dos terceirizados, objeto central da preocupação do estudo ora apresentado; os efeitos da reestruturação produtiva para os trabalhadores efetivos da Petrobras; e a atuação da resistência sindical em relação às mudanças verificadas na gestão da força de trabalho e da produção.

A etapa da pesquisa de campo resultante da aplicação dos questionários, cuja apresentação e análise serão feitas mais adiante, envolveu petroleiros efetivos e não efetivos da região de Mossoró. Entre os não efetivos, foram aplicados

¹³⁷ A referida pesquisa, realizada sob a coordenação do professor Valdemar Pedreira Filho, contou com a colaboração da professora Ivonete Soares Coelho, da UERN, e envolveu a participação de alunos dos cursos de graduação e de pós-graduação em Ciências Sociais, da UFRN, e de graduação em Serviço Social, da UERN.

¹³⁸ Em relação ao método, consta do relatório final da referida pesquisa o seguinte: “O método utilizado na coleta e análise das informações foi o procedimento de *medida*, ‘que se traduz na ‘observação, por meio de perguntas diretas ou indiretas, de populações relativamente vastas de unidades colocadas em situações reais, a fim de obter respostas susceptíveis de serem manejadas mediante uma análise quantitativa’. Como a dimensão e a dispersão da *população* estudada não possibilita a análise das unidades como um todo, a pesquisa abordou uma *amostra* (Cf. de Lima M. P., 1981:16). A mesma foi considerada representativa, levando em conta que permite uma *generalização* com cerca de 0,95% de confiabilidade e 10,5% de erro.”

questionários a 98 empregados de 21 empresas, sendo 14 empresas de apoio, 6 empresas de pesquisa e produção e 1 empresa de manutenção. Desse montante, 75 empregados pertenciam a empresas de apoio, 20 trabalhadores estavam vinculados a empresas de pesquisa e produção e 3 eram empregados de empresas de manutenção. Entre os 98 entrevistados, 79 estavam lotados na região de Mossoró, 53 desempenhavam o cargo de ajudante ou auxiliar, 45 eram técnicos ou profissionais que desempenhavam atividades de operação (ex: torrista, instrumentador, etc), de manutenção (ex: pintor, soldador, etc) e de apoio (ex: digitador, motorista, etc). Desse total, aproximadamente 80% trabalhavam diretamente na planta da Petrobras. Relativamente aos efetivos foram aplicados 103 questionários em três campos de produção da região de Mossoró.

Em relação aos dados iniciais que serão apresentados podem ser antecipadamente destacados dois aspectos: primeiro, a atuação do Estado, por meio da Justiça e do Direito, como regulador das formas jurídicas que acomodam e expressam a relação de compra e venda da força de trabalho; e segundo, o modo como as condições de trabalho – uma vez moldadas sob a terceirização - contribuem para a precarização das relações de trabalho. Tais aspectos serão abordados inicialmente a partir das demandas judiciais e da ação de fiscalização do Estado sobre as relações de trabalho.

6.2. As demandas judiciais: uma face do processo de compra e venda força de trabalho

A etapa preliminar da primeira parte do levantamento abrangeu todo o Estado do RN e foi importante para se definir o espaço privilegiado do objeto da pesquisa. As informações foram coletadas nas sedes dos órgãos da Justiça do Trabalho, restringindo-se àquelas que têm jurisdição sobre as áreas (Natal¹³⁹; Mossoró¹⁴⁰;

¹³⁹ Jurisdição de Natal: Bom Jesus, Extremoz, Ielmo Marinho, Macaíba, Natal, Parnamirim, Pedra Preta, Riachuelo, São Gonçalo do Amarante, São Paulo do Potengi, São Pedro e Santa Maria.

¹⁴⁰ Municípios contemplados pela jurisdição de Mossoró: Apodi, Areia Branca, Baraúna, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Grossos, Itaú, Mossoró, Olho D'Água dos Borges, Serra do Mel, Severiano Melo, Umarizal, Tibau;

Assu¹⁴¹; e Macau¹⁴²) nas quais há a atuação das empresas que prestam serviços à Petrobras. Esses dados, expostos no gráfico a seguir, contemplam o período compreendido entre janeiro de 1998 e fevereiro de 2002.

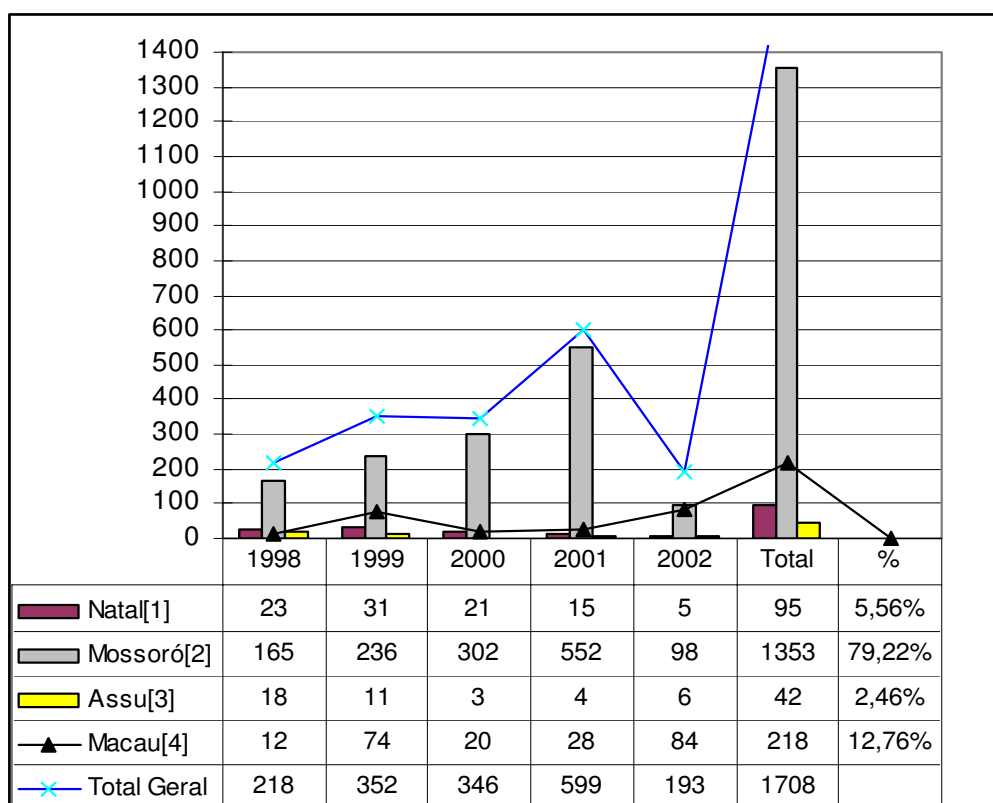


Gráfico 7 – Ações ajuizadas contra as empresas contratadas (1998-2002).
Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base em levantamento de dados colhidos perante a Justiça do Trabalho do RN em 2002.

O gráfico apresentado trata de ações ajuizadas, não se refere, ainda, ao número de condenações. Algumas reclamações ajuizadas foram arquivadas ou não chegaram a ser objeto de decisão judicial em face da existência de acordos judiciais. Em grande parte elas não refletem de modo absoluto o que há de desrespeito à legislação trabalhista, mas sinalizam para a existência de uma “terceirização predatória”¹⁴³. Os órgãos da Justiça do Trabalho de Mossoró informaram que muitos trabalhadores não chegaram a reclamar os seus direitos, seja porque fazem acordo diretamente na empresa, seja porque não têm conhecimento do que a lei lhes assegura.

¹⁴¹ Jurisdição de Assu: Angicos, Assu, Bodó, Campo Grande (Augusto Severo), Carnaubais, Fernando Pedrosa, Ipanguaçu, Itajá, Janduís, Lajes, Paraú (Espírito Santo do Oeste), Porto do Mangue, Santanda dos Matos, São Rafael, Upanema, Triunfo Potiguar.

¹⁴² Jurisdição de Macau: O respectivo Município e os de Afonso Bezerra, Alto do Rodrigues, Caiçara do Norte, Galinhos, Guamaré, Jandaíra, Pedro Avelino, Pendências, São Bento do Norte.

¹⁴³ O conceito de terceirização predatória utilizado aqui é o mesmo empregado pelo DIEESE (1993).

É importante salientar que em cada uma das 1708 ações, os trabalhadores reclamaram num mesmo processo judicial contra a empresa tomadora e a Petrobras. Esta foi chamada para fazer parte do pólo passivo da demanda judicial como uma forma de garantir o cumprimento da eventual condenação da empresa de terceirização. Isso significa que quando o empregador não paga judicialmente ao “terceirizado” o valor atinente aos direitos trabalhistas, cabe à Petrobras (na qualidade de litisconsorte¹⁴⁴ processual) arcar com o pagamento da dívida.

A pesquisa revelou que de todos os processos trabalhistas nos quais a empresa Petrobras S.A. figura como reclamada, 89,28% dizem respeito a ações movidas por empregados de empresas contratadas.

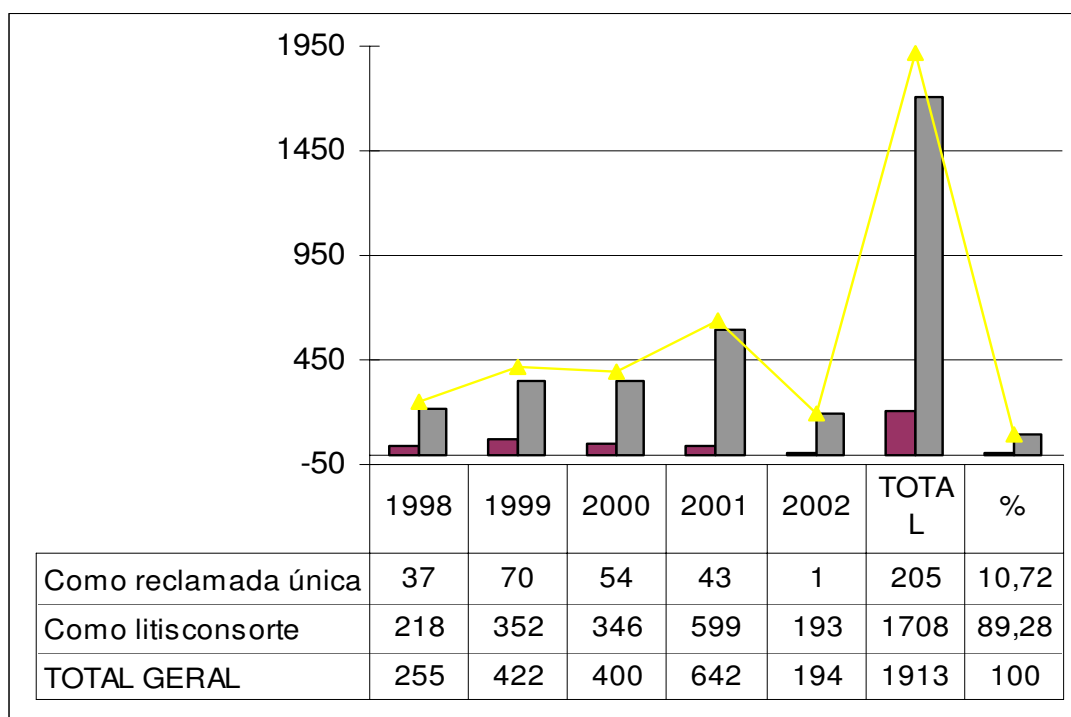


Gráfico 8 – Ações ajuizadas contra a Petrobras (Período jan-1998 a fev-2002).

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base em levantamento de dados colhidos perante a Justiça do Trabalho do RN em 2002.

Os dois gráficos anteriores indicam simultaneamente um alto grau de litigiosidade em relação à terceirização no setor de petróleo e, por último, a importância de Mossoró como espaço dessas relações conflituosas entre os trabalhadores e as empresas de terceirização. Com efeito, das 1.708 ações

¹⁴⁴ Litisconsorte é o termo jurídico utilizado para designar a pessoa que, juntamente com outra ou outras, é parte de um mesmo processo na qualidade de co-autor (litisconsórcio ativo) ou de co-réu (litisconsórcio passivo).

existentes no Estado do Rio Grande do Norte, 1.353 delas foram ajuizadas em Mossoró.

Portanto, elegeu-se aqui Mossoró como foco de análise, tanto pela importância da Petrobras na região quanto pelo fato de inexistir pesquisa relacionada à questão da terceirização na aludida região.

A partir daqui os levantamentos da pesquisa restringem-se à Mossoró. A Justiça do Trabalho deste Município recebeu o equivalente a quase 80% das reclamações trabalhistas dos empregados das empresas contratadas no RN, em relação ao período pesquisado.

Esse percentual pode ser explicado pelo maior número de poços da Petrobras e o maior fluxo de serviços que estão localizados na aludida região. Com efeito, é na área do Ativo de Produção Mossoró que estão os maiores campos produtores de petróleo do Estado, entre os quais o que fica localizado no Canto do Amaro, conforme já exposto, considerado o maior campo terrestre do Brasil.

Na época da primeira parte do levantamento da pesquisa (março/2002), existiam em Mossoró 4.124 trabalhadores prestando serviços à Petrobras, dos quais 3.224 eram vinculados às empresas contratadas, segundo informe do Setor de Comunicação da empresa.

Essa segunda etapa da pesquisa teve por objetivo mostrar – sob a ótica do Judiciário - quais são os direitos violados pelas empresas de terceirização. A amostra foi feita a partir da análise de 460 causas judiciais trabalhistas, que tramitaram perante os órgãos da Justiça de Trabalho de Mossoró, envolvendo 51 contratadas que foram condenadas a pagar o valor total de R\$ 3.223.437,74.

A metodologia levou em consideração seis blocos de direitos trabalhistas, a saber: 1º bloco: aviso prévio, férias e 13º salário; 2º bloco: o FGTS e a multa de 40% em caso de demissão sem justa causa; 3º bloco: o adicional de insalubridade ou de periculosidade; 4º bloco: o salário; 5º bloco: a anotação ou a retificação da CTPS (carteira de trabalho e previdência social); e 6º bloco: outros direitos não especificados.¹⁴⁵

¹⁴⁵ Os dados judiciais levam em conta a análise de 460 processos judiciais, ou seja, o equivalente a 100% das condenações impostas às empresas contratadas no período compreendido entre janeiro de 1998 e fevereiro de 2002.

Observando essa metodologia, o gráfico seguinte revela a relação entre os direitos trabalhistas violados e o quantitativo de processos em que houve a condenação das empresas de terceirização.

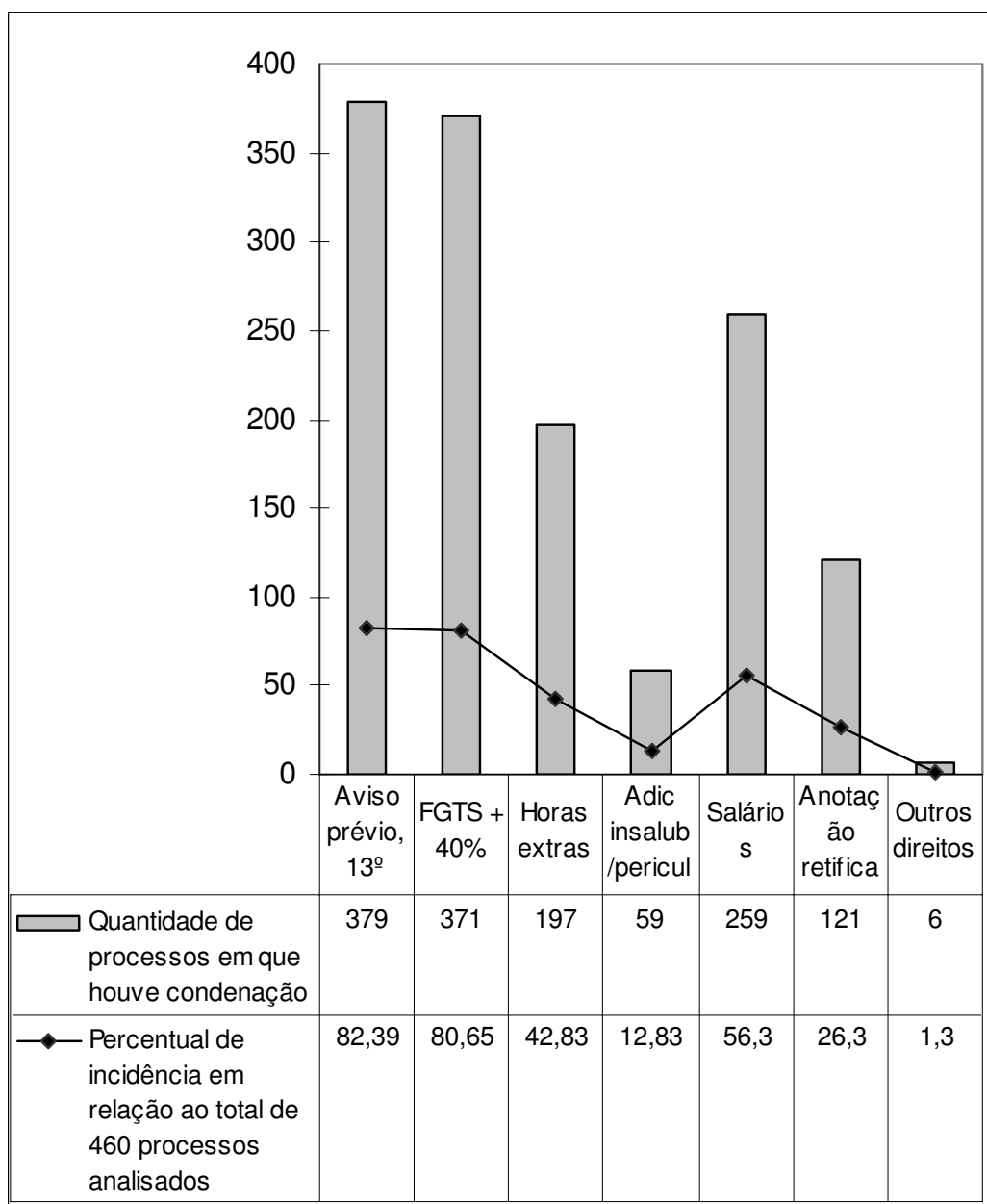


Gráfico 9 – Ações judiciais. Terceirizados. Relação entre os direitos trabalhistas violados e o número de processos em que houve a condenação das terceiras.
 Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base em levantamento de dados colhidos perante a Justiça do Trabalho do RN em 2002.

Comparando-se os três últimos gráficos apresentados observa-se que pouco menos de 1/3 das ações ajuizadas chegam a ter efetivamente uma condenação judicial. Isso ocorre na maioria das vezes e principalmente por três motivos: primeiro,

o trabalhador chega a um acordo com a empresa antes de o feito judicial ser concluído para o julgamento; segundo, ele desiste da reclamação, independentemente de ter havido conciliação; terceiro, a reclamação é arquivada por falta de comparecimento do reclamante para depor perante a Justiça.

O levantamento retratado no gráfico 9 indica que em pouco mais de 80% dos casos, as empresas são devedoras em relação às verbas devidas por ocasião da rescisão, tais como aviso prévio, FGTS + 40%, férias e 13º salários vencidos. A inadimplência, nesse caso, é uma forma de a empresa apropriar-se, provisória ou definitivamente, daquilo que originariamente deveria ser destinado para remunerar o trabalho despendido pelo empregado. Nesse sentido, um dos prepostos ouvidos afirmou:

“O valor da condenação, que a empresa está sendo obrigada a pagar hoje, funcionou, durante esses três anos de tramitação do processo, como uma espécie de empréstimo compulsório”. (Representante de uma empresa de terceirização).¹⁴⁶

Essa visão patronal, embora não deva ser generalizada, sinaliza que, para a empresa, o fato de esta ser obrigada a pagar judicialmente a quantia correspondente às verbas trabalhistas, é uma situação previsivelmente vantajosa. A inadimplência tornou-se, portanto, um “bom negócio” para as empresas à medida que estas utilizaram a alternativa de barganhar com o trabalhador. Este, por outro lado, para não ser obrigado a ver a sua ação judicial perambular por anos pelos tribunais, “aceita” – na maioria dos casos - um valor aquém do que lhe é devido. Além desse prejuízo, o trabalhador tem que arcar com o pagamento das despesas em relação ao advogado. Não sem razão, as negociações na Justiça do Trabalho se transformaram num grande negócio para as empresas, haja vista que a disputa judicial lhes favorece mais do que uma instituição financeira, pois se esta lhes cobra com juros e correção, no conflito trabalhista os empregadores costumam pagar tardiamente e, quando há acordo judicial, não raro expurgam parte da correção monetária incidente sobre a dívida e obtêm um considerável desconto.

Essa lógica empresarial é respaldada, em parte, por meio da legislação vigente. Assim, de acordo com os dispositivos legais¹⁴⁷, os juros incidentes sobre os débitos de natureza trabalhista estão hoje fixados em 1% ao mês (12% ao ano) e são, por isso, os mais baixos de todo o Judiciário. A Justiça Comum e a Justiça

¹⁴⁶ Em entrevista concedida ao autor em setembro de 2005.

¹⁴⁷ Art. 39, da Lei 8.177/91.

Federal aplicam, em relação à cobrança de tributos e de contratos comerciais, os juros equivalentes à taxa SELIC, o que implica num percentual equivalente a 26% ao ano. A baixa taxa de juros praticada pelo Judiciário trabalhista serve para explicar, em parte, o alto índice de demandas trabalhistas no Brasil. Porém, o número de litígios figura como o sintoma que aponta para o rebaixamento das condições de trabalho. Conforme números divulgados pelo TST, foram ajuizadas na Justiça do Trabalho 2.198.338 ações no ano de 2004 (BRASIL, 2005). Desde a implantação do Plano Real, em 1994, a Justiça do Trabalho vem recebendo uma média de mais de 2 milhões de novas ações trabalhistas por ano¹⁴⁸. O que recrudesce mais a situação é o fato de que um recurso demora em média 43 meses para ser apreciado pelo TST.

Outro fator que favorece o rebaixamento das condições de trabalho, relativamente aos trabalhadores terceirizados, diz respeito ao modo como a Petrobras age na sua relação com as empresas de terceirização. A análise das ações trabalhistas revela que a fiscalização da empresa estatal sobre as terceirizadas é ineficiente. Não há, portanto, um controle eficaz da Petrobras em relação aos recolhimentos de FGTS e de verbas previdenciárias pelas empresas contratadas. A precariedade da fiscalização concorre, ainda, para a contratação de trabalhadores sem carteira assinada. Considerável parcela (26,3%) dos casos analisados diz respeito à falta ou à irregularidade no registro dos empregados. Observa-se, ainda, que mais da metade dos casos envolve a condenação ao pagamento de salários. Dessa forma, o nível de insegurança do terceirizado, quanto ao recebimento da sua remuneração, torna-se um sintoma das condições que influenciam a sua subsistência e a da sua família.

Nos casos pesquisados observa-se que em 42,83% houve a condenação ao pagamento de horas extras. Esse percentual sinaliza a existência de uma força de trabalho nas empresas que não é suficiente para exercer as suas atividades dentro do horário normal de trabalho. Ademais, o trabalho habitual em jornada extraordinária, além de possibilitar os efeitos psicofisiológicos oriundos da fadiga e da excessiva racionalização dos serviços, priva o trabalhador do lazer e da

¹⁴⁸ Segundo o Relatório Geral da Justiça do Trabalho, divulgado pelo TST, em 1976-1980 foram autuados 3.037.948 processos trabalhistas e no período de 1996-2000 foram autuados 11.979.148 processos (BRASIL, 2005).

sociabilidade, ao passo que contribui para o aumento da exploração do sobretrabalho, conforme ratificam as ações judiciais ora analisadas.

O trabalhador, ao reclamar judicialmente a atuação do “Estado Restrito”, expressa uma consciência contingente de ter sido lesado contratualmente. Nesse sentido ele é encorajado a acreditar que a observância das regras contratuais aponta para a afirmação da sua condição de cidadania (sujeito de direitos). Essa contradição implícita, além de fazer a ligação entre cidadania, direitos individuais e os meios jurídicos e institucionais, postos à disposição do trabalhador para que este venha a reclamar os seus direitos, tem como consequência possibilitar uma “naturalização” do conflito e do conteúdo do contrato de compra e venda da força de trabalho. Desse modo, o trabalhador concebe o salário como algo que é pago pelo capitalista e o trabalho como algo que é estranho ao resultado da sua ação. Enquanto indivíduo, ele pede à Justiça o reconhecimento do conteúdo da “relação de exploração” havida com o capitalista. É em relação a esse conteúdo que o direito – por meio das formas jurídicas concretas – assume um papel relevante para o modo de produção vigente. O direito, ao corporificar em normas a expressão ideológica do “Estado Amplo”, potencializa o controle do capitalista na apropriação do trabalho excedente. Esse aspecto é algo que Marx (1989, p. 70) já ressaltou ao falar sobre as relações do Estado e do direito com a propriedade: “Este Estado não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses dão a si mesmos por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e os seus interesses.”

Os dados levantados a partir dos processos judiciais trabalhistas, como no presente caso, evidenciam a terceirização como retomada de um modelo organizacional que, ao voltar-se para a intensificação da forma de apropriação de mais-valia, confirma a subsistência do conflito de classes e o caráter de centralidade do trabalho. Isso quer dizer que se o trabalho é vital para a reprodução do ser social e para a produção de mercadorias, não há como ser capitalista sem que haja a apropriação da riqueza que é regida pela lei do valor.

O atual ciclo de expansão financeira coincide com o aperfeiçoamento do controle jurídico da apropriação do trabalho. O Estado Restrito converte o seu aparato judicial para complementar esse controle capitalista sobre o processo de compra e venda da força de trabalho. É nesse sentido que a Justiça do Trabalho, portanto, configura-se num espaço privilegiado no qual a força de trabalho e o

salário se confrontam como mercadorias a serem trocadas. Ocorre que, na hipótese em análise, essa “troca judicializada” tem uma dupla particularidade: primeiro, ela ocorre, na maioria dos casos, muito tempo depois que a mercadoria trabalho já foi apropriada e consumida, de sorte que o direito de o trabalhador exigir o seu crédito é assim postergado; segundo, a partir do momento em que vendedor e comprador atribuem um *status* contratual à referida troca, emerge a tentativa de descaracterizar duplamente a relação de classes: seja ao tentar reduzi-la a uma mera relação salarial; seja ao tentar transformar um conflito que é marcadamente de classes em um litígio individual ou setorizado.

No contexto dessa “troca judicializada”, o modo de atuação do “Estado Restrito” confirma o seu caráter de instrumento de classe, mecanismo privilegiado que sonda as relações concretas, assimila os antagonismos e perverte-os em nome da manutenção do modo de produção. O “Estado Restrito” estrutura-se, portanto, na precedência do direito do capitalista de explorar a força de trabalho. O direito, sob esse aspecto, é uma técnica, inspirada na superfície de uma relativa concepção de “justiça”, utilizada para assegurar os meios de subsistência úteis à reprodução da mercadoria trabalho. Os desdobramentos das condicionalidades dessa reprodução podem ser percebidos também na atuação dos mecanismos de fiscalização estatal, conforme se verá a seguir:

6.3. O cálculo capitalista e a pertinência da lei do valor: a fiscalização da DRT em Mossoró-RN e a precarização das condições de trabalho

A DRT é o órgão do Ministério do Trabalho e Emprego incumbido de fiscalizar se as empresas estão cumprindo a legislação trabalhista, inclusive em relação às normas de higiene, saúde e segurança do trabalho. No Rio Grande do Norte, a DRT concentra a fiscalização principalmente na capital do Estado e em Mossoró-RN, cidade esta onde está situada uma Sub-DRT (Sub-Delegacia Regional do Trabalho).

Desde 1991, a Sub-DRT de Mossoró-RN conta em média com o trabalho de apenas quatro fiscais, sendo que um destes está fora da atuação de campo, haja vista que exerce cargo de chefia. Os três fiscais que restam estão voltados para a

ação fiscal propriamente dita. A área de fiscalização dos citados servidores, em tese, abrange toda a região oeste do Rio Grande do Norte¹⁴⁹. Porém, o efetivo sequer é suficiente para dar conta da fiscalização em relação às empresas estabelecidas na cidade de Mossoró. Nesta, só no ramo de comércio existem aproximadamente 1300 empresas a serem fiscalizadas. Vale ressaltar que dos três fiscais, dois são especializados em legislação, isto é, são voltados mais para analisar os aspectos jurídicos da documentação exigível das empresas fiscalizadas. Apenas um fiscal é especializado em engenharia de segurança do trabalho. Portanto, somente este é capacitado com conhecimentos técnicos suficientes para detectar e avaliar os problemas relacionados a questões como: prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações; fatores ergonômicos (postura, luminosidade, ventilação, ruído, esforço físico, *layout*, locomoção, etc); proteção contra incêndio, explosões; etc. Não há no quadro de fiscais nenhum médico do trabalho, profissional este capacitado para avaliar o meio ambiente do trabalho, notadamente no que diz respeito à existência de fatores relacionados às doenças ocupacionais (prevenção, promoção da saúde, reabilitação, stress, DORT, etc).

A estrutura do sistema de fiscalização das relações de trabalho no Brasil está convenientemente voltada para as empresas maiores por dois motivos: primeiro, a gratificação de produtividade percebida pelos auditores está atrelada ao maior número de fiscalizações em relação aos registros de empregados e aos recolhimentos de FGTS, de sorte que termina sendo mais cômodo para o fiscal analisar a documentação de empresas maiores e mais organizadas (CARDOSO; LAGE, 2006); segundo, o atual número de fiscais, tanto nas demais localidades quanto em Mossoró, é insuficiente para dar conta da diversidade dos espaços de produção provenientes da terceirização e das relações informais.

Em Mossoró, mesmo nas grandes empresas, a jornada de trabalho só é fiscalizada esporadicamente, principalmente quando há uma solicitação prévia e específica de um sindicato ou do Ministério Público do Trabalho. Nas empresas com

¹⁴⁹ Incumbe à Sub-Delegacia Regional do Trabalho de Mossoró a fiscalização de 58 (cinquenta e oito) municípios, abrangendo desde Macau, na Região Central; Caicó, no Seridó; e Luis Gomes, no Alto Oeste, divisa com Ceará e Paraíba. Segundo o Dr. Ronaldo Filgueiras, cada auditor lotado em Mossoró fiscaliza, em média, 30 empresas/mês, já incluídas aquelas referentes às metas estabelecidas pelo MTE, as denúncias de trabalhadores e sindicatos, as demandas do Ministério Público e da Justiça do Trabalho.

até dez empregados, a fiscalização em Mossoró é inexistente¹⁵⁰, na medida em que tais unidades produtivas estão desobrigadas por lei a manterem documentação relativa a controle de frequência de horário de seus empregados.¹⁵¹

Na maioria dos casos, o Juiz do Trabalho, ao verificar que a empresa de terceirização descumpriu a legislação trabalhista, comunica o fato à autoridade do órgão local do Ministério do Trabalho para que esta adote as providências de fiscalização e, se preciso for, de autuação. No caso dos processos judiciais analisados na presente pesquisa, verificou-se que das 51 empresas, a DRT procedeu à fiscalização em 38 delas, no período de 1998 a 2004. Algumas empresas não foram procuradas pela fiscalização, outras não foram localizadas porque mudaram de endereço ou porque encerraram as suas atividades em Mossoró em razão de não terem renovado o contrato de prestação de serviço com a Petrobras. Na ação fiscal, o órgão verificou que apenas 02 (duas) empresas não apresentavam irregularidades. Examinando os processos de autuação das 36 empresas infratoras, foram verificados os seguintes tipos de infração, segundo os blocos temáticos que seguem explicitados no quadro¹⁵² a seguir:

AÇÕES FISCAIS (AF) DA DRT - PRINCIPAIS INFRAÇÕES EM RELAÇÃO ÀS CONTRATADAS PELA PETROBRAS NA REGIÃO DE MOSSORÓ									
EMPRESA	REGISTRO	JORNADA	DESCANSO	SALÁRIO	FGTS	RAIS	CCT	EMPDO	AF
UNIÃO NACIONAL DE PERFURAÇÃO LTDA	6	2	1	1	2		3	145	14
LAF MANUTENÇÃO E MONTAGENS INDUSTRIAIS	6	4	4	4	5		6	136	16
E. FERREIRA VEÍCULOS			1		1		1	52	5
PROTASIO LOCAÇÃO E TURISMO	2	2	1	2	2			33	17
SOS SISTEMA OSTENSIVO DE SEG E TRANSP DE VALORES	3	2	2	14	10	1		127	35
HOTEL CAPITÃO H TURISMO	3			2	2		2	18	4
ALDEOTA LOCAÇÃO E TURISMO	4						2	186	7
HERNAVE MARÍTIMA LTDA	4	1	1	5	4		4	28	14
CCR CONST E COM DE REFRIGERAÇÃO	2				1	2	5	10	2
ORION ENG DE POÇOS	2						2	79	5
CORNER PETRÓLEO LTDA	1				2		1	54	18
CONASP CONST SPINELLI	2		1		3		3	6	6
ENGEQUIP – ENG DE EQUIPAM LTDA	7	1	2	2	3		8	578	27

¹⁵⁰ As informações sobre a ação da DRT na região de Mossoró-RN foram fornecidas pela chefia de fiscalização do próprio órgão, em 16 de agosto de 2006.

¹⁵¹ Somente as empresas com mais de dez empregados têm a obrigação de manter registro do horário de trabalho. Nesse sentido, o § 2º do art. 74 da CLT dispõe: “Para os estabelecimentos de mais de dez trabalhadores será obrigatória a anotação da hora de entrada e saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, devendo haver pré-assinalação do período de repouso.”

¹⁵² No quadro consta o número total de empregados da empresa, não apenas aqueles que trabalham em Mossoró. O objetivo é mostrar o porte da empresa com base no seu quadro funcional. Para algumas empresas envolvidas no ramo de exploração e manutenção de poços de petróleo é comum a remoção de trabalhadores de uma localidade para outra. A GDK, por exemplo, conforme a exigência dos serviços, remove trabalhadores da Bahia para o Rio Grande do Norte e vice-versa.

MAKRO ENG LTDA	4	1	2	2	2	2		110	28
SAMPACOOOPER – COOPERATIVA DE TRANSPORTES	4							9	6
GDK ENG LTDA	7	9	9		2	1		6273	49
LOCAVEL – LOC DE VEÍC E SERV	8	5	4	6	5			302	28
SERTEL – SERV DE INSTAL. TEC LTDA	7	6	8	12	11			481	58
MARINER MONTAGEM IND							1	16	2
VIPETRO – VILMAR PEREIRA CONST E MONTAGEM	12	9	4	8	10			287	40
PREST – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS LTDA	3	4	2	2	2			235	12
EMPERCOM – EMP DE MONT E SERV GERAIS	9			1	1		3	180	11
METALÚRGICA RN LTDA	3			1	1				5
EMP DE TRANSP TURISMO				2	2				21
AZEVEDO TRAVASSO ENG	4	9	7	4				376	30
NORSERGE – NORTE SERV. E PERFUR LTDA	4	7	3	4	5			689	46
FORTEKS- ENG E SERV. ESP	11	1	8	8	8			627	33
CEMSA – CONST ENG E MONTAG	8	9	7	10	26				87
REAL SALVADOR TRANSP CARG		1		1	2			20	18
RELEVO CONST COM E REPRES	2	1	1	1	3		2	4	6
ELITE SERVIÇOS EMP	1			12	11			55	21
AZEVEDO E TRAVASSOS AS				3	4		1	4	7
MM SERVIÇOS MANUT E MONT	1	1	1	4	6			170	14
MEB – METALÚ BRASIL	4	1		1	4		1	2	8
LM								5	1
TRANA TRANSPORTES									1
LENILTON MOREIRA JÚNIOR		1					1		2
Total	134	77	69	112	140	6	46	11297	704

Quadro 5 – Contratadas pela Petrobras. Mossoró. Principais infrações (1998-2004).

Fonte: DRT-RN. Quadro elaborado pelo autor a partir da análise de 704 autos de infração.

O quadro 5 revela o seguinte: aproximadamente 80% das empresas investigadas apresentaram vínculos empregatícios com problemas de registro; 62,4% delas foram autuadas por irregularidades na jornada extraordinária de trabalho dos seus empregados; 54% foram multadas por terem suprimido parcial ou totalmente o intervalo para descanso; 67,5% apresentaram irregularidades em relação ao pagamento de salário. Por fim, o levantamento referente às 704 fiscalizações efetuadas pela DRT, demonstra que aproximadamente 80% das empresas investigadas apresentaram irregularidades em relação aos depósitos de FGTS, seja pelo atraso dos depósitos mensais ou mesmo pela falta total destes.

Outro dado da pesquisa demonstra que, consideradas as cinco principais espécies de infração cometidas pelas empresas, a metade das irregularidades diz respeito à falta de anotação da carteira de trabalho do empregado, isto é, à ausência de registro, conforme segue descrito no gráfico exposto adiante:

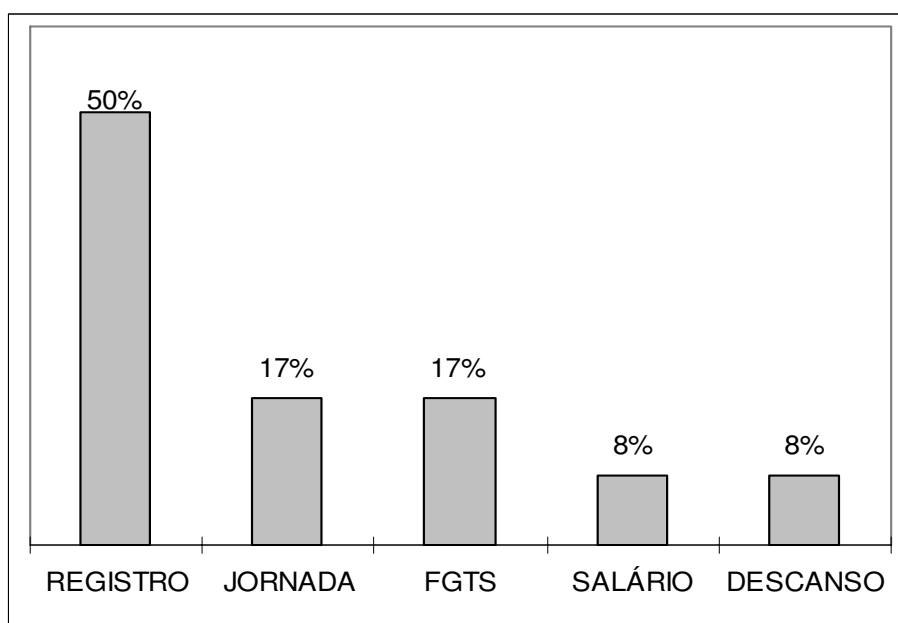


Gráfico 10 – Contratadas. Infrações mais recorrentes. (Período 1998-2004).
Fonte: DRT-RN. Gráfico elaborado pelo autor a partir da análise de 704 autos de infração.

O gráfico 10, ao evidenciar a existência de um grande percentual de trabalhadores sem registro na CTPS ou com registro incorreto, serve para se demonstrar como a informalidade, via terceirização, articula-se com os setores formais da economia, conforme tema já debatido no capítulo 3 deste estudo. Cruzando-se as análises dos autos de infração com as dos processos judiciais, constata-se que essa falta de registro é, em boa parte, decorrente das formas utilizadas pelas empresas para dissimular a existência do vínculo de emprego. Desse modo, autênticos assalariados são contratados como autônomos, cooperados, empreiteiros, etc. Isso revela que para o capitalista o simples fato de o trabalhador não ter carteira de trabalho assinada ou ser contratado sob denominações diversas não afasta a possibilidade de extração da mais-valia.

Ainda em relação às 36 (trinta e seis) prestadoras de serviços da Petrobras, efetivamente fiscalizadas, foi feito um levantamento - baseado nos autos de infração lavrados pela DRT - com o objetivo de identificar o tipo de Norma Regulamentadora (NR) que foi mais descumprida pelos empregadores. As NRs são regras que disciplinam os procedimentos a serem adotados obrigatoriamente pelos empregadores em matéria de medicina e segurança ocupacional. Cada NR cuida de um tema específico relacionado às medidas de prevenção da higiene, da saúde e da segurança dos trabalhadores, conforme o quadro a seguir:

NR POR NÚMERO E RESPECTIVA DISCIPLINA	
1	Regras gerais, p. ex., informar os trabalhadores sobre os riscos e permitir a fiscalização por parte dos rep trabalhadores
2	Casos em que a empresa deverá pedir ao MTE a realização de inspeção prévia em seus estabelecimentos
3	Situações que ensejam embargos ou interdição pela fiscalização
4	Obrigatoriedade de criação ou de manutenção do SESMUT - Serv. Esp. em Eng. de Seg. e em Medic do Trabalho
5	Obrigatoriedade de criação ou de manutenção da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes)
6	Obrigatoriedade de utilização de EPI (equipamento de proteção individual)
7	Obrigatoriedade do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional)
8	Requisitos técnicos de segurança e conforto a serem observados em trabalhos de edificações
9	Obrigatoriedade do PPRA (Programa de Prevenções de Risco Ambientais)
10	Requisitos de segurança e conforto a serem observados em instalações e serviços em eletricidade
11	Requisitos a serem observados no transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais
12	Medidas de segurança em relação à instalação, operação e manutenção de máquinas e equipamentos
13	Medidas de segurança em relação à instalação, operação e manutenção de caldeiras e vasos de pressão
14	Medidas relativas à construção, operação e manutenção de fornos industriais no ambiente de trabalho
15	Atividades e operações insalubres: limites de tolerância e medidas preventivas no ambiente de trabalho
16	Atividades e operações perigosas: Procedimentos e medidas preventivas no ambiente de trabalho
17	Ergonomia: parâmetros que permitam a adaptação às condições psicofisiológicas dos trabalhadores
18	Normas referentes às condições e meio ambiente do trabalho na Indústria da Construção Civil
19	Explosivos: Normas referentes a depósito, manuseio e transporte, de modo a preservar a saúde dos trabalhadores
20	Combustível Líquido e inflamável: depósito, manuseio e transporte, de modo a preservar a saúde dos trabalhadores
21	Medidas de prevenção a serem adotadas no trabalho a céu aberto, principalmente em minas e pedreiras
22	Métodos de saúde e seg ocupacional no Setor de Mineração, principalmente em trabalhos subterrâneos
23	Medidas de proteção contra incêndios no local de trabalho, de modo a preservar a saúde dos trabalhadores
24	Condições sanitárias trabalho: banheiros, vestiários, refeitórios, cozinhas, alojamento e água potável
25	Destino dos Resíduos industriais: medidas para preservar a saúde e a integridade física dos trabalhadores
26	Sinalização de segurança: utilização das cores no local de trabalho visando preservar a saúde do trabalhador
27	Registro do Técnico de Segurança do Trabalho no MTE: requisitos para o exercício profissional
28	Fiscalização e Penalidades: Procedimentos a serem adotados pela fiscalização do MTE
29	Segurança e saúde no trabalho portuário: regras específicas de saúde e prevenção de acidentes
30	Segurança e saúde no trabalho aquaviário: regras específicas de saúde e prevenção de acidentes
31	Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados: riscos e medidas preventivas
32	Segurança e saúde no trabalho em Estabelecimentos de Assistência à Saúde

Quadro 6 – Norma Regulamentadora (NR) por número e respectivo assunto.

Fonte: Portaria do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) nº 3214, de 08.jun.1978

Adiante segue um quadro-resumo concernente às infrações referentes aos itens de higiene, segurança e medicina do trabalho. Tais números foram apurados com base nas ações fiscais, realizadas pela Sub-Delegacia Regional do Trabalho na região de Mossoró, em relação às empresas contratadas pela PETROBRAS .

EMPRESAS E QUANTIDADE DE AUTUAÇÕES POR VIOLAÇÃO AS NORMAS REGULAMENTADORAS																							
NR	1	4	5	6	7	8	9	10	11	12	15	16	17	18	20	23	24	26	29	TOTAL			
EMP*																							
01	1	5	2	3	18		1			2							8						40
02	1	1	1	2	11		2							2			9						29
03	1		6	3	19		3									1	4						37
04			2	4	12	1	3	1	1	1			4			1	2	1					33
05			1	4	9		3									3	1		1				21
06				1	1		2					1			1								6
07	2		6	6	11		4			1						1	3						34
08	1		4	2	4		3																14
09					1									8									9
10		1	1	1	1		1										1						6
11		2	8	2	11		5		1	3						4	5						41
12	1		3	1	3		2			1						3	2						16
13		1	5	8	16		3	1		2	1			1		5	7						50
14	2		4	11	33		6		2	4				2		4	8						76
15			1	2	1												2						6
16	1	4	5	15	30		13			2		1		36		1	3						111
17	2		22	8	34		19	2				1				3	8						99
18	4	2	22	40	49		27	1	1	2	2	4	1	1		9	12						177
19					1		1																2
20	1	5	6	3	17		4	2						19		4	2						64
21		1			2		2		3			1											9
22		2			9		2							3									16
23																							
24			8	1	17			1		1						5	3						36
25	1		2	11	25	2	18		1	1		1		19		1	4						86
26	1	2	14	23	45		25	4	2	1	1			1		1	8	1					129
27	1		15	6	40		8	3				4		37			3						117
28	1	5	4	7	25		14	2		2		4	1	21			9						95
29			6	3	14	1	9	1		1						5	3						43
30			2		3		1							2									8
31			1	9	17		4				1		1	1		2	3						39
32			2	1	1																		4
33				1	6		2							4		2	2						17
34			2	2	1		2	1		2				1	1	1	1						14
35																							
36																							
37					1		1					1											3
	21	31	155	180	488	4	190	19	11	26	5	18	7	158	2	56	113	2	1				1487
* LEGENDA-CÓDIGO POR EMPRESA:																							
01. UNIÃO NACIONAL DE PERFURAÇÃO LTDA												19. MARINER MONTAGEM IND LTDA											
02. LAF MANUT DE MONT INDUSTRIAIS LTDA												20. VIPETRO – VILMAR PEREIRA CONST E											
03. E. FERREIRA VEÍCULOS LTDA												MONTAGEM											
04. PROTASIO LOCAÇÃO E TURISMO												21. PREST – PRESTAÇÃO DE SERV. GERAIS LTDA											
05. SOS SISTEMA OSTENSIVO DE SEG E TRANSP DE VALORES												22. EMPERCOM – EMP DE MONT E SERV GERAIS											
06. HOTEL CAPITÃO H TURISMO LTDA												23. METALÚRGICA RN LTDA											
07. ALDEOTA LOCAÇÃO E TURISMO												24. EMP DE TRANSP TURISMO LTDA											
08. HERNAVE MARÍTIMA LTDA												25. AZEVEDO TRAVASSO ENG LTDA											
09. CCR CONST E COM DE REFRIGERAÇÃO												26. NORSEGE – NORTE SERV. E PERFUR LTDA											
10. ORION ENG DE POÇOS												27. FORTEKS– ENG E SERV. ESP LTDA											
11. CORNER PETRÓLEO LTDA												28. CEMSA – CONST ENG E MONTAG											
12. CONASP CONST SPINELLI LTDA												29. REAL SALVADOR TRANSP CARG											
13. ENGEQUIP – ENG DE EQUIPAMEN LTDA												30. RELEVO CONST COM E REPRES											
14. MAKRO ENG LTDA												31. ELITE SERVIÇOS EMP											
15. SAMPACOOOPER –COOPERATIVA TRANSPORTES												32. AZEVEDO E TRAVASSOS SA											
16. GDK ENG LTDA												33. MM SERVIÇOS MANUT E MONT											
17. LOCAVEL – LOC DE VEÍC E SERV												34. MEB – METALÚ BRASIL LTDA											
18. SERTEL – SERV DE INSTAL. TEC LTDA												35. LM											
												36. TRANA TRANSPORTES											
												37. LENILTON MOREIRA JÚNIOR											

Quadro 7 – Contratadas pela Petrobras. Mossoró. Infrações por NR (1998-2004).

Fonte: DRT-RN - Quadro elaborado pelo autor a partir da análise de 704 autos de infração .

Essa última planilha de dados revela que a maioria das infrações refere-se ao descumprimento em relação às NRs 7 e 9, que dizem respeito à ausência no âmbito da empresa de programas de prevenção, a exemplo do PCMSO (Programa de

Controle Médico de Saúde Ocupacional) e do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais).

Os dados demonstrados pelo levantamento permitem a análise de dois aspectos: o primeiro, em relação ao modo como os trabalhadores reagem por meio da via judicial; e o segundo, em relação ao modo como os trabalhadores encaram a importância dos temas relacionados à segurança e à saúde no trabalho.

No tocante ao primeiro aspecto, embora relevante o número de empresas que descumpriram as regras atinentes à higiene, segurança e medicina do trabalho, a reação dos trabalhadores, escoada pelo estreito canal da via judicial, não foi capaz de provocar transformações nas condições de trabalho. Isso significa que a relação de precarização das condições de trabalho se conservou. Contribuiu, para a reprodução dessa situação, a forma de reação atomizada e espontânea, que possibilitou a “redução” de um conflito coletivo ao *status* de problema individual do trabalhador. A reação espontânea, por ter como foco o interesse individual lesado, tende a ser objetivada apenas pelo trabalhador que se sentiu diretamente atingido. Nessa hipótese, o trabalhador expressa a sua indignação que, para o Estado, tende a constituir-se numa estatística judicial. De outra forma, a reação refletida seria uma resposta articulada, preventiva e conscientizadora, que abarcaria a compreensão das condições e possibilidades de uma práxis capaz de resguardar o interesse do coletivo operário.

O segundo aspecto a ser observado é o de que as condições de trabalho tendem a modelar a visão de mundo dos petroleiros. As relações materiais a que estão submetidos os trabalhadores terceirizados influenciam a compreensão destes sobre as prioridades com as quais se defrontam no processo de compra e venda da força de trabalho. Desse modo, os trabalhadores terceirizados, diante da instabilidade proporcionada pelas condições de trabalho e da preocupação em relação à quantia salarial, tendem a dar pouca importância às questões atinentes à higiene e à segurança no trabalho. Tal constatação foi igualmente apontada em outra pesquisa realizada por Araújo (2001). Este, ao analisar sobre a terceirização numa refinaria da Petrobras, localizada no Rio de Janeiro, explicou que provavelmente a instabilidade dos terceirizados não lhes permite a aquisição de uma experiência capaz de torná-los conscientes sobre a profundidade dos riscos que envolvem a atividade nas plataformas.

O gráfico a seguir, aponta a percentagem das empresas que deixaram de cumprir a Normas Regulamentadoras 5 (CIPA), 6 (EPI), 7 (PCMSO), 9 (PPRA) e 18 (condições e meio ambiente do trabalho):

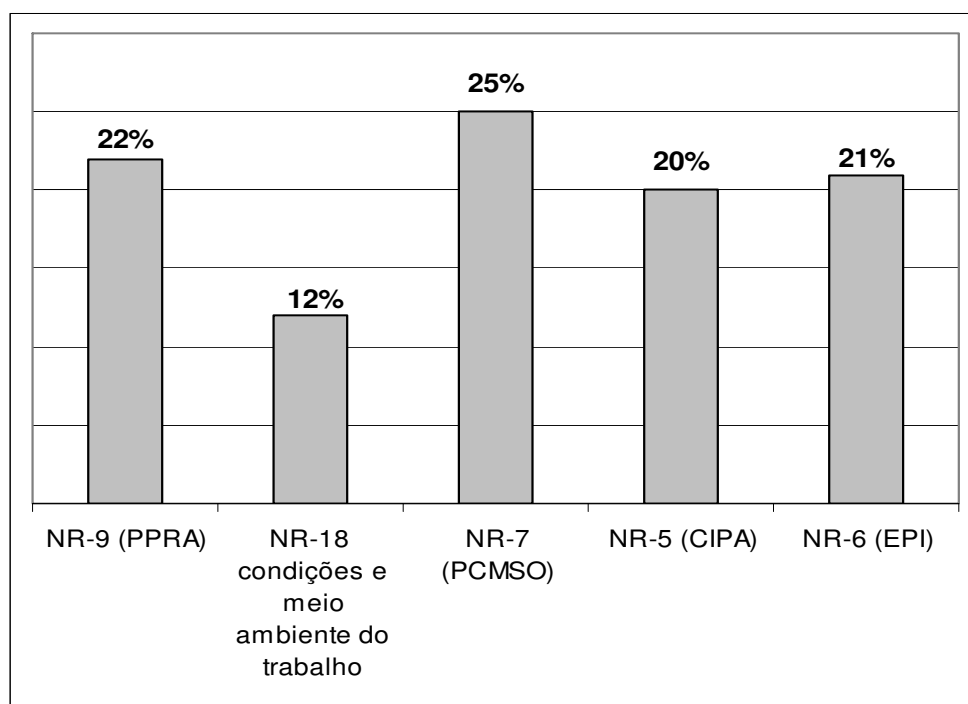


Gráfico 11 – Percentual de empresas por descumprimento às NR (Período 1998-2004).
Fonte: DRT-RN. Gráfico elaborado pelo autor com base em levantamento de dados colhidos perante a Sub-DRT de Mossoró em 2004-2005.

A pesquisa demonstra que, mesmo após 2002, as empresas contratadas pela Petrobras continuaram descumprindo os direitos básicos trabalhistas, implicando no agravamento da precarização das condições de trabalho, inclusive no aumento dos riscos à saúde e à integridade física dos trabalhadores.

A partir dos dados da fiscalização duas afirmações relevantes podem ser antecipadas: primeiro, a importância que a lei do valor continua tendo para explicar a terceirização; e, segundo, o modo calculado da empresa de terceirização encarar o “risco” de ser fiscalizada e punida pelo Estado.

Em relação à primeira afirmação, observa-se a importância do tempo de trabalho não pago pelo empregador. Com efeito, o registro, a jornada e o descanso são verbas trabalhistas que guardam certa correlação com o tempo de trabalho e o seu respectivo custo. Se o trabalho é considerado um fator que incorpora valor à mercadoria, a magnitude desse valor só pode ser o tempo de trabalho socialmente necessário. É nesse sentido que Marx (1994, p. 191) ressalta que “o valor da força

de trabalho reduz-se a uma soma determinada de meios de subsistência. Varia, portanto, no total dos valores despendidos para sua produção.” A produção, ainda que seja realizada fora das instalações do tomador de serviços, continua a ser dimensionada pelo capitalista a partir do fator tempo, pois é este que vai servir de parâmetro para a definição do *quantum* de subsistência do trabalhador.

Os reflexos da relação entre o capital e o trabalho, sobre a vida dos trabalhadores, podem ser percebidos mediante o descortinamento dos invólucros jurídicos que “encobrem” o processo de compra e venda da força de trabalho. Esse processo se relaciona com as condições necessárias para a criação de valor. Nem sempre esse referencial de valor é percebido de forma evidente. No caso da terceirização ele pode encontrar-se oculto nas entranhas das formas precarizantes e precarizadas do processo de exploração da mais-valia. Isso explica, em parte, porque a terceirização é uma das formas de organização da produção por meio da qual o capitalista coloca em movimento a força de trabalho, complexificando o processo real de subvalorização do trabalho. Se, para o capitalista, a força de trabalho só lhe comparece quando posta em ação, incumbe-lhe criar, recriar e articular as diferentes formas de apropriação do trabalho. Tais formas são potencializadas na ideologia de que o trabalhador se confronta - no mercado de compra e venda da mercadoria trabalho - em uma relação de igualdade e de liberdade.

No tocante à segunda afirmação, passa-se a analisar o “cálculo patronal”¹⁵³ a partir dos desdobramentos da atuação fiscal do Estado. O fato de a DRT ter competência para orientar, fiscalizar e autuar o empregador em relação às infrações cometidas com inobservância da legislação trabalhista não tem sido suficiente para reduzir o número de infrações praticadas pelas empresas de terceirização que atuam no setor de petróleo da região de Mossoró-RN. Esse “cálculo” vem sendo historicamente construído pelas mesmas condicionalidades que marcam a participação do chamado “Estado Amplo”. Durante a década de 1990 algumas atuações das delegacias do trabalho foram vistas por setores do governo federal

¹⁵³ O termo “cálculo patronal” não é empregado aqui com o objetivo de reduzir as causas da extração da mais valia às escolhas ou à vontade do capitalista, mas importa compreendê-lo como referência ao poder que o capital assume em relação ao trabalho em razão das condicionalidades do modo de produção vigente. Nesse sentido Marx afirma que “a vontade do capitalista consiste em encher os bolsos o mais que possa. E o que temos a fazer não é divagar acerca da sua vontade, mas investigar o seu poder, os limites desse poder e o caráter desses limites” (MARX, 1982, p. 335).

como um fator de comprometimento da produtividade ou da competitividade entre as empresas. Tal “reação” foi articulada com a implantação das medidas neoliberais adotadas pelos governos dos países em desenvolvimento. Estes alargaram, portanto, as hipóteses de permissibilidade das relações flexíveis de trabalho. Isso afetou o setor de fiscalização, tanto que na primeira metade da década de 1990 o número de fiscais reduziu.

Para o empregador, o cumprimento da legislação é algo calculado conforme a lógica de reprodução da relação capitalista. Nesse sentido, o risco pode compensar a flexibilidade na forma de admissão do trabalhador e na execução do contrato de trabalho. A horizontalização da produção e a proliferação de empresas de pequeno porte dificultam a fiscalização, visto que tais empreendimentos adquirem uma mobilidade capaz de fugir do raio de ação das visitas dos fiscais. O risco é calculado, uma vez que no custo dessa produção está cogitada a possibilidade de o empregador vir a responder pelas infrações que comete. Mas essa possibilidade de ser “importunado” pelos auditores estatais torna-se cada vez mais difícil, principalmente porque há uma tendência de a fiscalização focar mais freqüentemente as grandes empresas. Multas decorrentes das atuações fiscais costumam ser aplicadas quando o próprio empregado toma a iniciativa de reclamar diretamente à DRT ou à Justiça do Trabalho. A multa por si não inibe essa prática patronal, mesmo porque a simples infração não implica para o empregador a inviabilidade do negócio. A legislação¹⁵⁴ permite ao infrator pagar a multa no prazo de dez dias (com 50% de desconto) ou recorrer, tanto administrativamente quanto judicialmente.

6.4. Os petroleiros e a realidade do trabalho

Até aqui foram apresentados e comentados os dados coletados juntos à Justiça do Trabalho e à Sub-Delegacia Regional do Trabalho. A partir deste ponto, serão expostos e analisados alguns temas e variáveis das condições de trabalho,

¹⁵⁴ O § 6º, do art. 636, da CLT: “A multa será reduzida de 50% (cinquenta por cento) se o infrator, renunciando ao recurso a recolher ao Tesouro Nacional dentro do prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação ou da publicação do edital.”

cujas informações foram obtidas¹⁵⁵ por meio de questionários aplicados inicialmente aos petroleiros empregados das empresas de terceirização e, posteriormente, aos petroleiros do quadro de efetivos da Petrobras. Os dados exibidos dizem respeito aos trabalhadores localizados na região de Mossoró-RN.

O resultado do levantamento de informações por meio de questionários reforça a demonstração de que efetivos e terceiros são afetados pela precarização das condições de trabalho e alterações das condições de produção. Ademais, ela contribui para demonstrar que é o conteúdo do trabalho, e não a forma do contrato adotado, quem define a condição de petroleiro. Desse modo, inexistente base fática para se diferenciar a força de trabalho constituída de efetivos e “terceirizados”, posto que ambos são de fato petroleiros, embora submetidos a níveis distintos e combinados de um mesmo processo de precarização que aprofunda o controle do capital sobre o trabalho. Para uma melhor compreensão das implicações desse processo, as análises sobre as condições de trabalho serão complementadas, a seguir, a partir das informações sobre os não efetivos e sobre os efetivos, possibilitando, por fim, uma comparação entre ambas.

6.5. A força de trabalho dos petroleiros da Petrobras

Os estudos sobre as condições e relações de trabalho dos empregados efetivos da Petrobras, no Estado do Rio Grande do Norte, foram complementados pela aplicação de questionários a 103 trabalhadores, durante o mês de maio de 2006. As entrevistas foram realizadas em três campos de produção localizados na região de Mossoró, a saber: Canto do Amaro; Riacho da Forquilha; e Fazenda Belém. Foi distribuído a cada trabalhador um questionário, contendo 10 perguntas abertas e 22 fechadas. As perguntas estavam divididas em blocos temáticos: identificação pessoal (idade, sexo e escolaridade); situação no emprego (atribuições, treinamento, qualificações, carreira); remuneração; duração do trabalho; condições

¹⁵⁵ Conforme já antecipado, no item 7.1, o levantamento de informações por meio de questionários diz respeito à pesquisa intitulada “Reestruturação produtiva, condições e relações de trabalho no setor de petróleo do RN”. Os dados dessa pesquisa serviram de subsídios para o fórum corporativo formado pela FUP, Sindicato dos Petroleiros e Petrobras, com o objetivo de avaliar o quadro de pessoal efetivo da empresa no RN.

de segurança, saúde e meio ambiente; gestão das inovações tecnológicas e organizacionais; e informações sobre as terceiras. Dois terços (2/3) dos entrevistados eram operadores. Os demais estavam divididos entre engenheiros, químicos, técnicos de segurança e auxiliares, sendo que 13,6% destes exerciam função de mando ou supervisão. A maioria era de trabalhadores homens (97,1%) e com 2º grau completo (69,9%).

Noventa e oito petroleiros não efetivos da Petrobras, vinculados a vinte e uma empresas distintas, responderam aos questionários. Estes foram aplicados em três ocasiões diferentes¹⁵⁶ e contemplaram trabalhadores classificados em três espécies de atividades: produção, manutenção e apoio (vigilância, transportes, limpeza, etc). O perfil médio dos petroleiros vinculados às empresas de terceirização pode ser esboçado segundo a representação exposta no gráfico a seguir:

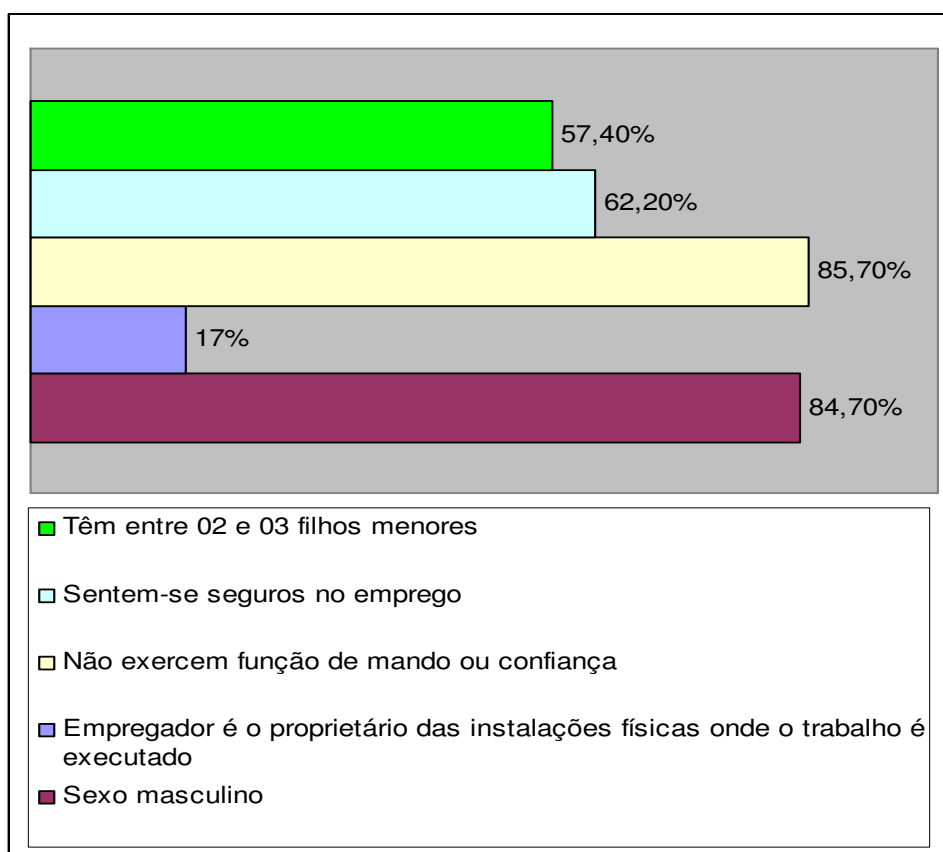


Gráfico 12 – Perfil médio dos petroleiros das empresas de terceirização.

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base em levantamento de dados da pesquisa de campo – 2004-2005 (cf. questionários).

¹⁵⁶ Os questionários foram aplicados em três momentos e locais diferentes: 47 no campo (Mossoró), entre os meses de março e abril de 2004; 37 durante o Congresso Estadual dos Petroleiros, realizado em Natal no dia 20 de maio de 2004; e 14 por ocasião do Encontro Estadual dos Trabalhadores das Subcontratadas da Petrobras, realizado em Mossoró, em 26 de junho de 2004.

No gráfico anterior vale destacar que os terceirizados realizam o trabalho nas instalações da própria Petrobras, possibilitando a esta exercer um controle direto sobre a aludida força de trabalho. Segundo as informações do geólogo Cláudio Peroba, a terceirização no setor de petróleo difere daquela que comumente ocorre em outros setores, uma vez que o caráter contínuo do trabalho do petroleiro tem a particularidade de possibilitar, na maioria dos casos, a concentração da força de trabalho no âmbito das instalações da Petrobras. Dessa forma, é comum aos terceirizados executarem suas atribuições sob o controle e a fiscalização desta empresa. Tal controle, conforme afirmou o engenheiro Irineu Andrade¹⁵⁷, é realizado por meio dos trabalhadores efetivos, e não por meio do pessoal das empresas cedentes.

Um outro dado relevante da pesquisa diz respeito à jornada flexível de trabalho dos petroleiros, o que sinaliza uma particularidade do controle sobre a força de trabalho dos terceirizados.

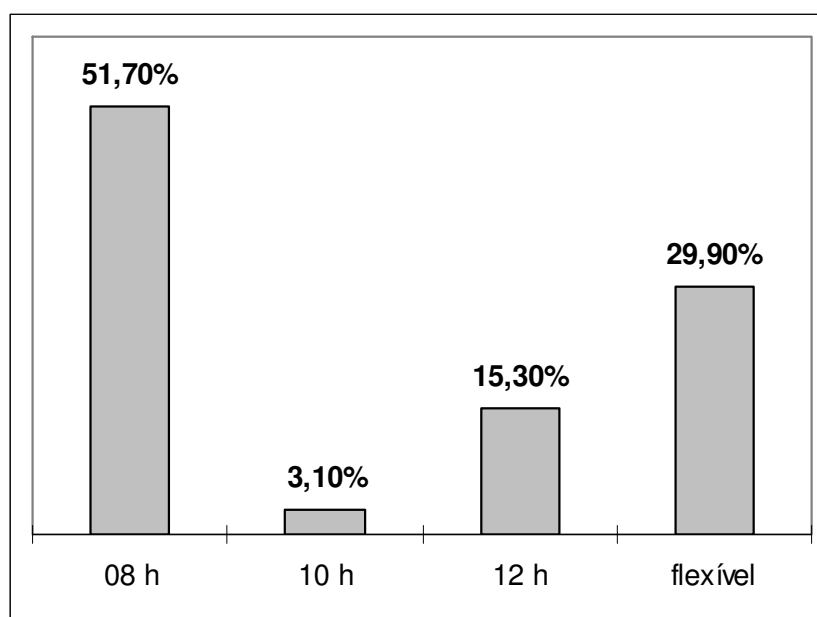


Gráfico 13 – Jornada normal – petroleiros das empresas de terceirização.
Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base em levantamento de dados da pesquisa de campo – 2004-2005 (cf. questionários).

¹⁵⁷ As informações foram colhidas por ocasião das entrevistas que os citados técnicos concederam ao autor em 21 de maio de 2005.

A jornada flexível dos petroleiros terceirizados, conforme retratada no gráfico 13, articula-se com o regime de “compensação” de horas¹⁵⁸. Dessa forma, os empregadores controlam permanentemente os seus trabalhadores, dentro e fora do local de trabalho, submetendo-os ao regime de sobreaviso ou de prontidão, visando atender as necessidades imediatas da produção. Porém, o aspecto mais importante para as empresas contratadas é que a utilização de tal artifício é um modo de evitar-se o pagamento da quantia referente ao trabalho em horas extras. Trata-se, portanto, de uma forma de o capitalista intensificar o seu consumo em relação à força de trabalho através do aumento da mais-valia absoluta.

Entre os terceirizados não há uma correlação necessária entre os cargos e as atribuições efetivamente desempenhadas, mesmo porque dois terços afirmaram que executam outras atividades incompatíveis com os cargos para os quais foram contratados. A pesquisa demonstra, por exemplo, que em algumas situações um auxiliar administrativo pode desempenhar um serviço próprio de operação. Em alguns casos denunciados pelo SINDIPETRO, que resultaram em ações judiciais, constatou-se o desvio de função, a exemplo do que ocorreu com os trabalhadores da empresa PREST que, embora contratados como porteiros, passaram a desempenhar efetivamente as atividades de operador de produção, inclusive fazendo a inspeção e rondas em locações e poços de petróleo.

Vale registrar que 82,7% dos entrevistados são sindicalizados, sendo que, em sua maioria, são filiados ao SINDIPETRO (59,3%) e ao Sindicato dos Metalúrgicos (19,8%). A organização dos trabalhadores em função da atuação sindical resta dificultada pela forma como algumas empresas, a exemplo da *Orion Engenharia de Poços, Marítima Petróleo*, tentam se caracterizar como pertencentes a outros segmentos da economia, tais como construção civil, metalurgia, transportes, telecomunicações, etc, com o objetivo de fugir à esfera de atuação do sindicato dos petroleiros. Empresas como a *Halliburton, Smith, BJ Services, Koch Petróleo* já reconhecem a legitimidade para negociar com o SINDIPETRO. Segundo informe dessa entidade sindical, distribuído por ocasião do I Encontro de Trabalhadores

¹⁵⁸ A partir de 2001 foi institucionalizado no direito brasileiro o chamado “Banco de horas”. Nesse sentido, o § 2º do art. 59, da CLT, possibilita a dispensa do pagamento ao trabalhador da quantia correspondente às horas extras, desde que o excesso em um dia seja compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

Terceirizados, em maio de 1999, muitas empresas executam atividades ligadas ao petróleo, mas, além de se negarem a negociar com a representação sindical dos petroleiros, orientam os seus trabalhadores a se filiarem a outras entidades sindicais.

Outro registro importante é que 10,6% dos entrevistados afirmaram possuir ação na Justiça do Trabalho reclamando seus direitos contra empregadores anteriores; 25,5% disseram que tinham conhecimento de colega que, após ajuizar uma reclamação trabalhista contra o seu empregador, passou a ser discriminado pela empresa.

Relativamente às férias aproximadamente 1/3 (um terço) dos trabalhadores confirmaram que não as gozam por vários motivos: o tempo do contrato inviabiliza o gozo de férias; o patrão não concede férias; falta substituto; ou as férias são convertidas em pecúnia. Os entrevistados, em sua maioria, não souberam apontar os motivos pelos quais não gozam férias ou não quiseram responder à pergunta. Embora algumas respostas pareçam sumir no silêncio, elas demarcam um sinal de inquietação a partir do estado de quem se cala. Por vezes, o emudecer – além de figurar como uma estratégia para fazer-se ouvir - serve para potencializar a questão e para evitar uma resposta ambígua. É dentro desse contexto que se torna importante correlacionar os dados da pesquisa. Fazendo-se uma ponte entre os levantamentos, identifica-se que de cada 5 (cinco) casos em que houve condenação judicial, 4 (quatro) foram por inobservância de direitos como férias + 1/3, aviso prévio e 13º salário.

O levantamento de dados por meio de questionários aponta tendências que podem levar a algumas conclusões, tais como: primeiro, um nível representativo de desvio de função. A amostra revela que os funcionários contratados para serviços administrativos são deslocados para a execução de serviços de apoio e técnico; segundo, há entre os trabalhadores uma considerável parcela que se sente segura por confiar no desempenho ou na capacidade pessoal, o que a princípio pode revelar em tais pessoas a crença de que suas qualidades pessoais e profissionais são os fatores diferenciais que pesam para o mercado de trabalho. Nesse tópico, porém, não é desprezível o número daqueles que acreditam que o emprego depende apenas do arbítrio dos que fazem a gestão da empresa para a qual prestam serviços.

Por último, os entrevistados identificaram que suas atividades importam em riscos iminentes de acidentes. Tal preocupação demanda investigar-se em que medida esses riscos estão sendo objeto de prevenção no ambiente de trabalho. Sob esse aspecto é importante fazer uma comparação entre as informações prestadas pelos trabalhadores terceirizados e os dados relativos à fiscalização realizada pela Sub-DRT de Mossoró. No questionário, notadamente no item reservado à sondagem sobre a estrutura da empresa, foi feita a seguinte pergunta: - em relação à higiene, segurança e medicina do trabalho, quais os programas mantidos pelo seu empregador? As respostas estão retratadas no gráfico que segue:

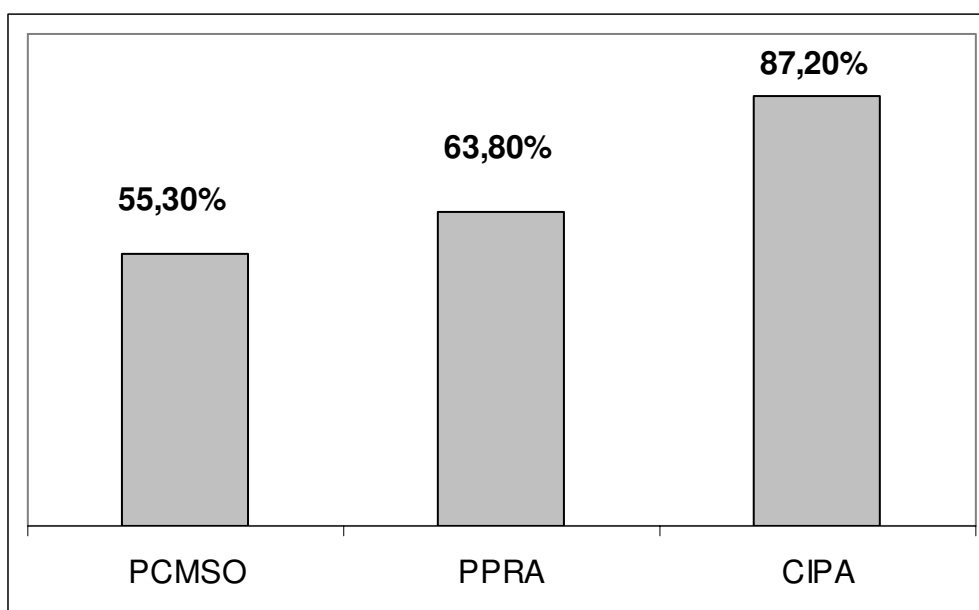


Gráfico 14 – Programas de higiene, segurança e medicina do trabalho mantidos pelas empresas de terceirização.

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base em levantamento de dados da pesquisa de campo – 2004-2005 (cf. questionários).

O gráfico 14 expressa que a simples existência de programas, relacionados à saúde ocupacional nas empresas, não significa necessariamente que os mesmos sejam eficazes. Pelos dados coletados perante a DRT constata-se que a manutenção formal de tais programas não impede que as empresas descumpram as regras atinentes à higiene, segurança e medicina do trabalho.

Para o capitalista, a definição sobre as condições de trabalho não se reduz a um caráter subjetivo, ou seja, não se trata apenas de uma opção empresarial pelo descumprimento da regra. Ela tende a ser tratada em função de uma relação imediata de custos que perpassa dois planos: primeiro, o da relação entre a empresa cedente e a empresa tomadora; e, segundo, aquele da relação entre as próprias empresas de terceirização.

A disputa interempresarial entre as prestadoras de serviços causa impactos nas práticas gerenciais e na relação de poder entre empregados e empregadores. Entre esses impactos a terceirização joga importante papel na definição de custos empresariais e, além de contribuir para o aumento da competição entre os empresários, contribui também para as disputas entre os próprios trabalhadores, assim como entre estes e os patrões. Um aspecto observado com os novos modos de gestão da força de trabalho das terceiras diz respeito à remuneração, fator que guarda uma certa correlação com a política, adotada pela Petrobras, de contratar – na maioria dos casos - empresas que apresentam as propostas orçamentárias de menor custo para a realização dos serviços, conforme critério da própria Lei de Licitações vigente (art. 46, da Lei 8666/1993). A remuneração dos trabalhadores tornou-se assim um dos temas mais dependente do esforço competitivo, para o achatamento do valor do capital variável. Isso quer significar que se torna cada vez mais difícil implantar-se um plano de cargos e salários nas empresas, bem como se torna impraticável em tais circunstâncias a aplicação do princípio da isonomia salarial.

A luta dos petroleiros, terceirizados e efetivos, pela isonomia das condições de trabalho, embora não seja suficiente por si para suprimir a exploração do trabalho abstrato, é uma forma de evidenciar os interesses antagônicos das classes envolvidas nas relações de produção. Tais lutas representam uma tentativa de reduzir a taxa de extração da mais-valia ou do sobretrabalho. O seu desfecho – levado às últimas conseqüências pelos trabalhadores – tende a inviabilizar a terceirização. Isso explica, pelo menos em parte, a posição em relação à qual as empresas envolvidas convergem, ou seja, a “luta” contra a isonomia salarial.

A relação entre a Petrobras e as contratadas é desigual e marcada pelos autoritarismos que expressam a posição de influência da primeira na cadeia

produtiva, conforme afirmaram os informantes patronais ouvidos.¹⁵⁹ Por parte da Petrobras há atualmente, segundo informações disponíveis, um esforço da diretoria da UN-RNCE para obter das empresas uma melhor performance em matéria de prevenção de acidentes. Observa-se, porém, que – paralelamente a essa campanha - subsiste uma nítida pressão da Petrobras para que as empresas contratadas apresentem baixos índices de acidente de trabalho. A prática está a revelar que essa pressão é tanto ineficaz quanto perversa à medida que algumas empresas contratadas tendem a negar os casos em que ocorrem acidentes como forma de manterem preservada a sua imagem em relação à tomadora. Algumas daquelas chegam mesmo a utilizar os mais engenhosos artifícios para não emitirem a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho).

Um exemplo desse tipo de pressão foi identificado nos autos do processo nº 0364/2004 da 1ª Vara do Trabalho de Mossoró. Consta na versão patronal que um trabalhador terceirizado teria chutado propositalmente uma retroescavadeira com o objetivo de cometer autolesão e, em consequência, provocar o seu afastamento do trabalho. A empresa – para reforçar a sua tese - levou à Justiça declarações escritas de outros empregados que teriam presenciado o fato conforme narrado pelo patrão. Após o término da instrução processual, o órgão julgador chegou à conclusão de que o trabalhador não cometeu autolesão, mas se acidentou quando tentava transportar um pesado tubo que veio a cair sobre o seu pé. Ficou comprovado que os tubos deveriam, a rigor, ser removidos com o auxílio de equipamentos apropriados e que os colegas de trabalho não preencheram as referidas declarações, mas apenas assinaram-nas sob pressão do empregador, sob pena de serem demitidos.

Mas as disputas não são apenas entre as contratadas e a Petrobras. Ela subsiste sobretudo na relação entre as próprias prestadoras de serviços. Não é incomum o fato de uma empresa cobiçar o contrato da outra, como foi do conhecimento desta pesquisa uma situação ocorrida em 2001 entre uma empresa de apoio e a cooperativa denominada de SAMPACOOOPER. Até 2000, a Petrobras em Mossoró utilizava-se dos serviços de transportes de uma contratada, cujos motoristas tinham carteira assinada e percebiam a quantia mensal média de R\$

¹⁵⁹ Informações concedidas ao autor por três gerentes de empresas de terceirização, em entrevistas realizadas em setembro de 2005.

710,00. No ano seguinte, a SAMPACOOOPER, proveniente do interior do Estado de São Paulo, venceu o contrato de licitação de transportes, de sorte que os empregados da empresa prestadora de serviços que perdeu o contrato organizaram-se “automaticamente” numa cooperativa, sem nem mesmo terem realizado uma assembléia para esse fim. Os novos “cooperados” continuaram recebendo os R\$ 710,00 de remuneração mensal. O patrão (“a cooperativa”) negava-lhes o direito às férias, 13º salário, FGTS, aviso prévio, horas extras, etc. Nos autos do processo que tramita na 1ª Vara do Trabalho de Mossoró, tombado sob o número 1496/2000, consta relatório da DRT afirmando que as assembléias da referida cooperativa eram realizadas na cidade de São Caetano do Sul-SP, razão pela qual nenhum trabalhador de Mossoró participou das deliberações da entidade.

Essa disputa interempresarial provoca uma considerável rotatividade da força de trabalho, comprometendo, em consequência, a qualificação dos trabalhadores terceirizados. Isso explica, em parte, porque no âmbito das empresas contratadas, o treinamento da força de trabalho, além de não ser regular, é realizado com a inobservância de requisitos mínimos de segurança, conforme demonstram as fiscalizações apontadas pela DRT.

6.6 Efetivos e terceirizados: uma comparação necessária

Caracterizados os aspectos gerais do perfil e das condições de trabalho dos petroleiros, a análise do objeto da pesquisa prosseguirá a partir daqui com o enfoque comparativo e específico em relação às variáveis de idade, de escolaridade, de tempo de serviço e de remuneração.

Um aspecto importante do contingente categorial da força de trabalho ora retratada consiste no fato de que a mesma é, na sua maioria, composta de trabalhadores jovens. Sob esse aspecto, comparando-se os dados da pesquisa, o perfil dos petroleiros terceirizados é diverso dos trabalhadores efetivos, consoante se observa do gráfico adiante apresentado:

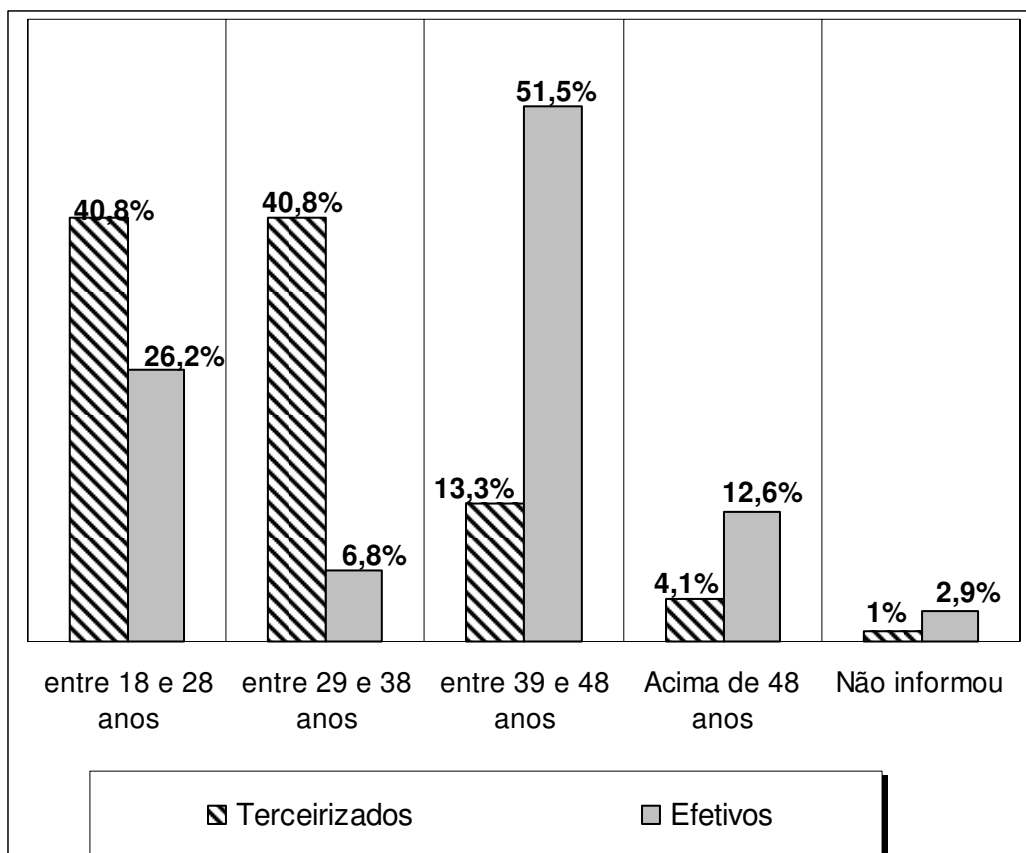


Gráfico 15 – Idade – efetivos x terceirizados.

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base em levantamento de dados da pesquisa de campo – 2004-2006 (cf. questionários).

Os jovens recém-contratados, ao se confrontarem com o desemprego e a alta instabilidade no mercado de trabalho, são levados pelas circunstâncias a se adaptarem às ocupações instáveis e a encararem objetivamente a precariedade das formas de contratação como algo que tende a generalizar-se continuamente. Essa pronta adesão dos jovens às novas condicionalidades do trabalho instável, impostas pelo capital, tende a influenciar na redução do custo da força de trabalho e a fixar um considerável número de trabalhadores na base da pirâmide salarial. Esse fenômeno é recorrente em algumas pesquisas sobre mercado de trabalho, conforme explicitam os economistas:

Os empregados que trocam constantemente de emprego e não acumulam tempo de serviço no mesmo estabelecimento não conseguem distanciar-se do salário de entrada, ou seja, recebem salários relativos aos postos de trabalho iniciais e não se beneficiam das promoções que decorrem da permanência na empresa. (BALTAR; PRONI, 1996, p. 126).

Os jovens comparecem, portanto, como vendedores da força de trabalho destituídos de uma experiência histórica que sirva para cotejar com a realidade. Defrontam-se, portanto, com relações concretas, considerando-as “normal”, de sorte que esse normal converte-se no normativo. Disso resulta que uma força de trabalho jovem tende a transformar-se numa mercadoria com características especiais, que a diferencia em relação aos demais trabalhadores, por apresentar os seguintes aspectos: baixo custo da força de trabalho; baixo grau de absenteísmo; maior adaptabilidade à disciplina da organização produtiva, às novas tecnologias e às rotinas de trabalho esvaziadas de conteúdo; maior descolamento da noção de pertencimento de classe; maior suscetibilidade à pressão moral para livrar-se do estigma da desocupação; maior propensão a apreender experiências de trabalho e a se submeter às relações temporárias ou de curta duração (LEITE, 1994b).

Outro dado que merece ser comparado em relação aos petroleiros, efetivos e não efetivos, diz respeito à escolaridade, conforme exposto no gráfico a seguir:

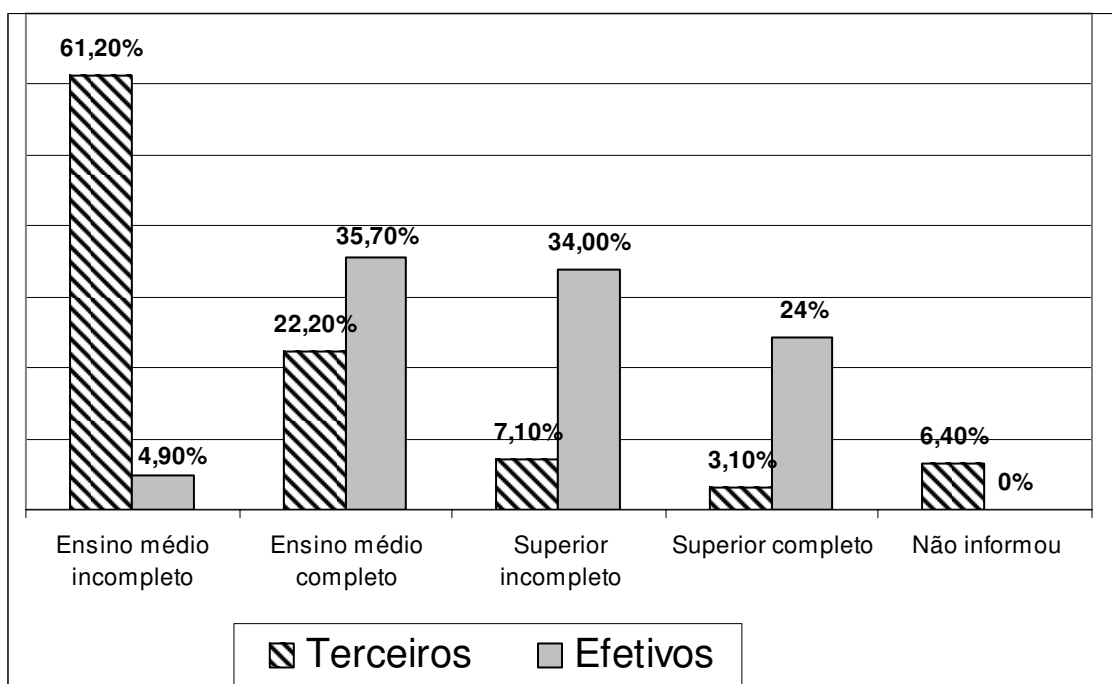


Gráfico 16 – Comparação. Escolaridade dos petroleiros efetivos e não efetivos.

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base em levantamento de dados da pesquisa de campo – 2004-2006 (cf. questionários).

O fator escolaridade, embora não seja uma referência absoluta da capacidade do trabalhador, é importante na medida em que serve para sinalizar o nível de relação entre as históricas condições materiais do trabalhador e as oportunidades de

acesso à educação formal. Dependendo da relação social a qual está submetido o trabalhador, tende a ser maior a sua dificuldade de “conciliar” a luta pela subsistência e a fruição de uma educação formal. Tal fator torna-se relevante no que diz respeito ao acesso ao mercado de trabalho e à discriminação salarial no interior das empresas. Com efeito, as empresas adotam padrões salariais diferenciados para os seus trabalhadores levando em conta certos critérios, entre os quais se inclui o grau de escolaridade. Apesar da precária escolaridade dos trabalhadores terceirizados, 89,4% destes afirmaram que a execução de suas tarefas requer conhecimentos específicos.

Antes da difusão da terceirização, a empresa responsabilizava-se pela maior parte da formação dos seus empregados e exigia destes um “compromisso de lealdade”. Atualmente, o empregado recebe a tarefa de gerenciar a sua própria carreira, assumir os riscos dessa empreitada e desenvolver um individualismo no qual o seu compromisso é somente consigo mesmo e a sua atenção fica voltada apenas aos apetites das empresas concorrentes.

Cinco representantes patronais¹⁶⁰ ouvidos disseram não saber o que fazer para o empregado ter acesso às novas capacidades e para dar curso às exigências do mercado. Os informantes disseram que as empresas não procuram despertar nos seus empregados expectativas de trabalho de longo prazo, mesmo porque cultivam relações temporárias e fortuitas. Quando muito, os executivos chamam a atenção dos seus trabalhadores para que eles procurem desenvolver as suas capacidades, o que reforça em parte a suposição de que o contrato por si não define a relação de emprego, visto que as capacidades são desenvolvidas na prática do trabalho. Esta, por sua vez, está condicionada à especificidade da organização do trabalho.

Ao analisar o nível de qualificação dos trabalhadores das prestadoras de serviços da Petrobras, um dirigente do SINDIPETRO-RN afirmou o seguinte:

O nível técnico, realmente, da maioria dessas empresas é um nível bastante baixo, é um contra-senso que a Petrobras tenha uma das tecnologias mais avançadas na pesquisa, na extração e na exploração do petróleo e conviva com empresas que têm mão-de-obra, infelizmente, mão-de-obra desqualificada, à exceção dessas empresas maiores que realmente a gente percebe um certo nível de investimento na qualificação dos trabalhadores, mas, a grande maioria, em um universo realmente muito grande, é das pequenas empresas, das médias. Nós não percebemos esse

¹⁶⁰ Os representantes patronais entrevistados pelo autor são gerentes ou sócios de empresas de terceirização.

investimento em qualificação, isso evidentemente acarreta em problemas operacionais, problemas de segurança. (Márcio Dias)¹⁶¹.

É também relevante na pesquisa o percentual de 70,9% entre os trabalhadores efetivos que responderam ter feito cursos profissionalizantes de operador, enquanto que apenas 15% afirmaram ter feito o curso quando já se encontravam na empresa:

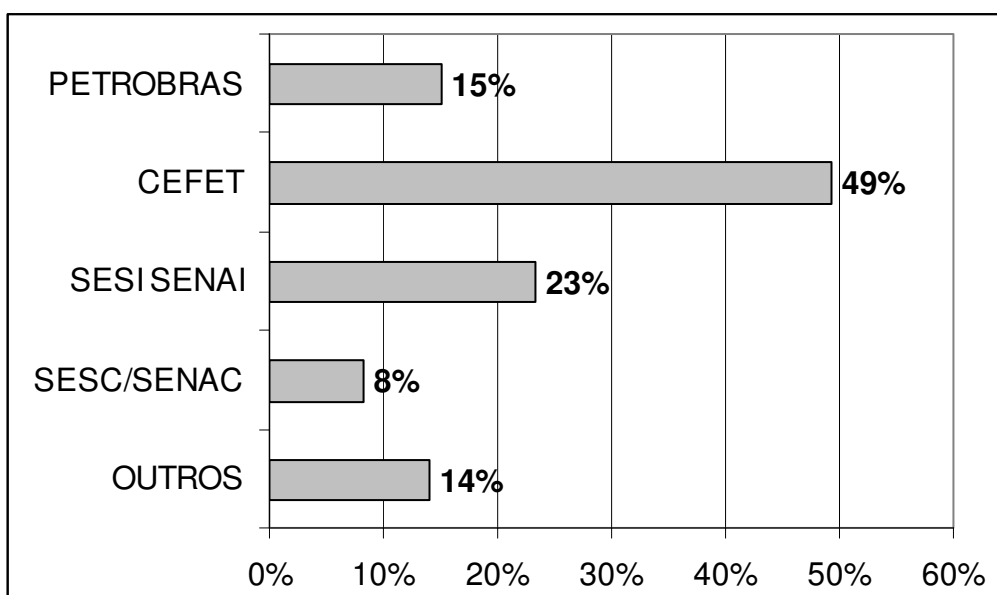


Gráfico 17 – Efetivos. Instituição em que fizeram o curso profissionalizante.
Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base em levantamento de dados da pesquisa de campo – 2006 (cf. questionários).

O gráfico 17 revela que a empresa opta por encontrar no mercado um trabalhador dotado previamente de competência, ao invés da qualificação. Se por um lado a empresa não estimula a aquisição de novo conhecimento ou de qualificação, por outro ela foca a prática e passa com isso a atribuir ao empregado responsabilidades cada vez maiores no processo de produção. Observe-se, ainda, que dois terços dos efetivos entrevistados declararam que, além de não exercerem o mesmo cargo para o qual foram contratados, tem sob sua responsabilidade bens da empresa (ex. veículos e equipamentos). Ademais, entre os que exercem o mesmo cargo, 61,4% afirmam que houve acréscimo de atribuições e responsabilidades. Aqui

¹⁶¹ Entrevista concedida pelo dirigente sindical ao professor Valdemar Pedreira em 10.12.2001.

se constata que o desvio de função entre os efetivos e os não efetivos se deu numa mesma proporção.

O gráfico a seguir aponta o número dos trabalhadores terceirizados que não fizeram curso para assumir as suas funções atuais.

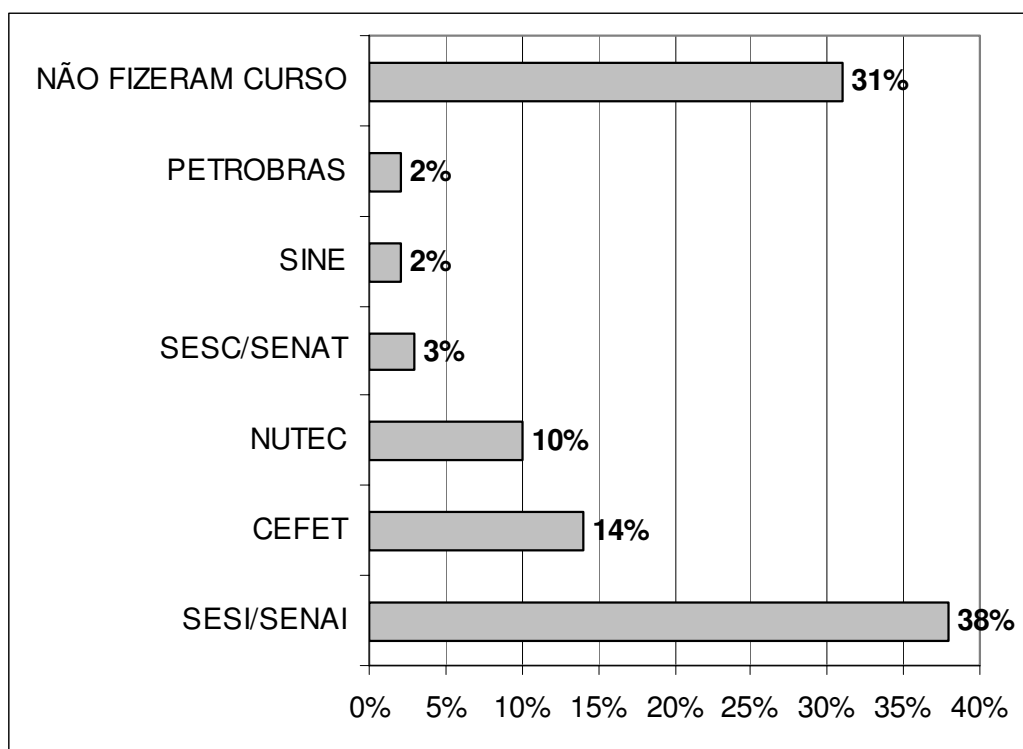


Gráfico 18 – Não efetivos. Instituição em que fizeram o curso profissionalizante.
 Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base em levantamento de dados da pesquisa de campo – 2004-5 (cf. questionários).

De acordo com o gráfico 18, observa-se que os petroleiros não efetivos têm uma preparação precária. Porém, a precarização no âmbito da Petrobras está em processo, de modo a afetar todos os trabalhadores. Com efeito, os dados levantados, em relação aos efetivos, demonstram uma tentativa de “esvaziamento” do trabalho do operador na medida em que houve alteração no conteúdo das atribuições deste. Antes da reestruturação produtiva o operador dava conta de tarefas ligadas à pesquisa, ao refino e à produção. Com o advento das inovações técnicas e organizacionais da política de gestão da força de trabalho, a parte referente à área de pesquisa de petróleo foi suprimida e em contrapartida outras responsabilidades foram agregadas às novas atribuições do operador.

Esses acréscimos, além de um reordenamento decorrente da introdução de novas tecnologias, resultam na reclassificação de cargos e salários. Na prática, a supressão de algumas atribuições e o alargamento de outras trazem, na maioria dos casos, reflexos para a estrutura salarial. A redução de níveis hierárquicos e a concentração de atribuições que a empresa vem implementando explicam, em parte, o nível de produtividade que ela tem alcançado. Na linguagem sindical, os chamados “cargos amplos” “naturalizaram” na empresa as atribuições dos “generalistas”. Para 67,4% dos trabalhadores, entre os que tiveram aumento de responsabilidades funcionais, as novas atribuições são consideradas normais à medida que guardam correspondência com as modificações previstas no PCS.

A aglutinação de atribuições em um número menor de cargos torna permissivo o que anteriormente era classificado como desvio de função e possibilita que os acessos fiquem condicionados a critérios subjetivos. Assim, por exemplo, no início da década de 1990, o PCS da empresa contemplava seis cargos de operador, a saber: operador de movimentação de cargas; operador de movimentação-II; operador de processamento; operador de transferência e estocagem; operador de utilidades; e operador de produção. No final da década de 1990, todos os cargos de operadores resumiam-se a dois, isto é, a operador-I e operador-II. Essa mudança, que ocorreu paralelamente à transformação da estrutura de formação do empregado no âmbito da Petrobras, trouxe consideráveis reflexos para a qualificação do pessoal efetivo, principalmente em relação aos operadores.

A partir da reestruturação produtiva, a qualificação do operador da Petrobras vem sendo posta em questionamento na medida em que o aumento da sua responsabilidade alterou o conteúdo do seu trabalho em nome de uma chamada multifuncionalidade¹⁶². A aplicação deste conceito pela empresa implica ao operador estender a sua atuação às atividades de controle, principalmente em relação aos trabalhos desenvolvidos pelos petroleiros não efetivos. Essa mudança de conteúdo coincide com o aumento da produtividade que vem tendo a empresa nos últimos anos, como também coincide com a necessidade que passou a ter o operador de

¹⁶² O conceito de trabalhador multifuncional, segundo a clássica distinção elaborada por Salerno (1994, p. 59), não se confunde com o de multiquificado: “[...] enquanto o primeiro se caracteriza por operar mais de uma máquina com características semelhantes – o que pouco lhe acrescenta em termos de desenvolvimento e qualificação profissional [...] – o segundo desenvolve e incorpora diferentes habilidades e repertórios profissionais. Trata-se, portanto, de duas visões sobre o trabalho: uma aditiva...[visando geralmente a intensificação do trabalho]; e outra, integrativa...”

atuar como gestor da empresa, ao utilizar-se de uma maior capacidade de iniciativa e deslocar-se mais intensamente para dar conta de uma área de atuação cada vez mais diversificada.¹⁶³

A comparação do tempo de serviço entre os trabalhadores efetivos e os da empresa de terceirização não pode ser cotejada numa mesma escala temporal. Enquanto em relação aos efetivos é mais freqüente falar-se em quinquênios ou decênios, em relação aos terceirizados o tempo de vida contratual é algo que perdura por meses ou por poucos anos. Assim, nesse tópico em particular, torna-se acentuada a diferença de parâmetro entre os dois grupos:

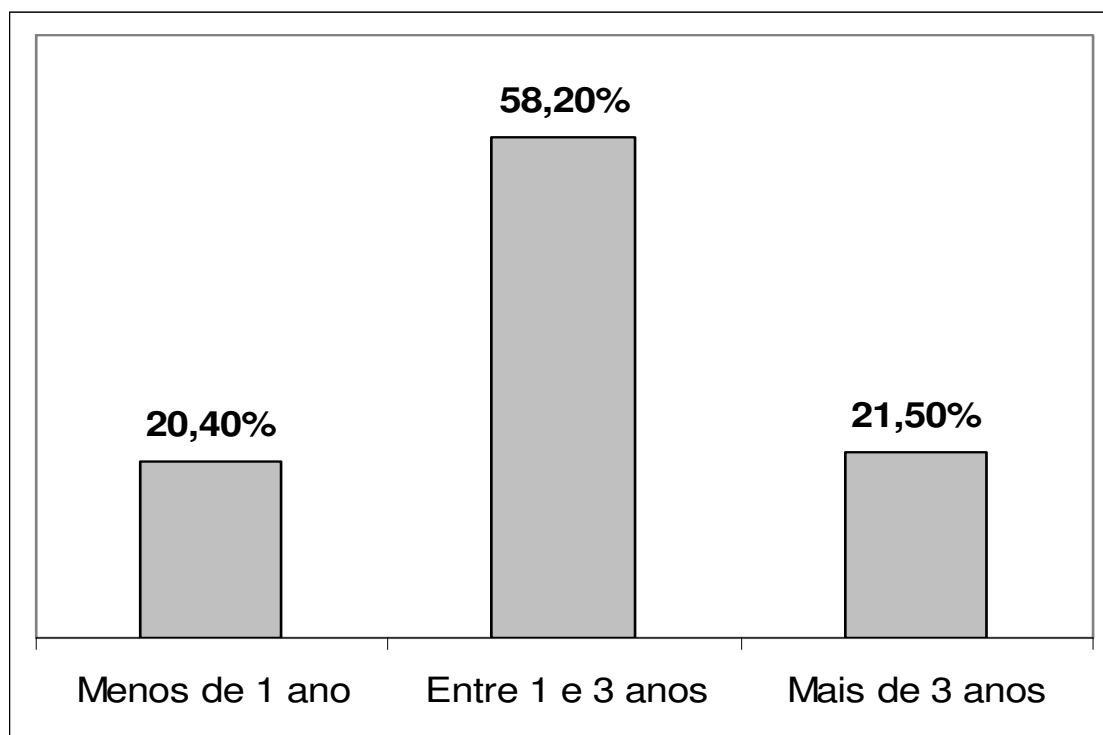


Gráfico 19 – Petroleiros não efetivos. Tempo de serviço.

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base em levantamento de dados da pesquisa de campo – 2004-2005 (cf. questionários).

¹⁶³ Como o tema da formação do trabalhador não é uma preocupação central do presente trabalho, sugere-se a leitura de Lucena (2004) para se ter uma noção aprofundada sobre a qualificação e a multifuncionalidade no âmbito da Petrobras.

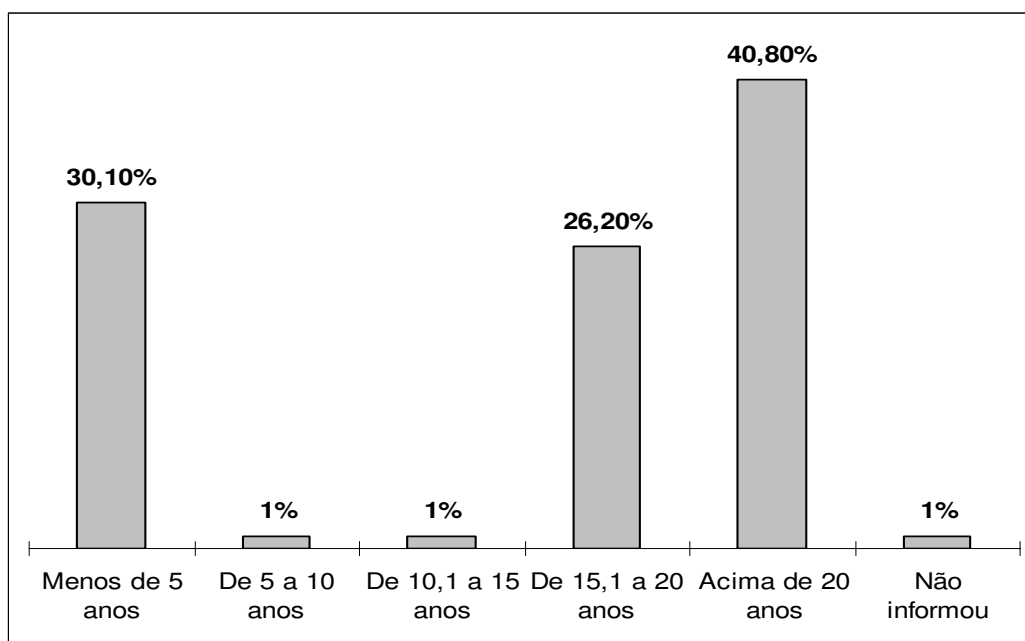


Gráfico 20 – Petroleiros efetivos. Tempo de serviço.

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base em levantamento de dados da pesquisa de campo – 2006 (cf. questionários).

Os dados retratados nos dois últimos gráficos demonstram como o fator tempo de serviço está relacionado às diferentes condições de trabalho dos petroleiros, efetivos e terceirizados.

O percentual de petroleiros efetivos que têm vínculo com a empresa há menos de 05 anos é de 30,1%. Esse dado evidencia uma considerável diferença de tempo entre os trabalhadores novos e antigos, reflexo da política da empresa na década de 1990, ou seja, o “enxugamento” do quadro de pessoal efetivo e a crescente utilização da força de trabalho dos terceirizados. Disso resulta que os empregados com 5 a 15 anos de tempo de serviço na empresa e que, portanto, foram admitidos durante o período da reestruturação produtiva, correspondem somente a 2% do percentual de efetivos.

Essa informação anterior sobre o tempo de serviço dos petroleiros, efetivos e terceirizados, contribui para se compreender o tratamento diferenciado que os mesmos trabalhadores têm em relação às condições de trabalho. Essa constatação é reforçada agora com uma comparação entre os padrões remuneratórios dos petroleiros.

Os efetivos recém-contratados, por exemplo, percebem rendimentos iniciais de R\$ 1.300,50 enquanto os empregados com mais de dez anos auferem

rendimentos médios de R\$ 2.860,50. A avaliação sobre a diferença de remuneração pode ser analisada a partir dos dados constantes da tabela a seguir:

Tabela 8 – Remuneração. Efetivos e terceirizados

Remuneração	Terceiras*	Petrobras**
1 até 3 Sal mínimos	78,60%	0%
+ de 3 até 6 Sal mínimos	17,3%	51,1%
+ de 6 até 10 Sal mínimos	3%	41,7%
Acima de 10 Sal mínimos	1%	7,2%

O salário mínimo da época dos levantamentos:

* Salário mínimo de maio de 2004 = R\$ 260,00

** Salário mínimo de maio de 2006 = R\$ 350,00

Fonte: Tabela elaborada pelo autor cf. questionários.

No tocante à remuneração, o salário médio dos empregados das contratadas não ultrapassa os R\$ 700,00, valor este bem inferior aos R\$ 2.814,00 que é percebido pelo trabalhador efetivo da Petrobras. Um estagiário da Petrobras recebe como remuneração a quantia mensal de aproximadamente R\$ 500,00. 72,4% dos trabalhadores entrevistados afirmaram que percebiam a remuneração correspondente ao adicional de periculosidade ou insalubridade; e 1% apenas afirmou que recebia corretamente pelas horas extras laboradas, muito embora 72,4% tenham afirmado que laboravam em horário suplementar. Esses dados apontam para as implicações do sistema de contratação no setor de petróleo, conforme a análise que segue.

6.7. A “vantagem” do sistema de contratantes

Entre os trabalhadores efetivos 34 entrevistados entendem que o quadro de pessoal da Petrobras é suficiente para se manter o controle e a qualidade operacional do serviço. Todavia, outros 35 petroleiros efetivos, coincidentemente a maioria daqueles com menos de cinco anos na empresa, declararam que não são capazes de avaliar a evolução do quadro de pessoal da Petrobras. O terço restante, composto de 34 trabalhadores, afirmou que o quadro é insuficiente pelo acúmulo crescente de atribuições e em decorrência do aumento da contratação de

trabalhadores terceirizados. Embora entre os efetivos não haja uma posição predominante em relação à insuficiência do quadro de pessoal, 73,8% dos entrevistados consideram que as condições de trabalho são condizentes com as especificidades das tarefas executadas, enquanto que 77,7% consideram ter melhorado as condições de segurança e de saúde ocupacional no local de trabalho, assim como tem sido contínuo o aumento da produtividade, da qualidade do trabalho e dos programas de treinamento voltados para os novos métodos e as novas atribuições.

Observa-se certa ambivalência dos efetivos entrevistados em relação às condições de trabalho. Se, por um lado, a maioria dos efetivos declara que as condições de trabalho são satisfatórias, por outro, 28,2% dos trabalhadores afirmam recorrer freqüentemente a tratamento médico; 15,5% afirmam irritar-se com facilidade na execução de suas tarefas, principalmente em face do acúmulo de serviços, da política de promoção funcional da empresa e dos conflitos com as chefias imediatas. Esse quadro de ambigüidades evidencia-se mais ainda ao se observar que 22,3% já sofreram acidente de trabalho no atual emprego, 12,6% afastaram-se do trabalho por doença ocupacional e 40% nunca receberam promoção.

Nos últimos três anos, a política de gestão da força de trabalho dá sinais de seguir novos rumos, ao realizar concursos públicos e admitir mais do que vinha demitindo. Todavia, essas alterações de rumo não foram suficientes para modificar a política de contratação que se encontra em curso desde a década de 1990. Os problemas decorrentes das condições precárias de trabalho permanecem, conforme atestam os dados mais recentes, enquanto a empresa persiste na política de expandir a utilização da força de trabalho terceirizada.

Verifica-se que a Petrobras alterou a sua forma de gestão da força de trabalho ao perceber a “vantagem” do chamado ‘sistema dos contratantes’, que é caracterizado pelo atravessador no negócio de compra e venda da força de trabalho. A suposta “vantagem” adviria também ao permitir à empresa uma relação de trabalho mais adestrada para a execução de projetos de curto prazo. Antes, quando havia a hegemonia da relação fixa, a empresa voltava-se mais intensamente para a “tradição” de formar o trabalhador.

Essas relações “tradicionais” estiveram associadas ao bem estar do trabalhador. No plano econômico elas compatibilizavam-se a uma fase de expansão material; no plano político elas serviam de argumento para o capitalismo liberal conter o avanço ideológico comunista. Porém, identifica-se, nas últimas décadas, a tendência de erosão das “relações tradicionais”. As causas que impulsionam essa tendência, no caso da Petrobras, não podem ser explicadas como fruto de uma escolha da empresa ou como resultado das inovações tecnológicas. O presente estudo dá pistas para se compreender as mudanças na Petrobras como decorrência do desenvolvimento da lógica do modo de produção capitalista.

Sob esse aspecto, os dados apresentados na pesquisa demonstram que a Petrobras – desde a década de 1990 – articula-se com um modelo de organização do trabalho, próprio do atual estágio de desenvolvimento capitalista, que possibilita intensificar a maior exploração possível do sobretrabalho. No contexto da vigente dinâmica produtiva, os petroleiros mais antigos tomam consciência de que as suas competências tendem a um processo de obsolescência e rupturas (LUCENA, 2004). Essas contínuas rupturas criam a contradição que afeta sobretudo as capacidades, visto que não se tem mais a certeza sobre o grau de disposição da empresa em investir na formação de sua força de trabalho, principalmente quando se tornam cada vez mais freqüentes as possibilidades de o empregado ser despedido ou de mudar continuamente o conteúdo do seu trabalho.

No caso da Petrobras, as alterações no perfil da força de trabalho estão relacionadas à necessidade de resultados imediatos, o que tende a tornar obsoleto os seus projetos de longo prazo. Se, por um lado, a necessidade de novas tecnologias demanda investimentos e impõe uma abertura maior da empresa para o mercado externo, por outro, objetiva-se uma relação entre o grande lucro e a redução de custo, haja vista que esta se torna, além de atrativo de rendimento para os acionistas, um meio de a empresa atingir a sua finalidade enquanto empresa capitalista de capital aberto.

Diante da necessidade de uma vida contratual breve e em face da necessidade de os empregados se adaptarem aos novos tempos mais rapidamente, algumas empresas estão repassando parcialmente os serviços ou permitindo que seus ex-empregados desenvolvam seus próprios projetos por sua conta e risco. Esta exigência demanda, porém, uma contradição na medida em que algumas

corporações, a exemplo da Petrobras, investiram historicamente na formação de uma força de trabalho. Nesse aspecto, o capitalista depara-se diante da lógica e materialidade dos mecanismos de reprodução do capital que confirmam a sua necessidade de continuar a exploração do trabalho como fonte da riqueza.

A terceirização articula-se na reorganização produtiva segundo as contradições do modo de produção capitalista. Isso ilustra a desproporção entre o nível de exigência das empresas, em relação à força de trabalho, e a tendência de precarização das condições de trabalho. Se, por um lado, as corporações exigem trabalhadores mais capazes, por outro, não se responsabilizam sequer pela capacitação dos mesmos. Em tais circunstâncias, a externalização da produção, ao objetivar salários distintos para funcionários que fazem um mesmo serviço, contribui para a erosão do sistema de isonomia salarial.

O capitalista, ao sublocar a produção ou “transferir” para o trabalho o ônus da reprodução ampliada do capital, adquire – além de potencial controle sobre o trabalhador – a liberdade para transpor os constrangimentos reais à intensificação do processo de acumulação. Com a terceirização, a subordinação - e conseqüentemente a relação direta de exploração - torna-se “imperceptível” porque tanto o destinatário do vínculo de exploração quanto a sociedade consumidora são encorajados a acreditar que a produção é o resultado da ação da tecnologia ou da livre ação dos empreendedores.

Com a tendência de precarização das relações de trabalho, mediada em parte pela “terceirização predatória”, “naturaliza-se” a aparente autonomia do capital em relação ao trabalho. As conseqüências dessa tentativa de ocultamento do processo real de exploração tendem a induzir os indivíduos a não perceberem os antagonismos de classes. A generalização da tendência de precarização do trabalho é parte de uma luta crescentemente árida pela sobrevivência do capitalismo. Essa tendência, por fim, sinaliza que o capitalismo pode estar próximo de confrontar-se com os seus limites extremos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço de conjugar a análise histórica da crise - e de caracterizá-la como sistêmica e endógena ao capitalismo – serve para explicar como a essência das contradições do modo de produção vigente se desenvolve por meio da reestruturação produtiva ocorrida no século XX. Retomar o percurso da crise cíclica do capitalismo contribui para se comprovar mais uma vez a atualidade do diagnóstico marxiano, cujos fundamentos gerais foram retomados por Arrighi, Mandel e Wallerstein, para entender a dinâmica capitalista voltada para a produção de mais-valia. Isso explica a pertinência da fórmula de reprodução que se expressa em $D-M-D'$, na qual se demonstra que o capital tende a buscar um *quantum* adicional, além daquele originalmente posto. Esse montante acrescentado constitui a continuidade do processo de valorização do capital. Mas a esse processo de reprodução é contraditório. Os antagonismos, que estão na estrutura lógica do desenvolvimento do capitalismo, marcam os ciclos e as fases de sua expansão, seja material ou financeira. Em todas esses ciclos e fases o objetivo central do capitalista é obter a maior lucratividade com o menor gasto possível em relação ao valor do trabalho contratado. Para isso torna-se imprescindível a expansão do capital por meio do processo de compra e venda da força de trabalho. Essa necessidade de auto-expansão do capitalismo se explicita atualmente na pragmática neoliberal e na intensificação das suas contradições. A realidade do capitalismo, marcada pela atuação do “Estado Amplo”, continua a deparar-se crescentemente com os seus “efeitos colaterais”, entre os quais se destacam a queda tendencial da taxa de lucros e o crescente esgotamento das possibilidades de valorização do capital. Porém, o enfrentamento da crise capitalista, ao suscitar a articulação das diferentes formas organizacionais da produção, a exemplo da terceirização, evidencia uma dupla pertinência: por um lado, demonstra a importância da centralidade da lei do valor, como fator de apropriação da mais-valia; por outro lado, reforça a tese de que o trabalho – em face do seu caráter ontológico – é, e continuará sendo, a mediação central para a vida da sociedade.

A terceirização reforça, ainda, o caráter central do trabalho como fonte de criação de riqueza. Isso explica em parte o porquê de o capitalista recriar

permanentemente as formas de “dissimular” a compra e a venda da força de trabalho. Terceirizar, embora signifique essa tentativa de ocultação da exploração da mais-valia, representa sobretudo um modo de o capitalismo confirmar a supremacia da lei do valor. O fato de a terceirização implicar, em certas situações, na alteração do local da prestação de serviços, na precarização dos direitos do trabalhador ou na transferência de riscos para o chamado “terceiro empreendedor”, tem reflexos para a resistência do coletivo operário. As repercussões – além de não serem suficientes para eliminar o conflito entre o capital e o trabalho – reforçam a assertiva de que a relação de exploração capitalista é mediada pelo trabalho, cuja medida de magnitude continua a ser o fator tempo.

Para o capitalismo, a importância do tempo de trabalho no processo de extração de mais-valia está destacada na reestruturação produtiva ocorrida no setor de petróleo. Porém, essas transformações produtivas não emergiram do acaso. Elas são desdobramentos de uma processualidade histórica marcada sobretudo pelas crises de superprodução. Crises que impeliram o capitalismo à expansão mundial e à procura de matéria-prima, de força de trabalho, de mercado consumidor e, enfim, dos fatores que possibilitassem o superlucro.

Isso significa dizer que a indústria mundial de petróleo tornou-se um importante protagonista dos interesses capitalistas, embora empunhando – em certos casos - a bandeira dos nacionalismos, mas sem deixar de articular-se com a finança mundializada. A Petrobras é um exemplo emblemático desse bifrontismo gerado a partir da atuação autoritária do Estado Amplo. Ela potencializou inicialmente – por meio do monopólio e da sua bifacialidade - a relação do Estado com os interesses do capital nacional, sem deixar de aprofundar historicamente as suas ligações com os interesses do capitalismo mundial. Essa articulação, embora não tenha se consolidado com os chamados contratos de riscos, tornou-se evidente com as inovações introduzidas - no modo de atuação da Petrobras - a partir da década de 1990.

A reestruturação produtiva, no âmbito da Petrobras, não despertou por si os petroleiros para a necessidade das transformações mais amplas da relação entre o trabalho e o capital. Todavia, os fatores objetivos que condicionam a reestruturação produtiva no âmbito da Petrobras estão postos na amplitude do desenvolvimento do modo de produção vigente. Isso, por um lado, significa que estão dadas as

possibilidades para a tendência de agravamento da precarização do trabalho. Por outro lado, à medida que essas condições materiais de produção exponham a sobrevivência a limites extremos, novas exteriorizações e novas objetivações tendem a possibilitar a emergência de novas relações. Porém, será pela mediação do trabalho que os trabalhadores – de forma generalizada - poderão desenvolver capacidades e conhecimentos para, diante de determinadas circunstâncias históricas, viabilizarem a superação dos limites de sujeição do trabalho ao capital.

A reestruturação produtiva, no contexto do Brasil, foi historicamente diferenciada, seja pela falta de um “fordismo” e de um “Estado de bem-estar social”, nos moldes dos países centrais, seja pelo modo tardio e conflituoso como ela se implantou. Sua disseminação no setor produtivo se deu em etapas marcadas pela discussão sobre a qualidade, pelas inovações tecnológicas e, por fim, pelo “engajamento” dos trabalhadores. Esse quadro de transformações no plano nacional reproduziu-se no plano local, porém, sem eliminar as peculiaridades históricas da região potiguar.

No Rio Grande do Norte, a reestruturação produtiva coincidiu com uma maior atratividade para a instalação de novas unidades produtivas. Entre os fatores de atração certamente não se incluía a qualificação da força de trabalho, haja vista a baixa escolaridade do trabalhador potiguar. As potencialidades naturais da região também não tiveram peso absoluto, posto que as mesmas estão presentes em outros Estados da Federação. O que contribuiu para que novas empresas convergissem para o Estado foram o baixo custo da força de trabalho e a fragilidade da resistência do coletivo operário.

Em face do modo de atuação do monopólio estatal exercido pela Petrobras, a reestruturação produtiva no setor de petróleo do RN foi articulada reproduzindo as diretrizes traçadas pela empresa. Estas, inspiradas a partir de um planejamento nacional, apontavam para a necessidade de consolidar a Petrobras enquanto corporação transnacional submetida ao risco da finança mundializada.

Entre as principais diretrizes da reestruturação produtiva na Unidade de Negócios RN-CE, consta a vinculação entre as mudanças nas condições de trabalho e as transformações da gestão da produção e da força de trabalho. A automação dos processos produtivos, os programas de qualidade total, os critérios de avaliação individual, as campanhas de engajamento e a introdução de técnicas de

gerenciamento foram algumas das medidas utilizadas para se intensificar o controle sobre os trabalhadores, principalmente os efetivos.

Uma das verificações confirmadas pela presente pesquisa consiste na assertiva de que as mudanças no setor produtivo, apesar do relevante avanço tecnológico, não eliminaram o caráter complexo, contínuo, interdependente e perigoso do trabalho do petroleiro. A despeito dessas constatações, a força de trabalho terceirizada, que comparece e se defronta com as mudanças do processo de produção, além de ser submetida a condições de trabalho precárias e a vínculos trabalhistas instáveis, tem treinamento insuficiente e pouca experiência.

Com a reestruturação produtiva, as atribuições dos petroleiros efetivos do RN foram modificadas, trazendo em alguns casos reflexos para a saúde mental e física dos trabalhadores. Estes, além de serem submetidos a jornadas alongadas, tiveram as suas responsabilidades ampliadas para, inclusive, intermediarem o exercício do controle sobre os terceirizados.

A forma como se organizam as empresas “prestadoras de serviços” da Petrobras contribuem para fragilizar a organização dos trabalhadores. Elas não se identificam necessariamente como integrantes do setor de petróleo, esquivando-se ao raio de ação das negociações entabuladas pelo sindicato dos petroleiros.

Uma das conclusões da pesquisa demonstra a pertinência da centralidade do trabalho a partir do mundo concreto vivenciado pelos petroleiros do RN. Mundo real, mediado pelo complexo do trabalho, que se reflete nas condições de trabalho da categoria. Isso explica porque a reestruturação produtiva, enquanto forma de controle posta em relação ao processo de objetivação, estende os seus efeitos para além da esfera de uma categoria profissional, atingindo sobretudo o ser social. As conseqüências do impacto da terceirização, no balanço da pesquisa apresentada, apontam para um complexo de questões cujos desdobramentos demandariam outros estudos mais profundos. Elas suscitam, por exemplo, a necessidade de um aporte sobre a atuação instrumental do Estado e a sua relação com a postura anti-sindical, com a debilitação da resistência organizada dos petroleiros, com a precarização e com a exploração do sobretrabalho.

A pertinência da temática restou demonstrada no presente trabalho através dos dados atinentes às demandas trabalhistas. Em sua essência, o procedimento judicial é uma fase complementar do processo de compra e venda da força de

trabalho. Nessa fase estão previstas certas variáveis, tais como: a tentativa de atomizar o conflito entre capital e trabalho; a desvantajosa situação processual do trabalhador individual ante a imediata necessidade de prover a sua subsistência; o poder de barganha do empregador diante da morosidade da Justiça e dos módicos fatores de correção dos débitos patronais; e a dificuldade de acesso do trabalhador à Justiça, em face dos seus altos custos.

Outra dedução importante da pesquisa consistiu em se identificar objetivamente a insuficiência da fiscalização, pelos órgãos do Ministério do Trabalho e Emprego, o que torna as empresas “imunes” à vigilância do Estado em relação à intensificação e à variação das formas de apropriação de mais-valia.

Apreender as condições de trabalho dos petroleiros, através dos dados judiciais e da atuação dos órgãos de fiscalização do trabalho, auxilia na compreensão de que, sob a ordem do capital, impera a lógica da lei do valor, a qual se desenvolve historicamente sob o cálculo do lucro. Deduz-se que, para os “compradores” da força de trabalho, todos os riscos da inadimplência compensam os custos da exploração, ainda que esse preço seja pago com a saúde do trabalhador e com o aprofundamento da desigualdade social.

Se, no contexto da repressão, a representação sindical petroleira assumiu uma postura defensivista, a simples mudança de gerentes na Petrobras não lhe reserva por si um futuro promissor. As expectativas de uma postura propositiva, por parte do movimento sindical organizado dos petroleiros, podem ser frustradas novamente, na medida em que a mudança de gestores da empresa não suprimiu desta as condicionalidades que inspiram as suas ações desde a década de 1990. Em relação aos trabalhadores efetivos observa-se, por exemplo, uma desconfiguração do conteúdo específico da função do operador acompanhada de uma série de medidas, tais como: o alargamento de atribuições; o treinamento insuficiente para dar conta das crescentes responsabilidades; a naturalização de “cargos amplos”; a supressão de níveis hierárquicos; e as promoções por critérios subjetivos.

Trata-se de um “modelo” que se aprofunda e se desenvolve de forma aparentemente “invisível” e que implica conseqüências para o coletivo operário. Exemplo desses desdobramentos é o fato de a empresa continuar precarizando a sua força de trabalho ao utilizar-se crescentemente da contratação “predatória” de

trabalhadores terceirizados, conforme demonstram os números comparativos do recente período compreendido entre os anos de 2003-2005. A essa constatação acrescenta-se a tendência de os petroleiros terceirizados, além de continuarem recebendo uma remuneração menor quando comparada à dos efetivos, submeterem-se crescentemente aos desvios de função sem a perspectiva de uma resistência organizada. Essa tendência se torna plausível também na medida em que é grande a diferença entre a média de idade dos efetivos e a dos jovens petroleiros terceirizados. A força de trabalho dos terceirizados, sob a amálgama da instabilidade e da juventude, tem se tornado mais suscetível à disciplina do setor produtivo. Representa um menor custo porque ela é encorajada à tarefa de “gerenciar” a sua própria carreira. Desse modo, a precarização das condições de trabalho resulta em contradições para a indústria do setor de petróleo na medida em que ela coloca em risco as condições de produção, conforme já se verificou com o exemplo do acidente da P-36.

Ao término do presente estudo, clarifica-se a tese de que a terceirização, no contexto da reestruturação produtiva, não se reduz a um mero reflexo isolado das disputas salariais, das técnicas utilizadas ou do nível de inovação tecnológica. Ela articula-se com os reflexos sobre as condições de trabalho, potencializando o exército de reserva, a desigualdade social e a competição pela redução do custo do trabalho. No plano mais geral, o setor de petróleo é uma referência concreta da disputa mundial entre as frações de capital e da presença do Estado Amplo na defesa dos interesses do capital privado. No plano mais específico, observa-se que a pesquisa responde firmemente à problemática que está posta no curso de todo o trabalho. Ela confirma sobretudo que a terceirização, no âmbito da Petrobras no RN, vem contribuindo para a precarização das relações de trabalho.

Mas quais as alternativas com que se defrontam os petroleiros?

Finalizar o trabalho com uma pergunta demonstra que o tema não está esgotado e que ele continua a comportar dificuldades tanto na sua análise quanto nas formas de materialização das alternativas históricas. A história dos homens não se transforma somente a partir de uma perspectiva teórica. São as relações concretas que despertam necessidades práticas e teóricas. Elas são a parteira das possibilidades de mediações para a transformação da relação de exploração do homem pelo homem. Muitos caminhos já foram experimentados. Autogestão,

negociação coletiva, OLT, empreendedorismo, redução de jornada, renda mínima de inserção e tantas outras propostas já foram apresentadas como alternativas para a superação dos problemas que afetam o mundo do trabalho. Muitas outras continuarão a ser decantadas. Possíveis mediações e institucionalidades serão apontadas para a superação da crise que, longe de ser uma crise da centralidade do trabalho, resulta em provas da irracionalidade do capitalismo. Muitas experiências de resposta à crise entre o capital e o trabalho restaram frustradas: umas por causa do seu caráter puramente reformista ou utópico; outras porque – embora inspiradas inicialmente num projeto de superação da exploração do trabalho abstrato – restaram pervertidas sob a chancela de uma burocracia de Estado.

É historicamente compreensível que diante das dificuldades de organização dos trabalhadores, o movimento sindical dos petroleiros aponte para soluções imediatas, tais como: o enquadramento dos terceiros no setor de atividade da tomadora; a isonomia salarial entre os efetivos e os terceirizados; a uniformização da pauta de reivindicação; a participação da representação dos trabalhadores nas modificações tecnológicas introduzidas no processo de produção; a proibição de dispensa arbitrária ou sem justa causa; a democratização da discussão sobre a terceirização entre os trabalhadores; a negociação sindical sobre a conveniência e abrangência setorial da terceirização; e a realocação e treinamento do pessoal afetado pela terceirização.

A pesquisa de campo, ao dar um peso explicativo às hipóteses deduzidas no presente trabalho, possibilitou a clarificação de elementos concretos que se abrem para a discussão sobre novos horizontes de ação. Isso não significa dizer que o presente trabalho apontou ou esgotou para um infalível projeto de ação transformadora da realidade. Se é pela mediação do trabalho que o capital se reproduz, também será pelo trabalho que o ser social – diante de dadas condições e possibilidades – poderá vir a conseguir anular as conseqüências históricas do modo de produção vigente sobre as relações sociais. Adotar uma práxis compatível com afirmação do caráter ontológico do trabalho é, portanto, uma premissa para o homem criar novas objetividades, possibilitando ao ser social construir o seu projeto de emancipação.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Diccionario de filosofía*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Econômica, 1992.

ABENDROTH, Wolfgang. *A história social do movimento trabalhista europeu*. [Tradução: Ina de Mendonça] Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila. Subcontratação e trabalho a domicílio: a influência do gênero. In RAMALHO, José Ricardo et al (Org.). *Terceirização*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

ACIDENTES mataram 25 neste ano. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 out.2001. Editoria Dinheiro, p. B-5.

AGLIETTA, Michel. *Regulación y crisis del capitalismo*. 6. ed. Madri: Siglo XXI, 1999.

ALMEIDA, Isis de. *O regime de trabalho temporário*. São Paulo: Saraiva, 1977.

ALVEAL, Carmen. *Os Desbravadores: Petrobras e a construção do Brasil Industrial*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ANPOCS, 1994.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARAÚJO, Anísio José da Silva. *Paradoxos da modernização: terceirização e segurança em uma refinaria de petróleo*. 2001. 370p. Tese [Doutorado em Saúde Pública da Fundação Osvaldo Cruz/ Escola Nacional de Saúde Pública]. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz, 2001.

ARRIGHI, Giovanni. Trabalhadores do mundo no final do século. Praga, *Revista de Estudos Marxistas*, São Paulo: Boitempo, n. 1, p. 27-43, set/dez 1996a.

_____. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996b.

AS NACIONAIS convidadas para o risco. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 ago. 1976, capa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI* - para apurar as causas do acidente com a plataforma da Petrobras na bacia de Campos. Banco de dados da ALERJ. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/assuntos2.htm>>, acesso em 11 abr.2006.

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS (AEPET). Rio de Janeiro: AEPET, boletim extra de julho de 1990.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; PRONI, Marcelo Weishaupt. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura. In MATTOSO, Jorge Eduardo Levi et al (Org.). *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1996, p 109-149.

BANCO MUNDIAL. *Globalização, crescimento e pobreza*. [Relatório trad: Melissa Kassner] São Paulo: Futura, 2003.

BARTOLOTTI, Loana Rios Andrade Lima. *Ilhas de aço, homens de ferro*: cotidiano de trabalho e vida do petroleiro offshore da Bacia de Campos dos Goytacazes. 2002. 105p. Dissertação [Mestrado em Educação] São Paulo: PUC, 2002.

BERNARDO, João. *Reestruturação Produtiva e o Futuro do Trabalho*. 1996 17p. [Texto apresentado por ocasião de curso ministrado junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN]. Natal: PPGCS/UFRN, 1996.

_____. *Estado, a silenciosa multiplicação do poder*. São Paulo: Escrituras, 1998.

_____. *Democracia totalitária*: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004.

BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo evolucionário*. [Trad: Manuel Teles]. Rio de Janeiro: Zahar / Instit. Teotônio Vilela, 1997.

BILLI, Marcelo. Gasto social. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 out. 2002, Caderno eleições, p. 8.

BLANCO, Manoel Castaño. *O processo de terceirização nos bancos*. In> RAMALHO, José Ricardo et al (Org.) *Terceirização*. São Paulo: HUCITEC CEDI/NETS, 1994. p. 76-84.

BORGES, Livia de Oliveira et al. *Os efeitos psicossociais do turno fixo para operadores de petróleo*: laudo psicológico. Serviço de Psicologia Aplicada/Departamento de Psicologia da UFRN, abril/2001.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. (tradução: Waltensir Dutra) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOYER, Robert. *A teoria da regulação*: uma análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990.

_____. *Economia e história*: caminhando para novas alianças. In Regulação econômica e globalização (org.: Bruno Théret et al). Campinas-SP: IE/UNICAMP, 1998, p. 39-87.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2006.

_____. Decreto-lei nº 5452, de 01 maio.1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. 1943. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em 07 set.2006.

_____. Decreto-lei 200, de 25 fev.1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. 1967. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em 07 set.2006.

_____. Decreto-lei 2335, de 12 jun.1987. Dispõe sobre o congelamento de preços e aluguéis, reajustes mensais de salários e vencimentos, institui a Unidade de Referência de Preços (URP) e dá outras providências. 1987. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em 07 set.2006.

_____. Decreto-lei 2425, de 07 abr.1988. Dispõe sobre critério de reajuste de vencimentos e salários do pessoal que especifica e dá outras providências. 1988. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em 07 set.2006.

BRASIL. Decreto 62.756, de 22 jan.1968. Dispõe sobre a coordenação e fiscalização das agências de colocação, submetendo-as ao controle do Departamento Nacional de Mão-de-Obra, e da outras providências. 1968. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em 07 set.2006.

_____. Decreto 3.352-A, de 30 jun.1864. Concede o direito de extrair turfa, petróleo, ferro, cobre e quaisquer outros minerais nas Comarcas de Camamu e Ilhéus, na Província da Bahia. 1864. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em 07 set.2006.

_____. Decreto 24.642, de 10 jul.1934. Decreta o Código de Minas. 1934. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em 07 set.2006.

_____. Decreto 53.701, de 13 mar.1964. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, em caráter de urgência, as ações das companhias permissionárias do refino de petróleo. 1964. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em 07 set.2006.

_____. Lei 9.478, de 06 ago.1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em 07 set.2006.

_____. Lei 2.004, de 03 out.1953. Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a sociedade anônima, e dá outras providências. 1953. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em 07 set.2006.

_____. Lei 5.645, de 10 dez.1970. Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em 07 set.2006.

_____. Lei 6.019, de 03 jan.1974. Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências. 1974. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em 07 set.2006.

BRASIL. Lei 8.666, de 21 jun.1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. 1993. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em 07 set.2006.

_____. Lei 7.102, de 20 jun.1983. Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. 1983.

_____. Lei 8.863, de 28 mar.1994. Altera a Lei nº 7.102, de 20 jun.1983. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em 07 set.2006.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais* (RAIS). Brasília-DF: MTE, 1985-2002.

_____. _____. Portaria MTE 3214, de 08 jun.1978. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. 1978. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/segsau/Legislacao/Portarias/1978/conteudo/port_3214.asp>. Acesso em 07 set.2006.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. *Súmula nº 331*. RA 96/2000, Brasília: Diário da Justiça, 18 set.2000.

_____. _____. Relatório Geral da Justiça do Trabalho. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em 05 abr.2005.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. (3 vol) São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *A dinâmica do capitalismo*. São Paulo: Rocco, 1984.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BRESCIANI, Luis Paulo. *Flexibilidade e reestruturação*. São Paulo em perspectiva. SEADE. v. 11, n 1, jan-mar/1997.

BRUM, Argemiro José. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 24. ed., Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

BRUNHOFF, Suzanne. *A hora do mercado: crítica do liberalismo*. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BRUNNER, Karl. *Interview*. Revue Tendance-Trens, [s.l.], 08 set.1976.

BUENO, Ricardo. *Petrobras: uma batalha contra a desinformação e o preconceito*. 2. ed., Rio de Janeiro: Ed. Anais, 1994.

BUONFIGLIO, Maria Carmela; DOWLING, Juan Alfonso. *Reestruturação produtiva na indústria de transformação do Nordeste*: Fortaleza, Natal, João Pessoa e Recife. João Pessoa: Ed. Manufatura, 1999.

_____. *Flexibilidade das relações de trabalho e precarização: uma análise comparativa*. XXIV Encontro Nacional da ANPOCS, 2000.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. *Terceirização e intermediação de mão-de-obra*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

CARDOSO, Adalberto; LAGE, Telma. *A inspeção do trabalho no Brasil*. Dados., Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000300001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 Ago .2006.

CARVALHO NETO, Antonio. *Relações de trabalho e negociação coletiva na virada do milênio: estudo em quatro setores dinâmicos da economia brasileira*. Belo Horizonte: Vozes/PUC Minas, 2001.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. *As novas ciências e as humanidades: da academia à política*. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. 3. ed.. Petrópolis: Vozes, 2001.

CASTRO, Nadya Araújo. Reestruturação produtiva, novas institucionalidades e negociação da flexibilização. In: *São Paulo em Perspectiva*, 11 (1), pp. 3-8, 1997.

CATHARINO, José Martins. *Neoliberalismo e seqüela*. São Paulo: LTr, 1997.

CAVALCANTI, Sandra L. B.; FERREIRA, Ângela L. A.. *A inserção espúria do Rio Grande do Norte na globalização: mão-de-obra barata como fator de atração*. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. VI, nº 119 (71), 2002.

CHATEAUBRIAND, Assis. *Discursos*. SENADO FEDERAL. Anais do Senado Federal. Rio de Janeiro: Diário do Congresso Nacional (Liv v. 1, p. 63), 20 mar.1953. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/regra/edita.asp?Periodo=2&Ano=1953&Livro=1&Tipo=9&Pagina=63>>, Acesso em 20 ago.2006.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. (Tradução: Silvana Finzi Foá). São Paulo: Xamã, 1996.

_____ Tendências profundas del imperialismo y realidad de las relaciones políticas mundiales. *Revista Herramienta*, Buenos Aires, n. 23, p. 9-21, 2003.

_____ *A finança mundializada*. [Tradução: Rosa Maria Marques; Paulo Nakatani] São Paulo: Boitempo, 2005.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *O Maquinista de Algodão e o Capital Comercial*. Natal: Editora Universitária/UFRN, 1987.

COLLI, Juliana Marília. *A trama da terceirização*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2000.

CORIAT, Benjamim. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994.

_____ *L'atelier et le robot*. Paris: Christian Bourgois Editeur, 1990.

COSTA, Ademir Araújo da. Tecnologia e desemprego: o caso da região salineira de Macau. 1991. 141p. Dissertação [Mestrado em Geografia – UFRJ] Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.

DELGADO, Maria Berenice Godinho. Terceirização e trabalho feminino. In RAMALHO, José Ricardo et al (Org.). *Terceirização*. São Paulo: HUCITEC, 1994, p. 112-122.

DIAS, Ana Patrícia. *A terceirização no segmento bancário: o caso da CEF de Natal*. 2002. 121p. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais da UFRN]. Natal-RN: UFRN/PPGCS, 2002.

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobras*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1993.

DIAS, Márcio Azevedo. *O processo de reestruturação produtiva na Petrobras/RN: o caso do Canto do Amaro*. 2001. 106p. Monografia [Graduação em Ciências Sociais da UERN]. UERN: 2001.

DIEESE. *Trabalho e reestruturação produtiva*. DIEESE: São Paulo, 1995.

_____ *Anuário dos Trabalhadores*. 2. ed., São Paulo: DIEESE, 1993.

_____ *Anuário dos trabalhadores*: 1994. 3. ed. - São Paulo : DIEESE, 1994.

_____ *Anuário dos trabalhadores*: 1996-97. 4. ed. - São Paulo : DIEESE, 1997

_____ *Anuário dos trabalhadores*: 2000-2001. 5. ed.. São Paulo: DIEESE, 2001a.

_____ *Anuário dos trabalhadores*: 2005. 6. ed.. São Paulo: DIEESE, 2005.

_____ *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2001b.

_____ *Caderno linha bancários*. São Paulo: DIEESE, 1998.

_____ *Desemprego no RN: a visão dos trabalhadores e empresários*. Natal: DIEESE, 2002.

_____ *Os trabalhadores frente à terceirização*. São Paulo: DIEESE, n. 7, mai/1993.
DOMINGUES, José Maurício. *Teorias sociológicas no século XX*. 2. ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

DRAIBE, Sônia. *As políticas sociais e o neoliberalismo*. Revista USP. São Paulo (17): 86-101, Jan, 1993.

DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica, um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

DRUCK, Maria da Graça; BORGES, Ângela. *Terceirização: balanço de uma década*. Caderno CRH nº 37. Salvador, Centro de Recursos Humanos: UFBA, jul/dez, 2002.

DUBAR, Claude. *A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência*. Revista Educação e Sociedade, ano XIX, nº 64, set.1998, p. 87-101.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social*. 3. Ed.. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova*, São Paulo, (24): set. 1991.p. 85-116.

FANCINE, José. *Abertura ou fechamento do setor petróleo*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2000.

FARIA, Aparecido de. Terceirização: um desafio para movimento sindical. In RAMALHO, José Ricardo et al (Org.). *Terceirização*. São Paulo: HUCITEC CEDI/NETS, 1994.

FERREIRA, Leda Leal; IGUTI, Aparecida Mari. *O trabalho dos petroleiros: perigoso, complexo, contínuo e coletivo*. São Paulo: FUNDACENTRO, 1994.

FORRESTER, Vivianne. *O horror econômico*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1997.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. [Tradução: Luciana Carli]. 3. ed.. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *World Economic Outlook*. Washignton-DC: IFM, 2003.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27. ed.. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Publifolha, 2000.

GARCIA, Odair Lopes. *A evolução da economia do Estado do Rio Grande do Norte: 1970 –1999*, Natal: Departamento de Economia da UFRN / Base de pesquisa: Estratégias para o desenvolvimento do Nordeste, 2001.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIL, Telma Fernandes Barrionuevo. *Impactos da reestruturação produtiva à saúde e à segurança*. 2000. 146p. Dissertação [Mestrado em Sociologia]. Universidade Estadual de Campinas-SP, 2000.

GIOSA, Lívio A . *Terceirização: uma abordagem estratégica*. São Paulo: Pioneira, 1993.

GOMES, Marcos. *Petrobras: uma oitava irmã do petróleo?* In: *Petróleo: contratos de risco e dependência*. (Coord.: Bernardo Kucinsky) São Paulo: Brasiliense, 1977.

GORINI, Ana Paula Fontenelle. *Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas*. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset /set1202.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set1202.pdf)>, Acesso em 02 set.2006.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro, Forense/Universitária, 1982.

_____. *Metamorfoses do Trabalho: Crítica da Razão Econômica*. Tradução de Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2003.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. [v. 4 – tradução: Carlos Nelson Coutinho et alli]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 8. ed., Tradução: Luiz Mario Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HABERMAS, Jurgen. *Teoría de la acción comunicativa* (tomos I e II). Madrid: Taurus, 2003a.

_____. *Acción comunicativa y razón sin transcendencia*. Buenos Aires: Paidós, 2003b.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo Loyola, 1993.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?* São Paulo: Boitempo, 2002.
HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. (Trad: M. Santarrita). São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. *A era do capital*. 9. ed..(Tradução: Luciano Costa Neto). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 5. ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INFRANCA, Antonino. La categoria de trabajo y la filosofía clásica en el último Lukács. *Revista Herramienta*, Buenos Aires, núm. 22, p. 113-125, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

_____. *Censo demográfico* (v. 1, tomo 5, mão-de-obra, número 10). Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. *Censo demográfico* (mão-de-obra, número 12). Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. *Censo demográfico* (mão-de-obra). Rio de Janeiro: IBGE, 2000

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: Brasil – 2004*.

INVESTIMENTOS de US\$ 32 bi da Petrobras são mantidos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 jan. 2003, Editoria Dinheiro, p. B-3.

KLARE, Michael. *Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict*. New York: Metropolitan Books / Henry Holt, 2001.

_____. *Blood and Oil: The Dangers and Consequences of America's Growing Petroleum Diplomacy*. New York: Metropolitan Books / Henry Holt, 2004.

KUCINSKY, Bernardo. *Petróleo: contratos de risco e dependência*. (Coord.: Bernardo Kucinsky) São Paulo: Brasiliense, 1977.

LARANGEIRA, Sônia M. G. Programa de qualidade total. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes, p. 183-190, 1997.

LAURELL, Asa Cristina. *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo, Cortez, 1995.

LEIRIA, Jerônimo Souto. *Terceirização*. 5. ed.. São Paulo: Sagra-DC Luzzatto Editores, 1992.

LEITE, Márcia de Paula. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In MATTOSO, Jorge E. Levi et al (Org.) *O mundo do trabalho*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994a.

_____. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scritta, 1994b.

_____. *Trabalho e sociedade em transformação*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

_____. *Reestruturação produtiva e sindicatos: o paradoxo da modernidade*. In: O trabalho em movimento (Org. Márcia de Paula Leite) Campinas: São Paulo, Papirus, 1997, pp. 9-30.

LEITE, Márcia de Paula e POSTHUMA, Anne Caroline. *Reestruturação produtiva e qualificação*: Reflexões sobre a experiência brasileira. In: São Paulo em Perspectiva, set. 1995., p. 63-76.

LESSA, Sérgio. *Centralidade do trabalho*: qual centralidade? Florianópolis: UFSC; 153-164p. Revista de Ciências Humanas v. 15, num 22, 1997.

_____ *Mundo dos homens*: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____ *Para além de Marx?* Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

_____ *Ontologia de Lukács*. Maceió: s/e, no prelo (2006).

LIMA, Rusinete Dantas de. *Aspectos teóricos e práticos da terceirização do trabalho rural*. São Paulo: LTr, 1999.

LIPIETZ, Alain. *Miragens e milagres*. (Trad: Catherine Mathieu) São Paulo: Nobel, 1988.

_____ *Audácia*: uma alternativa para o século 21. São Paulo: Nobel, 1991.

LUCENA, Carlos. *Tempos de destruição*: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2004.

LUKÁCS, Georg. *Ontologia del ser social*: el trabajo. (Tradução: Antonino Infranca e Miguel Vedda) Buenos Aires: Herramienta, 2004.

_____ *Meu caminho para Marx*. In Marx hoje (Caderno Ensaio, org. J. Chasin). São Paulo: Editora Ensaio, 1987, p. 91-107.

_____ As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: *Temas de Ciências Humanas*. (Tradução: Carlos Nelson Coutinho) v. 4, São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____ *Ontologia do ser social*: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. (Tradução: Carlos Nelson Coutinho). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979a.

_____. *Ontologia do ser social: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel.* (Tradução: Carlos Nelson Coutinho). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979b.

_____. *Pensamento vivido.* Viçosa(MG): Editora UFV e Ad Hominem, 1999.

LUNA, Felix. *Breve historia de los argentinos.* 11. ed., Buenos Aires: Planeta, 2003.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio.* 2. ed. (trad: Carlos Eduardo Silveira Matos et al). São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista.* (Trad: Juarez Guimarães et al). São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990.

MANGABEIRA, Francisco. *Imperialismo, petróleo, Petrobras.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

MARINHO JÚNIOR, Ilmar Penna. *Petróleo: política e poder* (um novo choque do petróleo?). Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

MARTINS, Heloísa Helena. Os dilemas do movimento sindical em face da terceirização. In RAMALHO, José Ricardo et al (Org.). *Terceirização.* São Paulo: Editora HUCITEC CEDI/NETS, 1994.

MARTINS, Sérgio Pinto. *A terceirização e o direito do trabalho.* 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARX, Karl. *O capital.* 14. ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1994.

_____. *O capital.* (Livro I, Vol. I). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil SA, 14. ed. , 1994.

_____. _____. (Coleção Os economistas - Liv I, v. 1 e 2.) São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

_____. *Para a crítica da economia política.* (Trad: Edgard Malagodi - os pensadores) São Paulo: Nova Cultural, 1996b.

_____. *Capítulo VI Inédito de o capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Ed. Moraes, 1995.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. (Tradução: Alex Marins). São Paulo: Editora Martim Claret, 2003.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. (Tradução: Rubens Ederle et al) São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. (Tradução: Leandro Konder et al) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Salário, preço e lucro. In: MARX, Karl; ENGELS, Fredric. *Obras escolhidas* (v. 1). Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Fredric. *Manifesto do partido comunista*. In: 150 anos de manifesto comunista (coletânea org. por Jorge Almeida e Vitória Cancelli). São Paulo: Xamã, 1998.

_____. *A ideologia alemã*. (Tradução: Luis Cláudio de Castro e Costa) São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. Scrita: São Paulo, 1995.

McILROY, John. *The Enduring Alliance?* Manchester: International Centre for Labour Studies, 1997.

MÉDA, Dominique. *Le travail, une valeur en voie de disparation*. Paris: Alto Aubier, 1995.

MEDINA, Humberto. Privatização. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 out. 2002, Caderno eleições, p. 11.

MESZÁROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. 2. ed., Natal: Cooperativa Cultural, 2002.

MOORE, Michael. *Cara, cadê o meu país?* (Tradução: Wagner Carelli et alli). São Paulo: Francis, 2004.

NEFFA, Julio César. Apresentação del debate reciente sobre el fin del trabajo. In TOLEDO, Enrique De la Garza et al. *El trabajo del futuro, el futuro del trabajo*. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 51-97.

NEGRI, Antonio. *Guias: cinco lecciones en torno a Império*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

NEGRI, Antonio;HARDT, Michel. *O trabalho de Dionísio*. Juiz de Fora(MG): UJF, 2004.

_____ *Multidão: guerra e democracia na era do império*. São Paulo: Record, 2005.

NEGRI, Antonio; LAZZARATO, Maurizio. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. 2. ed.. São Paulo: Brasiliense, 1995.

OLIVEIRA, Rejane Maria. *A (des)organização do setor bancário e suas implicações na categoria*. 2000. 143p. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais da UFRN]. Natal-RN: UFRN, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003a.

_____ *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003b.

_____ *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2003c.

OLIVEIRA, Marco A . *Terceirização: estruturas e processos em xeque nas empresas*. São Paulo: Nobel, 1994.

PALMEIRA SOBRINHO, Zéu. *Das cooperativas de trabalho*. São Paulo: Revista de Direito do Trabalho, n, 42, out-2001, p. 31-41.

_____. *Flexibilização: um enfoque crítico*. Revista do TRT -RN (ano 6 n. 7), junho/1998, p. 13-39.

_____. *Intervenção do estado no domínio econômico*. João Pessoa: ed. do autor, 1993.

PASSOS, Gabriel de Rezende. *Estudo sobre o acordo de roboré*. São Paulo: Editora Fulgor, 1960.

PEDREIRA FILHO, Valdemar Santos. *Comissões de fábrica: um claro enigma*. São Paulo: Entrelinhas, 1997.

PESSANHA, Roberto Moraes. *O trabalho off-shore: inovação tecnológica, organização do trabalho e qualificação do operador de produção na bacia de Campos, RJ*. 1994. 165p. Dissertação [Mestrado em Engenharia de Produção]. UFRJ, 1994.

PETROBRAS. *O coração do petróleo potiguar: pólo industrial de Guamaré*. Natal: Petrobras, 2006a.

_____. *A Petrobras em números*. Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/portugues/index.asp#>>. Acesso em: jul. 2006b.

_____. *Projetos da Petrobras em 2006 aumentarão a produção de petróleo do Rio Grande do Norte*. Notícias UN-RNCE nº 536 (14.fev.2006). Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/Petrobras/portugues/noticias/ProducaodePetroleo.htm>>. Acesso em: 02 jul.2006c.

_____. *Dados Petrobras*. E-mail recebido da Diretoria de Recursos Humanos da UN-RNCE. Mensagem recebida por <zeups@uol.com.br> em 26 set.2006d.

_____. *Balanço Social Anual*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2004.

_____. _____. Rio de Janeiro: Petrobras, 2005.

_____. _____. Rio de Janeiro: Petrobras, 2006e.

_____. *A Petrobras: recursos humanos*. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/Petrobras/portugues/empregos/emp_index1.asp>. Acesso em: jul. 2006f.

PETRÓLEO: A ciência de extrair energia da terra. *Scientific American*, São Paulo, Duetto, núm. 3, dez. 2003, p. 25-35.

PIAGET, Jean. *A epistemologia genética*. (coleção Os pensadores) São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PIORE, Michael; SABEL, Charles. *La segunda ruptura industrial*. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. 4. ed.. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

POLÔNIO, Wilson Alves. *Terceirização: aspectos legais, trabalhistas e tributários*. São Paulo: Atlas, 2000.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. Brasília: Senado Federal, 2003.

PRZEWORKSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1995.

QUEM são as campeãs de reclamação trabalhista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 dez.2003, Editoria Dinheiro, p. B-4.

REICH, Robert. *O trabalho das nações*. (Tradução: Claudiney Fullmann). São Paulo: Educator, 1994.

REICHSTUL, Henri Philippe. Presidente da Petrobras admite rever processo de terceirização de mão-de-obra da empresa. *Folha de São Paulo*, São Paulo. Editoria Dinheiro [Seção: entrevista da segunda], p. A-6, 24 set.2001. Entrevista concedida a GILBERTO DIMENSTEIN.

RESENDE, Vanusa Alves. *Modelos produtivos e competitividade: o caso Coteminas S.A.* 2000. 124p. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais da UFRN] Natal: UFRN, 2000.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROLLI, Cláudia; FERNANDES, Fátima. Empregos terceirizados crescem 127% em dez anos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 ago. 2006, Editoria Dinheiro, p. B-1.

ROMÃO, Frederico Lisboa. *A greve do fim do mundo: petroleiros 1995 - expressão fenomênica da crise fordista no Brasil*. Tese [Doutorado em Ciências Sociais – UNICAMP]. Campinas, SP: UNICAMP, 2006.

ROSADO, Vingt-un. *Minhas memórias do petróleo mossoroense*. Mossoró-RN: Fundação Guimarães Duque/Coleção Mossoroense (série “c”, v. 1109), 2000.

ROSANVALLON, Pierre. *A crise do estado-providência*. Goiânia: Editora da UFG; Brasília: Editora da UNB, 1997.

SALERNO, Mário Sérgio. Flexibilidade e organização produtiva. In CASTRO, nada Araújo (Org.). *A máquina e o equilibrista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. *Trabalho e Organização na Empresa Industrial Integrada e Flexível*. In: Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo. São Paulo: Editora Atlas, 1994, p. 54-74.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia e administração*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SCALETISKY, Eduardo Carnos. *O patrão e o petroleiro: um passeio pela história do trabalho na Petrobras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

SILVA, Francisca Tavares da. *Reestruturação Produtiva na Petrobras e Ação Sindical dos Petroleiros no RN*. 2005. 162p. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais da UFRN]. Natal: UFRN, 2005.

SILVA, Francisco das Chagas. *Trabalhadores em salinas: as condições de trabalho e as estratégias de resistência*. 2004. 120p. Dissertação [Mestrado em Serviço Social - UFRN] Natal: UFRN, 2004.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC RUMO À UNIFICAÇÃO. *Os trabalhadores e a terceirização*. São Bernardo do Campo: SMABC, 1993.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 81-129.

SOARES, Pedro. Óleo lucrativo. Folha de São Paulo, São Paulo, 16 ago. 2006, Editoria Dinheiro, p. B-3.

SOUSA, Heder Cláudio Augusto de. *A greve dos petroleiros de 1995: desafios e impasse do sindicalismo brasileiro na década de 90*. 2001. 133p. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais – PUC-SP] São Paulo: PUC, 2001.

SOUZA, Mauro César Martins de. *Responsabilização do tomador de serviços na terceirização*. Porto Alegre: Síntese, Revista Síntese Trabalhista v.1, n. 142, julho 1989, p. 132-149.

TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

TÁVORA, Juarez. *Petróleo para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1955.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios da administração científica*. 7. ed (Trad: Arlindo Ramos). São Paulo: Atlas, 1970.

TERCEIRIZADOS da Petrobras correm mais risco de morte. *Diário De Pernambuco*, Recife, 27 jul. 2003, caderno especial, p. A-12.

THOMPSON, Edward Palmer (1924-1993). *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. [v. 3 – tradução; Denise Bottmann] 2. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

_____ [v. 1. A árvore da liberdade] Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987b.

TOLEDO, Enrique de la Garza. *Las teorías sobre la reestructuración productiva y América Latina*. In Tratado latinoamericano de Sociología del trabajo. Fondo de Cultura Económica: México, 2000, p. 716-734.

VARELA, Cassius. Petrobras. *Tribuna do Norte*, Natal-RN, 24 mar.2002, Caderno Indústria, p. 2.

VEIGA, LUIZ OCTAVIO DA MOTTA. Entrevista com o presidente da Petrobras. *O Globo*. Rio de Janeiro, [caderno: economia] p. c-3, 23 mai.1990. Entrevista concedida a Antonio Werneck.

VICTOR, Mário. *A batalha do petróleo brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

VIDAL, José Walter Bautista. VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Petrobras: um clarão na história*. Brasília: Sol Brasil Editora, 2001

VILAR, Pierre. *Marx e a história*. In História do Marxismo (org. Eric J. Hobsbawm - v. 1). 3. ed. (Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 67-125.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. (tradução: Ricardo Aníbal Rosenbusch). Petrópolis-RJ: Vozes, 2002a.

_____. *Un mundo incierto*. Buenos Aires: Libros Del Zorzal, 2002b.

_____. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. (Trad: Renato Aguiar) Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. *Utopística ou as decisões históricas do século vinte e um*. (Trad: Vera Joscelyne) Petrópolis: Vozes, 2003a.

_____. *El moderno sistema mundial: La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea em el siglo XVI*. (v. 1 - 10. ed.) Buenos Aires: Madrid: Siglo XXI, 2003b.

_____. *El moderno sistema mundial: el mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea 1600-1750*. (vol. 2 - 3. ed.) Madrid: Siglo XXI, 1998a.

_____. *El moderno sistema mundial: la segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850.* (vol. 3 - 1ª ed.) Madrid: Siglo XXI, 1998b.

_____. *Possibilidades globais: 1990-2025.* Praga: revista de estudos marxistas. São Paulo: Editora Hucitec, n. 5, pp. 17-33, mai 1978.

_____. *As agonias do liberalismo.* Lua Nova: revista de cultura e política. São Paulo: Cedec, n. 34, pp. 117-134, 1994.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice et alli. *Uma lição de história de Fernand Braudel.* (Jornadas Fernand Braudel – 1985 / Trad: Lucy Magalhães) Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. Modelo Italiano. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico.* Petrópolis: Vozes, p. 149-156, 1997.

YERGIN, Daniel. *O petróleo: uma história de ganância, dinheiro e poder.* (Tradução: Leila Marina Di Natale et alli). São Paulo: Scritta, 1992.